

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE
AGROPECUÁRIA

Ações coletivas nos assentamentos rurais da reforma
agrária do Centro-Oeste brasileiro

Acadêmica: Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira
Orientador: Prof. Dr. Olivier François Vilpoux



Campo Grande
Mato Grosso do Sul
Março de 2017

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE
AGROPECUÁRIA

Ações coletivas nos assentamentos rurais da reforma
agrária do Centro-Oeste brasileiro

Acadêmica: Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira
Orientador: Prof. Dr. Olivier François Vilpoux
Co-Orientadora: Prof^a Dr^a Erlaine Binotto

"Tese apresentada, como parte das exigências para obtenção do título de DOUTORA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE AGROPECUÁRIA, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária da Universidade Católica Dom Bosco - Área de concentração: Sustentabilidade Ambiental e Produtiva Aplicada ao Agronegócio e Produção Sustentável".



Campo Grande
Mato Grosso do Sul
Março de 2017

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

N778a Nogueira, Maria Aparecida Farias de Souza
Ações coletivas nos assentamentos rurais da reforma agrária do
centro-oeste brasileiro / Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira;
orientador Olivier Vilpoux; coorientador Erlaine Binotto -- 2017
166 f.+ anexos

Tese (doutorado em ciências ambientais e sustentabilidade
agropecuária) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande ,
2017.
Inclui bibliografias.

1.Agricultura familiar 2. Reforma agrária – Brasil, Centro-Oeste
3. Cooperativismo 4. Associações, instituições, etc. 5. Concorrência
I. Vilpoux, Olivier II. Binotto, Erlaine III.Título.

CDD: 331.318171

FOLHA DE APROVAÇÃO



Ações coletivas nos assentamentos rurais da reforma agrária do centro-oeste brasileiro

Autor(a): Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Orientador: Prof. Dr. Olivier François Vilpoux

Coorientador(a): Profa. Dra. Erlaine Binotto

TITULAÇÃO: Doutora em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária

Área de Concentração: Sustentabilidade Ambiental e Produtiva.

APROVADA em 31 de março de 2017.

Prof. Dr. Olivier François Vilpoux - UCDB
(Orientador)

Profa. Dra. Erlaine Binotto - UFGD
(Coorientadora)

Prof. Dr. Márcio de Araújo Pereira - UEMS

Profa. Dra. Patricia Campeão - UFMS

Prof. Dr. Régio Marcio Toesca Gimenes - UFGD

Profa. Dra. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett - UFMS

EPÍGRAFE

Só quem passa pelo deserto, sabe o valor de uma chuva.

Só quem passa pela luta, sabe o valor de uma vitória.

Só quem passa pelas lágrimas, sabe o valor de um sorriso.

Isso é Deus, nos ensinando a viver, ou melhor ainda, a crescer!!

Autor Desconhecido

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água
no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”

(Madre Teresa de Calcutá)

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese ao meu esposo José Carlos e a meus filhos, que souberam aceitar e compreender a minha ausência por muitas vezes necessária.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais uma conquista, pois, sem suas bênçãos, não teria sido possível.

Ao meu querido marido José Carlos, pelo amor, pela força e pela compreensão durante toda a caminhada.

Aos meus filhos Matheus, Leonardo e Rafael, que suportaram minha ausência e “*presença ausente*”, sempre que necessário.

Aos meus pais João e Maria, *in memoriam*, pela força de vontade com que se dedicaram na educação e criação de todos os filhos.

Aos meus irmãos, pelos exemplos de vida e de trabalho.

Aos Professores do Programa de Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária da UCDB, pelos ensinamentos valiosos.

Aos meus colegas de curso, em especial a minha amiga Marli Garcia, pelo incentivo, pelos momentos de descontração e muitas orações. Sentirei muitas saudades dos momentos vividos durante esse aprendizado.

Aos alunos de graduação da UCDB, os Pibic's, e colegas do programa de mestrado e doutorado, que auxiliaram na coleta e tabulação dos dados da pesquisa.

Às comunidades dos assentamentos que compartilharam um pouco da sua vida comigo e me fizeram sentir, por alguns momentos, parte delas, nas suas angústias e dificuldades enquanto assentados.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro na realização da pesquisa.

E aos colegas da FACE / UFGD, que contribuíram para o meu afastamento neste período de qualificação.

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

BIOGRAFIA DA AUTORA

Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira, nasceu em Itaporã/MS, em 21/02/1969. Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1995), Especialização em Contabilidade Gerencial pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999), Especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007), Mestrado em Agronegócios pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007) e Doutorado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco (2017). Atualmente é professor nível superior da Universidade Federal da Grande Dourados. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, auditoria, sustentabilidade e gestão pública.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	x
LISTA DE TABELAS	xii
LISTA DE FIGURAS	xiv
LISTA DE QUADROS	xvi
RESUMO	xvii
ABSTRACT	xviii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 PROBLEMA	3
1.2 OBJETIVOS	9
1.2.1 Objetivo Geral	9
1.2.2 Objetivos específicos	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	12
 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	 13
2.1 COOPERAÇÃO	13
2.1.1 Tragédia dos Comuns	14
2.1.2 Dilema do prisioneiro	18
2.1.3 Ações coletivas	24
2.1.3.1 Conceitos	24
2.1.3.2 Fatores responsáveis pela ação coletiva	25
2.1.3.3 Importância do tamanho do grupo	28
2.2 SOLUÇÕES PARA COOPERAÇÃO	33
2.2.1 Limite dos modelos de ação coletiva	34

2.2.2 Uso sustentável dos recursos comuns e cooperação entre atores	36
2.2.3 Mudança institucional	41
2.2.4 Aspectos relevantes para a escolha de ações coletivas	48
3 REFORMA AGRÁRIA	54
3.1 CONTEXTO	54
3.1.1 Implantação da reforma agrária no Brasil	54
3.1.2 Concentração de terra no Brasil	61
3.1.4 Assentamentos no Brasil	65
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR	69
4 METODOLOGIA GERAL	72
4.1 MÉTODO DE PESQUISA	72
4.2 OBTENÇÃO DOS DADOS	75
4.2.1 Aplicação dos questionários	72
4.2.2 Entrevistas	77
4.2.3 Observações	77
4.3. VARIÁVEIS UTILIZADAS NA PESQUISA	79
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	83
ARTIGO I - Formas de ações coletivas nos assentamentos rurais do Centro-Oeste brasileiro	84
1 Introdução	85
2 Ações Coletivas	88
2.1 A ação coletiva segundo Olson	89
2.1.2 Importância do tamanho do grupo	90
2.2 Formas de ações coletivas	93
3 Metodologia	96
4 Importância da Ação Coletiva	99
5 Formas de ações coletivas em assentamentos do Centro-Oeste	104
5.1 Tamanho das formas de ações coletivas	105

5.2 Formas de ações coletivas exclusivas ou inclusivas	108
5.3 Investimentos específicos	114
6. Considerações Finais	118
REFERÊNCIAS	120

ARTIGO II – Variáveis que caracterizam as formas de ações coletivas nos assentamentos rurais do Centro-Oeste brasileiro	123
---	------------

1. INTRODUÇÃO	124
2 Classificação dos grupos de ação coletiva	128
3 Fatores que podem influenciar a participação nos diferentes grupos de ação coletiva	130
3.1 Tamanho do grupo	131
3.2 Custos da ação coletiva	132
3.3 Objetivos comuns e percepção de ganhos	133
3.4 Características do grupo	135
3.5 Existência de regras	137
4 Metodologia	138
5. Resultados e Discussões	143
5.1 Tamanho dos grupos	143
5.2 Tipos de investimentos	144
5.3 Objetivos comuns e percepção de ganhos	146
5.4 Características dos grupos	150
5.5 Regras	155
6 Considerações Finais	157
REFERÊNCIAS	159

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS	164
REFERÊNCIAS GERAIS	168

APÊNDICE

APÊNDICE A – Evolução do Índice de Gini por Unidade da Federação, Regiões e Brasil – 1950 / 2006	178
---	------------

APÊNDICE B – Quadro resumo dos questionários aplicados nos assentamentos	179
APÊNDICE C – Dados dos assentamentos pesquisados em Mato Grosso do Sul	181
APÊNDICE D – Dados dos assentamentos pesquisados em Mato Grosso	182
APÊNDICE E – Dados dos assentamentos pesquisados em Goiás e Distrito Federal	183
APÊNDICE F – Questionário aplicado junto aos assentados	184
APÊNDICE G – Questionário aplicado junto às associações, cooperativas e grupos de produção	192
APÊNDICE H – Informações gerais sobre o assentamento	196
 ANEXO	
ANEXO A - QUADRO COMPARATIVO – ASSOCIAÇÃO X COOPERATIVA	197

LISTA DE ABREVIATURAS

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPR - *Common-Pool Resources* (Recursos de Propriedades Comuns)
CPT - Comissão da Pastoral da Terra
CPT- Comissão da Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DF – Distrito Federal
ECO – Ecossistemas Relacionados
ECT - Economia dos Custos de transação
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPAER- Empresa Mato-Grossense de Pesquisa e Extensão Rural
FAF- Federação da Agricultura Familiar
FAO - *Food and Agriculture Organization*
FETAEG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FMT - Fundação Mato Grosso
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GO – Goiás
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto de Reforma Agrária
INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MS – Mato Grosso do Sul
MST - Movimento dos Sem Terra
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MT – Mato Grosso
MTA - Movimento dos Trabalhadores da Agricultura
ONGs - Organizações não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PA – Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PIB - Produto Interno Bruto
PNAE - Programa Nacional da Alimentação Escolar
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT - Partido dos Trabalhadores
SG – Sistema de Governança
SQ – *Status Quo*
SR – Sistema de Recurso
SSE – Sistema Sócio Ecológico
SUPRA - Superintendência de Política Agrária
TCU - Tribunal de Contas da União
VBP - Valor Bruto de Produção

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise Regional da Agricultura Familiar	11
Tabela 2 - Índice de Gini da propriedade da terra dos países da América, Brasil e países selecionados 1980 – 2006.....	61
Tabela 3 – Série histórica do Índice de GINI.....	63
Tabela 4 - Evolução do índice de Gini da propriedade da terra – Brasil, Grandes Regiões e estados do Centro-Oeste -1985 / 2006.....	64
Tabela 5 – Assentamentos do Brasil por região e por estado do Centro-Oeste – 2014	68
Tabela 6: Resumo geral dos questionários aplicados por Estados.....	79
Tabela 7 – Quantidade de associações entrevistadas na Região Centro-Oeste.....	79

ARTIGO I

Tabela 1 - Resumo geral dos questionários aplicados por estado nos assentamentos visitados.....	98
Tabela 2 – Percentagens de participantes em movimentos sociais dos assentados entrevistados, por estado.....	104
Tabela 3 – Tipologia dos grupos pesquisados por tamanho e estado (percentual e quantidade de integrantes)	106
Tabela 4 – Tipos de serviços e atividades das organizações pesquisadas.....	108
Tabela 5: Atividades das organizações entrevistadas.....	110
Tabela 6: Proporção das organizações pesquisadas que cobram algum tipo de taxa e de penalidade de seus membros	111
Tabela 7: Investimentos realizados pelas formas de ações coletivas	114
Tabela 8: Classificação das formas de ações coletivas Centro-Oeste em função do tipo de investimento.....	117

ARTIGO II

Tabela 1: Diferentes tipos de bens e suas características.....	130
Tabela 2: Resumo geral dos questionários aplicados por estados nos assentamentos	140
Tabela 3 – Atividades das formas de ações coletivas pesquisadas	143
Tabela 4 – Tamanho dos grupos de acordo com os tipos de organizações	144
Tabela 5 - Investimentos realizados nas organizações pesquisadas nos assentamentos do centro-oeste pelos associados de acordo com o tipo de atividade principal	145
Tabela 6 - Benefícios oferecidos pelas organizações dos assentamentos da Região Centro-Oeste por tipo de atividade	146
Tabela 7 - Participação dos assentados pesquisados nos assentamentos do Centro-Oeste ao PAA e PNAE e proporção da comercialização em organizações coletivas	149
Tabela 8 - Uso de trator entre assentados que participam ou não das organizações dos assentamentos	149
Tabela 9 - Percepção de benefícios e continuidade na associação	150
Tabela 10 - Frequência de tempo de eleições nas trocas de diretoria	153
Tabela 11 – Troca de presidentes nas últimas eleições nas organizações pesquisadas.....	154
Tabela 12 – Taxa de renovação na presidência das organizações pesquisadas para cada eleição realizada	155
Tabela 13 – Existência de estatuto escrito nas organizações coletivas pesquisadas	155

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Jogo do Pastor de Hardin, ou dilema do prisioneiro	20
Figura 02: Indicação dos retornos do Jogador A em função das ações de ambos jogadores	21
Figura 03: Fatores que influenciam e são influenciados pela interação entre os atores dentro de um Sistema Socio-Ecológico	37
Figura 04: Variáveis contextuais e micro situacionais que afetam os níveis de confiança e cooperação	38
Figura 05: As relações fundamentais entre os indivíduos que afetam os níveis de cooperação em um dilema social	39
Figura 06: Variáveis estruturais que influenciam as relações entre atores para a realização de ações cooperativas	40
Figura 07: Resumo das variáveis que afetam a escolha institucional	41
Figura 08: Variáveis situacionais que afetam o julgamento sobre os benefícios trazidos pela escolha de um tipo de instituição	44
Figura 09: Variáveis situacionais que afetam o julgamento sobre os custos de transformação de <i>status quo</i> das regras	45
Figura 10: Informações sobre os custos <i>ex post</i> de monitoramento e fiscalização	47
Figura 11: Variáveis situacionais que afetam as normas internas e taxa de desconto	48
Figura 12: Variáveis que afetam a escolha institucional	49
Figura 13: Regras de afetam as ações e decisões dos atores de uma CPR	51
Figura 14: Série histórica de famílias assentadas - Brasil até 2014 (em mil famílias)	67
Figura 15: Localização dos assentamentos pesquisados na Região Centro-Oeste	78

ARTIGO I

Figura 1: Localização dos assentamentos pesquisados na Região Centro-Oeste	97
Figura 2: Participação dos assentados da região Centro-Oeste em algum tipo de associação nos assentamentos	100
Figura 3: Participação dos assentados da região Centro-Oeste em organizações fora da associação principal do assentamento	101
Figura 4: Participação efetiva nas reuniões das associações dos assentamentos pesquisados na região Centro Oeste	103
Figura 5: Tipos de pessoas jurídicas das formas de ações coletivas encontradas nos assentamentos pesquisados na região Centro-Oeste...	105
Figura 6: Participação nas reuniões das organizações coletivas pesquisadas por tamanho de grupo	107

ARTIGO II

Figura 1: Localização dos assentamentos pesquisados na Região Centro-Oeste	139
Figura 2: Benefícios percebidos pelos assentados que participavam de organizações coletivas nos assentamentos da região Centro-Oeste	147
Figura 3: Benefícios percebidos e frequência de reuniões pelos associados dos assentamentos da região Centro-Oeste	148
Figura 4: Número de anos na associação das famílias associadas, por tipo de organização	151
Figura 5: Origem dos assentados nos estados do Centro-Oeste	152
Figura 6: Perfil educacional dos membros de organizações, nos assentamentos pesquisados do Centro-Oeste	153
Figura 7: Proporção das organizações pesquisadas com existência de penalidades para os associados	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Diferentes tipos de bens e suas características	17
Quadro 02: Matriz de opções – dilema do prisioneiro	22
Quadro 03: Estrutura de incentivos para ação coletiva	29
Quadro 04: Variáveis que influenciam os resultados das ações coletivas	37
Quadro 05: Condições necessárias para prever as estratégias dos indivíduos a partir das variáveis de base	43
Quadro 6: Variáveis utilizadas na pesquisa, perguntas e autores relacionados, para a resolução dos objetivos específicos da tese	81
ARTIGO I	
Quadro 1: Estrutura de incentivos para ação coletiva	91

RESUMO DA TESE

A criação de associações e cooperativas vem sendo destacada como uma via importante de produção, organização, agregação de valor e de comercialização para a agricultura familiar se manter competitiva. Assim, esta pesquisa teve como objetivo geral identificar e analisar as formas de ações coletivas nos assentamentos rurais da reforma agrária do Centro-Oeste brasileiro, região com elevado índice de concentração de terras. Para atingir esse objetivo foi utilizada amostragem não probabilística e metodologia quali-quantitativa, com aplicação de questionários e entrevistas. Foram entrevistados 55 presidentes de organizações de 54 assentamentos da região Centro-Oeste e 1162 assentados dos três estados. Os dados foram analisados por meio do programa *x/Stat*. Os resultados indicam que mais da metade dos assentados entrevistados afirmou que possuía algum vínculo com a organização coletiva do assentamento. Entre as instituições pesquisadas as organizações políticas são, em média, maiores que as organizações comerciais, o que é condizente com as expectativas e as características de grupos exclusivos e inclusivos. Na maior parte, elas são formalizadas juridicamente, como associações, cooperativas ou grupos e não têm por hábito realizarem investimentos, principalmente em bens privados. Os membros de organizações políticas investem principalmente em custos operacionais e bens comuns, com retorno mais rápido e apresentam maior dificuldade de exclusão de seus membros. Foram identificados alguns fatores que podem influenciar as ações coletivas, dando destaque para o tamanho dos grupos. A necessidade de benefícios foi também considerada importante, mesmo se os benefícios não são sempre claramente percebidos pelos associados. As características dos grupos também foram apontadas como um dos fatores contributivos para a existência de cooperação. Também foi analisada a existência de sanções para quem não participa das atividades do grupo, tendo sido encontrada que são raras e pouco aplicadas. Foi possível identificar fatores que podem influenciar a ação coletiva, com especificidades diferentes em função do tipo de organização, política ou comercial.

Palavras-chave: agricultura familiar; associações; associativismo; cooperação; competitividade; pequenos produtores.

ABSTRACT OF THE THESIS

The creation of associations and cooperatives has been highlighted as an important way of production, organization, value added and marketing for family agriculture to remain competitive. Thus, this research had as general objective to identify and analyze the forms of collective actions in the rural settlements of the agrarian reform of the Brazilian Center-West, region with high index of land concentration. To achieve this objective, non-probabilistic sampling and qualitative-quantitative methodology were used, with questionnaires and interviews. Fifty-five presidents of organizations from 54 settlements in the Midwest region and 1162 settlers from the three states were interviewed. Data were analyzed using the xlstat program. The results indicate that more than half of the respondents stated that they had some connection with the collective organization of the settlement. Among the institutions surveyed, political organizations are, on average, larger than commercial organizations, which is consistent with the expectations and characteristics of exclusive and inclusive groups. For the most part, they are formalized legally, as associations, cooperatives or groups and do not usually make investments, especially in private goods. Members of political organizations invest primarily in operational costs and common goods, with faster returns and greater difficulty in excluding their members. Some factors that may influence collective actions have been identified, highlighting the size of the groups. The need for benefits was also considered important, even if the benefits are not always clearly perceived by the members. The characteristics of the groups were also pointed out as one of the contributory factors for the existence of cooperation. It was also analyzed the existence of sanctions for those who do not participate in the activities of the group, having been found to be rare and little applied. It was possible to identify factors that can influence collective action, with different specificities according to the type of organization, political or commercial.

Keywords: family agriculture; associations; associativism; cooperation; competitiveness; small producers.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, país de vasta extensão territorial, tem se destacado como grande produtor na agricultura e pecuária, em razão da disponibilidade de vários fatores favoráveis, como clima, solo, abundância de água, terras férteis, entre outros (TENÓRIO, 2012). De acordo com a FAO¹ (*Food and Agriculture Organization*), tais fatores contribuem para o país se destacar como o 5º maior produtor agrícola do mundo, sendo superado apenas pela China, Estados- Unidos, Índia e Federação Russa (FAO, 2015a). Destaca-se que o Brasil ocupava, em 2011, menos de um terço de seu território com agropecuária, com 0,8% para culturas permanentes, 8,6% com terras aráveis e 23,5% com pastagens (FAO, 2015b), indicando que 59,5% do território brasileiro era coberto com florestas. Parte dessa floresta poderia ser cultivada sem prejudicar as reservas legais e de proteção permanente, assim como parte das pastagens, muitas delas degradadas, o que favoreceria o crescimento do agronegócio no Brasil, principalmente quando se consideram as condições climáticas favoráveis.

De acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Esalq/USP², com o apoio financeiro da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em 2013 o agronegócio no Brasil representava cerca de 22,54% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional (CEPEA, 2015).

Esses dados ressaltam a importância que a agropecuária possui dentro do país, a qual se subdivide em não familiar (empresarial, ou patronal), e familiar, de acordo com o IBGE (2006). O Art. 3º da Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais lei define que é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades

¹ Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

² Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo

no meio rural, atendendo a determinados quesitos. A agropecuária empresarial brasileira está entre as mais fortes do mundo, responsável pela maioria dos embarques de *commodities* agrícolas brasileiras, com 93,3% das exportações desses produtos em 2010, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDIC, 2012).

A agricultura familiar, apesar de uma participação menor na balança de comércio exterior, tem grande importância no mercado interno, com destino para o consumidor brasileiro. Os estabelecimentos de agricultores familiares são maioria no Brasil, totalizando 4.367.902, contra 807.587 empreendimentos não familiares. Apesar da agricultura familiar deter 84% dos estabelecimentos, os grandes agricultores detêm a maior concentração de área em seu poder (IBGE, 2006).

Olalde e Portugal (2012) afirmam que o interesse do Governo pela agricultura familiar se materializou em políticas públicas, como a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento da Reforma Agrária.

Guanzirolí *et al.* (1998) defendem que a Reforma Agrária deveria incluir o acesso às políticas de infraestrutura básica e agrícolas, as quais permitiriam a implantação de um sistema produtivo viável, bem como o acesso a benefícios sociais, que promovessem a justiça social e a cidadania. Logo, é afirmar que “[...] as famílias precisam dispor dos meios de produção e de transformação que lhes proporcionem o autoconsumo e renda monetária” (GUANZIROLI *et al.*, 1998, p. 08).

Segundo Pacheco (2009), a reforma agrária apresenta uma tendência de favorecimento a dois tipos de processos, a formalização dos direitos à terra na posse de pequenos agricultores em terras públicas e o processo de redistribuição de grandes propriedades para os pequenos agricultores. Neste caso, a reforma agrária beneficia tanto os pequenos agricultores quanto os sem-terra.

No começo do século 21, a reforma agrária começou a ser vista como a possibilidade de novos empregos a menores custos que os empregos urbanos. Araújo (2000) salienta que o Brasil, em meio à crise mundial do emprego, possuía terra disponível, bem como pessoas dispostas a produzir nessa terra.

Para Leite *et al.* (2000), a reforma agrária é o instrumento de democratização da riqueza mais eficaz que se conhece. Para os autores existem no Brasil graves problemas agrários que necessitam de solução, em razão das características de desenvolvimento implementadas. Uma dessas características é a concentração de terras, uma das mais altas do mundo, visto que cerca de 1% dos proprietários detêm em torno de 46% de todas as terras.

A análise do Índice de Gini, o qual é utilizado para medir os contrastes na distribuição da terra por grandes regiões, permite aprofundar a análise no que diz respeito às diferenças regionais. Percebe-se que, no período intercensitário de 1995-1996 a 2006, o Brasil ainda apresentava alto grau de desigualdade, com índice de Gini de 0,856, em 1995, e 0,858, em 2006. A distribuição de terras é mais desigual quanto mais próximo este índice estiver da unidade, ou seja, poucos estabelecimentos agropecuários com um alto percentual das terras (IBGE, 2006).

Quando se analisa a evolução do Índice de Gini na Região Centro-Oeste, observa-se que a estrutura agrária reflete, em grande parte, os processos e formas que presidiram a ocupação diferenciada nessa região. Considerando os censos de 1985, 1996 e 2006, os estados do Centro-Oeste obtiveram os índices seguintes: Mato Grosso do Sul: 0,860, 0,822 e 0,855; Mato Grosso: 0,909, 0,870 e 0,865; Goiás: 0,766, 0,740 e 0,778 e o Distrito Federal: 0,776, 0,801 e 0,813 (IBGE, 2006). Os índices confirmam a grande concentração de terra na região, com tendência de aumento entre os censos de 1996 e 2006, na exceção de Mato Grosso, onde teve uma leve queda. Veiga (1991) defende que uma das formas de superação da desigualdade na estrutura fundiária se dá por meio da reforma agrária, com implantação de assentamentos rurais e o fornecimento de terras e as devidas condições para a sustentabilidade do assentado.

1.1 PROBLEMA

Segundo Bergamasco e Norder (1996), a conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas na produção econômica. Porém, nem sempre o ambiente no qual os produtores se inserem é adequado às suas necessidades e a precariedade pode impedi-los de obter avanços

produtivos. A carência de meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem num sistema que dê continuidade à sua pobreza.

Ainda, segundo os autores, apesar de terem conquistado os assentamentos, os assentados devem encontrar soluções para novos desafios e problemas. Ganharam a terra, mas o que fazer com ela? Bergamasco e Norder (1996) afirmam que não há assistência técnica por parte dos órgãos governamentais que deveriam dar subsídios e treinamentos para o quê e como produzir.

Peixoto (2014) complementa que em relatório de Prestação de Contas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Tribunal de Contas da União (TCU) chama a atenção para a prestação de assistência técnica rural pelos órgãos e entidades conveniadas. Esses órgãos alegaram dificuldades para manter a continuidade dos serviços, destacando entre outras razões, o tamanho da equipe de assistência, considerada reduzida, e a falta de uniformidade, de métodos e de procedimentos. Informam ainda que os profissionais têm dificuldade de acesso às localidades atendidas devido à falta de equipamentos, instalações físicas, motoristas e veículos apropriados.

Buainain *et al.* (2014) chamam a atenção para as dificuldades do agricultor em acessar o crédito rural. Muitos enfrentam dificuldades na esfera da produção e comercialização e não têm capacidade para pagar os empréstimos, sendo que uma parte das inadimplências está associada a problemas típicos do processo de produção e comercialização na agricultura, decorrentes de eventos climáticos, queda dos preços e ausência de infraestrutura adequada ou de mercado local.

Garcia (2014) salienta as dificuldades para contratar mão de obra sazonal para a agricultura. Helfand, Pereira e Soares (2014) afirmam que apenas uma minoria dos pequenos e médios produtores é competitiva e que a maioria, que tem mais dificuldades para gerar renda, provavelmente tem poucas alternativas fora da agricultura. Destacam também que, para sobreviver, irão continuar a produzir o que podem. Afirmam ainda que há uma ampla variedade de políticas públicas que possibilitam que as famílias fiquem na agricultura mesmo se não obtiverem seu sustento pleno a partir da atividade agrícola, destacando, entre elas, a aposentadoria rural, Bolsa Família, Pronaf e outros.

De acordo com Bergamasco e Norder (1996), criados para atenuar os conflitos sociais no campo, os assentamentos não são inseridos num programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico. Depois de receber a terra, os assentados percebem rapidamente que, sem recursos ou maior assistência, terão dificuldades para sobreviver. A agricultura familiar vê-se exposta a paradigmas competitivos que são globais, embora inseridas em lógicas produtivas locais, circunscritas a territórios determinados (BERGAMASCO; NORDER,1996).

Wilkinson (2003) relembra que na América Latina, novas abordagens apontam que para o “pequeno” produtor manter-se competitivo, é necessário um enraizamento, mediante laços de solidariedade e complementaridade, às realidades de suas economias rurais e locais. Campos e Navarro (2013, p. 67) complementam apontando que os pequenos produtores, historicamente, para sua adaptação às condições adversas do meio, apenas reproduziram condições de subsistência próximas dos limites da sobrevivência humana, transformando a pobreza numa regra e não na exceção. Os autores consideram que “[...] a maioria tem terra insuficiente, a dotação de capital é insignificante, o capital humano é baixo, o nível de organização produtiva é incipiente, os indicadores de progresso tecnológico revelam atraso”.

Balestro e Lourenço (2014) recordam que no passado, enquanto a maioria dos pequenos estabelecimentos, sem margem para produzir mais, amargava a pobreza, os grandes, apesar de “atrasados”, puderam compensar a baixa produtividade com a produção extensiva em larga escala. Hoje, no entanto, a única trajetória viável é a intensificação e a elevação da produtividade total dos fatores, exceto no caso de produções efetivamente artesanais, que conseguem se inserir nos mercados de forma diferenciada, com um sobre preço sustentável, que compense a baixa produtividade.

Conforme referenciam Buainain *et al.* (2014, p. 204), as exigências de aumento da escala de produção, de especialização e a crescente rigidez tecnológica da produção dos ramos produtivos nas regiões de maior modernização tecnológica, têm provocado um risco social, com a desistência dos produtores de menor porte econômico. Nas regiões mais pobres, o fator mais comum que ameaça a produção e reduz as possibilidades de ocupação e emprego nas pequenas propriedades, é a pobreza rural e o alto custo de

oportunidade que a permanência rural enfrenta em comparação com as novas chances de ocupação na cidade.

Há uma heterogeneidade de múltiplos fatores, que incluem desde a formação histórica e cultural, as condições ambientais até as políticas públicas, que explicam as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares. Também, não se pode ignorar as condições de infraestrutura atual, a disponibilidade de energia, a situação das estradas vicinais, a disponibilidade de assistência técnica, entre outros, que prejudicam a competitividade do pequeno produtor (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2012).

Para os autores, a aplicação de tecnologias de gestão no âmbito da agricultura familiar poderia melhorar muito a situação. Batalha, Buainain e Souza Filho (2012) reconhecem que tem sido feito muito pouco para desenvolver técnicas de gestão que contemplem as particularidades da agricultura familiar e as formas pelas quais ela pode inserir-se de forma competitiva e sustentada no agronegócio nacional. Essas técnicas de gestão podem ser separadas em duas esferas. A primeira está relacionada às organizações associativas (cooperativas e associações) e a segunda está associada à própria gestão da propriedade rural. De acordo com os autores, muitos problemas pelos quais passa a agricultura familiar podem ser solucionados por meio de ações coletivas que levam à cooperação, levando-se em consideração a realidade de cada local.

Em sentido amplo, Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014), caracterizam associativismo como qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados; sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos.

É cada vez mais crescente a competitividade entre as organizações em disputa por espaços dentro dos mercados em que atuam, o que possibilita para o associativismo e cooperativismo, se constituir uma prerrogativa para a sustentabilidade da unidade produtiva e do negócio. Na agricultura familiar, a criação de associações e cooperativas vem sendo destacada como uma via importante de produção, organização de produção, agregação de valor e de comercialização da produção. Neste sentido, o cooperativismo torna-se “[...]”

uma alternativa vantajosa para os agricultores familiares, propiciando-lhes sua inserção nos mercados locais e globais, ampliando a sua possibilidade de enfrentamento da concorrência da agricultura empresarial ou patronal (RIBEIRO; NASCIMENTO; DA SILVA (2012, p. 01).

Para facilitar a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e suas organizações, a Lei nº 11.947/09, com o intuito de priorizar as comunidades tradicionais e os assentamentos da reforma agrária, determina que no mínimo 30% (trinta por cento) do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve ser utilizado. Para acessar essa política, os agricultores e agricultoras familiares precisam estar organizados em associações ou cooperativas, nas quais no mínimo 70% de seus sócios devem ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e pelo menos 55% do volume de sua produção beneficiada, processada ou comercializada seja oriunda de seus sócios com DAP.

Costa, Amorim Junior e Silva (2015) enfatizam que as políticas recentes de compras governamentais que emergiram a partir dos anos 2000, tais como Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), trouxeram oportunidades significativas de acesso a mercados para cooperativas de agricultura familiar no Brasil.

No entanto, Vilpoux (2014), numa pesquisa realizada em Mato Grosso do Sul, aponta as dificuldades de cooperação que existem entre os assentados do estado. Esclarece que não há incentivos à cooperação entre os mesmos pois, para o autor, estes não têm consciência da importância desse processo. Destaca também que é mais fácil os produtores participarem de associações de representação com as autoridades públicas, com pouca participação efetiva dos membros e que possuem pouco impacto sobre a competitividade dos assentados, do que de associações de comercialização e de produção, onde os investimentos em tempo e dinheiro são maiores.

Costa, Amorim Junior e Silva (2015) também afirmam que, apesar do PNAE se apresentar como oportunidade de comercialização, são diversos os desafios no dia-a-dia dos agricultores familiares e suas organizações na busca por acesso a este mercado cooperativo. Os autores ainda evidenciam que, embora haja um volume de recursos significativos destinados aos grandes centros para aquisição de alimentos para alimentação escolar, a logística de

distribuição dos alimentos nas escolas é complexa e os padrões exigidos para os produtos impossibilitam ou dificultam o acesso pelos produtores da agricultura familiar.

Os objetivos das associações são atraentes e mobilizadores para despertar o desejo de muitas pessoas em participar de uma associação, porém, a questão é que eles sozinhos podem ser insuficientes para garantir o sucesso da entidade. É essencial que as pessoas que compõem a associação tenham certeza do que querem pessoalmente com o processo e quais benefícios à união do grupo podem gerar para si mesmos ou para a comunidade da qual fazem parte. Assim, como o aspecto econômico não é a principal finalidade das Associações, ela precisará de recursos financeiros para viabilizar seus propósitos, quer para pagar salários dos empregados, aluguel, telefone ou outros ligados diretamente aos seus objetivos estatutários (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES; 2014).

Lins e Pires (2010) apontam as dificuldades por parte dos agricultores, de condições de se organizarem e controlarem, eles próprios, as associações. Os autores ainda destacam a importância do papel da assistência técnica em âmbito da extensão rural para apoiar o empreendimento coletivo por meio de capacitação dos seus associados e gestores a fim de que os produtos tradicionais provenientes da agricultura possam galgar um maior espaço nos mercados local, nacional e internacional. Outro detalhe apontado pelos autores diz respeito à manutenção da produção sob rigorosos controles de qualidade, incluindo aspectos relacionados à aparência, procedimentos de rastreabilidade, embalagem e transporte dos produtos, os quais se impõem como um requisito essencial para a inserção dos produtos nos mercados e que para muitos pequenos produtores são facilitados pela participação em associação ou cooperativa.

Isolados em suas propriedades, os pequenos produtores nem sempre são capazes de atingir escala de produção suficiente para realizar transações comerciais rentáveis. Permanecendo nessa situação, com dificuldade no acesso aos mercados, correm o risco de entregar sua produção a intermediários, por preços inferiores. Ao contrário, numa ação em conjunto, os custos de comercialização poderiam ser reduzidos, atingindo regularidade de

oferta e viabilizando capacidade de negociação de preços, o que poderia resultar em vantagens competitivas (PIERRI; VALENTE, 2009).

Muitos autores destacam a importância do associativismo e do cooperativismo para a sobrevivência da agricultura familiar, mas a literatura ainda é carente de pesquisas sobre a importância das formas de ações coletivas entre esses produtores e sobre as atividades realmente exercidas por essas entidades. Assim, a partir dessa constatação é possível se perguntar: quais as características dos assentados e organizações da região Centro-Oeste que estão participando nas diferentes formas de ações coletivas e quais as atividades dessas organizações?

Além da importância da cooperação, a literatura destaca o fato dos produtores preferirem trabalhar de modo isolado, com dificuldades em se associar. Numa pesquisa no estado de Mato Grosso do Sul, Vilpoux (2014) demonstrou a importância da cooperação entre os assentados, mas evidenciou as dificuldades de esta ocorrer. Nesse caso, a outra pergunta de pesquisa é: quais os fatores que influenciam as ações coletivas entre pequenos produtores?

Esses questionamentos permitiram identificar o objetivo da pesquisa, cada pergunta servindo de base para a elaboração de um objetivo específico.

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa faz parte de um projeto financiado pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), por meio do Edital Universal nº 14/2012, sobre a análise dos fatores responsáveis pela cooperação entre produtores nos assentamentos do Centro-Oeste.

As perguntas levantadas no Item 1.1 permitiram identificar o objetivo da pesquisa e os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar e analisar as formas de ações coletivas nos assentamentos rurais da reforma agrária do Centro-Oeste brasileiro.

1.2.2 Objetivos Específicos

A pesquisa foi dividida em dois objetivos específicos. Cada um desses objetivos foi transformado em um objetivo geral, apresentado sob a forma de um artigo científico:

1. Identificar e caracterizar as formas de ações coletivas nos assentamentos rurais do Centro-Oeste brasileiro;
2. Identificar e analisar as variáveis que caracterizam as diferentes formas de ações coletivas nos assentados rurais na região Centro-Oeste brasileiro.

1.3 JUSTIFICATIVA

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o qual inclui pela primeira vez o segmento da agricultura familiar, o Brasil possui uma área territorial de 851.487.659 ha, com 333.680.037 ha ocupados por estabelecimentos agropecuários. Desta área ocupada, 32% dos estabelecimentos agropecuários (familiar e não familiar) pertencem à região Centro-Oeste, seguida da região Nordeste com 23%, da região Norte (17%), Sudeste (16%) e Sul (13%) (IBGE, 2006). Em tamanho de área, a região Centro-Oeste ocupa a segunda posição, estando em primeiro a região Norte.

Silva e Geraldine (2010, p.19) comentam que, como resultado do desenvolvimento tecnológico promovido pela pesquisa agropecuária ao longo de 30 anos, “[...] o cerrado, concentrado principalmente na região Centro-Oeste, constitui a região brasileira com maior taxa de crescimento agrícola”.

Esta região é a que possui a menor quantidade de estabelecimentos agropecuários (317.498) em relação ao total do país, o que equivale a 6% do total nacional, que concentra 5.175.636 estabelecimentos ao todo. A região Norte detém 9% dos estabelecimentos agropecuários, com 475.778, a Sudeste 18%, com 922.097, a região Sul 19%, com 1.006.203 e, finalmente, a região Nordeste 47%, com 2.454.060. Deste total de estabelecimentos, 4.367.902 são destinados à agricultura familiar (84%) e o restante, 807.587 (16%) à agricultura não familiar (IBGE, 2006).

Se considerar a média censitária entre os censos de 1985 a 2006, Maranhão é o estado que detém o primeiro lugar com 0,897, seguido do Mato

Grosso, com 0,881, do Piauí (0,874) e Alagoas (0,863). Em quinto lugar surge o Mato Grosso do Sul, com 0,846. Quando é analisada a média por região, o Nordeste ocupa a 1ª posição, com índice de Gini de 0,85, seguido do Centro-Oeste, com 0,82.

Outro dado apresentado pelo censo demonstra que a região Centro-Oeste possui a maior área destinada à agricultura não familiar, ocupando 94.382.413 ha (91%), contra 9.414.915 ha de agricultura familiar (9%), o que confirma a vocação da região para a produção em larga escala de produtos da agropecuária. É na região Centro-Oeste que as produções em grande escala de grãos, como a soja e o milho, além do algodão, vêm potencializando o processo de concentração agrária. Pode-se afirmar que a monocultura da soja ou do binômio soja-milho, além do algodão, reforçou a desigualdade que marcava a propriedade da terra em uma região historicamente ocupada por uma pecuária extensiva (IBGE, 2006).

A análise regional demonstra que a região Centro-Oeste apresenta o menor percentual de estabelecimentos de agricultores familiares em relação ao total de estabelecimentos agropecuários do país, com um valor de 69%. Quando analisado o comparativo de estabelecimentos familiares entre as regiões brasileiras, o Centro Oeste representa 5% dos estabelecimentos da região, ocupando apenas 12% da área regional e 5% do Valor Bruto de Produção (VBP), sendo considerado o total obtido com a venda de animais, aves, vegetais e valor agregado da agroindústria (Tabela 1).

Tabela 1 - Análise Regional da Agricultura Familiar

REGIÃO	Estab. Agr familiar	%	Área Total (ha)	%	VBP(mil R\$)	%
Nordeste	2.187.295	50	28.332.599	35	14.375.755	26
Centro-Oeste	217.531	5	9.414.915	12	2.694.107	5
Norte	413.101	9	16.647.328	21	4.069.832	8
Sudeste	699.978	17	12.789.019	16	11.688.390	21
Sul	849.997	19	13.066.591	16	21.539.617	40
BRASIL	4.367.902		80.250.453		54.367.701	

Fonte: Elaborada pela autora, com dados do Censo (IBGE, 2006)

Outro fator que reforça a dificuldade de comercialização dos agricultores familiares diz respeito à população. A população absoluta do Centro-Oeste é a menor entre as demais regiões (Sudeste, Sul, Norte e Nordeste), abrangendo uma área de 1.606.371 km², onde vivem 14.058.094 habitantes. A distribuição

populacional ao longo dessa região é irregular, tendo em vista que existem áreas onde a densidade demográfica supera os 100 hab./Km², mas outras onde a população relativa não ultrapassa 1 hab./Km², como, por exemplo, o norte e o noroeste do Mato Grosso, o norte de Goiás e a região do pantanal (IBGE, 2010).

Apesar da importância da reforma agrária para o Centro-Oeste e a necessidade de trabalhar em associações para os pequenos produtores, existem muito poucas informações sobre os tipos de formas de ações coletivas existentes na região, as atividades realizadas e a proporção de assentados que participam dessas organizações. Sabe-se que a obtenção de terra pelos sem terras passa, pela maioria deles, pela participação a um movimento social, como o Movimento dos Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), entre outros, mas pouco se sabe sobre o que ocorre depois da implantação do assentamento.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está organizado em V Capítulos, começando pela Introdução. A revisão bibliográfica, no Capítulo dois, aborda os aspectos conceituais da cooperação sob a forma de Ações Coletivas. A esse Capítulo seguem-se a metodologia geral e os artigos contendo os procedimentos metodológicos e os resultados e discussões, antes de abordar as considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A primeira parte da revisão bibliográfica aborda a cooperação e seus problemas, considerando a Tragédia dos Comuns, descrita por Hardin (1968) e o Dilema do Prisioneiro. A segunda parte aborda as soluções para a cooperação com foco voltado para a teoria da Ação Coletiva de Olson (1971) e dos Recursos de Propriedade Comum de Ostrom (1990).

2.1 COOPERAÇÃO

De acordo com Procópio (2006), compreender a essência da cooperação humana vem sendo, há tempos, uma preocupação recorrente de muitos teóricos e estudiosos pertencentes a várias áreas do conhecimento dentro das ciências humanas. Neste sentido, a cooperação é frequentemente entendida como uma ação colaborativa voluntária e consciente, normalmente ligada a um objetivo comum compartilhado entre os agentes que a executam.

Muitos dos benefícios pretendidos pelos seres vivos são desproporcionalmente disponíveis para grupos cooperantes. O problema é que, enquanto um indivíduo pode se beneficiar com a cooperação mútua, cada um também pode fazer ainda melhor explorando os esforços cooperativos de outros. Num determinado período de tempo, os mesmos indivíduos podem interagir de novo, permitindo a aparição de padrões complexos de interações estratégicas. Assim, a cooperação baseada na reciprocidade pode começar em um mundo predominantemente sem cooperação, prosperar em um ambiente diversificado e manter-se, uma vez estabelecida (AXELROD; HAMILTON, 1981).

Axelrod e Keohane (1985, p. 02) denotam que a “[...] cooperação só pode ocorrer em situações que contêm uma mistura de interesses conflitantes e complementares” (tradução nossa). Nesses casos, a cooperação ocorrerá apenas quando os atores ajustarem seu comportamento às preferências reais

ou potenciais dos outros. Qualquer interação ocorre dentro do contexto de normas que são compartilhadas, muitas vezes implicitamente, pelos participantes. Mesmo entre os egoístas puros, a cooperação pode ocorrer se existir um grupo pequeno de potenciais colaboradores. Para Axelrod e Keohane (1985), a cooperação pode advir da reciprocidade, a qual permite uma ampla cooperação sem deixar os participantes excessivamente vulneráveis à exploração pelos outros e permite frear ações não cooperativas. Um destaque é dado para a importância da percepção, incluindo crenças e cognição, onde a decisão é fortemente influenciada pelas formas com que os atores pensam sobre seu problema.

Axelrod e Keohane (1985) destacam que algumas teorias podem ajudar a compreender o sucesso e o fracasso de tentativas de cooperação. Neste item são abordadas três delas, que apontam dificuldades nas formas de cooperação: tragédia dos comuns, dilema dos prisioneiros e ação coletiva.

2.1.1 Tragédia dos Comuns

O conceito da "Tragédia dos Comuns" foi introduzido por Hardin em 1968, mas esse cenário foi esboçado pela primeira vez em 1833 num panfleto pouco conhecido, por um amador matemático chamado William Forster Lloyd (1794-1852). O autor considera que em um pasto aberto a todos é de se esperar que cada vaqueiro tentará manter tanto gado quanto possível. Tal arranjo pode funcionar de forma razoavelmente satisfatória durante séculos porque as guerras tribais, a caça furtiva e a doença mantêm o número de homens e animais abaixo da capacidade de suporte da terra. Porém, chegará um dia em que o objetivo desejado de estabilidade social torna-se uma realidade. Neste ponto, a lógica inerente dos comuns deverá gerar tragédia (HARDIN, 1968).

Hardin (1968) afirma que, como um ser racional, cada vaqueiro procura maximizar o seu ganho. Explícita ou implicitamente, mais ou menos conscientemente, ele pergunta: "Qual é a utilidade para mim de adicionar mais um animal para o meu rebanho?" Este utilitário tem um componente negativo e um positivo:

- 1) O componente positivo é uma função do incremento de um animal. Desde que o pastor receba todos os rendimentos da venda do animal adicional, o utilitário positivo é +1.

2) A componente negativa é uma função do excesso de pastoreio adicional criado por mais um animal. Como, no entanto, os efeitos do excesso de pastoreio são compartilhados por todos os pastores, o utilitário negativo para qualquer pastor de decisão em particular é apenas uma fração de -1 (HARDIN, 1968, p.3, tradução nossa).

Segundo Hardin (1968), somando-se os aspectos positivos e negativos, o vaqueiro racional conclui que o único caminho sensato para ele avançar é acrescentar outro animal à sua manada, e outro, e outro.... Esta é a conclusão à qual deve chegar cada vaqueiro racional. Aí está a tragédia, cada homem está preso a um sistema que o leva a aumentar seu rebanho sem limite, em um mundo que é limitado. O esgotamento dos recursos é o destino para o qual todos os homens correm, cada um perseguindo seu próprio interesse, em uma sociedade que acredita na liberdade de uso de bens comuns. Na conclusão de Hardin, a liberdade de uso de um bem comum traz ruína para todos.

A expressão reflete a degradação que se pode esperar quando muitos indivíduos usam recursos escassos. Por exemplo, os indivíduos utilizam um bem comum, limitado e que apresenta custos envolvidos, como a água em um condomínio, que é igualmente dividida por todos os apartamentos. De acordo com a "Tragédia dos Comuns", a utilização da água por morador tende a ser superior ao nível econômico ótimo de utilização. Esse conceito auxilia no entendimento do comportamento dos indivíduos perante os recursos e bens comuns, o que é relevante para entender o comportamento dos indivíduos nas ações coletivas (HARDIN, 1968).

Hardin (1968) cunhou o termo para se referir às situações em que cada indivíduo, no caso de um bem comum, tenta, de forma independente, maximizar o ganho sobre o recurso de acesso comum. Na aquisição desse tipo de recurso, um indivíduo se apropria exclusivamente de cada unidade adicional de utilidade positiva, mas a utilidade negativa associada com a remoção do recurso é compartilhada entre todos os indivíduos. Para o indivíduo, o utilitário positivo de apropriação do recurso quase sempre supera a utilidade negativa de reduzir o recurso, que é dividida por todos. Assim, quando os indivíduos operam independentemente, adquirindo mais e mais do recurso, eles maximizam sua utilidade, dando origem à 'tragédia'.

Hardin (1968) considera que a lógica dos bens comuns tem sido entendida por um longo tempo, talvez desde a descoberta da agricultura ou a

invenção da propriedade privada. O autor cita pecuaristas que arrendam terras públicas e continuam a pressionar constantemente as autoridades para poder aumentar a contagem de cabeças em lugares onde o excesso de pastoreio produz erosão e onde há claro esgotamento das pastagens.

Da mesma forma, Hardin (1968) afirma que os oceanos continuam a sofrer com a sobrevivência da tragédia dos comuns. Nações marítimas ainda respondem automaticamente ao mito da "liberdade dos mares" e continuam a acreditar nos "recursos inesgotáveis dos oceanos", que trazem espécies após espécies de peixes e baleias cada vez mais perto da extinção.

A tragédia dos comuns baseia-se no uso de um tipo específico de bem, o bem comum. Para uma definição rigorosa desse tipo de bem, não basta o livre acesso ao bem, pois, se fosse suficiente não haveria diferença entre bem comum e bem público. Enquanto um bem público caracteriza-se por apresentar um consumo não-rival e não-excludente, o bem comum é caracterizado por apresentar um consumo não-excludente, embora rival (Quadro 1). Isto quer dizer que o consumo de um bem comum por um agente não impede que outro venha a fazê-lo. Porém, ao consumir um bem comum, um agente diminui a quantidade disponível, ou o benefício decorrente da quantidade consumida do bem para o outro (OSTROM, 2009).

O consumo do bem por um agente que visa maximizar seu resultado individual gera uma "utilidade negativa" àqueles que também fazem uso comum do bem. Como resultado, todos os agentes que utilizam o recurso acabam por levar a um resultado social negativo, que pode ser dividido em duas partes. O primeiro seria o "sobre uso" do recurso, do qual deriva a sua exaustão ou degradação, ou ainda, a poluição excessiva. O segundo seria que a utilidade marginal do consumo, ou sua produtividade marginal, tende à zero (DINIZ; ARRAES, 2001).

Os problemas da tragédia dos comuns vêm da falta de cooperação entre indivíduos, ela mesma ligada ao tipo de bem objeto dessa cooperação. Paul Samuelson (1954) dividiu os bens em dois tipos: os privados puros e os públicos. Pelo fato de serem excludentes, considerou que o indivíduo pode ser excluído do consumo de bens privados, a menos que pague. Quanto ao fato de serem rivais, destacou que se o indivíduo consome o bem, ninguém mais pode consumi-lo. Ao tratar dos bens públicos, caracterizou-os como não

excludentes, ou seja, é impossível de impedir aqueles que não pagaram por um bem de consumi-lo. Eles são também não competitivos, pois o que consome um indivíduo não limita o consumo dos outros. Nesse caso a tragédia dos comuns não ocorre, pois não existe esgotamento dos recursos. Esta divisão básica era consistente com a dicotomia do mundo institucional entre mercado e propriedade estatal. Os indivíduos eram vistos principalmente como consumidores ou eleitores (OSTROM, 2009).

Buchanan (1965) acrescentou um terceiro tipo de bem, os "bens de clube." Esse tipo de bem está relacionado a grupos de indivíduos que criam associações privadas (clubes) para produtos e serviços que eles podem desfrutar enquanto excluem os não membros da participação e do consumo. Nesse caso, como nos bens privados, existe a possibilidade de excluir os que não cooperam ou não seguem as regras estabelecidas.

Ostrom (2009) propõe modificações adicionais para a classificação dos bens (Quadro 01). Ela substituiu o termo "rivalidade de consumo" por "subtrabilidade de uso", junto com a possibilidade de exclusão, além de considerar os níveis de baixa a alta para essas variáveis, em vez de caracterizá-los como presentes ou ausentes. Ostrom (2009) acrescentou os bens ou recursos de acesso comum, os quais compartilham os atributos de subtrabilidade com bens privados e dificuldade de exclusão com bens públicos. A autora alterou também o nome de bens de "clube" para bens de "pedágio" (OSTROM, 2009).

Subtrabilidade de Uso			
		Alta	Baixa
Dificuldade de excluir potenciais beneficiários	Alta	<i>Recursos de acesso comum:</i> bacias de águas subterrâneas, lagos, sistemas de irrigação, pesca, florestas, etc.	<i>Os bens públicos:</i> a paz e a segurança de uma comunidade, a defesa nacional, conhecimento, proteção contra incêndio, as previsões meteorológicas, etc.
	Baixa	<i>Bens privados:</i> alimentação, vestuário, automóveis, etc.	<i>Bens de pedágio:</i> teatros, clubes privados, creches

Quadro 01: Diferentes tipos de bens e suas características

Fonte: Ostrom (2009, p. 01), tradução nossa

Os quatro grandes tipos de bens descritos no Quadro 01 contêm muitos subtipos que variam substancialmente em relação a diversos atributos. Por

exemplo, um rio e uma floresta são ambos recursos comuns. Eles diferem substancialmente, no entanto, no que diz respeito à mobilidade das unidades de recursos, a facilidade de medida, a escala de tempo para a regeneração e outros atributos. Recursos específicos de acesso comum também diferem em relação à extensão espacial, número de usuários e muitos outros fatores (OSTROM, 2009). Para a autora, essas características são muito importantes e podem favorecer, ou prejudicar a cooperação dos indivíduos para a organização dos recursos comuns e, em consequência, a ocorrência ou não da tragédia dos comuns.

Para a tragédia dos comuns ocorrer, os indivíduos considerados devem ter um comportamento egoísta e explorar uma base de recursos finitos não regulamentados.

A "tragédia dos comuns" tem sido usada para descrever problemas diversos como os de cooperação. Hardin (1995) enfatiza que a cooperação, a partir do dilema do prisioneiro, é o jogo favorito dos teóricos da teoria dos jogos. Dodds (2005) confirma a análise de Hardin. Para ele, a Tragédia dos Comuns trata de uma simples aplicação da teoria dos jogos para uso dos recursos ambientais.

2.1.2 Dilema do prisioneiro

O dilema do prisioneiro é um caso clássico estudado pela teoria dos jogos que, no entendimento de Turocy e Stengel (2001), é o estudo formal de conflito e cooperação. Essa teoria conceitua-se a partir de jogos teóricos aplicáveis sempre que as ações dos diversos agentes são interdependentes. Estes agentes podem ser indivíduos, grupos, empresas, ou qualquer combinação destes. Os conceitos da teoria dos jogos fornecem uma linguagem para formular, estruturar, analisar e entender os cenários estratégicos.

O estudo de um duopólio, por Antoine Cournot em 1838, é o exemplo mais antigo de uma análise da teoria dos jogos formal. Depois disso é preciso esperar o matemático Emile Borel, que sugeriu uma teoria formal de jogos em 1921, a qual foi promovida por John von Neumann em 1928 como uma "teoria de jogos de salão". Depois da publicação, em 1944, do volume "Teoria dos Jogos e Comportamento Econômico" pelos economistas von Neumann e Morgenstern, esta teoria foi estabelecida como um campo separado de

pesquisa. Em 1950, John Nash demonstrou que os jogos finitos sempre têm um ponto de equilíbrio em que todos os jogadores escolhem ações que são melhores para eles dado as escolhas de seus oponentes. Este conceito central da teoria dos jogos não-cooperativos tem sido um ponto focal de análise desde então. Nas décadas de 1950 e 1960, a teoria dos jogos foi ampliada, sendo aplicada aos problemas da guerra e da política (TUROCY; STENGEL, 2001).

A teoria dos jogos, nos anos 1960, se tornou uma das ferramentas padrão utilizada por muitos economistas políticos, enquanto alguns cientistas políticos a descartavam por considerá-la apenas como outra forma de teoria da escolha racional. Nesse período, essa teoria tornou-se uma ferramenta utilizada e aceita pela maioria dos economistas (OSTROM, 2007).

A teoria dos jogos pode fornecer indicativos sobre estratégias possíveis de serem adotadas pelas diferentes partes interessadas em função da viabilidade de consenso, compromisso ou cooperação e de que tipos de cooperação melhor refletem os interesses das partes interessadas e atingem os seus objetivos. Outras vantagens é a possibilidade de formar coalizões, da gama de resultados possíveis no âmbito da dinâmica de tomada de decisões não cooperativas e da possibilidade de alcançar uma solução ótima ou satisfatória para todas as partes interessadas (COLYVAN; JUSTUS; REGAN, 2011).

A teoria dos jogos oferece uma maneira de caracterizar o comportamento de grupos, tanto de animais quanto de pessoas, oferecendo opções potencialmente úteis para a compreensão de comportamentos agregados inatos de muitas pessoas, como os relacionados às estratégias de utilização dos recursos. A força da teoria dos jogos é que a mesma pode caracterizar estratégias humanas gerais de cooperação e decisões relacionadas ao uso de recursos (DODDS, 2005).

A partir dessa teoria, Hardin (1968) presumiu um jogo de jogadores, considerando como participantes os pastores que usam uma pastagem de prado comum. Neste prado existe um limite superior para o número de animais que podem pastar numa determinada estação e sejam bem alimentados. Para um jogo de duas pessoas, a estratégia de "cooperar" pode ser pensada como a pastagem de $L/2$ animal para cada pastor. A estratégia de "defeito" é cada pastor colocar mais animais que $L/2$, já que ele acha que pode vender com

lucro (dado os seus custos privados).

No caso de um jogo com 2 pastores, se ambos os pastores limitarem a sua pastagem para $L/2$, eles vão obter 10 unidades de lucro. Se ambos escolher a estratégia de defeito, eles vão obter zero de lucro. Se um deles limita o seu número de animais para $L/2$, enquanto o outro colocar mais animais, o "desertor" obtém 11 unidades de lucro e o que limitou a lotação de animais perde 1.

Se cada um escolhe de forma independente, sem a capacidade de se envolver em um contrato vinculativo, cada um escolhe sua estratégia dominante, que é a de desertar. Como ambos desertam, eles obtêm lucro zero. Esse jogo era chamado por Hardin de "Jogo do Pastor" (Figura 01) e possui a mesma estrutura que a do jogo de dilema do prisioneiro.

Segundo Ostrom (1990), o dilema do prisioneiro é a formalização da "Tragédia dos Comuns" na forma de um jogo. O jogo demonstra que os indivíduos, ao tomarem decisões visando aos interesses individuais, atingem um resultado ineficiente no sentido de Pareto³. Dessa forma, o dilema do prisioneiro sugere que as estratégias individuais racionais levam a resultados coletivamente irracionais.

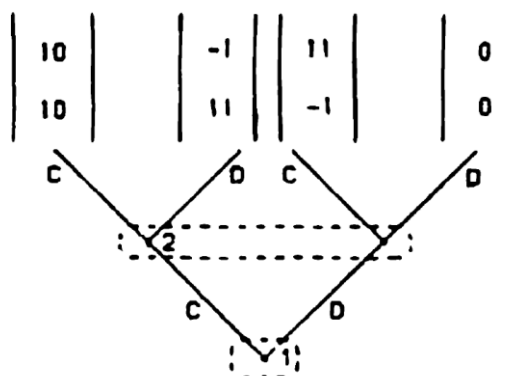


Figura 01: Jogo do Pastor de Hardin, ou dilema do prisioneiro.
Fonte: Ostrom (1990, p.4)

O dilema do prisioneiro é talvez o jogo mais conhecido em toda a literatura da teoria dos jogos, especialmente na literatura discursiva aplicada às ciências

³ O Ótimo de Pareto é um conceito de economia desenvolvido pelo economista italiano Vilfredo Pareto. Entende-se que uma situação econômica é ótima no sentido de Pareto se não for possível melhorar a situação, ou, mais genericamente, a utilidade, de um agente, sem degradar a situação ou utilidade de qualquer outro agente econômico (BRANDÃO, 2012).

sociais.

Para especificar a estrutura de um jogo e prever os resultados, Ostrom (2009, p. 8) afirma que o teórico deve postular:

1. as características dos atores envolvidos (incluindo o modelo da escolha humana adotada pelo teórico);
2. as posições que detêm (por exemplo, primeiro motor ou jogador de linha);
3. o conjunto de ações que os atores podem tomar em nós específicos em uma árvore de decisão;
4. a quantidade de informação disponível em um nó de decisão;
5. os resultados que os atores afetam conjuntamente;
6. o conjunto de funções que mapeiam atores e ações em nós de decisão em resultados intermediários ou finais; e
7. os benefícios e os custos atribuídos à vinculação das ações escolhidas e obtidas (Tradução nossa).

Na visão de Axelrod e Hamilton (1981) no caso do dilema do prisioneiro, num jogo sem repetição, sem comunicação, nenhuma estratégia pode dominar a estratégia de deserção pura. Assim, nesse jogo desertar é a estratégia dominante para os diferentes jogadores.

A Figura 2 mostra a matriz de *payoff* de um jogo do tipo dilema do prisioneiro e evidencia a falta de cooperação (deserção) como estratégia dominante. Se o jogador B coopera, a escolha entre a cooperação que rende R (a recompensa pela cooperação mútua) ou deserção que produz T (a tentação de deserção) é automática. Como $T > R$, vale a pena o jogador A desertar. Por outro lado, em caso de deserção do jogador B, a escolha entre a cooperação que produz S (retorno do otário) ou deserção que produz P (a punição por deserção mútua) é também automática. Como $P > S$, o jogador A escolherá desertar. Assim, não importa o que o jogador B faz, o jogador A sempre vai preferir desertar, pois $T > R > P > S$. Essa solução não é a mais eficiente para o conjunto dos jogadores, pois R é superior a P, mas é a mais seguro para cada jogador de modo individual.

		Player B	
		C	D
Player A		Cooperação	Deserção
C	Cooperação	R = 3 Recompensa para cooperação mútua	S = 0 Pagamento de otário
D	Deserção	T = 5 Tentação para deserção	P = 1 Punição por deserção mútua

Fig. 2. Indicação dos retornos do Jogador A em função das ações de ambos jogadores.
Fonte: Axelrod; Hamilton (1981, p. 1392, Tradução nossa)

Assim, o dilema do prisioneiro representa bem o dilema entre cooperar e trair. O jogo original foi baseado a partir de dois suspeitos, A e B, que são presos pela polícia. A polícia, não tendo provas suficientes para os condenar separa os prisioneiros em salas diferentes e oferece a ambos o mesmo acordo (CRISPINO; SANTOS, 2011, p. 15):

1. Se um dos prisioneiros confessar (trair o outro) e o outro permanecer em silêncio, o que confessou sai livre enquanto o cúmplice silencioso cumpre 10 anos.
2. Se ambos ficarem em silêncio (colaborarem um com o outro), a polícia só pode condená-los a 1 ano cada um.
3. Se ambos confessarem (traírem o comparsa), cada um leva 5 anos de cadeia.

Cada prisioneiro toma uma decisão sem saber a escolha do outro, visto que eles não podem conversar. O cenário de forma completa e as opções e implicações para cada jogador, estão contidas na Quadro 02.

PRISIONEIRO B	PRISIONEIRO A	
	Decisões Possíveis	
	Colaborar (silêncio)	Trair (confessar)
Colaborar (silêncio)	1 ano (A), 1 ano (B)	10 anos (A), Livre (B)
Trair (confessar)	Livre (A), 10 anos (B)	5 anos (A), 5 anos (B)

Quadro 02: Matriz de opções – dilema do prisioneiro

Fonte: Pyndyck; Rubinfeld (2002, p. 470).

Os prisioneiros não podem combinar a decisão, pois estão em salas isoladas, sem comunicação e devem escolher simultaneamente. Cada jogador quer ficar preso o menor tempo possível, ou seja, maximizar seu resultado individual. Considerando os incentivos deste jogo (os valores das penas para cada combinação de decisões na matriz), existe uma única decisão racional a tomar: trair (BARRICHELO, 2002).

Em teoria dos jogos trair é a estratégia dominante, ou seja, aquela que apresenta o melhor resultado, independentemente da decisão do outro jogador. Quando em um certo jogo, devido ao esquema de incentivos (a matriz de resultados) o jogador não precisa se preocupar com a decisão alheia porque

existe uma opção melhor independente do seu competidor, então deve escolher a estratégia dominante (DODDS, 2002).

No exemplo dos prisioneiros, como ambos vão escolher trair, que é a estratégia dominante, cada um é preso por cinco anos. Assim, diz-se que Trair-Trair é a solução de equilíbrio, ou Equilíbrio de Nash.

De acordo com Pindick; Rubinfeld (2002) o Equilíbrio de Nash é um conjunto de estratégias ou ações em que cada empresa faz o melhor que pode em função do que suas concorrentes estão fazendo. Esse conceito foi explicado claramente, pela primeira vez, em 1951 pelo matemático John Nash, de tal modo que este equilíbrio leva o seu nome. É a solução (combinação de decisões) em que nenhum jogador pode melhorar seu resultado com uma ação unilateral. Ou seja, dado que Trair-Trair é a solução de equilíbrio (o resultado racional do jogo), se o Prisioneiro A mudar unilateralmente para colaborar ele sai perdendo (10 anos), o mesmo ocorrendo para o Prisioneiro B.

O grande problema no Dilema dos Prisioneiros é que o equilíbrio (Trair-Trair) não é o melhor resultado, pois existe um outro possível e melhor: se ambos escolherem colaborar (ficar em silêncio) cada um ficaria com apenas um ano de prisão. Assim, o dilema do prisioneiro é uma abstração de situações comuns onde a melhor escolha individual conduz à traição mútua, enquanto que a colaboração proporcionaria melhores resultados. Por isso diz-se que o Dilema dos Prisioneiros resulta em um "equilíbrio ineficiente" pois o esquema de incentivos e racionalidade induz a um resultado pior (PINDICK; RUBINFELD, 2002).

A Teoria dos Jogos tem tentado enfrentar a "ineficiência" óbvia do resultado do dilema do prisioneiro. Em jogos repetidos, padrões de cooperação podem ser estabelecidos como um comportamento racional quando o medo de punição no futuro supera o ganho de desertar hoje dos jogadores (TUROCY; STENGEL, 2001).

Para ser funcional, o dilema do prisioneiro depende de falta de comunicação e do fato de ser um jogo sem repetição. Comunicação e falta de informação sobre o fim do jogo podem alterar o resultado previsto. Assim, o dilema do prisioneiro se torna um dilema da confiança. Esse dilema pode ser resolvido por meio de ações coletivas, assunto tratado no próximo item.

2.1.3 Ações coletivas

Serão abordados a seguir conceitos e fatores responsáveis pelas ações coletivas, assim como a importância do tamanho dos grupos a partir da teoria de ações coletivas proposta por Olson (1971).

2.1.3.1 Conceitos

As ações coletivas podem ser definidas como interações sociais que envolvem um grupo de indivíduos buscando interesses comuns que requerem ações conjuntas e que podem ser realizadas apenas coletivamente e não individualmente (HARDIN, 1995). Sandler (2015) afirma que a ação coletiva surge quando são necessários os esforços de dois ou mais indivíduos, ou agentes (por exemplo, países), para atingir um resultado. Araújo (2006) conceitua a ação coletiva como um fenômeno capaz de trazer mudanças às estruturas sociais em termos de bem coletivo.

Em relação ao objetivo da ação coletiva, Nassar (2001) afirma que não é maximizar o bem-estar social, como deveria ser o papel do Estado, nem maximizar o retorno dos acionistas, como é o caso das empresas privadas. Assim, as ações coletivas são realizadas por organizações sem fins lucrativos com objetivos específicos, como é o caso das organizações não governamentais (ONGs), fundações mantidas por empresas, associações de interesse e grupos de filantropia. Estas organizações se baseiam no princípio de que um indivíduo não tem incentivos para agir sozinho na produção de um bem, ou executar uma tarefa. Uma vez percebido que há necessidade de produção desse bem, para que isso se concretize, há necessidade da cooperação dos indivíduos de tal forma que se viabilize sua produção.

Para Ramírez e Berdegué (2003), outros objetivos das ações coletivas seriam o acesso a outra dimensão de bem-estar material, modificar as relações sociais e de poder existentes no interior de populações específicas (como, por exemplo, as populações rurais), influenciar as políticas públicas para ampliar as possibilidades de desenvolvimento e superar a exclusão, desenvolver a capacidade dos indivíduos (capital humano), fortalecer as organizações, e aprofundar normas e valores como a solidariedade, reciprocidade e confiança, que contribuem para o bem comum (capital social).

Olson (1971) indica que o princípio de base geralmente admitido, no

período da publicação de seu artigo, era que grupos de indivíduos com interesses comuns geralmente tentavam promover esses interesses. Assim, esperava-se que esses grupos agissem em nome de seus interesses comuns, ou interesse do grupo, da mesma forma que os indivíduos agiriam em nome de seus interesses pessoais. No entanto, o autor demonstrou que essa situação era bastante rara e dependia de vários fatores.

2.1.3.2 Fatores responsáveis pela ação coletiva

O trabalho de Olson (1971) sobre a ação coletiva pode ser considerado como referência para análise das motivações dos agentes agirem coletivamente (lógica da ação coletiva). O autor inclui o conceito de bens coletivos como fator de estímulo para a formação dos grupos, visto que assim os indivíduos deveriam se unir para conseguir um objetivo em comum que não alcançariam individualmente, uma vez que individualmente eles são incapazes de arcar com os custos.

Conceitualmente, bens coletivos são oriundos de bens públicos que são bens não exclusivos e não rivais. Bens não exclusivos são aqueles pelo qual os indivíduos não podem ser excluídos de seu consumo e cujo uso dificilmente pode ser cobrado. Os bens são não rivais quando o custo marginal de fornecimento para um consumidor adicional é zero (PINDYCK; RUBINFELD, 2002).

Operacionalmente, os bens públicos tornam-se bens coletivos quando são do interesse específico de um determinado setor. Esses bens, tanto públicos quanto coletivos, estão sujeitos ao comportamento de carona. Nesse caso, a racionalidade individual não corresponde automaticamente à racionalidade coletiva e pode prejudicar a cooperação. Uma legislação, por exemplo, que cria isenção fiscal específica para um setor é um bem coletivo típico (FARINA, 1997).

Na lógica de Olson (1971), os integrantes de grupos pequenos percebem com maior nitidez o peso de suas contribuições para o provimento do bem comum. No caso dos membros de grupos grandes, a ação coletiva é mais difícil, pois estes percebem, racionalmente, que seu peso individual na consecução do bem é irrisório. Portanto, os indivíduos não têm incentivos

suficientes para cooperar e o bem comum advindo dessa cooperação provavelmente não será provido.

Olson (1971) observou dois aspectos em relação a grandes grupos envolvidos no fornecimento de bens coletivos. O primeiro foi que, à medida que os grupos se tornam maiores, a contribuição individual tende a ser maior do que a percepção individual do retorno do bem coletivo compartilhado entre os membros que compõem a ação. Nesse caso, na percepção dos indivíduos, o custo da cooperação ultrapassa seus benefícios. O segundo aspecto revela que, em grandes grupos os membros tendem a tolerar outros membros que não se envolvem diretamente na ação coletiva (*free-rider*). Porém, se muitos membros adotarem essa postura, os objetivos da ação coletiva não serão alcançados.

A lógica de não cooperação em grupos grandes é reforçada pelo caráter não-exclusivo do bem, pois os chamados *free-riders*, ou “caroneiros”, podem supor que se beneficiarão, de todo modo, no caso de provimento do bem, ainda que não contribuam para a ação coletiva pertinente (LACERDA, 2011). Olson (1971) afirma que o “carona” surge em decorrência dos indivíduos possuírem disposições diferentes em alcançar o objetivo comum. Alguns indivíduos trabalharão mais arduamente que outros, uma vez que o benefício é o mesmo para todos, independentemente do esforço despendido. Para Britto (2002), o *free-rider* é o oposto da cooperação, que significa contribuir para os objetivos comuns, relegando os objetivos individuais ao segundo plano.

Baseado nos problemas de “*free riding*” e de valor da contribuição em relação ao valor do bem coletivo, Olson (1971) conclui na interferência do tamanho do grupo sobre a eficácia da ação coletiva. Independentemente da sua composição, grupos menores possuem custos de transação menores, sendo mais eficientes que grupos grandes. Ainda, segundo o autor, o ponto mais importante no que se refere aos grupos pequenos é que eles podem ser capazes de promover-se por causa da atração individual que o benefício coletivo tem para cada um de seus membros.

Olson (1971) aponta que indivíduos com interesses em comum tendem a agir visando aos objetivos do grupo. No entanto, é evidente que alguns interesses individuais podem diferir dos interesses do grupo, favorecendo o

surgimento de conflitos e dificuldades de se estabelecerem as estratégias coletivas.

Segundo a teoria de Olson (1971), que procura explicar a atitude daqueles que promovem ações voltadas à busca de bens coletivos – como por exemplo os dirigentes de associações de bairro, os síndicos de prédios e os políticos bem-intencionados, estas pessoas fazem mentalmente um raciocínio matemático conforme o qual os esforços que empreendem são resultados de duas variáveis, as quais correspondem ao custo de obtenção do bem comum e ao benefício que este bem proporciona. Ou seja, os indivíduos realizam a seguinte operação mental:

$$(1) \text{ Ação coletiva} = \text{valor atribuído ao bem comum} - \text{custo de obtenção}$$

Se o valor atribuído ao bem comum é maior que o custo de obtenção, a ação individual que trará benefícios coletivos será disparada. Enquanto muitas vezes os beneficiários do bem comum ficam parados, mesmo desfrutando de tais benefícios, aqueles que lutam pelos benefícios coletivos o fazem ou por uma valorização (do benefício) além dos demais, ou por não enxergarem custo tão elevado quanto os demais enxergam.

Assim, mesmo que os indivíduos compartilhem os mesmos interesses, não é evidente que eles devam atuar coletivamente, pois eles podem imaginar que o esforço individual será maior que o benefício que se poderá obter com a ação coletiva (PARAMIO, 2000).

Para Olson (1971) o conceito de bens coletivos pode ser aplicado a bens que interessam apenas a um subconjunto da sociedade, onde os membros desse grupo, mesmo desejosos de um benefício coletivo, individualmente não têm incentivos para arcarem com os custos da sua obtenção. Se a melhor escolha de cada agente for a não-contribuição, obtém-se um resultado “pareto-ineficiente” para o grupo como um todo. O autor cita como exemplo uma greve de trabalhadores em busca de maiores salários, onde um possível acréscimo nos pagamentos beneficiará a todos os empregados. Neste caso, tanto os grevistas como os não grevistas se beneficiarão da greve e a escolha racional seria evitar os riscos de uma retaliação patronal e comparecer ao trabalho, deixando os outros fazer a greve. Em consequência, a greve fracassa e o bem

coletivo não é alcançado. Quando a racionalidade individual não coincide com a racionalidade coletiva tem-se o chamado problema da ação coletiva.

2.1.3.3 Importância do tamanho do grupo

A teoria da ação coletiva desenvolvida por Olson (1971) identifica claramente a importância do número de membros do grupo. Em um grupo muito pequeno, a parcela do bem que cabe a cada membro pode ser superior aos custos totais, beneficiando cada um. Nesse caso, um agente com maior poder aquisitivo pode prover o bem coletivo e arcar sozinho com os custos. Um bom exemplo desse fenômeno seria um duopólio no qual uma das firmas financia um *lobby* por uma tarifa de importação mesmo sabendo que a outra empresa será beneficiada. No outro extremo estão os grupos com um número grande de agentes, onde cabe a cada um apenas uma pequena parcela do bem coletivo e a sua contribuição mal traz impactos perceptíveis sobre os custos dos outros agentes. Nesse caso, como abordado anteriormente, a teoria prevê que o comportamento de caroneiro será predominante e que a ação coletiva não ocorrerá.

Olson (1971) apontou três fatores que reforçam a ideia de uma cooperação mais fácil em grupos pequenos. O primeiro deles está relacionado com o efeito de percepção. Quanto menor o grupo, maior a percepção do benefício alcançado em relação ao trabalho aplicado por cada membro. O segundo fator está ligado ao *free-rider*, com uma probabilidade menor de ocorrer em pequenos grupos. Nesses grupos os outros membros percebem e tendem a reagir. Já o terceiro fator está relacionado aos custos envolvidos na ação coletiva: quanto menor o grupo, menor o custo de organizar a ação coletiva.

Os resultados propostos por Olson (1971) foram resumidos por Nassar (2001, p. 46) no Quadro 03.

Para Olson (1971), quando $V_i/C > 1$, a ação coletiva passa a ser possível. Nos grupos pequenos, é possível que algum membro descobre que seu ganho pessoal em ter o bem coletivo excede o custo total de fornecer esse bem. Nesse caso seria melhor se o bem coletivo fosse fornecido, mesmo se tivesse de pagar a totalidade do custo da prestação por si próprio. Nessa situação, presume-se de que será fornecido o bem coletivo.

Tamanho do grupo	V_i / V_t	V_i / C	Ação coletiva	Exemplo
Grande	Baixo para todos os indivíduos (grupos latentes)	> 1	Não ocorrerá espontaneamente, pois todos os indivíduos têm incentivos para agir como "caronas". Só ocorrerá com contribuição obrigatória.	O Estado que precisa recolher impostos de forma compulsória.
	Alto para um conjunto pequeno de indivíduos e baixo para os demais (grupos intermediários)	> 1	Sim, porém grande parte do custo é realizado pelo pequeno grupo, que é explorado pelo outro (arranjo sub ótimo).	Um grande movimento para resolver um problema ambiental. A tendência é que os indivíduos diretamente prejudicados se dediquem muito, embora o problema possa sensibilizar muitas pessoas.
Pequeno	Baixo para todos os indivíduos (grupos intermediários)	> 1	Não ocorrerá espontaneamente, pois todos os indivíduos têm incentivos para agir como "caronas". Só ocorrerá mediante contribuição obrigatória.	Associação de bairro. A organização de um prédio que necessita de condomínio obrigatório para manutenção das instalações.
	Alto para 1 ou poucos indivíduos (grupos privilegiados)	> 1	Grande parte do custo e do benefício é usufruído por 1 ou poucos indivíduos, que podem pagar sozinho para a realização do bem coletivo	Um grupo de interesses setorial. A diretoria procura negociar junto ao Estado vantagens que favoreçam mais a seus componentes do que aos demais. A própria participação na diretoria confere <i>status</i> a seus integrantes, a ponto de incentivá-los a contribuir permanentemente.

Legenda: V_i / V_t - valor do bem coletivo para o indivíduo dividido pelo valor total do bem; V_i / C - valor do bem coletivo para o indivíduo dividido pelo custo médio de obtenção do bem.

Quadro 03: Estrutura de incentivos para ação coletiva

Fonte: Nassar (2001), baseado em Olson (1971), com adaptações da autora

Em pequenos grupos marcados por graus consideráveis de desigualdade, isto é, em grupos com membros de "tamanho" ou peso econômico desigual, há maior probabilidade de que um bem coletivo seja fornecido. Maior o interesse no bem coletivo de um único membro, maior a probabilidade desse bem coletivo ser fornecido, mesmo que esse membro tem que pagar a totalidade dos custos.

Assim, o ponto mais importante sobre pequenos grupos é que eles podem ser capazes de dotar-se de um bem coletivo simplesmente por causa da

atração do bem coletivo para os membros individuais. Nisso os pequenos grupos diferem dos maiores.

Outro elemento importante é o tipo de benefício trazido pelo bem. O que leva um grupo a agir e ter algum tipo de ganho no mercado pode ser um "benefício coletivo", na expressão de Olson (1971), "exclusivo ou inclusivo".

Para o autor em grupos não mercantis, ou organizações que procuram um bem coletivo, os benefícios de uns não prejudicam os dos outros. Assim, quanto maior o número de participantes para partilhar os benefícios e custos, melhor os resultados. Um aumento no tamanho do grupo não traz competição para os participantes, mas pelo contrário pode conduzir a menores custos para eles. Nesses grupos, do tipo inclusivo, os membros não se veem como concorrentes e a participação de mais pessoas é favorecida. O comportamento do tipo "carona" não é reprimido, pois não prejudica os outros membros do grupo (OLSON, 1971).

O mesmo autor ainda afirma que nas empresas em mercados competitivos, o "benefício coletivo", que pode ser um maior preço, é tal que se uma empresa vende mais a esse preço, as outras empresas deverão vender menos, de modo que o maior benefício de um prejudica o benefício dos outros.

A quantidade fixa e limitada do benefício, segundo Olson (1971), pode dar origem ao "bem coletivo" (o preço mais elevado) o que, em uma situação de mercado, leva as empresas a tentar reduzir o tamanho do grupo. Este tipo de bem coletivo é chamado de "bem coletivo exclusivo." Nesses casos os participantes se consideram como concorrentes e as situações de carona não são permitidas.

Olson (1971) também estabeleceu uma taxonomia para os grupos em função da probabilidade de acontecer a ação coletiva, dividindo-os em três grupos:

- Grupos privilegiados (*Privileged groups*) - nesses grupos, que são sempre pequenos, existe ao menos um agente para quem os benefícios da ação coletiva são maiores que os custos, mesmo que ele seja o único contribuinte. Nesse caso, a ação coletiva sempre será realizada;

- Grupos intermediários (*Intermediate groups*) – não há uma definição rigorosa desses tipos de grupos, uma vez que estariam incluídos grupos de tamanho oligopolísticos (*oligopolistic sized groups*), não privilegiados, nos quais

o comportamento de cada agente é perceptível para os outros agentes. Um comportamento *free-rider* isolado teria um impacto substantivo nos custos e nos benefícios da ação coletiva. A ilustração mais característica de grupo intermediário seria o de um cartel, em que a deserção de apenas um dos membros põe fim ao conluio.

Olson (1971) afirma que este é um grupo em que nenhum membro poderá obter sozinho uma parte do ganho suficientemente grande para incentivá-lo a prover o benefício, mas que não tem tantos integrantes a ponto de um membro não perceber se outro está ou não ajudando a prover o benefício coletivo. Nesse caso, o resultado é indeterminado e não há uma solução geral: tanto a ação coletiva pode ocorrer, quanto não, mas nenhum benefício coletivo jamais será obtido sem alguma coordenação ou organização grupal.

- Grupos Latentes (*Latent groups*) - é o tipo de grupo no qual o problema da ação coletiva é mais intenso. Por mais que os agentes tenham interesses em comum, sua pulverização faz com que o comportamento de caroneiro seja racional em termos individuais, o que leva a um nível nulo de produção do bem coletivo. Outro entrave no caminho dos grupos latentes consiste nos elevados custos de localização dos membros, sua organização, a barganha, entre outros, para que o problema da ação coletiva seja resolvido.

Olson (1971) destacou que para motivar os indivíduos, ou firmas, a contribuir para a ação coletiva, é necessário que haja mecanismos de “incentivo independente” e “seletivo”, como uma premiação individual. Esses incentivos servem como motivação para a contribuição individual na ação coletiva, os quais podem ser incentivos monetários ou sociais. Estes incentivos ainda podem ser negativos (como uma punição àqueles que não arcarem com a sua parte dos custos da ação grupal) ou positivos (recompensas positivas aos que agirem pelos interesses dos grupos).

Os incentivos econômicos não são os únicos possíveis, visto que as pessoas podem se motivar por desejo de “[...] prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de fundo social e psicológico” (OLSON, 1971, p. 72), dado que “[...] status social e aceitação social são benefícios individuais não-coletivos. Sanções e recompensas sociais são ‘incentivos seletivos’, isto é, são incentivos do tipo que podem mobilizar um grupo latente” (OLSON, 1971, p. 73).

Para Ostrom (1990), a emergência de ações coletivas depende, principalmente, de incentivos individuais para a participação nas decisões dos grupos. Porém, o tamanho destes é determinante para que haja uma busca racional e voluntária de um interesse individual que produza um comportamento grupal. Para a autora, os grupos pequenos irão promover seus interesses comuns de um modo melhor que os grandes.

Os grupos privilegiados estão numa posição mais vantajosa porque alguns, ou todos os seus membros, terão um incentivo para se esforçar a fim de que tudo ocorra bem, o que não é válido para os outros grupos (OLSON, 1971).

Uma outra distinção apontada por Olson (1971) para explicar a maior eficiência dos grupos pequenos envolve o consenso grupal. As discussões para chegar em decisões consensuais frequentemente levam a sérios desacordos entre os membros do grupo, o que não favorece o esforço coordenado e voluntário. Havendo um alto grau de concordância a respeito do que se quer e da forma de como obtê-lo é quase certo que haverá ação grupal eficiente. Esse tipo de acordo é mais fácil de ser obtido em grupos pequenos do que em grandes grupos.

Nassar (2001) adicionou outro fator que interfere no desempenho da ação coletiva: a heterogeneidade dos grupos. Com base na análise de associações de interesse privado, o autor conclui que os grupos heterogêneos também necessitam de incentivos para que os indivíduos participem da ação coletiva. Nesses grupos, os custos de transação são apontados como o principal problema associado ao baixo desempenho da ação coletiva, sendo necessário o desenvolvimento de novas formas organizacionais apropriadas para prover os bens coletivos.

Olson (1971) afirma que é possível especificar, na obtenção de um benefício coletivo, quando será necessária uma coordenação informal ou a existência de algum tipo de organização. Um grupo privilegiado pode se arranjar sem qualquer acordo grupal, ou organização. Nesse tipo de grupo, um ou mais membros ficam com uma fração tão grande do ganho total que julgam valer a pena fazer com que o benefício coletivo seja provido, mesmo que tenham de pagar o custo total sozinhos.

O acordo grupal pode ser efetuado para distribuir de forma mais ampla os custos, ou para determinar o nível desejado de provimento do benefício coletivo. Nos

grupos não privilegiados, nenhum benefício coletivo poderá ser obtido sem algum acordo, coordenação ou organização grupal. Sempre que houver um incentivo à ação unilateral e individual, com comportamento do tipo “carona”, uma organização formal e uns acordos grupais informais serão indispensáveis para obter o benefício coletivo (OLSON, 1971).

Na visão de Olson (1971), quanto maior for o grupo, mais difícil será a realização desses acordos e a organização do grupo, e maior será o número de membros que deverão ser incluídos. Assim, nota-se que qualquer grupo que tenha de se organizar para obter um benefício coletivo descobrirá que há um gasto organizacional mínimo que deve ser encarado, não importando o valor de benefício a ser obtido. Percebe-se que quanto maior o número de membros, maiores serão esses custos mínimos.

Para Ring e Van de Ven (1994) os relacionamentos geralmente são iniciados a partir de acordos informais, de pouca abrangência e pouco risco envolvido. A partir daí, à medida que o relacionamento é estabelecido e atende à critérios de eficiência e equidade, as partes se sentem seguras para estabelecer vínculos mais próximos. Os relacionamentos cooperativos inter organizacionais são similares ao comportamento dos indivíduos, ou firmas, individualmente. Nota-se que a equidade, neste caso, pode ser entendida como a distribuição de benefícios, de forma igualitária, para os indivíduos dentro de um grupo. Ela interfere na cooperação entre os indivíduos, pois afeta a coesão do grupo.

Ostrom (1990) discute três modelos tradicionalmente usados na elaboração de políticas públicas para solucionar o uso de Recursos Comuns: a tragédia de Hardin dos bens comuns, o jogo do dilema do prisioneiro e a lógica da ação coletiva de Mancur Olson. Os três modelos preveem que aqueles que utilizam os recursos comuns não devem cooperar de modo a alcançar os benefícios coletivos. Além disso, indivíduos são percebidos como estando presos em uma situação estática, incapaz de mudar as regras que afetam os seus incentivos.

O item seguinte passa a descrever as soluções para a cooperação entre os grupos, com a temática da Governança dos Bens Comuns.

2.2 SOLUÇÕES PARA COOPERAÇÃO

Neste item são abordadas as soluções para cooperação na visão de Ostrom (1990), com a governança dos comuns.

2.2.1 Limite dos modelos de ação coletiva

De acordo com Nassar (2001), o alinhamento de interesses em uma ação coletiva não reside na equivalência do interesse próprio dos indivíduos, mas sim na constatação de que os indivíduos têm necessidades comuns que só podem ser atendidas por meio de ações conjuntas. Assim, uma ação coletiva envolve a cooperação entre os indivíduos.

A cooperação é uma relação de troca que, para Nassar (2001), envolve conflito porque as duas partes pretendem maximizar seu ganho. Ela também exige coordenação porque ambas as partes ganharão se a troca ocorrer. Toda troca é uma cooperação, mas nem toda cooperação é uma troca. Portanto, a cooperação é um conceito mais amplo que a troca física de bens. Em outras palavras, quando dois agentes transacionam bens, eles estabelecem uma cooperação.

A abordagem de Ostrom (1990) permite a compreensão dos mecanismos e processos que impulsionam e podem resultar em ações coletivas para a gestão de recursos de propriedade comum. Os estudos de Ostrom apresentam exemplos empíricos de sucessos e insucessos na governança de recursos comuns naturais, como água e floresta. A autora desenvolveu uma nova ferramenta teórico-metodológica que permite a compreensão das capacidades e limitações das instituições e organizações autônomas na regulação das diversas categorias de recursos comuns, que a autora denominou de *Common-Pool Resources* (CPR).

Ostrom (1990) afirma que os modelos desenvolvidos por Olson, Hardin e o dilema do prisioneiro não estão errados, mas que representam apenas situações particulares e não a situação geral. Quando indivíduos têm altas taxas de desconto em relação ao futuro, baixa confiança mútua, sem a capacidade de se comunicar, de entrarem em acordos vinculativos, de monitorar suas ações e de impor penalidades, eles não estão propensos a escolher benefícios conjuntamente estratégicos; isto também foi identificado por Hardin no jogo do dilema do prisioneiro. A exceção seria para o caso de tais estratégias se tornarem estratégias dominantes, conforme levantado por Olson, nos grupos privilegiados.

Estes modelos podem prever com sucesso estratégias e resultados em

situações particulares, mas eles não podem prever os resultados fora das condições evidenciadas anteriormente. Eles são úteis para prever o comportamento no caso de CPR em que ninguém se comunica, onde todo mundo age de forma independente e nenhuma atenção é dada aos efeitos de suas ações. Assim, os custos de tentar mudar a situação se tornam muito elevados. Esses modelos são menos úteis para prever o comportamento dos beneficiários de CPR de pequena escala, onde os indivíduos comunicam-se repetidamente e interagem uns com os outros. Assim, é possível que eles possam aprender em quem confiar, conhecer os efeitos que suas ações terão sobre os outros e sobre os recursos de uso comum, e como se organizar para obter benefícios e evitar danos. Quando indivíduos vivem em tais situações, por um longo período, eles podem desenvolver normas compartilhadas e padrões de reciprocidade. Nesse caso, eles possuem o capital social com o qual podem construir arranjos institucionais para a resolução de dilemas de uso de recursos comuns (OSTROM, 1990).

Segundo Hardin (1995) a ação coletiva baseada na cooperação pressupõe um interesse normativo, que é mais importante que o auto interesse dos indivíduos. Para Polman *et al.* (2010), os esforços de auto-organização para evitar problemas do tipo da tragédia dos comuns passam pela configuração de regras institucionais para a governança e gestão dos recursos comuns, criando um fluxo contínuo de benefícios.

Para Ostrom (1990), as teorias mais utilizadas de ação coletiva são pouco explicativas e muito difíceis de interpretar (teorias não produzem implicações claras para recomendar políticas públicas) para serem totalmente satisfatórias como base para a análise de políticas eficazes de mudança institucional.

A autora questiona as implicações políticas de saber que o tamanho de um grupo aumenta a dificuldade de organizar a ação coletiva, de presumir que pequenos grupos vão cuidar de si mesmos sem nenhuma intervenção, e que autoridades externas terão que governar e gerir os CPR usados por grupos maiores. Para ela, o custo da organização de um grupo de agricultores que vivem próximos um do outro e querem se apropriar do mesmo canal de água é consideravelmente menor do que o custo de organizar um grupo de agricultores, muitos dos quais nunca entram em contato direto um com o outro.

Mesmo no caso de um grupo grande de produtores próximos, uma vez que unidades menores são organizadas, o custo marginal de agrupá-las em uma unidade maior, na forma de uma associação entre os grupos, é substancialmente menor do que o custo de começar com nenhuma base anterior.

Ostrom (1990) aponta três problemas com as teorias de Olson, Hardin e o dilema do Prisioneiro, que reduzem sua utilidade em fornecer uma base para a análise de políticas de mudança institucional em CPR. Para ela, as teorias não levam em conta: (1) a necessidade de refletir a natureza incremental da mudança institucional auto-transformadora, (2) a importância das características dos regimes políticos externos em uma análise de como as variáveis internas afetam níveis de provisão coletiva de regras, e (3) a necessidade de incluir os custos de informação e transação.

2.2.2 Uso sustentável dos recursos comuns e cooperação entre atores

Os atores interagem e os resultados dessas interações são afetados por e afetam o sistema onde ficam os recursos comuns, a presença de recursos (Unidades de Recursos), os sistemas de governança e os próprios atores. Esses fatores, por sua vez, afetam e são afetados pelas situações políticas, sociais e econômicas e pelos ecossistemas onde se localizam os recursos comuns (Figura 03).

Ostrom (2009) identificou um conjunto de 10 variáveis que influenciam a probabilidade dos usuários de uma CPR se organizar para superar os dilemas de uso de recursos comuns (OSTROM, 2009). Estas variáveis incluem o tamanho, a produtividade e a previsibilidade dos recursos do sistema; o grau de mobilidade dos recursos; a existência das escolhas coletivas que os usuários da CPR podem adoptar de modo autoritária, a fim de mudar suas próprias regras de funcionamento; e quatro atributos ligados aos atores: o número, a existência de liderança, o conhecimento sobre o Sistema Sócio Ecológico (SES) e a importância do SES para os atores.

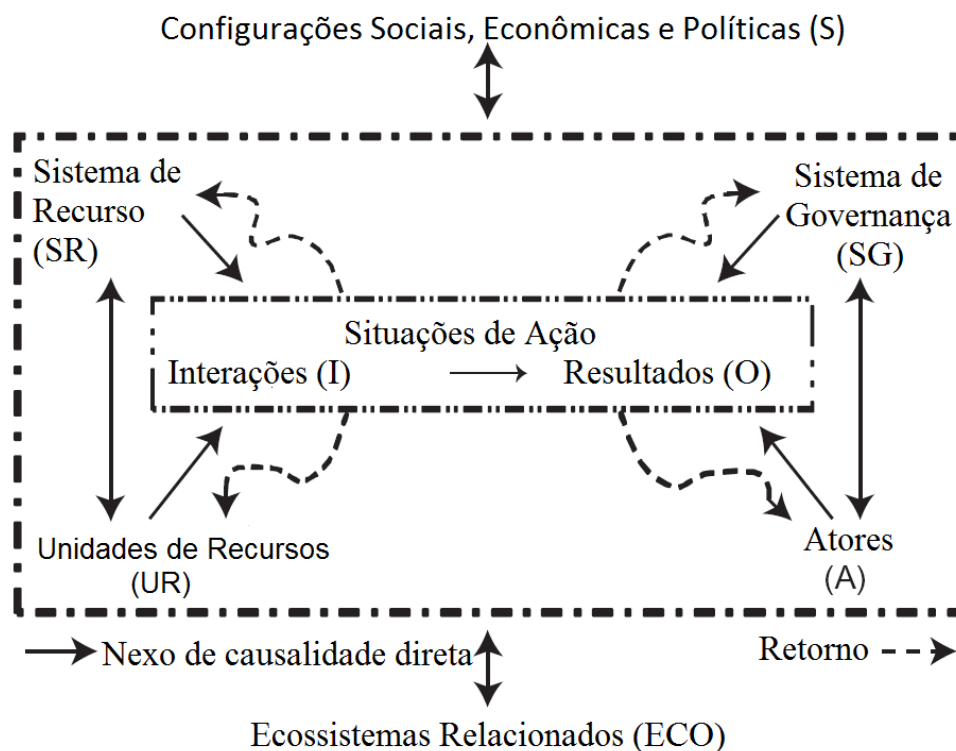


Figura 03: Fatores que influenciam e são influenciados pela interação entre os atores dentro de um Sistema Socio-Ecológico.

Fonte: Ostrom (2011, p. 22)

Segundo Ostrom (1990), as variáveis que influenciam os benefícios da ação coletiva e, em consequência, interferem na decisão dos indivíduos em cooperar ou não no uso dos recursos comuns, são apresentadas no Quadro 04.

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Número total de tomadores de decisão; 2. Número de participantes minimamente necessários para alcançar o benefício coletivo; 3. Taxa de desconto utilizada; 4. Similaridades de interesses e; 5. Presença de participantes com liderança substancial ou outros ativos. |
|---|

Quadro 04: variáveis que influenciam os resultados das ações coletivas

Fonte: Ostrom (1990), tradução nossa.

Para Ostrom (2010), o comportamento humano caracteriza-se por ser limitadamente racional e baseado em normas. Porém, considerando a falta de informações completas sobre todos os resultados possíveis, ações e estratégias, as pessoas usam heurística (ou regras criadas para solucionar problemas). Normas, ou avaliações internas aprendidas de determinadas ações, podem guiar o comportamento dos indivíduos. Assim, as normas em torno de retribuição e reciprocidade são particularmente importantes nos

problemas de ação coletiva. Neste caso, normas que promovam a confiança podem se desenvolver (OSTROM, 2010).

No entanto, para a autora o fato de reconhecer que os indivíduos adotam normas não é suficiente para prever seus comportamentos em situações de dilema social, principalmente em grupos grandes. Essa constatação vai de acordo com as conclusões de Olson (1971) sobre as dificuldades de organizar grupos grandes.

Para resolver o problema de cooperação Ostrom (2010) enfatiza a importância dos níveis de confiança, influenciados pelas variáveis micro situacionais e de contexto, pela aprendizagem e as normas individuais. Por sua vez, os níveis de confiança influenciam diretamente os níveis de cooperação entre os indivíduos (Figura 04).

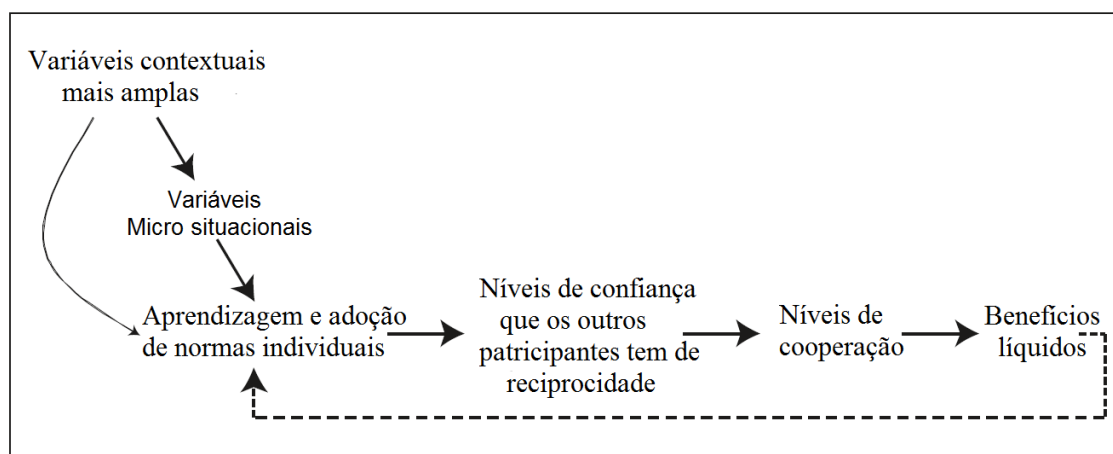


Figura 04: Variáveis contextuais e micro situacionais que afetam os níveis de confiança e cooperação

Fonte: Ostrom, 2010, p.660.

Ostrom (2010) afirma que quando os indivíduos cooperam repetidamente eles aprendem a confiar nos outros e passam a adotar a reciprocidade, levando a níveis maiores de cooperação. Assim, para a autora, os indivíduos não apenas adotam normas, mas a repetição da interação gera informação suficiente sobre a probabilidade dos outros atores retribuírem as ações cooperativas, o que permite ultrapassar o dilema do uso dos comuns.

Quando mais pessoas retribuem a cooperação, mais pessoas ganham uma reputação de confiabilidade, o que reduz os custos da organização (OSTROM, 2010). Assim, a reputação de confiabilidade, os níveis de confiança e a reciprocidade se reforçam positivamente. Porém, a diminuição de qualquer

um destes pode levar a pouca ou nenhuma cooperação. Os mecanismos de funcionamento da reputação, confiança e estimativa do comportamento dos outros são indicados na Figura 05 (OSTROM, 2007).

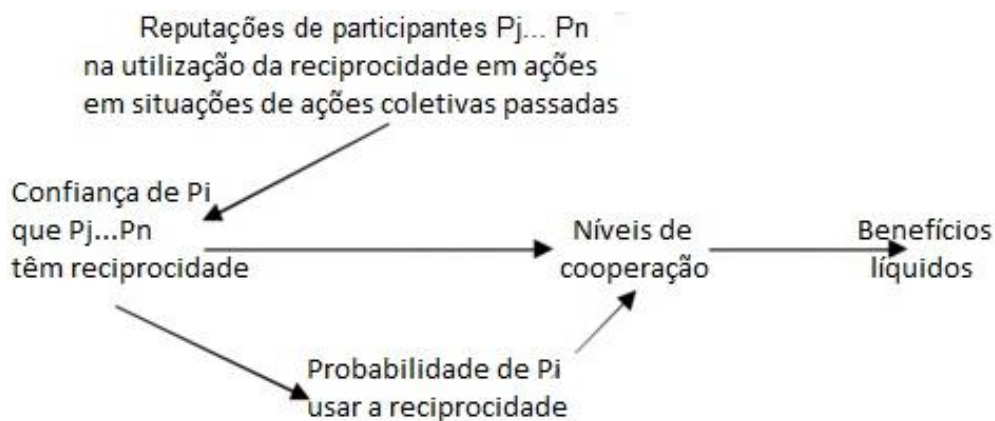


Figura 05: As relações fundamentais entre os indivíduos que afetam os níveis de cooperação em um dilema social
Fonte: Ostrom (2007, p. 200)

Ostrom (2010) também identifica sete variáveis estruturais que influenciam a probabilidade de cooperação em um problema de ação coletiva (Figura 06):

1) Número de participantes: quando o tamanho do grupo aumenta, diminui a cooperação, pois num grupo maior é mais fácil de ter *free-rider*, os custos de transação se tornam maior.

2) Bens de acesso comum (subtrativos) versus bens públicos (*totalmente partilhados*): em analogia com os bem exclusivos e inclusivos de Olson (1971) a autora indica que em bens públicos com características não subtrativas o aumento do número de participantes pode ocasionar maior quantidade de recursos que serão partilhados entre todos. Assim, para o uso desse tipo de bens a quantidade maior de recursos disponíveis num grupo maior aumenta a probabilidade de esse bem ser fornecido. Em consequência, a autora deduz que mais cooperação pode ocorrer com um bem público, que por definição é não subtrativo, que com bens de recursos comuns, que possuem características subtrativas.

3) Heterogeneidade dos participantes: de um modo geral, maior diversidade de grupos (em termos de retornos, interesses e informações), menor o grau de cooperação.

4) Comunicação direta (*face-a-face*): o aumento da comunicação direta está correlacionado com um comportamento mais cooperativo. A comunicação é usada para "persuasão moral" uma vez que, ao ser capaz de olhar para outros diretamente nos olhos enquanto se discute questões morais é substancialmente melhor do que depender de uma comunicação escrita

5) Informação sobre ações passadas: informações sobre ações passadas são susceptíveis de conduzir a uma maior cooperação. A quantidade de informação que um indivíduo pode obter sobre essas ações podem fazer uma diferença substancial na escolha de estratégia em uma situação repetida. No entanto, esta correlação diminui com o aumento do tamanho do grupo.

6) Ligações entre as pessoas: ligações diretas, onde os atores interagem diretamente, tendem a aumentar a cooperação em relação às situações onde os atores não se comunicam diretamente. Sociólogos e psicólogos sociais sublinharam a importância dos indivíduos serem ou não ligados em rede ao confrontar vários tipos de dilemas sociais.

7) Entrada e saída: situações em que as partes podem facilmente entrar e sair podem levar a uma maior cooperação. Para a autora, quando todo mundo tem um direito de veto, a confiança pode se desenvolver ao longo do tempo.

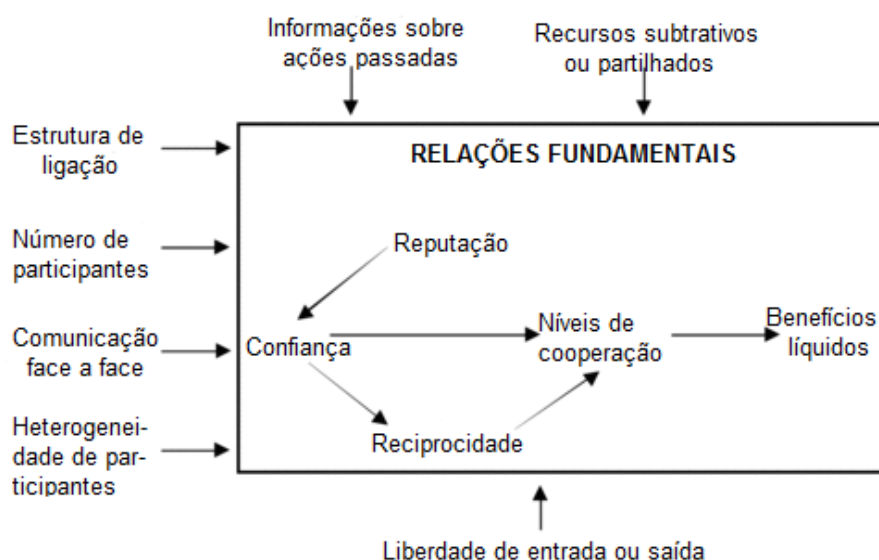


Figura 06: Variáveis estruturais que influenciam as relações entre atores para a realização de ações cooperativas

Fonte: Ostrom (2010, p.202); tradução nossa

Duas estratégias para minimizar os problemas de ação coletiva são propostas por Sandler (1995) e Olson (1971): incentivos seletivos e desenho de arranjos institucionais. Olson (1971) entende incentivos seletivos como benefícios privados ou estímulos para a provisão de bens coletivos. Estes benefícios privados poderiam motivar qualquer membro para contribuir porque sua apropriação só pode ser feita por aqueles que arcam com seu custo. Além de benefícios e incentivos diretos a participação dos indivíduos, o ambiente institucional que regula a ação coletiva possui papel preponderante em incentivar a ação coletiva.

2.2.3 Mudança institucional

A passagem de uma situação de esgotamento dos recursos comuns para uma situação de uso sustentável, com maior cooperação entre os atores, necessita a mudança das regras de organização dos atores e de uso desses recursos. A partir dessa constatação, Ostrom (1990) desenvolveu um quadro que identifica o conjunto de variáveis mais susceptíveis em afetar a mudança institucional (Figura 07).

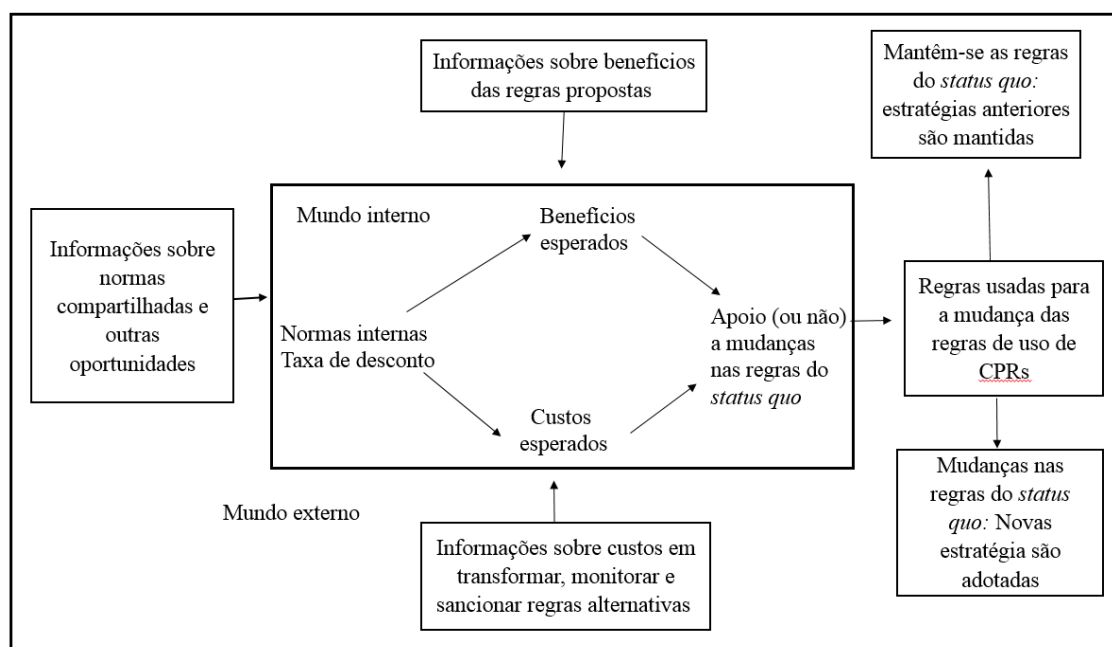


Figura 07. Resumo das variáveis que afetam a escolha institucional
Fonte: Ostrom (1990), tradução nossa.

Numa situação de escolha institucional, tal como mostrada na Figura 07, as alternativas básicas disponíveis para um indivíduo são: 1º. manter as regras

do *status quo*; ou 2º. apoiar a mudança em uma ou mais das regras do *status quo*. A mudança de regras dependerá do nível de apoio de cada proposta, apoio influenciado pelas regras de agregação utilizadas para uso da CPR em cada situação de escolha institucional (OSTROM, 1990). A Figura 07 ilustra as configurações complexas de variáveis que devem ser consideradas quando indivíduos tentam escolher regras entre ações individuais e coletivas.

Ostrom (1990) afirma que os indivíduos assumem o compromisso de seguir as regras, desde que a maioria dos outros indivíduos em situação semelhante adote o mesmo compromisso; a longo prazo, eles esperam maiores benefícios líquidos a serem alcançados por esta estratégia do que os benefícios esperados pelos indivíduos que não seguem as regras. Nesse caso, um compromisso seguro, vantajoso e confiável pode ser alcançado.

Ostrom (1990) afirma que a forma como um indivíduo avalia os benefícios esperados em uma situação de escolha institucional depende da informação disponível para o indivíduo sobre os benefícios (ou prejuízos) possíveis de um conjunto alternativo de regras, em comparação com os benefícios (ou prejuízos) com o uso de regras de *status quo*. Como um indivíduo avalia os custos esperados depende da informação disponível para o indivíduo sobre (1) os custos iniciais envolvidos na transformação de regras do *status quo* para um conjunto alternativo e (2) os custos líquidos de monitoramento e de cumprimento das regras envolvidas para mudar para uma configuração de regras alternativas. Da mesma forma, as normas internas e as taxas de desconto são afetadas pela informação que os indivíduos têm sobre as normas compartilhadas pelos outros indivíduos do sistema e sobre a gama de oportunidades que podem ou não estar disponíveis para eles caso mudam de regras. Os dados relativos à benefícios, custos, normas compartilhadas e oportunidades são o que Ostrom define como variáveis de base. São elas que afetam uma decisão individual para apoiar ou não uma mudança nas regras de *status quo*.

A autora destaca que devem ser preenchidas três condições de base para o analista institucional prever as estratégias individuais (Quadro 05).

Ostrom (1990) afirma que, enquanto os modelos políticos estimam que os custos e benefícios das variáveis resumidas existem e podem facilmente ser utilizados pelos indivíduos para tomar suas decisões, na realidade estes têm

que investir recursos para obter essas informações. Além do mais, Ostrom (1990) enfatiza que muitos cálculos realizados não envolvem custos ou benefícios monetários. Nisso ela se assimila a Olson (1971) que introduziu os benefícios sociais como possíveis incentivos.

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Existem resumos corretos das medidas para cada variável de base. 2. Os indivíduos traduzem completamente e corretamente as informações sobre custos e benefícios líquidos em custos e benefícios esperados. 3. Os indivíduos comportam-se de um modo simples e direto, em vez de uma maneira estratégica. |
|--|

Quadro 05: Condições necessárias para prever as estratégias dos indivíduos a partir das variáveis de base.

Fonte: Adaptado de Ostrom (1990), tradução nossa.

A segunda condição indicada por Ostrom (1990) é equivalente a afirmar que indivíduos têm todas as informações disponíveis e sabem como avaliar as informações de uma maneira imparcial.

A terceira condição, na visão de Ostrom (1990), é equivalente a afirmar que os indivíduos não se comportam de modo oportunista a fim de tentar obter vantagens maiores do que os obtidos por meio de comportamento simples e direto. Esta condição implica que os indivíduos revelam suas avaliações dos custos e benefícios, contribuem para os benefícios coletivos sempre que existe a possibilidade de uma atribuição equitativa dos custos, e estão dispostos a investir tempo e recursos na busca de soluções para resolver os problemas comuns. Para a autora, se estas condições foram atendidas, alguns dos comportamentos estratégicos esperados em todos os dilemas sociais irão desaparecer.

Ostrom (1990) afirma que, infelizmente, poucas configurações reais são caracterizadas pelas três condições indicadas no Quadro 05, ou até mesmo por uma ou duas delas. Os benefícios da utilização de um conjunto alternativo de regras ou os custos de monitoramento e de fazer cumprir um conjunto de regras são raramente conhecidos. Consequentemente, deve-se ir além das variáveis de base.

A primeira série de variáveis adicionais descritas como necessárias para a análise, e que decorrem da Figura 07, são aquelas que afetam as informações sobre os benefícios líquidos das regras alternativas. Seguindo Ostrom (1990), essas variáveis são apresentadas na Figura 08.

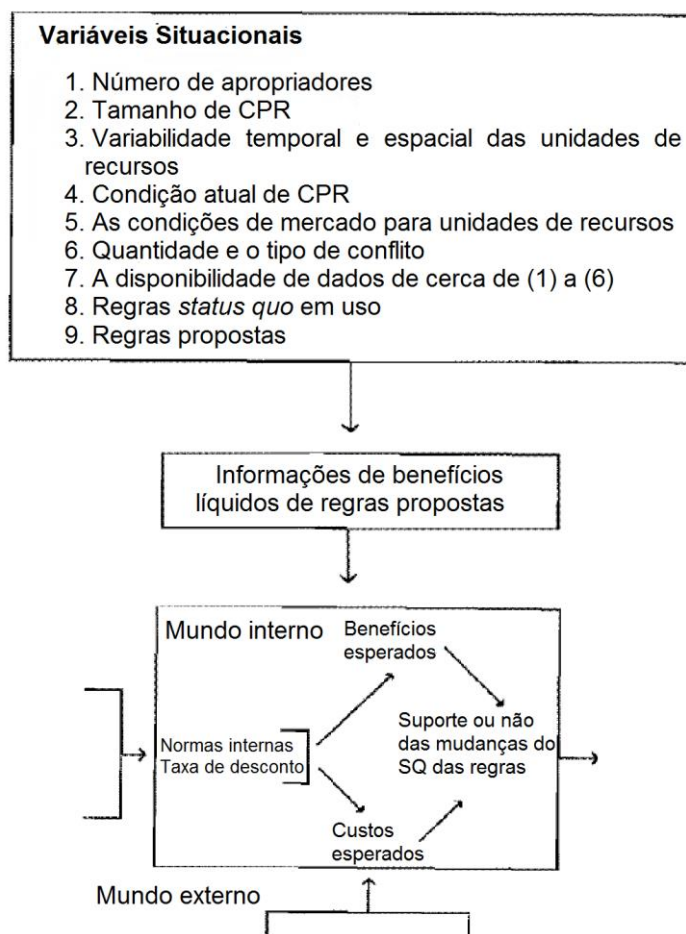


Figura 08: Variáveis situacionais que afetam o julgamento sobre os benefícios trazidos pela escolha de um tipo de instituição

Fonte: Ostrom (1990, p. 197, tradução nossa)

O número de apropriadores está incluído na maioria das teorias da ação coletiva. As demais variáveis situacionais são raramente consideradas. Quanto maior for o sistema de recursos e / ou o número de apropriadores, e quanto mais imprevisível o fluxo de unidades de recursos e os preços de mercado para essas unidades, mais difícil e caro será a obtenção de informações precisas sobre a condição do próprio recurso, o valor provável do fluxo de unidades de recurso e os benefícios potenciais da mudança de regras.

Normalmente, a presença de apropriador na forma de cooperativas ou associações de voluntários aumenta a quantidade de informações obtidas e divulgadas. Assim, a probabilidade de um indivíduo perceber os benefícios que podem advir de uma mudança nas regras vai depender (1) das condições objetivas do CPR, (2) do tipo de informação que os atuais arranjos institucionais podem gerar e disponibilizar aos indivíduos, e (3) das regras propostas como alternativas (OSTROM, 1990).

Além dos benefícios, os custos devem também ser avaliados. Um deles está relacionado aos custos iniciais de transformar as regras. Se os custos esperados de transformar as regras são mais elevados do que os benefícios líquidos a serem obtidos, não haverá outros cálculos de custos a serem feitos. Apropriadores manterão suas regras de *status quo* que produzem menos benefícios do que regras alternativas, porque os custos de alterar as regras são maiores do que os benefícios a serem obtidos. Se os custos *ex-ante* de transformar as regras não são muito altos, as mudanças esperadas nos custos *ex post* também serão avaliados, incluindo os efeitos das regras propostas sobre os custos de acompanhamento e execução (OSTROM, 1990).

Para Ostrom (1990) as principais variáveis situacionais que influenciam os custos de mudança de regras são apresentadas na Figura 09.

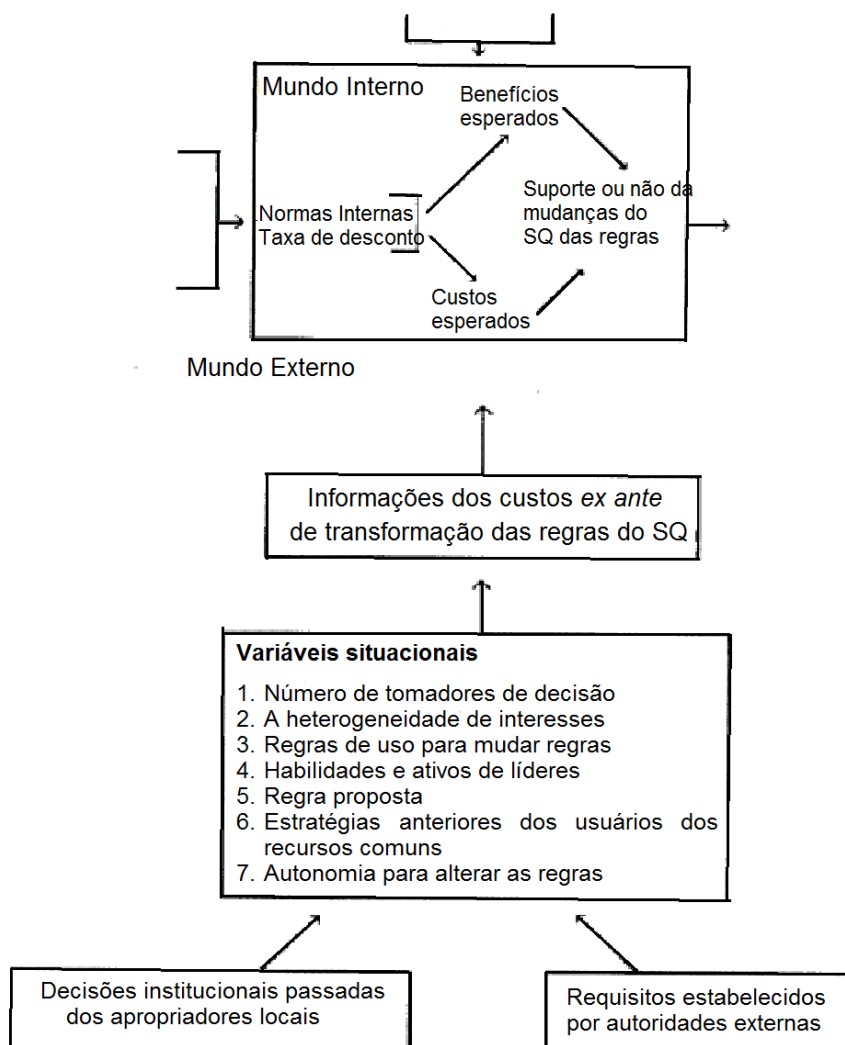


Figura 09: Variáveis situacionais que afetam o julgamento sobre os custos de transformação de *status quo* das regras

Fonte: Ostrom (1990, p. 199, tradução nossa)

Para a autora, em todas as situações as regras de *status-quo* possuem vantagens e serão escolhidas preferencialmente. As escolhas institucionais realizadas no passado abrem alguns caminhos e fecham outros.

Quando os custos para mudar as regras são baixos, um ou dois indivíduos podem conseguir benefícios suficientes para assumir sozinho todos os custos. Nesse caso, a situação descrita por Ostrom (1990) se assimila aquela descrita por Olson (1971) nos grupos privilegiados.

Para Ostrom, as normas divididas entre os membros da CPR são importantes e afetam os custos de transformação das regras. Pessoas que dividem normas contrárias a comportamentos oportunistas podem adotar regras mais baratas.

Uma vez mudadas as regras, parte dos cálculos estão ligados aos custos de monitoramento e de fazer cumprir as novas regras. Custos de monitoramento podem ser custos em tempo ou dinheiro e são afetados por variáveis situacionais indicadas na Figura 10 (OSTROM, 1990).

A autora afirma que os fatores que aumentam a capacidade dos usuários em ver ou ouvir uns aos outros reduzem os custos de monitoramento e de cumprimento das regras. Normas divididas entre os participantes da CPR sobre a legitimidade das regras e a importância de elas serem seguidas reduzem os custos de monitoramento. A disponibilidade de mecanismos baratos de registro e divulgação da informação sobre as atividades reguladas do grupo diminui também os custos de monitoramento. Em paralelo, regras que devem ser monitoradas com mais frequência são mais caras. Regras que prescrevem uma ação para todos são mais fáceis de monitorar que regras que estipulam ações diferentes em função de critérios específicos, como no caso de quotas.

Outro fator julgado como relevante por Ostrom (1990) é o reconhecimento pelas jurisdições mais altas das regras locais. Sem isso, essas últimas perdem efeito e o monitoramento fica inútil.

Ostrom (1990) defende que os indivíduos analisam seus custos e benefícios em função das normas que internalizam e das taxas de desconto que utilizam. Para a autora, no caso do não respeito às normas internalizadas, as sanções pela falta de respeito podem ser psicológicas, tais como sentimento de culpa, ansiedade, baixa autoestima, ou externas, no caso de normas divididas com os outros membros da CPR e sancionadas por eles, ou por

alguém desenhado para isso. Nesse caso, a sanção possui um custo social.

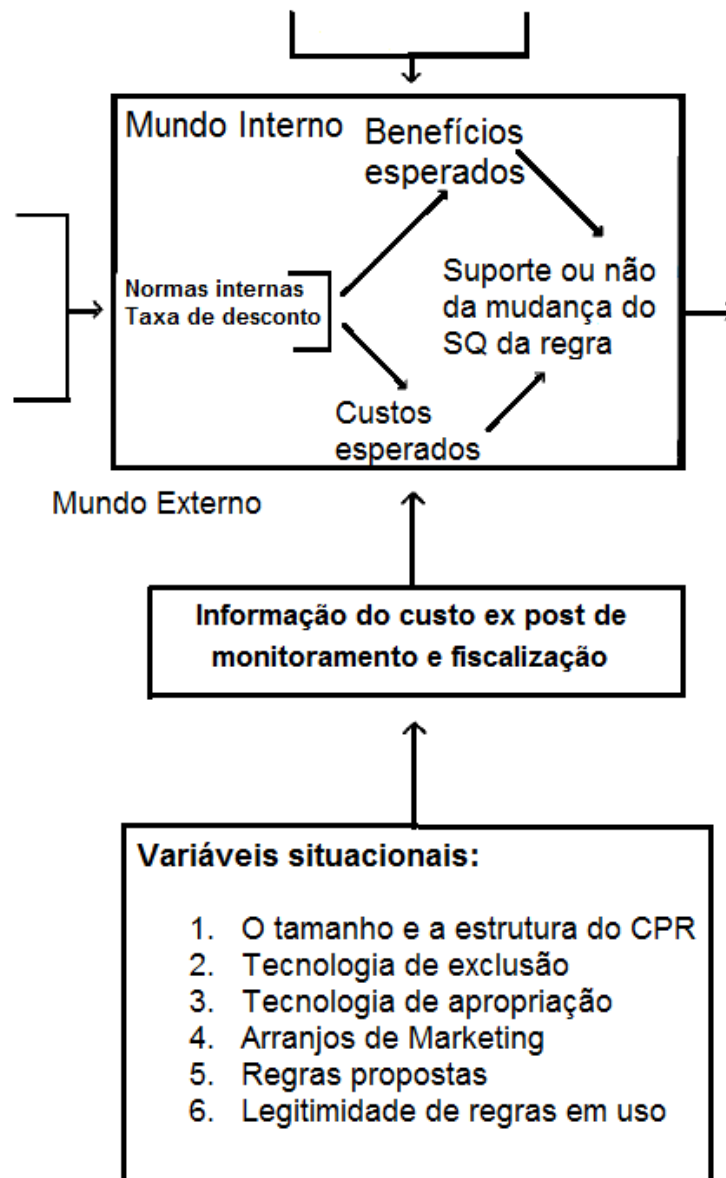


Figura 10: Informações sobre os custos *ex post* de monitoramento e fiscalização
Fonte: Ostrom (1990, p. 203, tradução nossa)

A existência de monitoramento, com a capacidade de usar sanções com aumento gradual das penalidades, que possuem um papel inicial mais informacional e, em segundo lugar, de dissuasão, permite entender como uma configuração complexa de regras usadas por indivíduos estratégicos ajuda a resolver os problemas de compromisso e de controle mútuo (OSTROM, 1990).

As variáveis indicadas por Ostrom e que podem influenciar as normas internas e a taxa de desconto são apresentadas na Figura 11.

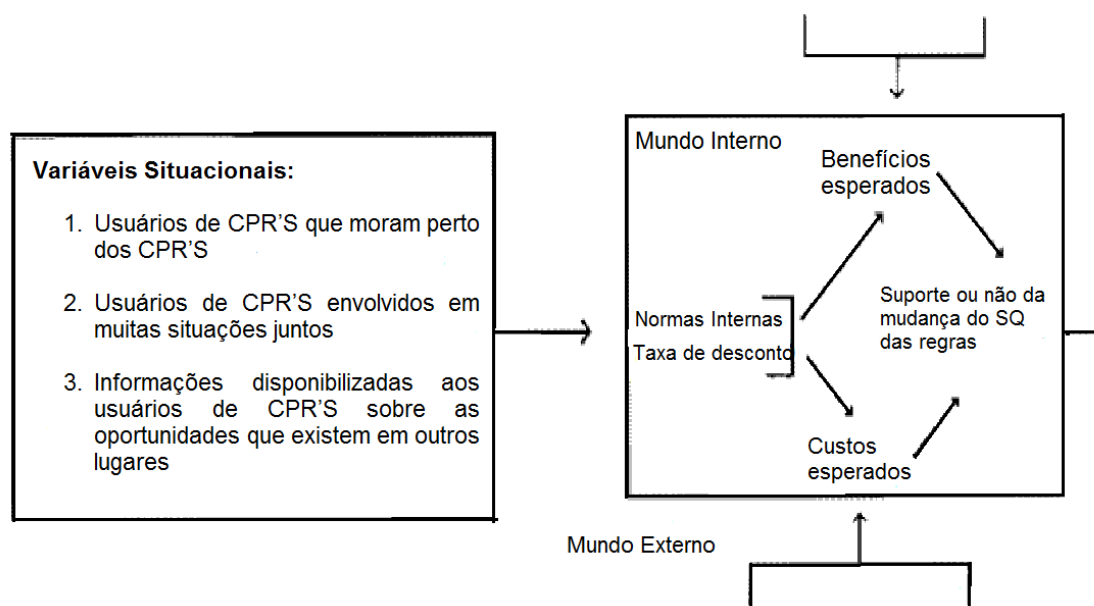


Figura 11: Variáveis situacionais que afetam as normas internas e taxa de desconto
Fonte: Ostrom (1990, p. 206, tradução nossa)

Ostrom (1990) afirma que num ambiente altamente competitivo aqueles que não procuram e adotam regras novas que podem incrementar seus benefícios, casos dos pequenos produtores que se recusam em trabalhar de modo associativo, estão condenados a serem ultrapassados pelos que adotam regras mais adaptadas à situação. A autora conclui que os benefícios a serem obtidos a partir das regras de *status quo* e alternativas não podem ser percebidos da mesma forma por todos os apropriadores de um determinado CPR. Em regra geral, os indivíduos dão um peso maior nos custos imediatos que nos benefícios futuros.

2.2.4 Aspectos relevantes para a escolha de ações coletivas

Um resumo das proposições de Ostrom (1990) está apresentado na Figura 12, onde consta o quadro geral das variáveis que afetam a escolha institucional.

É possível estimar que indivíduos estejam dispostos a adotar novas regras quando existirem indicadores claros de degradação dos recursos e danos futuros, ou quando os líderes forem capazes de convencê-los de que uma "crise" é iminente. Nesse caso, os indivíduos vão ponderar melhor os

benefícios esperados em evitar danos futuros a partir da ação coletiva (OSTROM,1990).

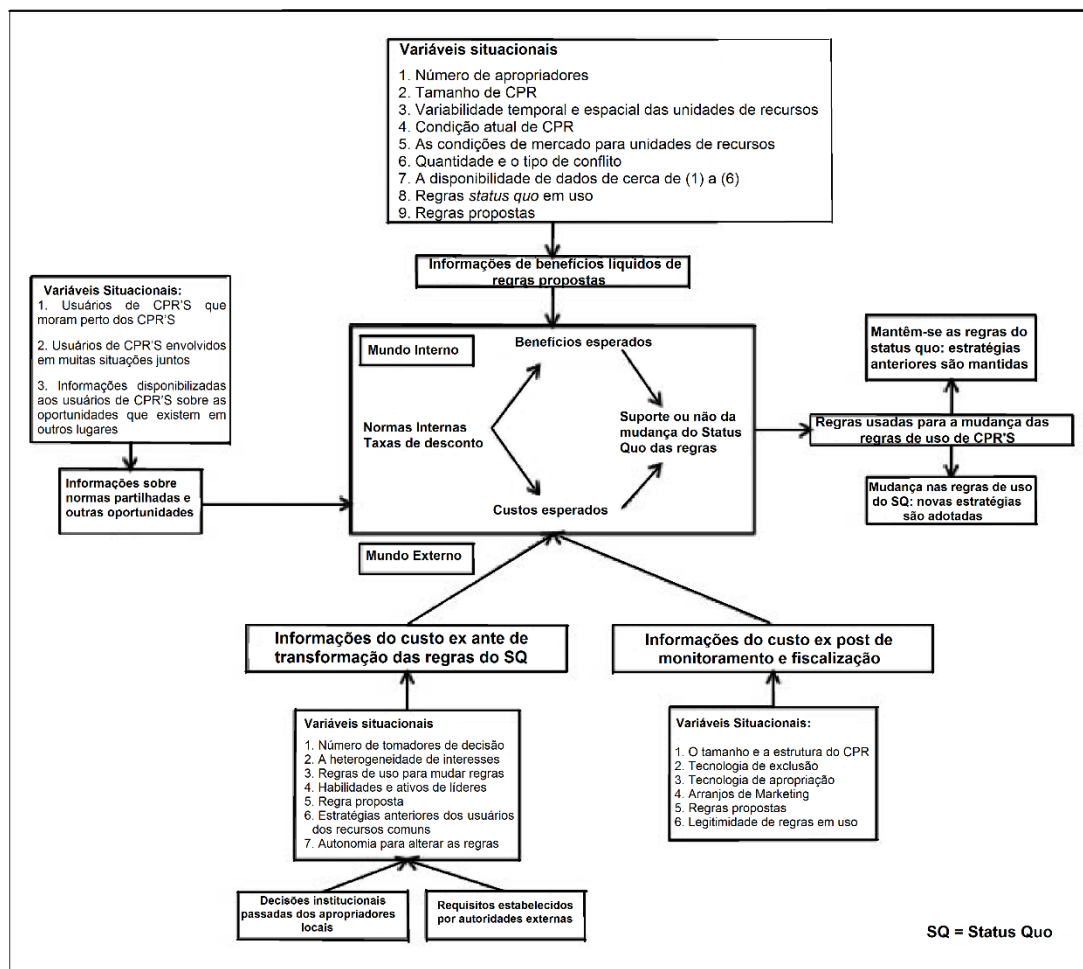


Figura 12: Variáveis que afetam a escolha institucional
Fonte: Adaptado de Ostrom (1990), tradução nossa.

Andrews (2005) indica que Ostrom concebe as normas sociais como uma das quatro *variáveis internas* que afetam a escolha individual. As outras variáveis internas são: benefícios esperados, custos esperados e taxas de desconto. Para o autor, chama atenção o fato de que Ostrom coloca normas sociais lado a lado às variáveis típicas da análise econômica. Assim, apesar de reconhecer a importância das normas de interação social para a coordenação da ação coletiva, a autora não coloca a elaboração dessas normas no centro de seu argumento. Sua abordagem ainda depende de conceitos e referências teóricas da escolha racional, não conseguindo fazer a distinção entre o momento no qual atores sociais se orientam pela ação estratégica (avaliação de custos-benefícios e cálculos de taxas de desconto) e o momento no qual

eles se referem ao mundo social, orientando-se pela ação comunicativa (normas consensuais de interação social).

Andrews (2005) analisa as variáveis de mudança institucional apresentadas por Ostrom em 1990. Para ele fica difícil entender como normas sociais poderiam ser “capturadas” em termos de variáveis. Enquanto variáveis como custos, benefícios e taxas de desconto são expressas em termos quantitativos, normas de interação social pertencem à dimensão interpretativa e, portanto, só podem ser avaliadas em termos qualitativos.

Sobre as variáveis que afetam as escolhas, Faller (2009) afirma que o quadro consiste principalmente em duas esferas: o mundo interno e o mundo externo onde são tomadas as decisões. Para a análise dos CPR's faz-se necessário tomar a posição de um indivíduo que enfrenta a questão dos custos x benefícios de uma mudança de regras numa situação de CPR, com duas possibilidades: manter as regras ou alterá-las.

Além da análise dos custos e benefícios das mudanças de regras, Ostrom (2009) identifica sete grandes tipos de regras que afetam as ações e decisões dos indivíduos (Figura 13). Os sete tipos de regras são:

1. As regras de limite, que especificam como são decididas a entrada e saída dos indivíduos nas posições que ocupam numa CPR;
2. As regras de posição, que especificam as posições ocupadas pelos atores e quantos deles ocupam cada um;
3. As regras de escolha, que especificam quais ações um ator deve, pode ou não deve fazer, em função de sua posição e de uma determinada situação;
4. Regras de informação, que especificam os canais de comunicação entre os atores e quais informações devem, podem, ou não devem ser compartilhadas;
5. As regras de escopo, que especificam os resultados possíveis de cada ação;
6. As regras de agregação, que especificam como as decisões dos atores devem ser tomadas (eleições majoritárias, unanimidade...); e
7. Regras de pagamento que especificam como os benefícios e custos devem ser distribuídos aos atores em função de suas posições.

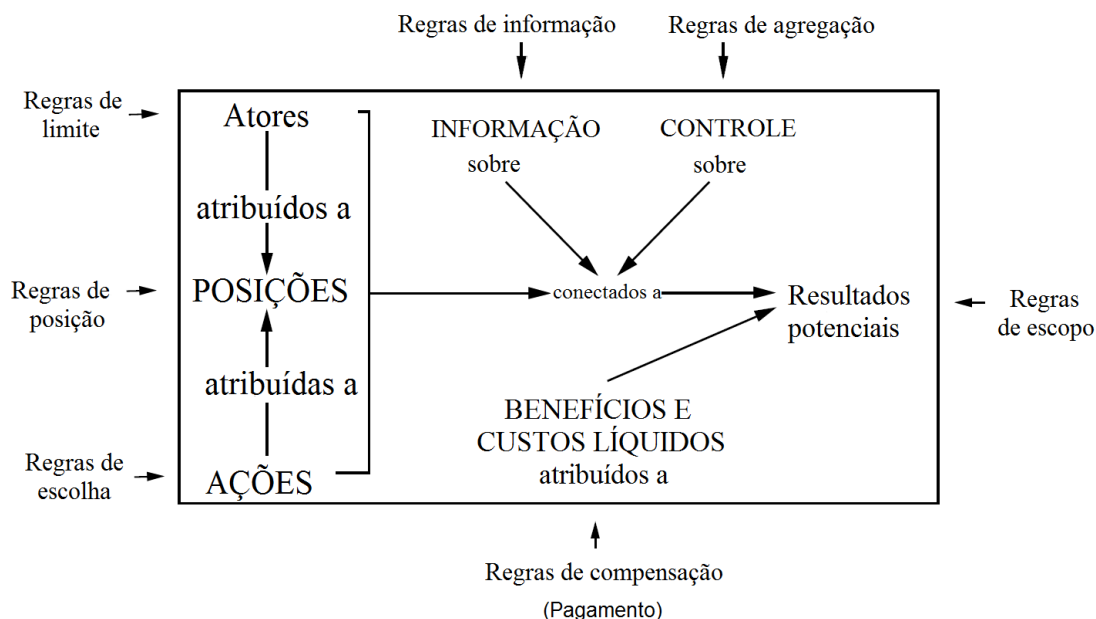


Figura 13: Regras de afetam as ações e decisões dos atores de uma CPR

Fonte: Ostrom (2009, p. 20), tradução nossa

As regras de limite afetam o número de participantes, seus atributos e recursos, se eles podem entrar livremente e as condições que enfrentam para sair. As regras de posição estabelecem a hierarquia da estrutura pesquisada. As regras de escolha estabelecem as diferentes opções de ação dos atores em diferentes posições. As regras de escopo delimitam os resultados potenciais das diferentes ações e, no sentido inverso, as ações vinculadas aos resultados específicos. As regras de escolha definem o grau de controle que os indivíduos possuem sobre as diferentes situações possíveis. As regras de agregação afetam o nível de controle exercido pelos atores na seleção de uma ação em uma determinada situação, pois indicam as ações necessárias para a realização de uma determinada atividade. As regras de informação afetam o conjunto de informações disponíveis para os participantes, os canais de comunicação possíveis de serem utilizados e quem pode comunicar com quem. As regras de pagamento afetam os pagamentos e penalidades atribuídos aos diferentes tipos de ações possíveis. Todas as regras são interdependentes no sentido de que o efeito da mudança de uma regra pode depender das outras regras (OSTROM, 2009).

Ostrom (1990) também relaciona oito Princípios para a Gestão Sustentável dos CPR. Nem todos os princípios têm de ser realizados em todas

as circunstâncias, mas as perspectivas para a governança sustentável tendem a aumentar com o aumento do número desses princípios realizados. Os princípios definidos por Ostrom (1990) são:

1. Limites claramente definidos:

- de usuários: limites claros entre usuários e não usuários legítimos devem ser claramente definidos.
- de recursos: limites claros entre a CPR e o ambiente externo.

2. Congruência entre as regras de apropriação e de oferta e as condições locais:

- adaptação às condições locais: regras de apropriação e de oferta adaptadas as condições sociais e ambientais locais
- apropriação e disposição: Os benefícios obtidos por usuários de recursos de propriedade comum (CPR), como determinado pelas regras de apropriação, são proporcionais as regras de oferta disponíveis na CPR, como mão de obra, material, ou dinheiro disponíveis.

3 Arranjos de escolha coletiva: a maioria das pessoas afetadas pelas regras operacionais deve poder participar das decisões para modificar as regras operacionais.

4 Monitoramento: os monitores responsáveis perante os usuários para monitorar os níveis de apropriação devem prestar conta aos usuários e serem responsabilizados pelo monitoramento, ou serem eles mesmos usuários das CPR.

5 Sanções progressivas: apropriadores que violam as regras de funcionamento são susceptíveis de receberem sanções progressivas em função da gravidade da violação e do contexto da infração. Essas sanções podem ser aplicadas por outros usuários da CPR, por funcionários responsáveis perante os usuários, ou por ambos.

6 Mecanismos de resolução de conflitos: os usuários das CPR e seus representantes devem ter acesso rápido e a baixo custo às instâncias locais de resolução de conflitos entre usuários ou entre usuários e representantes.

7 Reconhecimento mínimo dos direitos a se organizar: os direitos dos apropriadores para conceber as suas próprias instituições não são contestados pelas autoridades governamentais externos.

8 Grupos aninhados: esse último ponto foi adicionado por Ostrom para contemplar os grupos com um grande número de usuários. Nesses caso a apropriação, provisionamento, monitoramento, fiscalização, resolução de conflitos e atividades de governança são organizadas em camadas múltiplas de grupos aninhados (OSTROM, 1990).

Depois de descrever a metodologia de pesquisa desenvolvida por Eleanor Ostrom, é importante tratar da reforma agrária, com enfoque para os assentamentos e assentados, sujeitos da pesquisa.

3 REFORMA AGRÁRIA

Para entender o contexto reforma agrária e sua importância no país, faz-se necessário uma breve abordagem de sua implantação no país, da concentração de terra e dos assentamentos no Brasil e no Centro-Oeste.

3.1 CONTEXTO

Neste tópico são abordados a implantação da Reforma Agrária, a concentração de terras e os assentamentos no Brasil e na região Centro-Oeste.

3.1.1 Implantação da reforma agrária no Brasil

De acordo com Paulillo (2001) a questão agrária foi inserida pelo Governo Federal somente a partir de meados da década de 1990. Nesse período buscavam-se alternativas políticas que atenuassem a grande disparidade da realidade socioeconômica da agricultura brasileira.

A reforma agrária surgiu para resolver os constantes conflitos sociais causados pela alta concentração de terra, pois desde a sua descoberta, a terra brasileira sempre foi motivo de polêmica. Segundo Morissawa (2001), no instante da descoberta do Brasil nasce a “luta pela terra”.

Sempre houve uma acentuada concentração de terras, resultado do modelo de colonização imposto ao território brasileiro, inicialmente por meio das capitanias hereditárias, posteriormente com as sesmarias e aprovação da Lei de Terras (Lei nº 601 de 1850) regulando as terras devolutas do império. Para Stedile (2005) esta lei foi a certidão de nascimento do latifúndio no Brasil, regulamentando e consolidando o modelo da grande propriedade rural, sendo a base para a estrutura de terras no país.

Com a Lei das Terras surgem as lutas sociais e revoltas populares, com muitas mobilizações no país: revolta nos quilombos, movimentos abolicionistas e movimentos políticos. A pressão culminou com a assinatura da Lei Áurea, em 1888 (STEDILE, 2005).

Com a I Guerra Mundial houve a interrupção do comércio entre as Américas e Europa. Surge então o campesinato, com duas vertentes. A primeira, com regime de produção sob a forma de colonato, que consistia em atrair camponeses europeus, principalmente para as regiões Sudeste e Sul do país, onde recebiam lotes com lavouras já formadas pelo trabalho escravo, casa e o direito a uso de dois hectares por família para cultivo de produtos para a subsistência. A segunda vertente teve origem na população mestiça de brancos, negros e índios, os quais, impedidos de terem a posse da terra pela lei de terras, migravam para o interior se dedicando às atividades agrícolas de subsistência, sendo apelidados de ‘sertanejos’ (STEDILE, 2005).

Falcón *et al.* (2015) declaram que é a Constituição de 1946 que expressou as novas relações sociais e a transformação da mentalidade da elite em relação à questão agrária, efetuando notáveis avanços democráticos. Nessa Constituição é destacada o reconhecimento da desigualdade na distribuição de terras e da figura do posseiro como sujeito ativo e dotado de identidade própria:

Ela instituiu a desapropriação por interesse social e por necessidade ou utilidade pública. Condição também o uso da propriedade ao bem-estar social assegurando a justa distribuição com igual oportunidade para todos. O pano de fundo era a desejada fixação do homem no campo por meio de colonização e aproveitamento das terras devolutas, com prioridade para os nacionais e, dentre eles, os habitantes das regiões empobrecidas e desempregados (FALCÓN *et al.*, p. 30, 2015).

Em 1962 foi criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e em 1964 criaram-se o Instituto de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto de Nacional de Desenvolvimento Rural (INDA). A criação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), absorvendo as atribuições do IBRA e do INDA, se deu em 1970. A missão do INCRA era a de realizar a reforma agrária, manter cadastro de imóveis rurais e administrar terras públicas da União (FALCÓN *et al.*, 2015).

Para Marighella *et al.* (1980), mudanças maiores não aconteceram antes do golpe militar de 1964, período também chamado de Projeto Nacional Desenvolvimentista, quando foi imposto um novo modelo econômico para o país, derivado da industrialização, porém sem rompimento com a oligarquia rural. Argumentava-se que a estrutura agrária brasileira, baseada no latifúndio de exploração extensiva, seria um empecilho ao desenvolvimento econômico e devia ser alterada. Os trabalhadores se organizaram e passaram a reivindicar propriedade de terras. Em contraposição ao latifúndio, pediam a desapropriação por parte do Governo Federal e a substituição da propriedade monopolista de terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.

De acordo com a Lei nº 4504/64, a qual regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola, a Reforma Agrária é definida como [...] “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

A Reforma Agrária, para ser executada, necessita de uma Política Agrícola. O Estatuto da Terra, criado por meio da Lei nº 4.504/64, define que a Política Agrícola precisa se basear no conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, [...] “que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país” (BRASIL, 1964).

Em relação à concentração de renda existente no país, [...] a reforma agrária é uma das políticas mais eficazes para reduzir a pobreza e aumentar a eficiência agregada (TEÓFILO; OLINTO, 2000, p. 27).

Marighella *et al.* (1980) escreveram que, após a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, ainda se falava em reforma agrária, mas não mais como a que era preconizada pelo movimento camponês e sim com o objetivo de superar certas contradições do crescimento capitalista, conservando os latifúndios a partir de uma série de estímulos especiais.

Por volta dos anos 70, Barros (2014) afirma que a reforma agrária se mostrou insuficiente, demorada e de eficácia questionável, visto que a política

agrícola concebida e levada a cabo ao longo dos anos 1960 visava à modernização, como veículo para aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção.

Barros (2014) destaca ainda a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1974, a qual foi atribuída o serviço de assistência técnica e extensão. Pouco antes, a Lei nº 6.126/73 criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e promoveu sua integração com os programas de desenvolvimento regionais, dedicando-se ao processo de utilização do solo do Cerrado. Com a construção de rodovias na região Centro-Oeste iniciou-se uma série de programas para a colonização e a ocupação dessa região, envolvendo tanto o setor público quanto o setor privado, nacional e internacional.

Na década de 1980, com o final da ditadura, o Estado brasileiro deu a oportunidade aos movimentos sociais de luta pela terra, igrejas, sindicatos, partidos políticos a favor da reforma agrária pressionarem o Governo, agora sem opressão, no sentido da realização da reforma agrária. O Movimento dos Sem Terra (MST), a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), formaram os principais grupos de pressão a favor da reforma agrária no final da ditadura militar (MIRALHA, 2006).

Alguns políticos e analistas defendiam a desapropriação em função da subutilização de terras pelos seus proprietários, o que ocorria em todas as regiões do país. Em 1985, no Governo de José Sarney, foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que apenas ensejou uma pequena ampliação dos projetos de assentamento de trabalhadores sem-terra (RAMOS, 2014). A meta utópica do PNRA era de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Também em 1985 ocorreu a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), com a finalidade de ensejar avanços e debates sobre a reforma agrária no período da redemocratização. O I PNRA, mesmo com as dificuldades vividas, representou mudança de paradigma na questão agrária (FALCÓN *et al.*, 2015).

Com a nova Constituição de 1988, houve a aprovação de um artigo que estipulou que os imóveis produtivos não podiam ser desapropriados (RAMOS, 2014). Para Falcón *et al.* (2015, p. 36) foi também a Constituição de 1988 “[...]”

que assegurou às populações quilombolas o direito de permanecer nas terras por elas tradicionalmente ocupadas, reconhecendo a propriedade definitiva e determinando ao Estado a emissão dos títulos definitivos”.

Somente a partir da década de 90 os trabalhadores do campo, por meio de sua própria organização, passaram a serem inseridos nas discussões sobre a questão agrária (COMPARATO, 2001). A partir desse momento, o Governo Federal começou a buscar alternativas políticas com o intuito de atenuar a grande disparidade da realidade socioeconômica na agricultura brasileira (PAULILLO, 2001).

Na visão de Miralha (2006) foi graças à pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente a partir de meados da década de 1990, que Fernando Henrique Cardoso, na presidência do Governo Federal, começou a acelerar os processos de desapropriação de terras e a intensificar a implantação de assentamentos rurais. Nesse período, com a redução das altas taxas de inflação, Fernando Henrique Cardoso deu início à criação de políticas específicas de apoio à agricultura familiar como o Pronaf (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) e à ampliação do número de projetos de assentamento. Essas ações decorreram, fundamentalmente, do agravamento da questão agrária e dos conflitos a ela associados (RAMOS, 2014).

Olalde e Portugal (2012) afirmam que o interesse do Governo pela agricultura familiar se materializou em políticas públicas, como a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento da Reforma Agrária.

Em 1996 foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, com o objetivo de avançar no reordenamento agrário, no desenvolvimento territorial e na agricultura familiar, além de cuidar da regularização fundiária na Amazônia Legal (FALCÓN *et al.*, 2015).

No começo do século 21, a reforma agrária começou a ser vista como a possibilidade de novos empregos a menores custos que os empregos urbanos. Araújo salienta que o Brasil, em meio à crise mundial do emprego, possuía terra disponível, bem como pessoas dispostas a produzir nessa terra (ARAÚJO, 2000).

Na contramão dos autores precedentes, Navarro (2014) analisa a reforma agrária sob dois argumentos. No primeiro sustenta que uma política de reforma agrária nunca existiu no Brasil. Para o autor, o país praticou apenas uma política de aquisição de terras para fins redistributivos e não reforma agrária, com redistribuição de direitos de propriedade a partir de expropriação. Como segundo argumento, afirma que existem chances remotas de ocorrer uma política de reforma agrária no futuro, mas, dessa vez, por razões políticas.

Guanziroli *et al.* (1998, p. 08) defendem que:

Os objetivos fundamentais da Reforma Agrária, a qual se implementa basicamente através de PA's, incluem, além da distribuição da terra, necessariamente o acesso a políticas de infraestrutura básica e agrícolas, que permitam a implantação de um sistema produtivo viável, e o acesso a benefícios sociais, que promovam a justiça social e a cidadania. Isto significa dizer que as famílias precisam dispor dos meios de produção e de transformação que lhes proporcionem o autoconsumo e renda monetária.

Complementando esta visão, Bernstein (2002) afirma que a conjuntura atual combina o desaparecimento do 'desenvolvimentismo' e o ceticismo generalizado quanto à capacidade de um capitalismo globalizado. O contexto agora da reforma agrária passa a ser permeado com temáticas relativas à pobreza e a conservação do meio ambiente, desenvolvimento "alternativo" e "sustentável", "comunidade" e "sociedade civil", etc.

Segundo Pacheco (2009), a reforma agrária apresenta uma tendência de favorecimento a dois tipos de processos, a formalização dos direitos à terra na posse de pequenos agricultores em terras públicas e o processo de redistribuição de grandes propriedades para os pequenos agricultores. Neste caso, a reforma agrária beneficia tanto os pequenos agricultores quanto os sem-terra.

Sobre a questão agrária brasileira, alguns estudiosos reconhecem que a política de assentamentos continua sendo implementada, embora em ritmo menor do que no passado recente, “[...] por conta da pressão exercida pelos movimentos sociais em geral e em específico em razão da ação e demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que atua em nível nacional” (RAMOS, p. 671, 2014).

Sikor e Muller (2009) destacam que a reforma agrária empregada no Brasil foi importante e adotada em boa parte do mundo em países em desenvolvimento no século passado. No século 21 ela foi se adaptando e em países como Colômbia, Filipinas e África do Sul foi definida como "assistida pelo mercado" (BORRAS, 2003; DEININGER, BINSWANGER; 1999; ELGHONEMY, 2003) ou "mercado amigável" (BOUCHER, BARHAM, & CARTER, 2005). Nesta variante da reforma redistributiva, transações de terra entre grandes fazendeiros e agricultores familiares que aspiram ter lugar por meio de mercados, são facilitadas por meio de programas de empréstimo favoráveis oferecidos pelo Governo (SIKOR; MULLER, 2009).

Para Ludewigs; D'Antona; Brondlazio (2009), uma explicação para este modelo é baseada na abordagem econômica neoclássica, no qual, em ambientes institucionais favoráveis, as forças de mercado selecionam os agricultores mais competitivos e o tamanho mais eficiente da propriedade agrícola. No Brasil, esse sistema equivale ao do Crédito Fundiário.

O Incra (2016a, p.1), por meio da reforma agrária atualmente desenvolvida no país, busca atualmente a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial com objetivos de:

- 1) Desconcentração e democratização da estrutura fundiária; 2) Produção de alimentos básicos; 3) Geração de ocupação e renda; 4) Combate à fome e à miséria; 5) Interiorização dos serviços públicos básicos; 6) Redução da migração campo-cidade; 7) Promoção da cidadania e da justiça social; 8) Diversificação do comércio e dos serviços no meio rural e 9) Democratização das estruturas de poder.

Reydon (2014) alerta que o Estado tem um papel crucial na regulação da reforma agrária. Ele evidencia a evolução da legislação e das regras que foram criadas para regular o acesso à terra ou coibir a especulação com a terra, tendo como resultante um quadro caótico de administração fundiária e, portanto, de ausência de regulação fundiária. O autor evidencia que a questão agrária brasileira não foi solucionada, principalmente porque o Estado brasileiro não foi capaz de regular a propriedade da terra. Reydon (2014, p. 729) demonstra ainda que "[...] parte significativa dos problemas crônicos de uso e ocupação do solo rural e urbano na realidade brasileira decorre da falta de regulação / governança adequada nesses mercados".

3.1.2 Concentração de terra no Brasil

Para Leite *et al.* (2000), a reforma agrária é o instrumento de democratização da riqueza mais eficaz que se conhece. Para os autores existem no Brasil graves problemas agrários que necessitam de solução, em razão das características de desenvolvimento implementadas no país. Uma dessas características é a concentração de terras, uma das mais altas do mundo, visto que cerca de 1% dos proprietários detêm em torno de 46% de todas as terras.

A análise do Índice de Gini, o qual é utilizado para medir os contrastes na distribuição da terra por grandes regiões, permite aprofundar a análise das diferenças regionais. Percebe-se que, no período intercensitário de 1995-1996 a 2006, o Brasil ainda apresentava alto grau de desigualdade, com índices de Gini de 0,856 em 1995 e 0,858 em 2006. A distribuição de terras é mais desigual quanto mais próximo este índice estiver da unidade, ou seja, poucos estabelecimentos agropecuários com um alto percentual de concentração das terras (IBGE, 2006).

Senra (2014) destaca que Censos Agropecuários foram realizados pelo IBGE em 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995-1996 e 2006 e são as principais fontes de dados para a análise da evolução da estrutura agrária no Brasil a partir do Século XX (Apêndice A).

Em 2006, considerando dados do Censo 2006 e do Banco Mundial, o Incra apresentou um resultado um pouco maior do índice de Gini em relação ao ano de 2000, comparando-o, inclusive, com outros países (Tabela 2).

Tabela 2 - Índice de Gini da propriedade da terra dos países da América
Brasil e países selecionados 1980 - 2006

País	Ano	Gini
Argentina	2002	0,850
Bahamas	1994	0,872
Barbados	1989	0,928
Bolívia	1989	0,768
Brasil	2006	0,854
Canadá	1991	0,640
Colômbia	1990	0,774
EUA	2002	0,780
Jamaica	1996	0,790
Panamá	2001	0,750
Paraguai	1990	0,930
Porto Rico	1980	0,776
Uruguai	2000	0,790

Fonte: DIEESE / MDA (p. 35, 2011)

De acordo com o INCRA e MDA (2001) não existe uma fórmula única, aceitável e aplicável pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) para calcular o índice de Gini de concentração de terras. Encontram-se, então, países que trabalham com o princípio do "uso da terra", considerando somente as que tenham vocação e uso agrário, desprezando aquelas destinadas à mineração, reflorestamento e parques nacionais. Citam como exemplo o Canadá, o qual divulga o melhor índice de Gini nas Américas, porém considera exclusivamente terras agrícolas, excluindo áreas de reflorestamento e mineração, entre outras. Logo, seu banco de dados representa somente 7% do território do país.

Em consequência, é necessário ter o cuidado de considerar que os resultados comparativos possuem uma validade relativa, uma vez que não existe uniformidade de critério no cálculo dos índices de Gini divulgados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO/ONU (INCRA / MDA, 2001).

O índice de Gini do Brasil tem sido calculado tomando como base as fontes do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, o Cadastro da Receita Federal e os Censos do IBGE. Os resultados variam de acordo com a fonte de dados utilizada. O IBGE é a instituição mais antiga a efetuar o cálculo, sob a "ótica do uso", adotando o conceito de estabelecimento agropecuário. O Incra, com o seu primeiro cadastro em 1966, foca o domínio das terras através do conceito de imóvel rural. Neste caso, considera-se o "domínio da terra", não importa a vocação e o uso da terra, fazendo parte do banco de dados, portanto, as terras destinadas à mineração e ao reflorestamento, assim como parques nacionais e até mesmo terras indígenas (INCRA / MDA, 2001).

O Incra apresentou em 2001 um histórico do índice de Gini por estados, fazendo um Novo Cenário Fundiário (NCF) referente ao ano de 2000 (Tabela 3). Para se chegar a esse cálculo o Incra uniformizou a delimitação geográfica das regiões e Unidades da Federação, agregando Tocantins a Goiás em 1992, agregando Mato Grosso do Sul ao Mato Grosso em 1978, 1992 e 1998 e ainda Guanabara ao Rio de Janeiro, em 1967 e 1972.

Tabela 3 – Série histórica do Índice de GINI

Unidade Geográfica	1967	1972	1978	1992	1998	2000 - NCF
BRASIL	0,836	0,837	0,854	0,831	0,843	0,802
NORTE	0,882	0,889	0,898	0,878	0,871	0,714
RO	0,948	0,903	0,770	0,644	0,644	0,559
AC	0,944	0,955	0,962	0,889	0,872	0,645
AM	0,844	0,857	0,935	0,937	0,929	0,783
RR	0,522	0,568	0,531	0,874	0,796	0,500
PA	0,871	0,883	0,863	0,892	0,889	0,744
AP	0,832	0,873	0,905	0,845	0,780	0,613
TO	-	-	-	-	-	0,711
NORDESTE	0,809	0,799	0,819	0,792	0,811	0,780
MA	0,795	0,784	0,790	0,748	0,766	0,735
PI	0,776	0,775	0,780	0,751	0,774	0,751
CE	0,761	0,740	0,727	0,694	0,705	0,690
RN	0,784	0,792	0,777	0,747	0,766	0,710
PB	0,791	0,784	0,775	0,761	0,766	0,751
PE	0,816	0,787	0,772	0,765	0,764	0,748
AL	0,800	0,795	0,784	0,790	0,790	0,789
SE	0,808	0,799	0,799	0,795	0,795	0,770
BA	0,787	0,776	0,836	0,808	0,831	0,803
SUDESTE	0,763	0,754	0,765	0,749	0,757	0,750
MG	0,769	0,761	0,773	0,754	0,762	0,754
ES	0,569	0,597	0,609	0,629	0,645	0,647
RJ	0,799	0,751	0,761	0,737	0,751	0,742
SP	0,765	0,760	0,769	0,758	0,763	0,754
SUL	0,722	0,706	0,701	0,705	0,712	0,707
PR	0,707	0,704	0,705	0,706	0,715	0,706
SC	0,678	0,642	0,645	0,643	0,649	0,648
RS	0,745	0,729	0,718	0,725	0,730	0,727
CENTRO-OESTE	0,833	0,842	0,831	0,797	0,798	0,802
MT	0,858	0,867	0,855	0,817	0,811	0,804
MS	-	-	-	-	-	0,824
GO	0,761	0,755	0,741	0,721	0,731	0,728
DF	0,857	0,775	0,810	0,788	0,811	0,820

Fonte: INCRA / MDA (p. 37, 2001)

A mudança de cálculo, passando a aplicar a “ótica do uso” em 2000, explica as grandes mudanças no índice de Gini desse ano, o que dificulta a comparação com os resultados dos anos anteriores, quando era usado o “domínio da terra”.

Destaca-se, a partir do último exercício, que a região Sul quem detém o menor índice de concentração de terra (0,707) e a região Centro-Oeste, com um índice de 0,802, possui o maior grau de concentração. Apesar da

difículdade em comparar os dados de 2000 com os anos anteriores, é possível notar que a região Centro-Oeste teve uma redução dos índices de 1972 a 1998, mas foi a única região com elevação do índice de Gini em 2000.

Quando se analisa a evolução do Índice de Gini na região Centro-Oeste, com os dados do IBGE, observa-se que a estrutura agrária reflete, em grande parte, os processos e formas que presidiram a ocupação diferenciada nessa região (Tabela 4). Os índices confirmam a grande concentração de terra, com tendência de aumento entre os censos de 1996 e 2006, na exceção de Mato Grosso, onde teve uma leve queda.

Tabela 4 - Evolução do índice de Gini da propriedade da terra – Brasil, Grandes Regiões e estados do Centro-Oeste -1985 / 2006

Brasil/ Regiões/UF	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
NORTE	0,944	0,944	0,831	0,863	0,841	0,812	0,82	-
NORDESTE	0,849	0,845	0,854	0,862	0,861	0,869	0,859	-
SUDESTE	0,763	0,772	0,76	0,761	0,769	0,772	0,767	-
SUL	0,741	0,725	0,725	0,733	0,743	0,747	0,742	-
C. OESTE	0,833	0,901	0,876	0,876	0,861	0,857	0,831	-
Distrito Federal	-	0,774	0,794	0,78	0,753	0,767	0,801	0,813
Goiás	-	-	0,751	0,76	0,753	0,766	0,74	0,778
Mato Grosso do Sul	0,825	0,909	0,918	0,909	0,871	0,86	0,822	0,855
Mato Grosso	0,844	0,878	0,941	0,943	0,921	0,909	0,87	0,865
BRASIL	0,844	0,839	0,843	0,854	0,857	0,857	0,856	0,858

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários – 1950 a 2006 (elaborado pela autora).

Identifica-se, a partir do último censo, que na região nordeste destacam-se os estados de Alagoas (0,869) e Maranhão (0,866), especificamente 1º e 2º colocados como os estados com índices de concentração de terra mais elevados do país. O Mato Grosso (0,865) ocupa a 3ª posição em relação às maiores concentrações de terra e o Mato Grosso do Sul a 5º (0,855). O Distrito Federal ocupa a 14ª posição e Goiás a 20ª.

De acordo com Ludewigs, D'Antona e Brondialzio (2009), apesar da pressão dos movimentos sociais e os esforços do governo para diminuir o fosso existente na distribuição de terras no país, o índice de Gini de concentração da propriedade da terra mantém-se entre os mais altos do mundo, conforme estudos de Hoffman (2002). Ainda de acordo com os autores,

um estudo de Campari (2002) sobre o volume de negócios e desmatamento na Amazônia brasileira demonstrou aumento do índice de Gini em cinco de seis projetos de assentamento de reforma pesquisados nos estados de Mato Grosso e Pará, de 1981 a 1991. Esses resultados evidenciam uma reconcentração de terras nessas áreas. Estes fatos podem estar relacionados a desmatamentos de áreas de florestas, convertidas em áreas de plantação de soja e arroz intensivos e à consolidação de lotes usados para a pecuária de forma extensiva (LUDEWIGS; D'ANTONA; BRONDIALZIO, 2009).

Em seguida são abordados os assentamentos dentro da reforma agrária.

3.1.4 Assentamentos no Brasil

Veiga (1991) defende que uma das formas de superação da desigualdade na estrutura fundiária se dá por meio da implantação de assentamentos rurais, que fornecem terra e as devidas condições para a sustentabilidade dos assentados.

A redistribuição de terras, através da reforma agrária, se dá por meio de concessão de lotes individuais para pessoas que na sua maioria são ex assalariados, com uma política que visa a implementação de empreendimentos econômicos de natureza familiar denominados de assentamentos (MDA, 2004). O termo de assentamento surgiu com o objetivo de fixar grupos de sem-terra, que se organizaram principalmente a partir do final da década de 70 e início dos anos 80, bem como aliviar as tensões sociais provocadas por esses grupos (MEDEIROS, 1994).

A situação de assentamento significa uma mudança de perspectiva para esses trabalhadores. As estratégias de gestão do trabalho e do território, desenvolvidas por esse segmento, se somam com outras dimensões da vida social, compondo um singular modo de vida (FERRANTE; BARONE, 2011).

No entanto, segundo Bergamasco e Norder (1996), a conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas da produção econômica. Porém, nem sempre este ambiente, no qual os produtores se inserem, é adequado às suas necessidades, e a precariedade pode impedi-los de obter avanços produtivos. A carência de meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem num sistema que dê continuidade à sua pobreza.

Por meio do INCRA os assentamentos estão apoiados em uma política de crédito própria, que financia a implantação dos lotes com recursos para a construção da moradia, da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências (ALBUQUERQUE; COELHO; VASCONCELOS, 2004).

O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente exista um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades é chamada de parcela, lote ou gleba, sendo entregue às famílias sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. Já o tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece (INCRA, 2016b).

Em relação ao funcionamento dos assentamentos, ao receberem o lote os trabalhadores rurais devem morar no lote e explorá-lo para seu sustento, utilizando a mão de obra familiar. Há a disponibilidade de créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias. Quando recebem o lote, os beneficiários só detêm a posse da terra, a qual continua vinculada ao INCRA. Neste caso, sem a escritura os beneficiados ficam impedidos de vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar a terra a terceiros. Após o recebimento, eles pagam pela terra que receberam e pelos créditos contratados (INCRA, 2016b). Segundo o INCRA (2016c, p.1), a tipologia desses projetos está dividida em dois grupos:

- 1- Projetos de reforma agrária criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamentos - PAs, e ambientalmente diferenciado, denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projeto de Assentamento Florestal- PAF;
- 2- Projetos de reforma agrária reconhecidos pelo Incra, criados pelas instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA.

Segundo o INCRA (2016d) o Brasil incorporou ao Programa de Reforma Agrária 9.290 assentamentos, totalizando 88.269.706,92 ha de área até 2014. Neste contexto, beneficiou 969.640 famílias assentadas, com capacidade total para beneficiar 1.175.091 famílias (INCRA, 2016e).

A Figura 14 apresenta a série histórica das famílias assentadas, computando o acumulado até 1994 e, na sequência, por exercício até o ano de 2014.

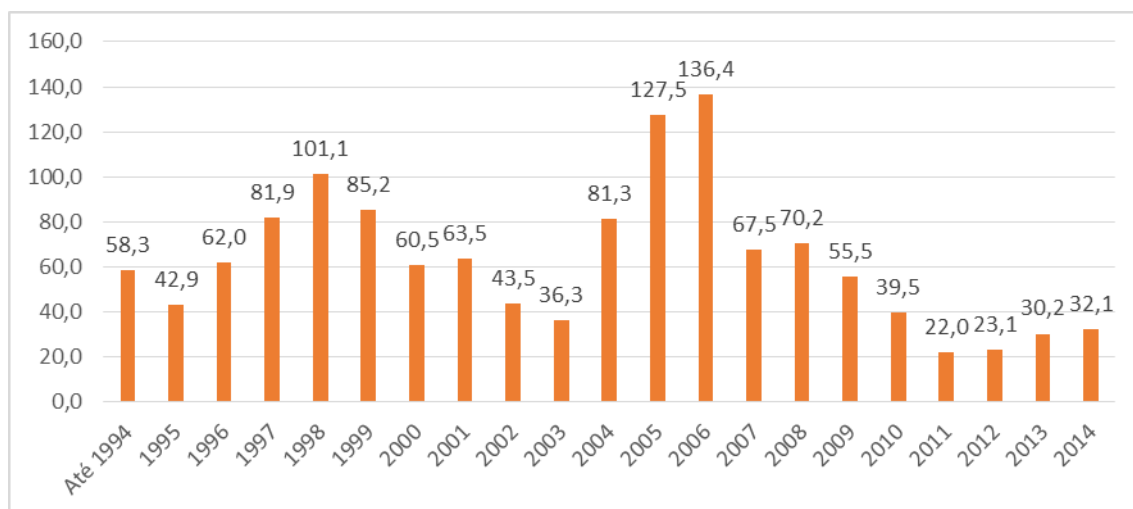


Figura 14: Série histórica de famílias assentadas - Brasil até 2014 (em mil famílias)

Fonte: elaborado pela autora com dados do DT/GAB-Monitoria - Sipra/Web de 31.12.2014 (INCRA, 2016e)

Entre 1995 e 2002, o Brasil foi governado por Fernando Henrique Cardoso que assentou 280 mil famílias durante o primeiro mandato (1995-1998). No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), diferentemente do anterior o programa agrário não apresentava metas de assentamentos (MATTEI, 2012) e a quantidade de famílias assentadas caiu muito. No período de 1995 a 2002 houve um acréscimo de 927,18% em relação ao total existente de famílias assentadas até 1994. Entre 2003 e 2010, o Brasil foi governado pelo presidente Lula, que contou com amplo apoio dos movimentos sociais agrários (MATTEI, 2012). No primeiro mandato (2003-2006) foram assentadas 381.419 famílias e no segundo 232.669, o que totaliza 614.088. Comparando com o Governo anterior, obteve-se um padrão similar das famílias assentadas, com um aumento regular no primeiro mandato e queda no segundo, com um acréscimo de 113% em relação as famílias assentadas no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Apesar do aumento, Mattei (2012) indica que a posição do Governo foi muito questionada pelas lideranças de movimentos ligados ao Movimento dos Sem Terra (MST). A não efetivação do número de assentamentos

programados, bem como a redução do volume de desapropriação de terras no segundo mandato, revelam que a reforma agrária não foi priorizada.

De 2011 a 2014 o Brasil foi governado pela presidenta Dilma e passou por um grande declínio das ações políticas voltadas para a reforma agrária. Nesse período foram assentadas 107.354, uma redução de 46,14% em relação ao último mandato do Presidente Lula, que já tinha passado por uma grande redução (Figura 14).

A região Norte possui a segunda maior área de Projetos de Assentamentos (PAs) com 23.160.125,70 ha (26,24%), atrás do Amazonas com 27.303.402,74 ha (30,93%). No entanto, o Pará possui 1.123 assentamentos (12,09%) e capacidade de abrigar 315.067 famílias (26,81%), apesar de assentar apenas 245.511, o que equivale a 25,32% dos assentados do país.

Na região Centro-Oeste destaca-se o estado do Mato Grosso, que contém uma área de 6.067.509,27 ha (6,87% do Brasil), comportando um total de 547 assentamentos, equivalendo a 5,89% do total em nível nacional. O estado possui uma capacidade de atendimento superior a 100.000 famílias (Tabela 5).

Tabela 5 – Assentamentos do Brasil por região e por estado do Centro-Oeste – 2014

Região	Área PA	Quant. Assentamentos	Capacidade	Famílias Assentadas
Sudeste	1.463.821,58	779	55.166	43.701
Sul	825.367,371	830	39.952	36.544
Norte	67.168.176	2.140	554.279	428.903
Nordeste	10.792.059,30	4.283	361.778	323.987
Centro-Oeste	8.020.282,69	1.258	163.916	136.505
MS	716.104,22	204	32.144	27.840
DF / GO / MG	529.210,47	206	16.180	12.863
GO	707.458,73	301	14.448	13.231
MT	6.067.509,27	547	101.144	82.571
Total	88.269.706,90	9.290	1.175.091	969.640

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do INCRA (2016d)

Na Tabela 5, a Seção Regional do INCRA responsável pelo Distrito Federal inclui assentamentos que fazem parte dos estados de Goiás e Minas Gerais, o que dificulta a contabilização do número de assentados nesse

estado. A região que possui a maior área de Projetos é a região Norte, com 76,09% do total. Porém, a maior quantidade de assentamentos está localizada na região nordeste, com 46,10%.

A região sul é a que detém a menor área de assentamentos, com 825.367,37 (0,94%). Porém, a menor quantidade de assentamentos está localizada na região sudeste, com 779 (8,39%). A região Centro-Oeste ocupa uma posição intermediária em todos os segmentos, com uma área destinada aos Projetos de Assentamentos de pouco mais de 8 milhões de hectares (9,09%), com 1.258 assentamentos (13,54%), e a capacidade de assentar 163.916 famílias (13,95%).

É nesse contexto, frente a grande concentração de terras no Brasil que os assentados buscam sobreviver atendendo à requisitos legais da reforma agrária e da agricultura familiar.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A expressão “agricultura familiar” passou por uma maior difusão e institucionalização no Brasil a partir do último decênio do século XX, sobretudo depois da formalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (BRASIL, 1995) e do crescimento dessa política nos anos seguintes (NAVARRO; PEDROSO, 2011).

Para Schneider (2003), a noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais.

Mendras (2008) afirma que o agricultor familiar passou de um simples homem dedicado a frutificar a terra para o seu consumo, o camponês, a um agricultor com articulações de várias atividades para gerar renda, inclusive atividades não agrícolas.

Em 2006 foi sancionada a Lei nº 11.326 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O Art. 3º da lei define que é considerado agricultor familiar e

empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)
- VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011) (BRASIL, 2006)

Abramovay (1998, 1999) defende que há um espaço significativo a ser ocupado pela agricultura familiar. Porém, o seu desempenho vai depender fundamentalmente da capacidade de organização local e das pressões sobre as instituições públicas e privadas para alterar a matriz de sua inserção social, o que ocorre nos mercados convencionais de produtos agrícolas. O autor afirma que em todas as experiências de geração de renda baseadas em investimentos de pequeno porte, é a organização da comunidade que permite a redução dos custos de transação nos negócios, a implantação de um ambiente de confiança e o aumento do âmbito da ação social dos agricultores.

Para Guanziroli e Cardim (2000) são definidos como agricultores familiares aqueles que atendem aos seguintes quesitos: a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e sua família, a mão-de-obra familiar é superior ao trabalho contratado e a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país.

Em pesquisa realizada no final dos anos 1990, patrocinada pelo Incra (Instituto de Colonização e da Reforma Agrária) e pela FAO, Guanziroli (2013, p. 19) considera como “estabelecimento familiar” aquele em que a direção dos trabalhos é do produtor, além de dois outros critérios, que são “[...] primeiro, estipular que o trabalho familiar deve ser maior que o contratado e, também, que o estabelecimento rural não tenha área superior à área máxima regional,

estabelecida em 15 módulos fiscais”. Com a alteração da legislação em 2006, a área máxima da agricultura familiar limitou-se em quatro módulos fiscais por família e não mais 15 como na pesquisa de Guanzioli.

São também considerados como agricultores familiares os “[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; ” “[...] aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha ou ocupem até 500 m³ de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; ” “[...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores” (BRASIL, 2006).

Navarro e Pedroso (2011) corroboram que a visão conceitual do termo agricultura familiar “[...] parece ser uma expressão consensual e não problematizável, com um número crescente de ações governamentais a ela dirigida”, enfatizando “[...] como se fosse homogêneo o imenso conjunto de estabelecimentos rurais designados como familiares (4,36 milhões, segundo o Censo de 2006)”.

Após o breve conceito de agricultura familiar, passa-se a focar a metodologia da pesquisa utilizada junto aos assentados e assentamentos, com o objetivo de entender as formas de ações coletivas que existem nos assentamentos rurais do Centro-Oeste brasileiro.

4 METODOLOGIA GERAL

Apresentam-se, neste contexto, as etapas da pesquisa realizada, o método utilizado para sua condução, a definição do universo e da amostragem, a coleta de dados, bem como justificativa da escolha dos métodos adotados, visando alcançar os objetivos propostos.

4.1 MÉTODO DE PESQUISA

Vergara (1998) qualifica a pesquisa em dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa pode ser considerada como de natureza exploratória. A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa, tratando-se de aprofundar conceitos preliminares.

Beuren (2010, p. 80) escreve que “uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de forma satisfatória anteriormente”.

Quanto aos meios utilizados, foi efetuada pesquisa de campo baseada em dados dos assentamentos dos três estados com a colaboração de órgãos como o INCRA, Empresa Mato-Grossense de Pesquisa e Extensão Rural (Empaer), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), Governo Estadual e Municipal com a finalidade de obter informações na estruturação da pesquisa e na aplicação do questionário.

Quanto aos métodos de pesquisa, estes podem ser classificados como qualitativos (observação, por exemplo, por experimento) e quantitativos (por exemplo, dados estatísticos, estudo de caso e grupo focal). A opção entre eles deve estar associada aos objetivos da pesquisa uma vez que oferecem vantagens e desvantagens (YIN, 2001). Na visão de Richardson (1999, p.80) os estudos que empregam uma metodologia qualitativa “podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Ainda, na visão do autor, pode ressaltar em maior nível de

profundidade o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A definição do que se vai pesquisar é importante para que os resultados sejam significativos. Malhotra (2001) ressalta que nesta etapa, do planejamento, de um modo geral, as pesquisas englobam um número elevado de elementos (universo ou população) de tal forma que é impossível considerar todos esses elementos, o que leva o pesquisador a selecionar (arbitrariamente ou não), uma parte dos elementos deste universo, ou seja, estabelecer uma amostra. Ainda segundo o autor, as técnicas de amostragem podem ser classificadas como amostras probabilísticas (aleatória simples, sistemática e estratificada entre outras) e as não-probabilísticas (por acessibilidade, por tipicidade, e por cotas entre outras).

Neste estudo, adotou-se amostragem não probabilística, em razão da quantidade do público alvo disponível para preenchimento dos questionários. Nas amostras não probabilísticas os informantes são escolhidos pelo interesse do pesquisador na opinião de determinados elementos da população (MALHOTRA, 2001).

Gil (1999) e Vergara (1990) apresentam técnicas por meio das quais é possível elaborar os instrumentos de coleta de dados, que serviram como base para esta pesquisa, como segue a descrição a seguir:

- a) Pesquisa bibliográfica em livros e revistas especializadas, *sites* na internet e folhetos com dados e informações pertinentes ao assunto; e
- b) Pesquisa de campo

Em relação à pesquisa de campo, Vergara (1990) afirma que pode se dar de três formas. A primeira delas, por meio da observação *in loco* simples da pesquisadora em visitas aos empreendimentos mais próximos, onde será utilizado o diário de campo como recurso. O mesmo é uma forma alternativa de registrar a coleta de dados na pesquisa qualitativa.

Complementando, Gil (1999) afirma que uma segunda forma são as entrevistas as quais têm como objetivo primário entender o significado que os entrevistados atribuem às questões e às situações em contextos que não foram estudados anteriormente, a partir de suposições do pesquisador. Afirma ainda, que, à medida que a pesquisa avança e mais entrevistas são conduzidas, há tendência de o entrevistador direcionar certos tópicos. Isso acontece porque o

entrevistador identifica padrões nos dados e tende a explorá-los em certas direções.

Uma terceira forma da pesquisa de campo se concretizar pode ser por meio de questionários constituídos, em sua maior parte, por perguntas fechadas e abertas (GIL, 1999). Neste caso específico, o instrumento utilizado no processo investigativo foi questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, partindo-se de um roteiro contemplando respostas para o entendimento das principais indagações da presente pesquisa.

As questões foram estruturadas no intuito de identificar o perfil dos assentados, a existência ou não de ações coletivas nos assentamentos e a identificação do tipo de ações coletivas, o número de assentamentos em funcionamento no Estado, quantidade de famílias assentadas, etc, buscando-se a realidade dos fatos que envolvem a vida dos moradores dos assentamentos dos municípios pesquisados, bem como informações acerca do trabalho coletivo nos assentamentos e a organização da produção, em função dos tipos de bens de uso (comuns, privados, públicos e de pedágio).

Para a obtenção de dados e informações do modo de vida, selecionou-se a técnica de observação como a mais adequada, com a finalidade de possibilitar conhecer o ambiente de atividade dos agricultores familiares assentados.

A observação é uma técnica que permite entender como os indivíduos usam seu tempo em situação de trabalho, qual a infraestrutura existente na região que visa prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema. Vergara (1998), define que a pesquisa de campo é a investigação realizada no local onde ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo.

Para aplicação dos questionários pilotos foi utilizada a amostragem probabilística ao acaso, tendo como universo de pesquisa os assentamentos rurais da região Centro Oeste. Foram definidas amostragens de, no mínimo, 20 assentamentos por estado, considerando os aplicadores e o tempo disponível para a pesquisa e o período de aplicação da mesma.

Os assentamentos foram escolhidos como objeto de análise considerando a existência de formas de ações coletivas, algumas com sucesso e outras com insucesso.

Fizeram parte da pesquisa os assentados nos assentamentos rurais do Estado de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Para a primeira etapa da pesquisa, foi escolhido o Estado de Mato Grosso do Sul, considerando a acessibilidade de informações.

Nesta pesquisa, foram considerados como sujeitos as famílias dos assentados, os assentamentos e as associações. A forma de obtenção dos dados para cada sujeito será explanada no próximo tópico.

4.2 OBTENÇÃO DOS DADOS

Os dados foram obtidos de três formas diferentes. Entre elas apresenta-se as entrevistas, as quais foram realizadas por meio de um roteiro pré-definido com os responsáveis pelas associações (Apêndice G). Em relação aos assentados, foram realizados a aplicação de questionários, com questões abertas e fechadas, os quais levaram à obtenção de dados mais quantitativos enquanto as entrevistas possibilitaram dados mais qualitativos (Apêndice F). Também foram aplicadas as técnicas de observações em relação às condições gerais do assentamento (Apêndice H).

Na sequência, abordar-se-á a forma de aplicação dos questionários.

4.2.1 Aplicação dos questionários

Em dezembro de 2013 foi efetuada uma etapa piloto do projeto, como pré-teste dos questionários. Selecionou-se o assentamento Conquista como grupo experimental, cujo tem uma área de 1.557,91 ha no município de Campo Grande. Nele foram assentadas 67 famílias. Destas, foram entrevistadas 20 famílias. Esse estado foi escolhido por conveniência de localização.

Após os ajustes de formulação em algumas perguntas no questionário, em março de 2014 foram aplicados 40 questionários no estado de Mato Grosso, na 1ª etapa da pesquisa em dois assentamentos do município de Poconé.

Em maio foram aplicados 35 questionários no Assentamento Itamarati, composto pelos assentamentos Itamarati I e II no município de Ponta Porã.

Na sequência, foram empreendidas duas novas frentes de pesquisa para fins de obtenção de resultados finais da pesquisa, numa terceira etapa,

junto aos estados de Mato Grosso e Goiás, nas regiões centro sul de ambos os estados, ainda em maio de 2014.

Empreendendo mais uma etapa da pesquisa, as duas equipes de trabalho se dirigiram novamente aos mesmos estados, MT e GO, em julho, desta vez com o intuito de concluir os assentamentos das outras regiões destes estados.

A conclusão da aplicação dos questionários em Mato Grosso do Sul deu-se entre setembro e outubro de 2014 e julho de 2015.

Para escolha dos assentamentos rurais da região Centro Oeste, utilizou-se a conveniência de localização dos mesmos, de forma sequencial, no entorno da rodovia, com amostragem não probabilística, contando com auxílio de alguns órgãos do governo para localização de mapas e contatos, como o Incra, a Empaer (Empresa Mato-Grossense de Pesquisa e Extensão Rural), a Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), entre outros. Tomou-se o cuidado de buscar quantidades semelhantes de assentamentos das microrregiões norte, sul, leste e oeste de cada estado. Para aplicação dos questionários e escolha dos assentados foi utilizada a amostragem probabilística ao acaso, ou seja, de forma aleatória. Buscou-se assentados moradores das estradas principais e perpendiculares, do início ao fim dos assentamentos, cujos estavam com os imóveis abertos para serem entrevistados. Não encontrando a quantidade suficiente para ser entrevistada, percorria-se outra estrada secundárias, lado esquerdo e lado direito de cada uma, até atingir o total esperado, de forma que fossem atingidas amostras das ruas principais e secundárias. As amostras consistiam em quantidades de 20 assentados para os assentamentos com capacidade de até 100 famílias e de 30 a 35 assentados para os com capacidade para mais de 100 famílias. Foram selecionados apenas os assentamentos que tinham mais de 05 anos de existência, considerados por Vilpoux (2014) com as consolidações de condições mínimas de infraestrutura e formação de vínculos associativos.

No total foram aplicados 308 questionários nos 15 assentamentos do estado de Goiás, 352 questionários nos 17 assentamentos de Mato Grosso, 45 questionários nos 2 assentamentos do Distrito Federal e 457 questionários nos 20 assentamentos do Mato Grosso do Sul, totalizando 1162 questionários aplicado no Centro-Oeste.

4.2.2 Entrevistas

Em paralelo com a aplicação dos questionários foram identificadas as associações, cooperativas e grupos de produções nos assentamentos (Apêndice G). Em seguida foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os presidentes (as) ou membros das diretorias de cada associação, grupo ou cooperativa dos assentamentos pesquisados. Nessas entrevistas foram abordadas as condições estruturais destas entidades, qual a finalidade principal da organização, com quem comercializavam, como funcionava a gestão da diretoria, composição do conselho, tempo de mandato, forma de substituição dos membros, quantidade de associados, escolaridade e idade dos membros da diretoria e associados, ações realizadas em conjunto pelos membros da diretoria, etc.

4.2.3 Observações

Durante todo o transcurso da pesquisa, ao adentrar em qualquer assentamento, foram observadas as condições estruturais do mesmo em relação às vias de acesso, considerando a distância da sede do município e do asfalto mais próximo, bem como as qualidades das estradas, sendo os dados anotados de acordo com o Apêndice H (Informações Gerais sobre o Assentamento).

De acordo com Marconi e Lakato (2002) essa técnica é utilizada quando se tem controle da situação, pretendendo responder a propósitos preestabelecidos, podendo fazer uso de instrumentos auxiliares como quadros, anotações, escalas, dispositivos eletrônicos, entre outros. O parâmetro utilizado foi a escala de Likert de cinco pontos com afirmações de direção favorável e desfavorável quanto aos itens citados.

Também foram analisadas as quantidades de pastagens degradadas e analisadas a existência de erosão das terras do assentamento. Todas as observações foram analisadas de acordo com a tabela proposta para cada item, conforme proposições do Apêndice H.

Para melhor visualização do espaço amostral da pesquisa, segue a Figura 15, onde encontram-se destacados os municípios pesquisados por estados, o qual foi feito com o auxílio do Programa ArGIS 10.2.

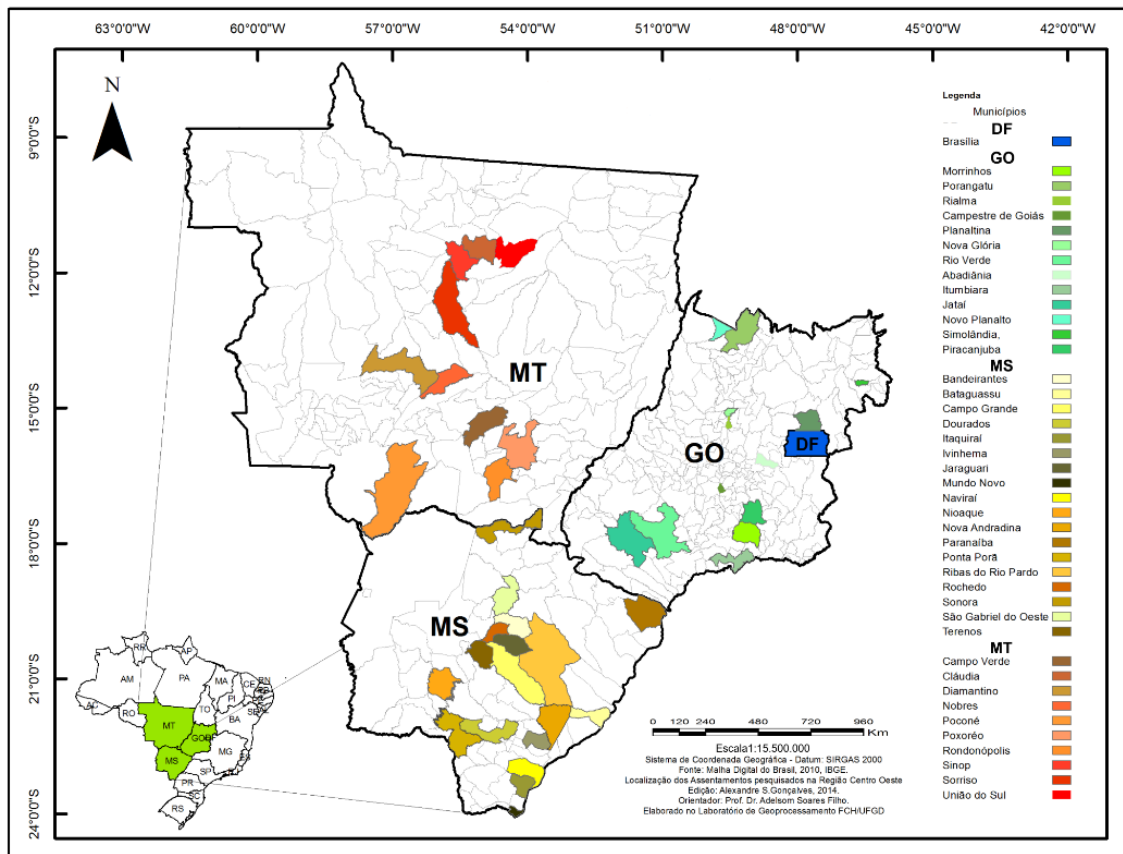


Figura 15: Localização dos assentamentos pesquisados na Região Centro-Oeste
Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

O quadro completo da aplicação dos questionários das pesquisas junto aos assentamentos e estados da região Centro Oeste, encontram-se Apêndice B. O quantitativo de grupos de famílias assentadas por assentamento e estados pesquisados pode ser consultado nos Apêndices C (Mato Grosso do Sul), D (Mato Grosso) e E (Goiás e Distrito Federal). O questionário aplicado junto aos assentados encontra-se no Apêndice F.

Assim, finalizando a pesquisa, obteve-se como resultado das aplicações de questionários o quantitativo constante na Tabela 6:

Tabela 6: Resumo geral dos questionários aplicados por Estados

Região Centro Oeste	Quant. famílias entrevistadas	Qte Assentamentos pesquisados	Quantidade de Municípios
MS	457	20	19
MT	352	17	10
GO	310	15	11
DF	43	2	2
Total	1162	54	42

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

Foram entrevistados presidentes e membros das diretorias de 55 formas de ações coletivas, nos 54 assentamentos da região Centro-Oeste, conforme dados da Tabela 7.

Tabela 7 – Quantidade de associações entrevistadas na Região Centro-Oeste

Região Centro Oeste	Quantidade	Frequência
MS	23	41,82%
GO	16	29,09%
DF	1	1,82%
MT	15	27,27%
Total	55	100%

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

4.3. VARIÁVEIS UTILIZADAS NA PESQUISA

A pesquisa foi separada em duas partes, de acordo com os objetivos específicos:

4.3.1. Identificar e caracterizar as formas de ações coletivas nos assentamentos rurais do Centro-Oeste brasileiro.

4.3.2. Identificar e analisar as variáveis que caracterizam as diferentes formas de ações coletivas nos assentamentos rurais do Centro-Oeste brasileiro.

As variáveis utilizadas foram baseadas nas informações levantadas na revisão bibliográfica e foram separadas entre as ações coletivas desenvolvidas entre os assentados e formas de ações coletivas da região centro oeste.

- Identificar e caracterizar as formas de ações coletivas: esse aspecto foi avaliado a partir das entrevistas aos responsáveis das organizações

pesquisadas foram identificados os tipos de organizações de acordo com quatro critérios de classificação, conforme variáveis levantadas na literatura:

- Tipo: organização formal ou informal e tipos de pessoas jurídicas (associações, cooperativas e outros).
- Tamanho: essa variável foi identificada essencialmente por Olson (1971). Não foram encontrados parâmetros quantitativos para a classificação em grupos grandes ou pequenos. Assim, na análise os grupos foram separados em função da mediana do número de integrantes das 55 organizações: grupos pequenos com até 37 integrantes e grupos grandes com mais de 37 membros. As informações sobre o número de participantes foram obtidas nas entrevistas nas associações.
- Organizações inclusivas ou exclusivas: de acordo com o tipo de serviço ou atividades desenvolvidas pelas organizações. Essa análise considerou também a existência de incentivos e penalidades presentes nas organizações pesquisadas.
- Tipo de investimento: valores dispendidos pelos associados em prol das organizações: com ou sem investimentos; investimentos específicos ou não.
- Identificar e analisar as variáveis que caracterizam as diferentes formas de ações Coletivas: para concretização desse objetivo foram escolhidas como variáveis dependentes as formas de ações coletivas de acordo com o tipo de atividade.
- Tamanho do grupo: os grupos foram separados em função da mediana do número de integrantes das 55 organizações: grupos pequenos com até 37 integrantes e grupos grandes com mais de 37 membros.;
- Grupo inclusivo ou exclusivo;
- Tipo de atividade: comercial, política, social e mista;
- Tipo de investimento: sem investimento, custos variáveis, bens comuns e bens privados.

Para cada tipo de classificação dos grupos foi avaliada a influência das variáveis levantadas na revisão bibliográfica:

➤ Objetivos comuns e percepção de ganhos: foram avaliados a partir das entrevistas nas organizações pesquisadas e dos questionários aplicados aos produtores;

➤ Características dos grupos: como para os objetivos comuns, a análise se baseou em informações a partir de entrevistas nas organizações pesquisadas e nos questionários aplicados aos assentados;

➤ Regras: as variáveis levantadas nessa categoria foram a presença de regras claras e respeitadas nas organizações pesquisadas e o tipo de regras.

O Quadro 6 demonstra a síntese de todas as variáveis utilizadas na pesquisa, as questões que nortearam a pesquisa e os autores que norteiam o tema.

A análise das ações coletivas nos assentamentos passa por uma comparação dos resultados entre os estados, de forma quali-quantitativa.

Dimensões	Variáveis	Perguntas referentes a pesquisa de campo	Principais Autores
Caracterização das formas de Ações coletivas	Tipo	➤ <u>Formas de ações coletivas</u> : • Tipos de organização • Tipos de pessoa jurídica • Atividades da associação	Olson (1971) Ostrom (1990 a 2011) Vipoux (2014)
	Tamanho	➤ <u>Formas de ações coletivas</u> : • Quantidade de associados participantes da associação • Atividades da associação	
	Organizações inclusivas ou exclusivas	➤ <u>Assentados</u> : • Participação em associações • Participação em outra entidade de classe • Participação em movimentos ➤ <u>Formas de ações coletivas</u> : • Atividades da associação	
	Tipo de investimetno	➤ <u>Formas de ações coletivas</u> : • Mensalidades • Investimento realizados pelos associados • Entrada nas associações • Penalidades	
Variáveis que caracterizam as diferentes formas de Ações coletivas	Objetivos comuns e percepção de ganhos	➤ <u>Assentados</u> : • Participação nas associações • Frequência de participação nas reuniões • Benefícios com a associação • Continuar na associação sem benefícios ➤ <u>Formas de ações coletivas</u> : • Palestras / cursos técnicos • Trator / equipamentos • Insumos / sementes • Financiamentos • Vendas de produtos agropecuários e processados	Olson (1971) Ostrom (1990 a 2011) Vipoux (2014)

(...Continuação do Quadro 6)		
	Características dos grupos e	➤ <u>Assentados:</u> • Idade • Origem • Educação • Tempo de residência no lote • Confiança na administração da associação ➤ <u>Formas de ações coletivas :</u> • Quantidade de famílias associadas • Organização da diretoria • Tempo de mandato • Troca de diretoria • Liderança
	Regras	➤ <u>Assentados:</u> • Penalidades para não associados • Afiliação de novos associados • Desfiliação de associados ➤ <u>Formas de ações coletivas:</u> • Estatuto formalizado • Tomadas de decisões

Quadro 6 – Variáveis utilizadas na pesquisa, perguntas e autores relacionados, para a resolução dos objetivos específicos da tese.

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

A pesquisa fez parte de um projeto financiado pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), onde vários alunos de graduação, mestrado e doutorado ajudaram na aplicação e na tabulação dos dados dos questionários, incluindo a autora.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os dados relativos à aplicação dos questionários nos assentamentos junto aos assentados e às diferentes formas de ações coletivas do Centro-Oeste do Brasil. Ele foi dividido em dois artigos, cada qual abordando um dos objetivos específicos da pesquisa.

- ARTIGO I - Formas de ações coletivas nos assentamentos rurais do Centro-Oeste brasileiro;
- ARTIGO II – Variáveis que caracterizam as diferentes formas de ações coletivas nos assentados rurais do Centro-Oeste do brasileiro.

- **ARTIGO I - Formas de ações coletivas nos assentamentos rurais do Centro-Oeste brasileiro**

Resumo

É cada vez maior a competitividade entre as organizações para conquistar ou manter mercados. Na agricultura familiar, a criação de associações e cooperativas vem sendo destacada como uma via importante de agregação de valor e comercialização. O objetivo da pesquisa é identificar as formas de ações coletivas encontradas nos assentamentos rurais da região Centro-Oeste do Brasil. Foi analisada a participação efetiva de 1162 assentados em organizações coletivas, a partir da aplicação de questionários e entrevistados 55 presidentes das organizações que atuavam nos assentamentos pesquisados. A comparação dos resultados entre estados deu-se através de análise estatística no programa Xlstat. Mais de 50% dos assentados afirmaram que possuíam algum vínculo com uma organização nos assentamentos pesquisados, sejam associações, cooperativas ou grupos de produção e sindicatos. As organizações coletivas desenvolvem diversas atividades, sendo classificadas como políticas ou de representação, comerciais e mistas. Também foi encontrada uma organização com finalidade social. Em Goiás a pesquisa permitiu encontrar uma maior quantidade de cooperativas, as quais possuem finalidades estritamente comerciais. Foi identificada a predominância de grupos pequenos em Mato Grosso do Sul. As organizações políticas são também classificadas como grupos inclusivos, visto que 2/3 não cobram taxa de entrada dos seus associados. Por essa razão, a possibilidade de exclusão dos associados foi indicada como muito difícil pelos entrevistados. Nos grupos exclusivos se enquadram as organizações comerciais. A maioria das formas de ações coletivas não possuem investimentos de seus associados. Conclui-se que é mais fácil os produtores participarem de associações políticas, com pouca participação efetiva dos membros, do que de associações de comercialização e de produção, onde os investimentos em tempo e dinheiro são maiores.

Palavras-chave: agricultura familiar; associações; associativismo; cooperação; competitividade; pequenos produtores.

Abstract

Increasing competition among organizations to win or maintain markets. In family farming, the creation of associations and cooperatives has been highlighted as an important way of organizing, adding value and marketing production. Thus, the objective of this research is to identify the forms of collective actions found in rural settlements in the midwest region of Brazil. For that, the effective participation of 1162 settled in the forms of collective actions was analyzed, from the application of questionnaires and interviewed 55

presidents of the organizations that worked in the researched settlements. The comparison of the results between the states was done through statistical analysis in the Xlstat program. As a result, it was found that more than 50% of the settlers stated that they had some connection with an organization in the settlements surveyed, be they associations, cooperatives or production groups and unions. The forms of collective actions surveyed develop various services or activities, being classified as political or representative, commercial and mixed. An organization with a social purpose was also found. In Goiás the research allowed to find a greater amount of cooperatives, which have strictly commercial purposes. It was identified that group size is the most important factor for collective action, with the predominance of small groups in Mato Grosso do Sul. Political organizations are also classified as inclusive groups, since 2/3 do not charge a fee of its members. For this reason, the possibility of exclusion of the associates in the political associations forms was indicated as very difficult by the interviewees, being the ones that have more associates and the ones that less penalize. In the exclusive groups the commercial organizations are framed. Most forms of collective actions do not have investments of their associates, which are classified in operating costs, common goods and private assets. It is concluded that it is easier for producers to participate in political associations, with little effective participation of the members and that have little impact on the competitiveness of the settlers, than of associations of commercialization and production, where the investments in time and money are bigger.

Keywords: family agriculture; associations; associativism; cooperation; competitiveness; small producers.

1 Introdução

A realização de trabalhos envolvendo grupos de pessoas com intuito de sobrevivência ou obter maiores vantagens tem se caracterizado um desafio ao ser humano desde a origem. As ações coletivas podem ser definidas como interações sociais que envolvem um grupo de indivíduos buscando interesses comuns que requerem ações conjuntas e que podem ser realizadas apenas coletivamente e não individualmente (HARDIN, 1995).

É cada vez maior a competitividade entre as organizações para conquistar ou manter mercados. Na agricultura familiar, a criação de associações e cooperativas vem sendo destacada como uma via importante de

organização, agregação de valor e de comercialização da produção. Neste sentido, o cooperativismo torna-se “[...] uma alternativa vantajosa para os agricultores familiares, propiciando-lhes sua inserção nos mercados locais e globais, ampliando a sua possibilidade de enfrentamento da concorrência da agricultura empresarial ou patronal” (RIBEIRO; NASCIMENTO; DA SILVA, 2012, p. 01).

No entanto, Vilpoux (2014), numa pesquisa realizada em Mato Grosso do Sul, destaca as dificuldades de cooperação que existem entre os assentados do estado. Esclarece que não há incentivos à cooperação entre os assentados pois, para o autor, estes não têm consciência da importância da cooperação. O autor identifica vários tipos de associações, de acordo com os objetivos e o grau de envolvimento dos produtores. Assim, destaca que é mais fácil os produtores participar de associações de representação com as autoridades públicas, com pouca participação efetiva dos membros e que possuem pouco impacto sobre a competitividade dos assentados, do que de associações de comercialização e de produção, onde os investimentos em tempo e dinheiro são maiores.

O Brasil, país de vasta extensão territorial, tem se destacado como grande produtor na agricultura e pecuária em razão da disponibilidade de vários fatores favoráveis, como clima, solo, água, terras férteis, entre outros (TENÓRIO, 2012). Tais fatores contribuem para o país se destacar como o 5º maior produtor agrícola do mundo, sendo superado apenas pela China, Estados-Unidos, Índia e Federação Russa (FAO, 2015a). Destaca-se que o Brasil ocupava, em 2011, menos de um terço de seu território com agropecuária, com 0,8% para culturas permanentes, 8,6% com terras aráveis e 23,5% com pastagens (FAO, 2015b). De acordo com dados do Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2017), em 2016 o agronegócio no Brasil representava cerca de 23% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional.

Esses dados ressaltam a importância que a agropecuária possui dentro do país, a qual se subdivide em empresarial, ou patronal, e familiar. A agropecuária empresarial brasileira está entre as mais fortes do mundo, responsável pela maioria dos embarques de *commodities* agrícolas brasileiras, com 93,3% das exportações desses produtos em 2010, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDIC, 2012).

A agricultura familiar, apesar de uma participação menor na balança de comércio exterior, tem grande importância no mercado interno, com destino para o consumidor brasileiro.

Os estabelecimentos de agricultores familiares são maioria no Brasil, totalizando 4.367.902 em 2006, de acordo com a definição da Lei nº 11.326/2006, contra 807.587 empreendimentos não familiar. Apesar da agricultura familiar deter 84% dos estabelecimentos, os grandes agricultores detêm a maior concentração de área em seu poder (IBGE, 2006).

Olalde e Portugal (2012) afirmam que o interesse do Governo pela agricultura familiar se materializou em políticas públicas, como a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além da importância dada à Reforma Agrária.

Segundo Pacheco (2009), a reforma agrária apresenta uma tendência de favorecimento a dois tipos de processos, a formalização dos direitos à terra na posse de pequenos agricultores em terras públicas e o processo de redistribuição de grandes propriedades para os pequenos agricultores. Neste caso, a reforma agrária beneficia tanto os pequenos agricultores quanto os sem-terra.

Em função da importância da cooperação para pequenos produtores e da variedade de tipos de organizações, com influência sobre as atividades realizadas e a competitividade, é importante se perguntar quais são as formas de ações coletivas encontradas nos assentamentos da região Centro-Oeste e qual é a importância de cada uma delas?

Assim, o objetivo desta pesquisa é identificar as formas de ações coletivas encontradas nos assentamentos rurais da região Centro-Oeste do Brasil.

Considerando os censos de 1996 e 2006, os estados do Centro-Oeste obtiveram os seguintes índices de Gini: Mato Grosso do Sul: 0,822 e 0,855; Mato Grosso: 0,870 e 0,865; Goiás: 0,740 e 0,778 e o Distrito Federal: 0,801 e 0,813 (IBGE, 2006). Esses índices confirmam a grande concentração de terra na região, com tendência de aumento, na exceção de Mato Grosso.

Segundo INCRA (2016) o estado com maior número de assentamentos na região Centro-Oeste é o Mato Grosso, com 551 assentamentos, seguido do

estado de Goiás, com 439, Mato Grosso do Sul, com 204 e o Distrito Federal, com 22 assentamentos.

Ao observar as áreas destinadas à reforma agrária no Centro-Oeste verifica-se que o estado de Mato Grosso lidera, com cerca de 6,1 milhões de hectares e 82.952 famílias assentadas. Em seguida vem o estado de Goiás, com 1.124.709 hectares de área incorporada a reforma agrária em 439 assentamentos, totalizando 22.755 famílias assentadas (INCRA, 2016).

O estado de Mato Grosso do Sul possui cerca de 716 mil hectares destinados a reforma agrária, com 27.868 famílias assentadas. Por fim, o Distrito Federal apresenta-se com 9.658 hectares destinados à reforma agrária e 957 famílias assentadas (INCRA, 2016).

Numa região que comporta tantas famílias assentadas, presume-se a existência de diferentes formas de ações coletivas, assunto a ser abordado na sequência.

2 Ações Coletivas

De acordo com Procópio (2006), compreender a essência da cooperação humana vem sendo, há tempos, uma preocupação recorrente de muitos teóricos e estudiosos pertencentes à várias áreas do conhecimento dentro das ciências humanas. Neste sentido, a cooperação é frequentemente entendida como uma ação colaborativa voluntária e consciente, normalmente ligada a um objetivo comum compartilhado entre os agentes que a executam.

Ramírez e Berdegué (2003) indiquem que as ações coletivas têm como objetivo o acesso a outra dimensão de bem-estar material, modificar as relações sociais e de poder existentes no interior de populações específicas (como, por exemplo, as populações rurais), influenciar as políticas públicas para ampliar as possibilidades de desenvolvimento e superar a exclusão, desenvolver a capacidade dos indivíduos (capital humano), fortalecer as organizações e aprofundar normas e valores como a solidariedade, reciprocidade e confiança, que contribuem para o bem comum (capital social).

2.1 A ação coletiva segundo Olson

O trabalho de Olson (1971) sobre a ação coletiva pode ser considerado como o ponto inicial na análise das motivações dos agentes agirem coletivamente (lógica da ação coletiva). O autor inclui o conceito de bens coletivos como fator de estímulo para a formação dos grupos, visto que assim os indivíduos deveriam se unir para conseguir um objetivo em comum que não alcançariam individualmente, uma vez que individualmente eles são incapazes de arcar com os custos.

Na lógica de Olson (1971), os integrantes de grupos pequenos percebem com maior nitidez o peso de suas contribuições para o provimento do bem comum. No caso dos membros de grupos grandes, a ação coletiva é mais difícil, pois estes percebem, racionalmente, que seu peso individual na consecução do bem é irrisório. Portanto, os indivíduos não têm incentivos suficientes para cooperar e o bem comum advindo dessa cooperação provavelmente não será provido.

Olson (1971) observou dois aspectos em relação a grandes grupos envolvidos no fornecimento de bens coletivos. O primeiro foi que, à medida que os grupos se tornam maiores, a contribuição individual tende a ser maior do que a percepção individual do bem coletivo compartilhado entre os membros que compõem a ação. Nesse caso, na percepção dos indivíduos, o custo da cooperação ultrapassa seus benefícios. O segundo aspecto revela que, em grandes grupos os membros tendem a tolerar outros membros que não se envolvem diretamente na ação coletiva (*free-rider*). Porém, se muitos membros adotarem essa postura, os objetivos da ação coletiva não serão alcançados.

A lógica de não cooperação em grupos grandes é reforçada pelo caráter não-exclusivo do bem, pois os chamados *free-riders*, ou “caroneiros”, podem supor que se beneficiarão, de todo modo, no caso de provimento do bem, ainda que não contribuam para a ação coletiva (LACERDA, 2011). Olson (1971) afirma que o “carona” surge em decorrência dos indivíduos possuírem disposições diferentes em alcançar o objetivo comum. Alguns indivíduos trabalharão mais arduamente que outros, uma vez que o benefício é o mesmo para todos, independentemente do esforço despendido. Para Britto (2001), o

free-rider é o oposto da cooperação, que significa contribuir para os objetivos comuns, relegando os objetivos individuais ao segundo plano.

2.1.2 Importância do tamanho do grupo

A teoria da ação coletiva desenvolvida por Olson identifica claramente a importância do número de membros do grupo. Em um grupo muito pequeno, a parcela do bem que cabe a cada membro pode ser superior aos custos totais, beneficiando cada um. Nesse caso, um agente com maior poder aquisitivo pode prover o bem coletivo e arcar sozinho com os custos. Esse tipo de grupo é identificado por Olson (1971) como grupo privilegiado.

No outro extremo estão os grupos com um número grande de agentes, onde cabe a cada um apenas uma pequena parcela do bem coletivo e a sua contribuição mal traz impactos perceptíveis sobre os custos dos outros agentes. Nesse caso, como abordado anteriormente, a teoria prevê que o comportamento de caroneiro será predominante e que a ação coletiva não ocorrerá. Esses grupos são qualificados de latentes por Olson (1971).

Segundo a teoria de Olson (1971), que procura explicar a atitude daqueles que promovem ações voltadas à busca de bens coletivos, as pessoas fazem mentalmente um raciocínio matemático conforme o qual os esforços que empreendem são resultados de duas variáveis, que correspondem ao custo de obtenção do bem comum e ao benefício que este bem proporciona. Ou seja, os indivíduos realizam a seguinte operação mental:

$$(1) \text{ Ação coletiva} = \text{valor atribuído ao bem comum} - \text{custo de obtenção}$$

Se o valor atribuído ao bem comum é maior que o custo de obtenção, a ação individual que trará benefícios coletivos será disparada. Os resultados propostos por Olson (1971) foram resumidos por Nassar (2001, p. 46) no Quadro 1.

Tamanho do grupo	Vi / Vt	Vi/C	Ação coletiva	Exemplo
Grande	Baixo para todos os indivíduos (grupos latentes)	> 1	Não ocorrerá espontaneamente, pois todos os indivíduos têm incentivos para agir como “caronas”. Só ocorrerá com contribuição obrigatória.	O Estado que precisa recolher impostos de forma compulsória.
	Alto para um conjunto pequeno de indivíduos e baixo para os demais (grupos intermediários)	> 1	Sim, porém grande parte do custo é realizado pelo pequeno grupo, que é explorado pelo outro (arranjo sub ótimo).	Um grande movimento para resolver um problema ambiental. A tendência é que os indivíduos diretamente prejudicados se dediquem muito, embora o problema possa sensibilizar muitas pessoas.
Pequeno	Baixo para todos os indivíduos (grupos intermediários)	> 1	Não ocorrerá espontaneamente, pois todos os indivíduos têm incentivos para agir como “caronas”. Só ocorrerá mediante contribuição obrigatória.	Associação de bairro. A organização de um prédio que necessita de condomínio obrigatório para manutenção das instalações.
	Alto para 1 ou poucos indivíduos (grupos privilegiados)	> 1	Grande parte do custo e do benefício é usufruído por 1 ou poucos indivíduos, que podem pagar sozinho para a realização do bem coletivo	Um grupo de interesses setorial. A diretoria procura negociar junto ao Estado vantagens que favoreçam mais a seus componentes do que aos demais. A própria participação na diretoria confere <i>status</i> a seus integrantes, a ponto de incentivá-los a contribuir permanentemente.

Quadro 1 - Estrutura de incentivos para ação coletiva

Legenda: Vi / Vt - valor do bem coletivo para o indivíduo dividido pelo valor total do bem; Vi / C - valor do bem coletivo para o indivíduo dividido pelo custo médio de obtenção do bem.

Fonte: Nassar (2001), baseado em Olson (1971), com adaptações da autora

Outro elemento importante para Olson (1971) é o tipo de benefício trazido pelo bem. O que leva um grupo a agir e ter algum tipo de ganho no mercado pode ser um “benefício coletivo”, na expressão de Olson (1971), “exclusivo ou inclusivo”.

Para Olson (1971) em grupos não mercantis, ou organizações que procuram um bem coletivo inclusivo, os benefícios de uns não prejudicam os dos outros. Assim, quanto maior o número de participantes para partilhar os benefícios e custos, melhor os resultados. Um aumento no tamanho do grupo não traz competição para os participantes, mas pelo contrário pode conduzir a

menores custos para eles. Nesses grupos, do tipo inclusivo, os membros não se veem como concorrentes e a participação de mais pessoas é favorecida. O comportamento do tipo “carona” não é reprimido, pois não prejudica os outros membros do grupo.

No caso de “bens coletivos exclusivos”, a quantidade fixa e limitada do benefício que pode ser derivado do bem (o preço mais elevado) em uma situação de mercado leva as empresas a tentar reduzir o tamanho do grupo. Nesses caso os participantes se consideram como concorrentes e as situações de carona não são permitidas.

Olson (1971) também estabeleceu uma taxonomia para os grupos em função da probabilidade de acontecer a ação coletiva, dividindo-os em três grupos:

- Grupos privilegiados (*Privileged groups*) - nesses grupos, que são sempre pequenos, existe ao menos um agente para quem os benefícios da ação coletiva são maiores que os custos totais de obtenção do bem, mesmo que ele seja o único contribuinte. Nesse caso, a ação coletiva sempre será realizada;

- Grupos intermediários (*Intermediate groups*) – não há uma definição rigorosa desse tipo de grupos. Na visão de Olson (1971) estariam incluídos grupos oligopolísticos (*oligopolistic sized groups*), não privilegiados, nos quais o comportamento de cada agente é perceptível para os outros agentes. Um comportamento *free-rider* isolado teria um impacto substantivo nos custos e nos benefícios da ação coletiva. Nesse caso, o resultado é indeterminado e não há uma solução geral: tanto a ação coletiva pode ocorrer, quanto não, mas nenhum benefício coletivo jamais será obtido sem alguma coordenação ou organização grupal.

- Grupos Latentes (*Latent groups*) - é o tipo de grupo no qual o problema da ação coletiva é mais intenso. Por mais que os agentes tenham interesses em comum, sua pulverização faz com que o comportamento de caroneiro seja racional em termos individuais, o que leva a um nível nulo de produção do bem coletivo. Outro entrave no caminho dos grupos latentes consiste nos elevados custos de localização dos membros, sua organização, a barganha, entre outros, para que o problema da ação coletiva seja resolvido.

Olson (1971) destacou que para motivar os indivíduos, ou firmas, a

contribuir para a ação coletiva, é necessário que haja mecanismos de “incentivo independente” e “seletivo”, como uma premiação individual. Esses incentivos servem como motivação para a contribuição individual na ação coletiva, os quais podem ser incentivos monetários ou sociais. Estes incentivos ainda podem ser negativos (como uma punição àqueles que não arcarem com a sua parte dos custos da ação grupal) ou positivos (recompensas positivas aos que agirem pelos interesses dos grupos).

Ostrom (1990) afirma que os modelos desenvolvidos por Olson (1971) e Hardin (1968), com as ações coletivas e tragédia dos comuns, não estão errados, mas que representam apenas situações particulares e não a situação geral. Quando indivíduos têm altas taxas de desconto em relação ao futuro, baixa confiança mútua, sem a capacidade de se comunicar, de entrarem em acordos vinculativos, de monitorar suas ações e de impor penalidades, eles não estão propensos a escolher benefícios conjuntamente estratégicos, conforme resultados indicados nos jogos do tipo dilema do prisioneiro, a menos que tais estratégias se tornem suas estratégias dominantes, conforme levantado por Olson nos grupos privilegiados.

2.2 Formas de ações coletivas

Vilpoux (2014) analisou as diferentes formas de ações coletivas em assentamentos do Mato Grosso do Sul e adotou uma classificação diferente daquela de Olson, de acordos com critérios adotados na Economia Institucional. Como critério principal de classificação dos grupos associativos, o autor adotou a existência de investimentos em ativos específicos e custos irre recuperáveis, aspectos importantes em função dos pressupostos comportamentais de racionalidade limitada e oportunismo por parte dos agentes, pressupostos adotados na Economia dos Custos de transação (ECT). Como explicado por Williamson (1985), a racionalidade limitada está relacionada com a incompletude dos contratos. Já o comportamento oportunista dos agentes pode gerar renegociações, rupturas e disputas a *posteriori*.

Os ativos específicos, na definição de Williamson (1985, 1996) são ativos que não podem ser reempregados sem que isso implique em perda de valor de alguma forma. Essa condição ocorre quando se reduz o número de produtores

com capacidade de ofertar e outros interessados em adquirir o ativo específico em questão. Logo, quanto maior o grau de especificidade do ativo, maiores serão os riscos e problemas de adaptação e mais elevados serão os custos de reconversão para atividades alternativas em caso de finalização antecipada da transação.

Em consequência, o nível de especificidade dos ativos afeta positivamente os custos de transação, uma vez que tal situação potencializa a possibilidade de perda associada a uma ação oportunista por parte do outro agente (WILLIAMSON; 1985, 1996).

Williamson (1996) apresenta seis tipos de especificidades de ativos: I - Especificidade locacional, no caso de instalações próximas umas das outras para economizar em custos de estocagem e transporte; II - ativos físicos, que se referem à especialização dos ativos necessária para produzir os produtos; III - ativos humanos, que é a necessidade de investimentos em capital humano para exercer a atividade; IV - ativos dedicados, que são investimentos feitos para clientes específicos; V – marcas que são os investimentos na marca de uma empresa e VI - temporal, no qual o valor da transação está relacionado ao tempo em que ela é processada. O último tipo de especificidade é intimamente ligado a produtos perecíveis.

A especificidade dos ativos refere-se ao grau em que um ativo pode ser reutilizado para usos alternativos e por usuários alternativos sem sacrifício de valor produtivo. Isso tem relação com a noção de custos irrecuperáveis, também conhecidos como *sunk costs* (WILLIAMSON, 1996). Machado (2000) define os custos irrecuperáveis como custos fixos, que, uma vez ocorrido tornam-se irrecuperáveis, geralmente pelo fato de serem oriundos de ativos específicos, mas não necessariamente.

Na visão de Pohlmann *et al.* (2004, p. 27) a “[...] especificidade é a característica de um ativo que expressa a magnitude de seu valor e é dependente da continuidade da transação da qual ele é específico”. Neste caso, maiores serão os riscos e problemas de adaptação quanto maior a especificidade, e, logo, maiores serão os custos de transação. Assim, por estarem na dependência da continuidade e da transação, trata-se de um conceito indissociável do tempo, o que o faz se aproximar muito do conceito de *sunk costs*.

Para os autores os conceitos de especificidade de ativos e *sunk costs* são próximos, porém não existe uma identidade perfeita entre ambos. *Sunk costs* referem-se aos custos fixos incorridos e irre recuperáveis. Citam como exemplo a aquisição de uma máquina que, sendo considerada *sunk cost*, não é possível ser vendida, o que sugere tratar-se de um ativo específico. Porém, nem sempre um *sunk cost* é específico a uma transação, apesar de frequentemente sê-lo (POHLMANN *et al.*, 2004).

Nesta mesma linha de raciocínio, Casali e Marion Filho (2013) definem que ativos específicos físicos são investimentos especializados realizados para o desenvolvimento das relações econômicas e que perdem valor quando são reempregados se houver ruptura na transação. Neste caso, sendo interrompida prematuramente poderá gerar custos irre recuperáveis, ou *sunk costs*.

Em função da presença ou não de ativos específicos e de custos irre recuperáveis, Vilpoux (2014) identificou três tipos de formas de ações coletivas:

- As primeiras são aquelas sem nenhum investimento, que o autor identificou como associações de representação com as autoridades públicas, a fim de facilitar o transporte público, reparar estradas, para o uso de tratores e doação de sementes em assentamentos, entre outras.
- As segundas podem necessitar de algum tipo de investimento, mas este é recuperado rapidamente, com a atividade normal da associação. Essas associações podem ter atividades de compra e comercialização, que beneficiam do efeito escala da associação sem necessidade de investimentos específicos. Elas podem também realizar atividades de processamento, como laticínio, cana-de-açúcar, frutas e legumes. Nesse caso, os investimentos industriais provem de investimentos a fundo perdido, trazidos por entidades governamentais ou não, e não de recursos próprios dos produtores. Os gastos em capital de giro são rapidamente recuperados com as atividades normais da associação. Nesse grupo entram também os investimentos realizados pelos produtores, mas que eles recuperam em caso de saída da organização, como equipamentos pessoais que podem ser utilizados fora da associação ou cooperativas, sem

perda de valor, ou ainda quota partes de cooperativas que podem ser vendidas para um novo sócio na saída do associado.

- A terceira categoria de associações e cooperativas é representada por entidades de produção, como no grupo 2, mas cujos investimentos foram realizados com recursos próprios dos produtores e que não podem ser recuperados no caso da saída da organização. Nesse caso, esses investimentos constituem custos perdidos, ou investimentos específicos, pois em caso de saída o produtor perde o investimento realizado. O autor cita o caso do investimento nas áreas de produção comunitárias dos assentamentos.

As associações de representação junto às autoridades públicas não precisam de investimentos, o que facilita a adesão dos associados, visto que o risco com a perda de investimentos é nulo. Esses grupos assimilam-se aos grupos inclusivos de Olson (1971).

Para o autor esse critério explica a alta ocorrência deste tipo de associação nos assentamentos. Nas associações de produção com necessidades de investimentos específicos, como exemplo dos investimentos efetuados na aquisição de sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas utilizados nas áreas de produção comunitárias, estes serão perdidos em caso de término da cooperação antes da colheita e a ocorrência desse tipo de organização é muito mais raro.

Após abordar as formas de ações associativas, passa-se a focar a metodologia da pesquisa utilizada nos assentamentos, com o objetivo de entender as formas de ações coletivas que existem entre os agricultores familiares assentados.

3 Metodologia

Os dados foram obtidos a partir de entrevistas, realizadas por meio de um roteiro pré-definido com os responsáveis de todas as associações identificadas nos assentamentos visitados e aplicação de questionários a assentados, membros ou não de associações.

A escolha dos assentamentos foi feita a partir de uma amostragem por conveniência, de forma não probabilística. A escolha por essa técnica deve-se as distâncias e isolamento dos assentamentos, além das dificuldades de acesso devido a bloqueios por grupos indígenas, estradas em más condições e falta de sinalização. Apesar dessas dificuldades, foram selecionados assentamentos das diversas partes dos estados do Centro-Oeste, com distâncias diferentes dos centros urbanos, abrangendo ao máximo a variedade geográfica de cada estado, conforme apresentado na Figura 01.

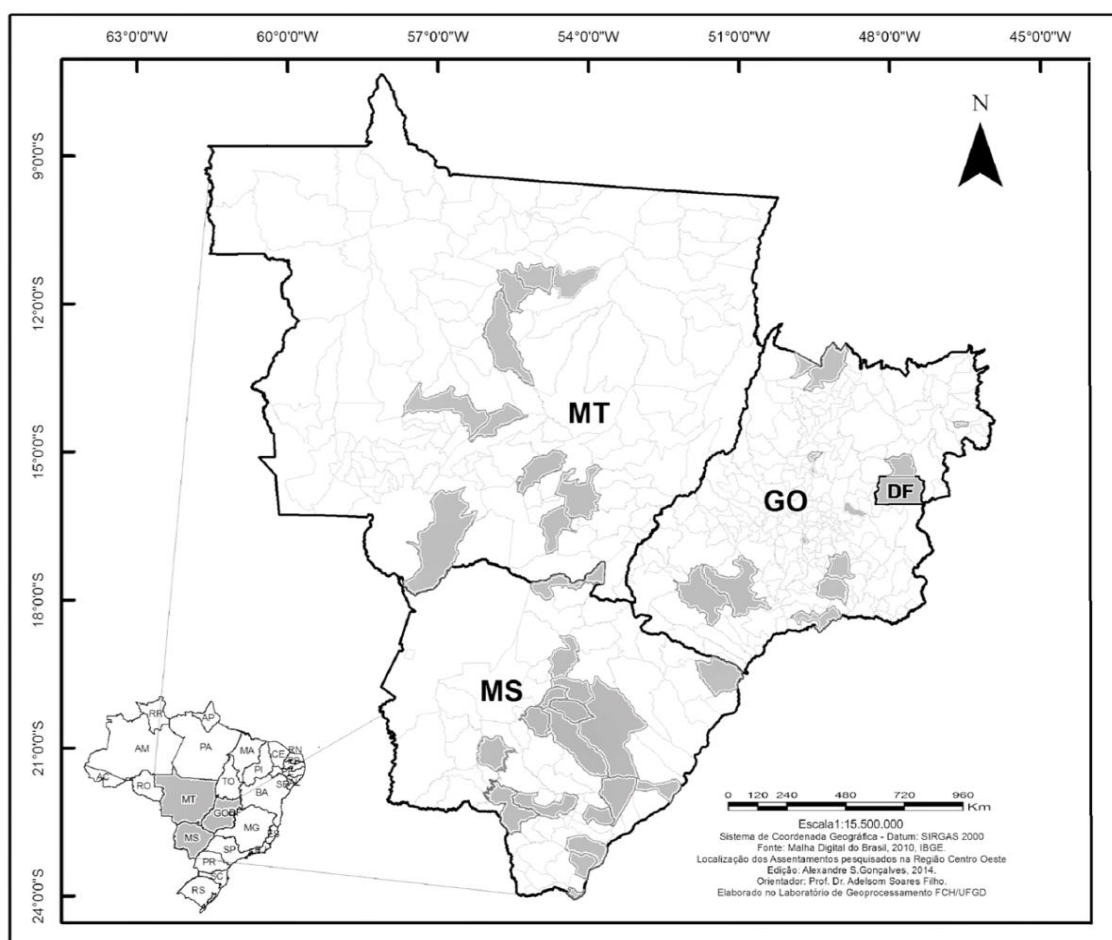


Figura 1 - Localização dos assentamentos pesquisados na Região Centro-Oeste

Foram selecionados assentamentos com no mínimo cinco anos de idade, tempo já utilizado por Vilpoux (2014) e considerado como suficiente para eles se estabilizarem. As visitas foram realizadas no período de maio de 2014 a julho de 2015.

Para a escolha dos assentados e aplicação dos questionários foi utilizada a amostragem probabilística ao acaso, ou seja, de forma aleatória. A quantidade de famílias entrevistadas variou de acordo com o tamanho do

assentamento e com a disponibilidade dos entrevistados (Tabela 1). Não foi possível conhecer com antecedência o número de assentados em cada assentamento, pois em grande parte deles havia alto índice de desistência.

Tabela 1 - Resumo geral dos questionários aplicados por estado nos assentamentos visitados

Região Centro Oeste	Nº questionários aplicados	Nº assentamentos pesquisados
MS	457	20
MT	352	17
GO	310	15
DF	43	2
Total	1162	54

Em paralelo com a aplicação dos questionários foram identificadas as formas de ações coletivas (associações, cooperativas e grupos de produção) que atuavam nos assentamentos pesquisados. Em seguida foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os presidentes ou membros das diretorias de cada associação ou cooperativa identificada. No total foram entrevistados presidentes e membros das diretorias de 55 formas de ações coletivas, sendo 23 do Mato Grosso do Sul, 16 de Goiás, 15 do Mato Grosso e uma do Distrito Federal. Pela proximidade do Distrito Federal com o estado de Goiás, para a análise foram agrupadas as entidades desses estados.

Para identificar a existência de ações coletivas nos assentamentos pesquisados foram analisados a participação efetivas dos assentados nas formas de ações coletivas, a partir dos questionários aplicados. Nessa análise foi possível descrever a proporção dos assentados com participação em organizações associativas, o tipo de forma de ação coletiva e a frequência de participação.

A partir das entrevistas aos responsáveis das organizações pesquisadas foram identificados os diferentes tipos de formas de ações coletivas de acordo com quatro critérios de classificação, conforme variáveis levantadas na literatura:

- Tipo: organização formal ou informal e tipos de pessoas jurídicas (associações, cooperativas e outros).

- Tamanho: os grupos foram separados em função da mediana do número de integrantes das 55 organizações: grupos pequenos com até 37 integrantes e grupos grandes com mais de 37 membros.
- Organizações inclusivas ou exclusivas: de acordo com o tipo de serviço ou atividades desenvolvidas pelas organizações. Essa análise considerou também a existência de incentivos e penalidades presentes nas organizações pesquisadas.
- Tipo de investimento: valores dispendidos pelos associados em prol das organizações: com ou sem investimentos; investimentos específicos ou não.

Para comparar os resultados entre os assentados dos três estados foi realizado o teste de *Kruskal-Wallis*. Este teste é utilizado como uma alternativa para a análise de variância, na análise de duas ou mais variáveis que não possuem uma distribuição normal. O teste de Mann-Whitney foi também utilizado para completar a análise. Este teste é utilizado para a comparação de duas amostras de variáveis discretas ou A comparação dos resultados entre os estados deu-se através de análise estatística no programa Xlstat, versão 2016 (ADDINSOFT, 2016). Foi considerada diferença significativa aquela com um valor de probabilidade (p) inferior ou igual ao nível de significância de 0,05.

4 Importância da Ação Coletiva

Entre os 1162 assentados entrevistados, buscou-se a proporção dos pertencentes a algum tipo de forma de ação coletiva. No total, 53% afirmaram que possuíam algum vínculo com uma associação nos assentamentos pesquisados, conforme Figura 2.

Ao aplicar o Teste de *Kruskal-Wallis* entre as amostras foi encontrado que as amostras não vêm de uma mesma população. Ao comparar os estados com o teste de Mann-Whitney, os resultados foram considerados como similares apenas entre MT e GO, onde as taxas de participação dos assentados em organizações associativas são semelhantes. No Distrito Federal há uma participação quase que integral dos associados, ao passo que no Mato Grosso

do Sul há uma maior participação em movimentos sociais (Figura 3), mas menor nas associações dos assentamentos.

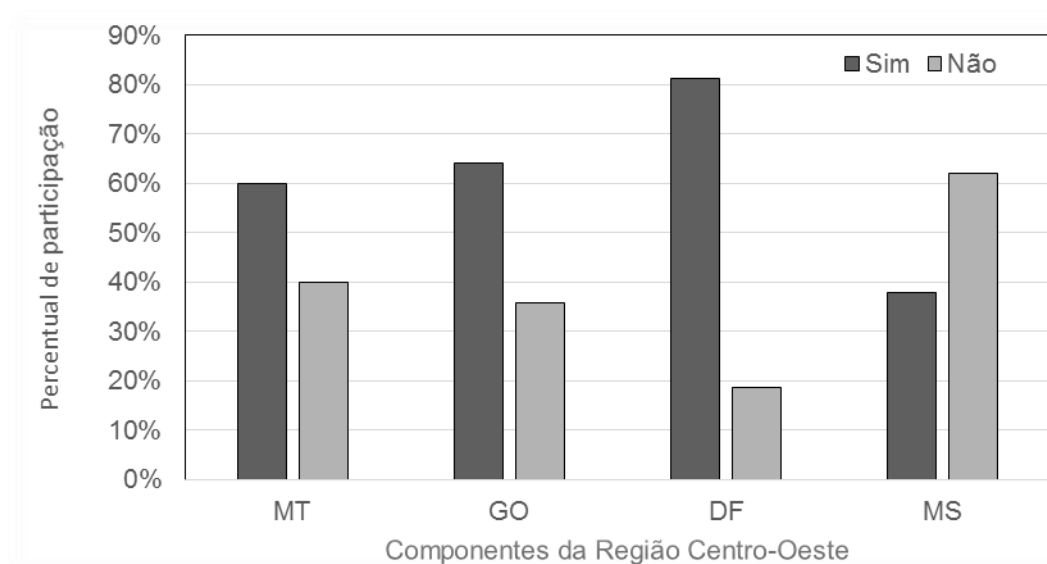


Figura 2 – Participação dos assentados da região Centro-Oeste em algum tipo de associação nos assentamentos

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

Além da participação nas associações presentes nos assentamentos foi avaliada a participação dos assentados em outro tipo de formas de ações coletivas, como associações e cooperativas agrícolas fora do assentamento, sindicatos rurais, cooperativas de crédito, associações religiosas, entre outras. Entre os assentados pesquisados, 54% indicaram participar de outra forma associativa. Os resultados por estado são apresentados na Figura 3.

Entre as formas de ações coletivas, a que mais se destaca é a de sindicatos, muito presente em todos os estados, na exceção do Distrito Federal.

Ao aplicar o Teste de *Kruskal-Wallis* entre as amostras dos assentados dos três estados foram encontradas diferenças significativas entre elas. Com o teste de Mann-Whitney foram identificadas diferenças na participação em associações agrícolas, cooperativas sindicatos e cooperativas de crédito. Na participação em cooperativas agrícolas existe uma diferença significativa de participação entre os assentados do estado de Goiás e os dos outros estados. Os assentados do Mato Grosso do Sul, apesar de participarem menos de

cooperativas que os de Goiás, indicaram uma participação significativamente maior que os do Mato Grosso.

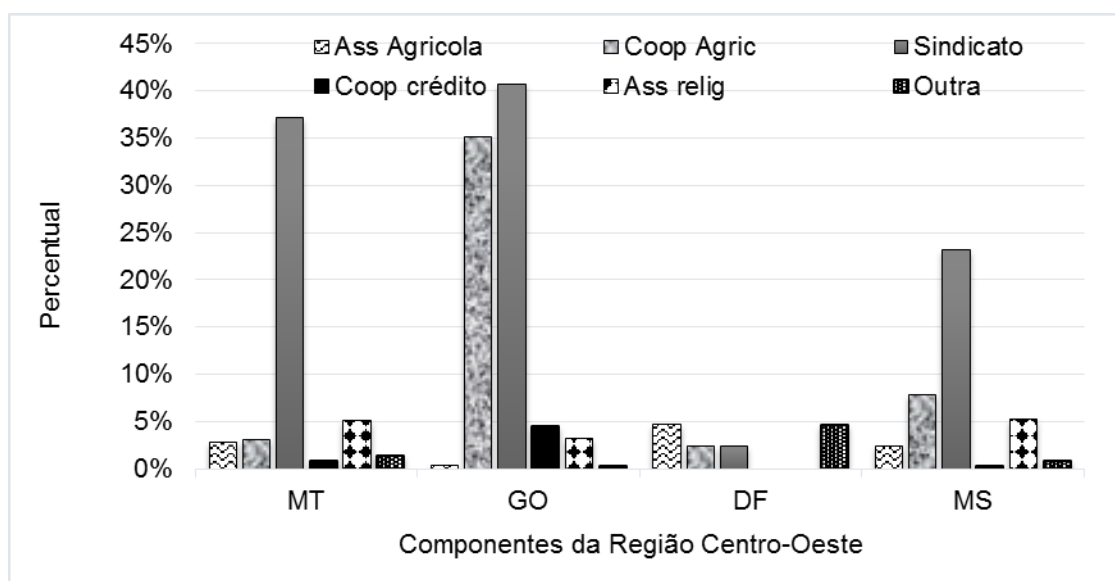


Figura 3 – Participação dos assentados da região Centro-Oeste em organizações fora da associação principal do assentamento
Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

Quando considerada a participação em associações agrícolas, a participação é invertida em relação às cooperativas, pois os assentados de Goiás participam significativamente menos desse tipo de organização.

Em Goiás a pesquisa permitiu encontrar uma maior quantidade de cooperativas, as quais possuem finalidades estritamente comerciais. De acordo com a Lei nº 5.764/71, cooperativas são classificadas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, com o objetivo de prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo sua atividade produtiva, com uma quantidade mínima de 20 pessoas para a sua constituição (BRASIL, 1971). Muitas cooperativas da região buscam acordos comerciais ofertando vantagens como assistência técnica (agrônomos e veterinários), manutenção da terra (adubos e sementes) e dos animais, bem como, em alguns casos para as mais próximas da cidade, o transporte gratuito da produção dos seus cooperados.

No caso das associações, de acordo com o disposto no Código Civil em seu Art. 53, elas são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, com o objetivo de prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político de seus associados. Não há

definição de quantidade mínima de membros para constituição da mesma (BRASIL, 2002).

Além das associações de infraestrutura básica, obrigatórias no momento da constituição de todos os assentamentos, alguns assentados se reúnem em pequenos grupos para montar associações agrícolas com a finalidade de comercialização de seus produtos em feiras, supermercados ou até mesmo com o Governo. O destaque nesse quesito é para o Distrito Federal.

Quando se considera a participação dos assentados nos sindicatos rurais, os assentados do Mato Grosso e de Goiás possuem uma participação significativamente maior. Os do Mato Grosso do Sul possuem uma posição intermediária. A principal função alegada da importância do sindicato rural é de prover a aposentadoria para os seus sindicalizados.

Em relação à participação em cooperativas de crédito, a diferença é significativa apenas entre os assentados do estado de Goiás e os dos outros estados, com menor participação. Esses resultados refletem a participação geral dos assentados de cada estado em formas de ações coletivas, com participação maior em Goiás e menor em Mato Grosso do Sul.

Entre as associações religiosas, destacam-se a participação dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ambas com 5%. A religião predominante em todos os estados é a católica.

Pertencer a algum tipo de forma de ação coletiva não é o único elemento importante para avaliar a participação a uma organização coletiva. Para completar a análise é necessário identificar a frequência de participação nas reuniões dessas formas de ações coletiva (Figura 4). Os resultados indicam que 89% dos entrevistados declararam participar em mais de 50% das reuniões, o que denota uma grande frequência de participação nas associações dos assentamentos.

O Teste de *Kruskal-Wallis* indicou participação similar entre os assentados dos estados de Mato Grosso e de Goiás. No Distrito Federal a frequência de participação foi considerada significativamente maior e no Mato Grosso do Sul, significativamente menor. A elevada participação associativa dos assentados do Distrito Federal é acompanhada de uma escala de maior frequência de participação às reuniões. Em contrapartida, no estado de Mato

Grosso do Sul, a participação menor em associações é acompanhada por uma frequência menor de participação às reuniões.

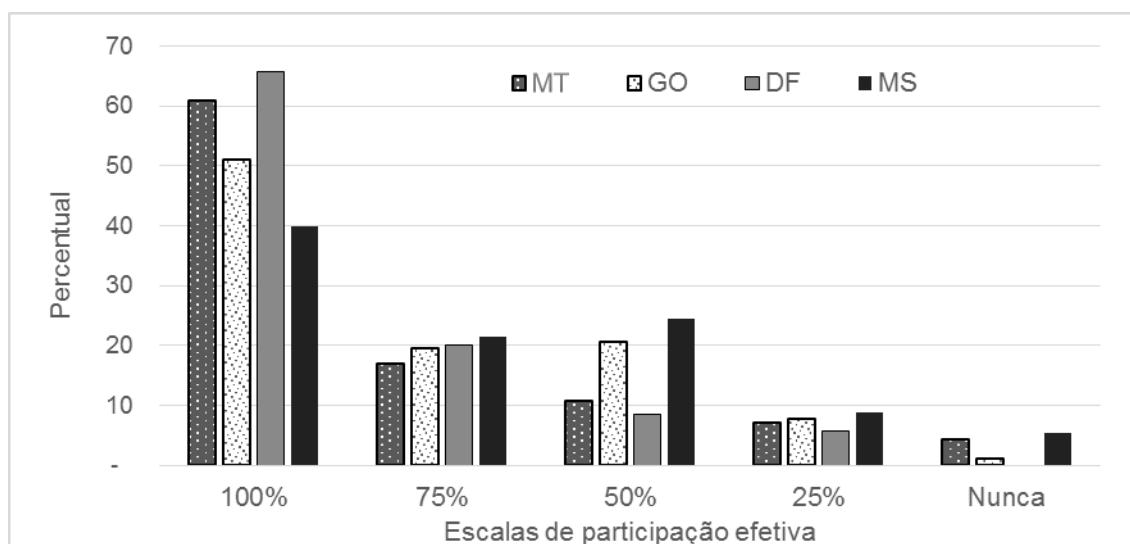


Figura 4 – Participação efetiva nas reuniões das associações dos assentamentos pesquisados na região Centro Oeste

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

As formas de ações coletivas pesquisadas não são as únicas presentes na vida dos assentados. Na política de reforma agrária brasileira a distribuição de terra privilegia os “sem-terra” integrados a algum tipo de movimento social, como o Movimento dos Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação dos Trabalhadores em Agricultura (FETAGRI), entre outros.

Apesar da importância dos movimentos sociais na criação dos assentamentos, muitos assentados acabam deixando esses movimentos depois de instalados em seus lotes. Assim, do total de entrevistados, apenas 15,5% afirmaram participar de um movimento social, sendo uma participação de 19,4% em Goiás, estado com maior proporção de assentados participando de movimentos sociais, 17,9% em Mato Grosso do Sul, 10,8% no Mato Grosso e zero no Distrito Federal. A participação dos assentados entrevistados nos diferentes movimentos sociais é indicada na Tabela 2.

Tabela 2 – Percentagens de participantes em movimentos sociais dos assentados entrevistados, por estado

Movimentos	MT	GO	MS	Total
CUT	-	1,9	4,2	2,2
Fetaeg*	-	3,9	-	1,0
Fetagri	5,1	2,9	7,2	5,2
MST	4,5	6,1	5,7	5,2
Outros**	1,1	4,5	0,9	1,9
Total	10,8	19,4	17,9	15,5

* Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

**CPT- Comissão da Pastoral da Terra, FAF- Federação da Agricultura Familiar, FMT - Fundação Mato Grosso, MTA - Movimento dos Trabalhadores da Agricultura

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

Apenas dois movimentos são encontrados nos 3 estados do Centro-Oeste: o MST e a FETAGRI. A proporção de assentados participando desses dois movimentos é similar, mas com uma distribuição mais homogênea do MST entre os três estados. A FETAGRI foi encontrada em menor proporção nos assentamentos do estado de Goiás. A CUT, movimento oriundo do estado de São Paulo, não foi encontrada no Mato Grosso. A FETAEG é um movimento que se concentrou apenas no estado do Goiás. Ela é composta por uma junção de sindicatos de trabalhadores rurais, criada com a finalidade de coordenar e defender os interesses dos trabalhadores rurais goianos.

Outros movimentos, de menor importância, apareceram nos diferentes estados, o que indica, além da pequena participação, uma grande dispersão dos movimentos sociais na região Centro-Oeste.

Após a análise da participação dos assentados, passa-se a abordar as diferentes formas de ações coletivas encontradas nesses assentamentos.

5 Formas de ações coletivas em assentamentos do Centro-Oeste

Entre as formas de ações coletivas que funcionam nos assentamentos foram identificados três tipos de pessoas jurídicas. As Associações são a forma de ação coletiva mais comum nos três estados (62%), seguida das Cooperativas (31%). As outras formas incluem grupos e sindicatos e representam 7% das organizações encontradas (Figura 5).

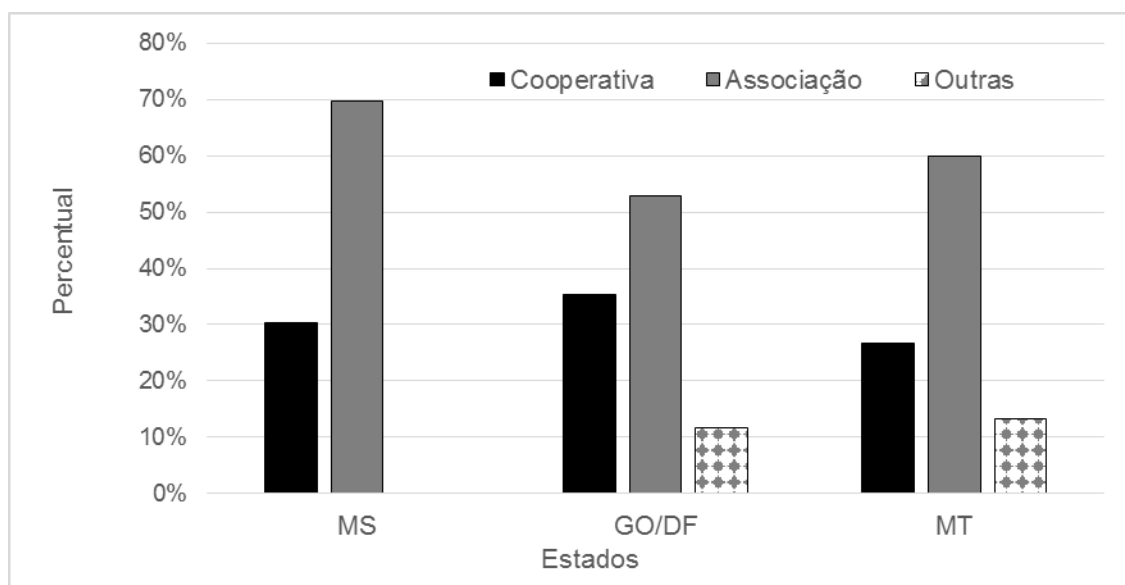


Figura 5 – Tipos de pessoas jurídicas das formas de ações coletivas encontradas nos assentamentos pesquisados na região Centro-Oeste

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

Das 55 formas de ações coletivas pesquisadas, 52 funcionavam de forma formalizada, isto é, com a presença de estatuto formalizado em cartório e a entidade possuindo o seu CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e apenas 3 declararam serem informais.

Nos assentamentos existem, na maioria das vezes, muitas formas de ações coletivas. Porém, poucos os assentamentos em que foram encontradas mais de uma associação. Foi difícil encontrar os diretores nas sedes das cooperativas para efetuar as entrevistas, tendo em vista que nessas organizações a maior parte das sedes se localiza fora dos assentamentos.

Entre as outras formas de ações coletivas identificadas, destacam-se alguns grupos econômicos (armazenamento de leite e processamento de mel) e sindicatos. Os sindicatos têm suas sedes na cidade, o que dificultou a obtenção dos dados.

Na sequência, com os dados obtidos juntos as diretorias, foi possível caracterizar as formas de ações coletivas pesquisadas.

5.1 Tamanho das formas de ações coletivas

Para Olson (1971), o tamanho dos grupos é o fator mais importante para ocorrer a ação coletiva. Conforme descrito na metodologia, as formas de ações

coletivas foram classificadas em função da mediana do número de integrantes das 55 organizações: grupos pequenos com até 37 integrantes e grupos grandes com mais de 37 membros (Tabela 3).

Tabela 3 – Tipologia dos grupos pesquisados por tamanho e estado (percentual e quantidade de integrantes)

Tm grupos	MS	%	GO/DF	%	MT	%	Total	%
Grande	5	19%	13	48%	9	33%	27	100%
Pequeno	18	64%	4	14%	6	21%	28	100%
Total	23	42%	17	31%	15	27%	55	100%

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

Entre os grupos grandes há a predominância das formas de ações coletivas de Goiás, que detêm 48% dessa categoria, o que poderia estar relacionado com a grande presença de cooperativas neste estado. Como a criação de uma cooperativa necessita de um número mínimo de 20 sócios, essas entidades possuem maior probabilidade de se classificar na categoria das médias e grandes organizações.

Em contrapartida, o estado de Mato Grosso do Sul possui maior proporção de formas de ações coletivas pequenas (64%). O estado de Mato Grosso possui uma posição intermediária entre Goiás e Mato Grosso do Sul, mas com proporção elevada de formas de ações coletivas classificadas como grandes.

Na lógica de Olson (1971), os integrantes de grupos pequenos percebem com maior nitidez o peso de suas contribuições para o provimento do bem comum. No caso dos membros de grupos grandes, a ação coletiva deveria ser mais difícil, pois estes percebem que seu peso individual na consecução do bem é irrisório. Assim, grupos menores devem possuir custos de transação menores, sendo mais eficientes que grupos grandes, os quais teriam maiores dificuldades em organização. Ostrom (1990) concorda afirmando que os grupos pequenos irão promover seus interesses comuns de um modo melhor que os grandes; no entanto, indica a possibilidade de organização de grupos maiores através da divisão em subgrupos menores e ligados entre eles.

A Tabela 3 indicou uma participação menor dos membros de organizações coletivas nos assentamentos do Mato Grosso do Sul, onde as

organizações menores predominam, o que parece contradizer a importância do tamanho do grupo. A Figura 6 indica a participação média dos assentados em suas formas de ações coletivas, de acordo com o tamanho da entidade e por estado.

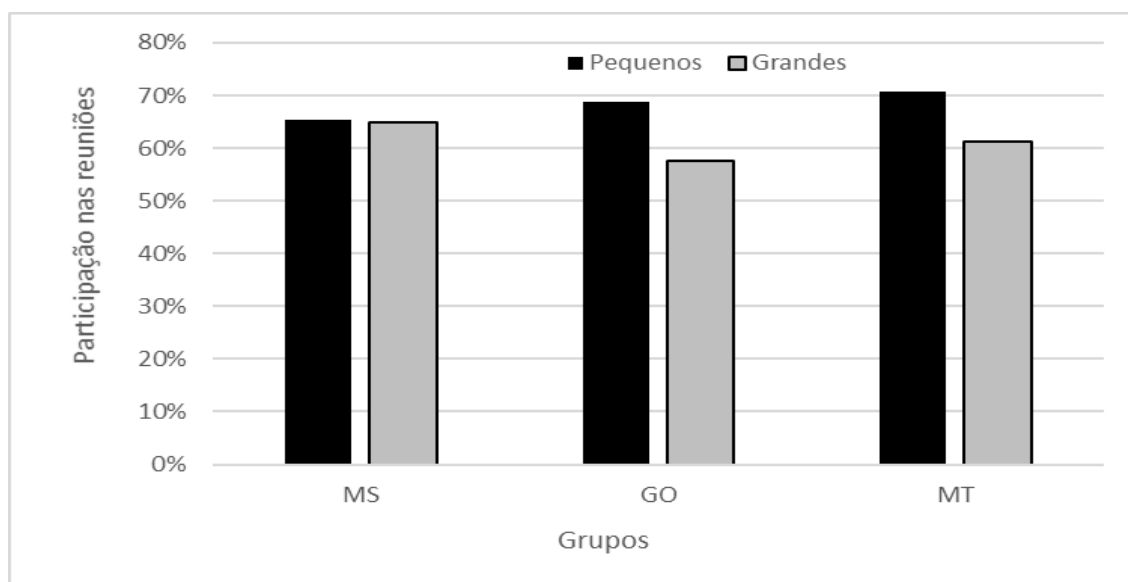


Figura 6: Participação nas reuniões das organizações coletivas pesquisadas por tamanho de grupo

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

Entre os grupos pequenos se destacam a participação dos assentados nas organizações de Mato Grosso e Goiás, ambos com as maiores frequências participativa, mas com poucas formas de ações coletivas consideradas. De modo geral, a Figura 6 não indica uma participação diferente dos associados em função do tamanho das formas de ações coletivas a qual participam. Esses resultados podem indicar que mesmo as maiores formas de ações coletivas encontradas possuem um número de associados suficientemente limitado para permitir a ocorrência de ações coletivas. Outra possibilidade é que a participação em reuniões não reflete automaticamente uma participação efetiva na organização, mesmo se um associado que não participa das reuniões dificilmente será envolvido em outras atividades da entidade.

Existe também a possibilidade de as ações coletivas serem mais relacionadas com o tipo de atividade das organizações e dos investimentos necessários do que com o número de sócios, aspectos abordados na seção seguinte.

5.2 Formas de ações coletivas exclusivas ou inclusivas

De acordo com Olson (1971), a classificação dos grupos entre exclusivos e inclusivos depende das atividades ou serviços desenvolvidos.

As formas de ações coletivas pesquisadas desenvolvem diversos serviços ou atividades, as quais foram sintetizadas entre atividades políticas, ou de representação com as autoridades públicas, conforme classificação de Vilpoux (2014), atividades comerciais, de compra, venda ou produção e atividades mistas (Tabela 4).

Tabela 4 – Tipos de serviços e atividades das organizações pesquisadas

Estados	Políticas / Representação	Comerciais	Mistas	Sociais
MS	30%	22%	43%	4%
GO/DF	47%	6%	47%	-
MT	60%	13%	27%	-
Total	44%	15%	40%	2%

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

A maioria das formas de ações coletivas da Região Centro-Oeste (44%) executam atividades apenas de representação junto aos assentamentos, corroborando resultado semelhante obtidos por Vilpoux (2014). Para o autor, essas formas de ações coletivas desenvolvem atividades de representação e de estruturação juntos aos órgãos públicos.

Além das formas de ações coletivas exclusivamente para fins políticos, foram encontradas 40% das organizações com atividades mistas, com um objetivo também comercial além da representatividade de seus membros. Entre as ações comerciais desenvolvidas foram identificadas atividades de compra e venda conjunta, de processamento e de prestação de serviços. As formas de ações coletivas essencialmente comerciais totalizaram apenas 15% das organizações pesquisadas na região.

Destaca-se ainda a existência de uma forma de ação coletiva social com finalidade exclusiva de lazer, visando a manutenção dos filhos dos assentados no assentamento. Uma vez que a sede do assentamento está localizada distante da cidade mais próxima, os jovens com idade na fase pré e adolescência procuravam refúgio em drogas e bebidas. Assim, os pais destes criaram a associação buscando a realização de atividades de recreação e

capacitação técnica a fim de ocuparem os jovens e evitarem maiores problemas sociais. A organização tem o apoio jurídico da Procuradoria Estadual da cidade, sendo referência no estado. Esse tipo de forma de ação coletiva destaca-se das outras e não foi descrito por Vilpoux (2014).

Quando se consideram as formas de ações coletivas mistas, as atividades de representação são de longe as mais importantes nas organizações pesquisadas. Os assentados de Goiás e do Distrito Federal são aqueles que participam menos de formas de ações coletivas comerciais, o que pode ser explicado pela grande presença de cooperativas fora dos assentamentos, entidades exclusivamente comerciais.

Entre as principais atividades contidas nos estatutos das formas de ações coletivas pesquisadas e informadas pelos entrevistados (Tabela 5), a de representação política inclui a representação do assentamento e de seus associados, sendo elencado além da infraestrutura a representação dos assentados na obtenção de benefícios, principalmente o uso de trator. A maior presença está no estado de Mato Grosso, onde representam 60% das formas de ações coletivas identificadas.

As formas de ações coletivas comerciais atuam em serviços de compra, produção e venda de produtos artesanais, frutas, legumes, verduras e mel, entre outros. Essas formas de ações coletivas são sensivelmente mais importantes no estado de Mato Grosso do Sul, onde representam 22% das formas de ações coletivas identificadas.

As formas de ações coletivas mistas incluem entidades de representação política com outra função, como a prestação de serviço de compra e venda de grãos, leite, sementes e produtos artesanais. O estado onde essa categoria é mais representada é o de Goiás, com 47%.

A organização social identificada no Mato Grosso do Sul desenvolve atividades voltadas para o lazer com equoterapia e capacitação em informática.

De acordo com a definição de Olson, pode-se afirmar que as formas de ações coletivas políticas, ou de representação, são inclusivas, uma vez que a adição de novos membros aumenta o poder de pressão política do grupo e que o comportamento de carona não interfere nos benefícios dos outros membros.

Tabela 5: Atividades das organizações entrevistadas

Organizações	Atividades principais	Participação nos estados			Produção principal
		MS	GO/DF	MT	
Política	Representação	7 (30%)	8 (47%)	9 (60%)	Representação do assentamento junto aos órgãos competentes referente à infraestrutura e também dos assentados perante solicitação de benefícios, como uso de trator.
Comerciais	Produtos artesanais	2 (9%)	-	-	Revenda de doces, compotas, pimentas, artesanato, fibra de bananeira, compra de venda de produção de garapa, melaço e rapadura, produtos da agricultura familiar, mandioca congelada e resfriada e farinhas (torrada, <i>in natura</i> , biju...) e cursos técnicos
	Frutas, legumes e verduras	2 (9%)	-	-	Produção e revenda
	Mel	1 (4%)	1 (6%)	-	Revenda e semi industrialização de mel de abelha e cursos de formação
	Leite	-	-	2 (13%)	Armazenamento da produção, resfriamento e venda de leite e derivados
Mistas	Grãos	6 (26%)	-	-	Representação, assistência técnica, compra, armazenamento e venda.
	Leite	2 (9%)	3 (18%)	-	Infraestrutura do assentamento, produção, resfriamento e venda de leite e derivados.
	Sementes	2 (9%)	-	-	Atividades de representação, produção de sementes crioula e convencional
	Produtos artesanais	-	5 (29%)	4 (27%)	Representação política, compra e venda de doces, compotas, pimentas, artesanato, produtos da agricultura familiar, fibra de bananeira, garapa, melaço e rapadura, produtos da agricultura familiar, mandioca congelada e resfriada e farinhas (torrada, <i>in natura</i> , biju...), capacitação dos assentados com cursos técnicos.
Social	Lazer	1 (4%)	-	-	Serviço de Lazer de Equitação e Equoterapia e cursos de informática
Total		23 (100%)	17 (100%)	15 (100%)	

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

Para Olson (1971) em grupos não mercantis, onde podem ser classificadas as organizações políticas e as sociais, um maior número de participantes para partilhar os benefícios e custos poderá melhorar os resultados. Um aumento no tamanho do grupo não traz competição entre os participantes, podendo, em compensação, proporcionar menores custos para eles. Assim, essas organizações são consideradas como inclusivas, onde não existe a necessidade de punir o comportamento de carona, favorecendo a participação de mais pessoas.

Para verificar essas hipóteses foram relacionados o número de associados e as regras de entrada, permanência e saída das formas de ações coletivas pesquisadas com os tipos de atividades realizadas (Tabela 6).

Tabela 6: Proporção das organizações pesquisadas que cobram algum tipo de taxa e de penalidade de seus membros

Formas de ações coletivas	Taxas de entradas (%)	Mensalidades		Penalidades (%)	Nº médio de associados
		%	Valores médios		
Políticas	38	75	R\$ 8,25	29	21
Comerciais	88	63	R\$ 10,00	50	9
Mistas	36	36	R\$ 7,75	45	21
Social	-	-	-	-	15

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

Dois terços das formas de ações coletivas políticas não cobram taxas de entrada, algumas necessitando apenas da recomendação de um membro (4% do total) ou da aprovação do grupo (8%). Os valores médios das taxas de entrada não foram informados pelos entrevistados e apenas 38% alegaram a existência dessa modalidade em seus estatutos.

Em relação às mensalidades cobradas para permanecer nas formas de ações coletivas políticas, elas são cobradas em 75% das organizações pesquisadas, com o objetivo de pagar os custos de manutenção, como energia, água, funcionários.... Foi possível verificar que nem todos os membros pagavam as somas devidas, fazendo com que uma minoria arcasse com a maior parte dos custos, considerando mais importante os benefícios auferidos.

A possibilidade de exclusão dos associados nessas formas de ações coletivas políticas foi indicada como muito difícil pelos entrevistados. Assim, esse tipo de formas de ações coletivas é aquele com o menor percentual de aplicação de penalidades (29%), principalmente em relação aos inadimplentes. Esse dado está de acordo com a importância menor do carona nas formas de ações coletivas do tipo inclusivas. As formas de ações coletivas políticas são as que mais possuem associados e as que menos penalizam, confirmando a afirmação de Olson (1971) em relação a esse tipo de grupos. Outro aspecto relevante é o fato de muitas dessas formas de ações coletivas prover bens de acesso comum, conforme Ostrom (2009), o que dificulta muita a possibilidade de exclusão.

A aplicação de penalidade nas formas de ações coletivas políticas concentra-se naqueles que não pagam as taxas ou não participam das reuniões da associação quando convocados, mas são aplicadas numa minoria de organização. As penalidades encontradas são, em sua maioria, relacionadas à suspensão temporária ou permanente dos benefícios ligados à participação. Essas penalidades estão ligadas aos serviços particulares realizados pelas formas de ações coletivas para

seus membros, tais como o aluguel de equipamentos e tratores a preços diferenciados, ou o não recebimento da declaração de tempo de serviço rural para fins de requerimento da aposentadoria. Mesmo em caso de exclusão, os assentados continuam de se beneficiar com os bens comuns trazidos pelas formas de ações coletivas, principalmente aqueles ligados à infraestrutura.

Ao contrário das formas de ações coletivas políticas, as formas de ações coletivas comerciais possuem um perfil mais exclusivo, pois a participação de mais associados pode diluir o benefício dos outros e o comportamento do carona prejudica os membros. A quase totalidade dessas formas de ações coletivas cobram taxas pelo acesso a suas atividades. Elas não têm dificuldade em excluir os seus beneficiários, partilhando o usufruto apenas entre os que estiverem colaborando com a organização. Comparando com os conceitos de Ostrom (2009), é possível estimar que estas formas de ações coletivas trabalhem com bens de pedágio.

Na pesquisa realizada, 88% das formas de ações coletivas comerciais afirmaram cobrar taxa de entrada. Mensalidades são cobradas em dois terços delas, com valores sensivelmente maiores que nos outros tipos de formas de ações coletivas, sendo que em alguns casos são cobrados percentuais sobre a produção entregue. Metade aplicava penalidades aos seus associados, entre as quais a exclusão do grupo após 3 faltas em reunião, um preço diferenciado da hora-máquina dos equipamentos e prioridade de benefícios para os associados.

As formas de ações coletivas mistas podem funcionar tanto como inclusivas, quanto como exclusivas. Em relação à forma de entrada nessas organizações, 36% cobram uma taxa de entrada. Entre as outras, 18% têm entrada totalmente livre, 27% consideram importante a necessidade de aceitação pelo grupo e 5% pedem a indicação por algum associado/cooperado. Em relação ao pagamento de mensalidade, 36% das organizações afirmaram efetuar a cobrança das mesmas em valores fixos, sendo que algumas preferiam cobrar percentuais sobre os valores da produção, os quais variam de 1 a 5%.

Em relação às penalidades, 45% destas entidades alegam a utilização dessa prática. Entre as penalidades apontadas destacam-se o fato do membro não poder votar se não estiver em dia, valor diferente dos benefícios, exclusão

das formas de ações coletivas. Nesse tipo de organização, como para as formas de ações coletivas comerciais, as penalidades não se limitam a participação, mas podem concentrar-se na atividade comercial, com desconto do custo do material de quem estiver fora do padrão de qualidade, entre outros. Assim, os associados podem facilmente serem excluídos das atividades comerciais, mas não dos benefícios comuns próprios às organizações políticas. Como essas formas de ações coletivas possuem uma forte atividade de representação, o número de associado é importante, sem problema de carona. Assim, o número médio de associados é similar às organizações unicamente políticas.

A única forma de ação coletiva social existente não cobra taxa de entrada, mensalidade ou penalidade, o que é condizente com uma associação inclusiva. Todos os assentados podem se beneficiar das atividades da associação, o que pode ser explicado pelo fato que um número maior de associados facilita o apoio dos poderes públicos, como nas organizações políticas. No entanto, na diferença dessas últimas, um número elevado de participantes diminui a infraestrutura disponível para cada um, como num grupo exclusivo. Assim, a associação prioriza os casos de adolescentes mais problemáticos recomendados pela promotoria pública e limita o número de animais a dois para cada aluno. Outro meio de regular o uso é a limitação do uso dos cavalos e dos computadores, com direito a meio período.

A forma de ação coletiva social funciona junto à sede da associação do assentamento, se beneficiando da isenção de taxas de uso. Os cursos de informática são ministrados pelos próprios associados em computadores cedidos pela promotoria do Estado, o que aproxima a organização de uma associação política. Nas aulas de equoterapia, os animais são dos assentados, cedidos para as aulas.

Em algumas formas de ações coletivas a realização das atividades passa pelo desembolso de alguns gastos, às vezes específicos às atividades realizadas e que seriam perdidos no caso da saída do associado ou do fechamento da organização. Esses aspectos são os últimos identificados que podem vir a influenciar os diferentes tipos de formas de ações coletivas e são abordados na seção seguinte.

5.3 Investimentos específicos

Ao analisar os tipos de investimentos efetuados nas organizações por parte dos associados, 73% dos presidentes entrevistados afirmaram que eles ou seus associados nunca realizaram nenhum tipo de investimento, ou seja são formas de ações coletivas sem investimento (Tabela 7). As mensalidades e as taxas de entradas foram consideradas como custos na associação, mas não como investimentos específicos, pois eles correspondem a valores simbólicos ou a valores depreciados rapidamente e, conseqüentemente, são rapidamente recuperados com as atividades quotidianas da organização, como uso do trator, de algum tipo de infraestrutura no assentamento, etc.

Tabela 7: Investimentos realizados pelas formas de ações coletivas

Formas de ações coletivas	Com Invest	%	Sem Invest	%	TOTAL
Políticas	4	17%	20	83%	24
Comerciais	1	13%	7	88%	8
Mistas	10	45%	12	55%	22
Sociais	0	0%	1	100%	1
TOTAL	15	27%	40	73%	55

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

O tipo de investimento informados pelas associações políticas que declararam ter realizado algum investimento (17%) era de melhoria num barracão de uso comunitária, construção ou pintura da sede comunitária, compra de cadeiras, compra de trator, construção de campo de futebol na comunidade, churrasqueira comunitária, igreja.... Todos esses investimentos, na exceção do trator, são para benefícios comuns, onde a exclusão é muito difícil. Nesse caso, não existe um risco de perda do investimento em caso de saída da organização, como no caso de investimentos específicos. O trator é a exceção, pois pode ser considerado um bem privado ou de pedágio e o assentado pode perder o direito de uso com taxas menores em caso de saída da associação. Neste caso, poderá continuar a utilizar o trator, porém com custo maior.

Vale ressaltar que muitas das associações dos assentamentos funcionam em locais cedidos pelo Incra, em sedes da própria fazenda desmembrada, em centros comunitários, escolas, em sedes próprias e também alugadas, com uso aberto para todos os assentados.

Entre as oito formas de ações coletivas comerciais pesquisadas, apenas uma possuía investimento, com a construção de um prédio próprio na cidade pelos assentados. Esse investimento pode ser considerado um ativo específico pois, no caso da saída da organização, não será possível revender a participação para outro sócio. No entanto, a associação faz uma diferença entre os sócios fundadores, que investiram no prédio e os outros associados. Apenas os primeiros realizaram um investimento específico, os que vieram depois apenas utilizaram a estrutura disponível, sem custos adicionais.

Entre as formas de ações coletivas mistas, 45% fizeram investimento em cotas-parte, custeios de matéria-prima, compra de cera de abelha, de caixas de madeira (colmeias) para iniciar a produção, construção de edificação para o resfriador, construção de barracão para a sede com churrasqueira, prédio da igreja...

Em seis das dez formas de ações coletivas mistas com investimentos, é possível vender os direitos a um novo associado e recuperar o investimento realizado. No caso de investimento para aquisição de trator, é possível continuar a usá-lo mesmo que não seja mais associado, embora pagando um custo mais elevado por seu uso. Como no caso das associações políticas, os investimentos comunitários, na igreja, no centro, numa escola, entre outra, são não exclusivos e não podem ser considerados como específicos.

Há uma certa dificuldade no entendimento da classificação do tipo de gasto efetuado pelos associados. Assim, nos seus relatos de investimentos efetuados na associação os assentados informaram a aquisição de cera de abelha, de caixas de madeiras para iniciar a produção de mel. Essas caixas são utilizadas pelas famílias por várias vezes, sendo que nas primeiras vezes em que o mel é recolhido, o seu custo já foi praticamente recuperado. São custos variáveis ou rapidamente recuperados, por isso não podem ser considerados *sunk costs*, ou de ativos específicos.

Em relação à construção de edificações para resfriadouros, muitas vezes estas são feitas na propriedade de um determinado produtor, com o rateio dos custos entre os membros participantes dos grupos de leite. Todos são beneficiados, desde que paguem a sua parte, incluindo o rateio da energia elétrica. No caso de alguém sair, vende-se a sua cota, o que possibilita a recuperação do investimento realizado. A possibilidade de vender a parte no

resfriadouro e o grande número de interessados potenciais entre os assentados fazem com que esse tipo de investimento não seja perdido.

Algumas famílias percebem também alguns benefícios indiretos das formas de ações coletivas, apesar de nem sempre participar dos gastos. Num assentamento extrativista do Mato Grosso, o único deste tipo pesquisado, uma associação criou uma brigada de incêndio para vigilância e monitoramento das suas matas, onde estão localizadas as castanheiras de onde provém a maior fonte de renda do assentamento. Os membros da brigada construíram barricadas de areia visando impedir incêndios em suas reservas. No entanto, esse tipo de obra caracteriza um investimento do tipo comum, pois os que não participam dos esforços dos associados acabam se beneficiando também.

Essa associação é uma forma de ação coletiva mista que desenvolve atividades de representação, processamento e venda de derivados de cana, farinhas, horticultura, pequenos animais e revenda de produtos oriundos do extrativismo. Suas atividades comerciais são feitas por meio de convênio com uma grande rede de supermercado da cidade, convênio que beneficia todos os associados do assentamento, estando assim relacionado a um bem comum. Em relação às atividades de comercialização de produtos hortícolas, foram criados subgrupos de moradores que residem mais próximos da cidade, os quais passam recolhendo os produtos dos associados para levá-los para as feiras livres. Um prédio próprio foi alugado para a revenda dos produtos na cidade. Os associados pagam o combustível do veículo e as despesas com a revenda na loja. Os que não contribuírem com as despesas são excluídos. Assim, essas características são de um grupo exclusivo, com bem de pedágio, mas com investimentos em custos variáveis e não perdidos.

Em função dos resultados obtidos, a classificação a partir de ativos específicos ou *sunk costs* não parece ser adequada, pois são poucos os casos encontrados. A separação entre formas de ações coletivas sem e com investimentos é a que melhor parece refletir a realidade da pesquisa. Para detalhar melhor os investimentos realizados, foram separados os investimentos em custos operacionais, de bens comuns e de bens privados, conforme Tabela 8.

Tabela 8: Classificação das formas de ações coletivas Centro-Oeste em função do tipo de investimento

Formas de ações coletivas	Sem investimentos	Com investimentos			Total
		Custos variáveis	Bens comuns	Bens privados	
Políticas	20 (83%)		3 (13%)	1 (4%)	24 (100%)
Comerciais	7 (88%)			1 (13%)	8 (100%)
Mistas	12 (55%)	5 (23%)	4 (18%)	1 (5%)	22 (100%)
Sociais	1 (100%)				1 (100%)
Total	40 (73%)	5 (9%)	7 (13%)	3 (5%)	55 (100%)

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 9 que a maioria dos investimentos são realizados em bens comuns (13%) e custos variáveis, investimentos onde os participantes das formas de ações coletivas não podem ser excluídos (bens comuns) ou que são recuperados rapidamente.

Apenas uma forma de ação coletiva política realizou investimentos em bens privados para aquisição de um trator. Para as outras, os poucos investimentos realizados foram feitos em bens comuns, sendo construídos barracões, pintada a sede, adquiridas cadeiras para reuniões comunitárias, construído campo de futebol, igreja e churrasqueira. Nesse sentido, Vilpoux (2014) afirma que associações políticas não precisam de investimentos específicos. Como a maioria dessas formas de ações coletivas funciona em locais cedidos, não há necessidade de grandes investimentos. Na visão de Olson (1971), em grupos não mercantis, onde se enquadram as organizações políticas, nesta pesquisa considerada como inclusiva, um maior número de participantes não traz competição entre eles, podendo, em compensação, proporcionar menores custos, o que favorece a participação de mais pessoas.

Entre as formas de ações coletivas comerciais, de bens coletivos exclusivos, uma organização realizou investimentos na construção de um prédio próprio. Entre as oito formas de ações coletivas pesquisadas, cinco informaram cobrar mensalidade para as suas despesas de custeio. O número de formas de ações coletivas comerciais é menor que os outros tipos de organizações, na exceção da social e, na maioria delas, os equipamentos utilizados foram doados. Esse resultado corrobora os de Vilpoux (2014) que afirma que é mais difícil a participação em associações de comercialização e

de produção, onde investimentos em bens privados são realizados pelos associados.

Entre as formas de ações coletivas mistas, onde os investimentos são maiores, estes se concentraram em custos operacionais (despesas de manutenção e custeios das atividades) e em bens comuns, com apenas uma forma de ação coletiva onde os associados realizaram investimentos em bens privados, sendo este uma edificação para resfriador de leite.

Na forma de ação coletiva social não houve investimentos por parte dos associados, visto que a mesma funciona em local cedido e com doações dos participantes. As despesas com energia elétrica são custeadas pela Associação do Assentamento, que cede também o espaço. As despesas com os animais são custeadas pelos associados e assentados, cujos filhos estão inscritos nos programas de inclusão digital e de treinamento com os animais. Assim, a organização tem um perfil inclusivo.

6. Considerações Finais

A pesquisa permitiu identificar e caracterizar as formas de ações coletivas nos assentamentos do Centro-Oeste brasileiro, onde as organizações, em sua maioria, funcionam de forma formalizada.

Mais da metade dos assentados entrevistados afirmou que possuía algum vínculo com a forma de ação coletiva do assentamento. Conforme já levantado por Vilpoux (2014), a maioria das organizações são políticas ou mistas, com grande parte das atividades ligadas à representação dos assentados nas instituições municipais ou estaduais. Além desse tipo de associação, os assentados apresentam também vínculo com formas de ações coletivas fora dos assentamentos, como associações e cooperativas agrícolas, sindicatos rurais, cooperativas de crédito, associações religiosas, entre outras.

Ao contrário do esperado, o número de associados não parece ser um bom indicativo de participação. Não foi identificada diferença de participação e de regras de funcionamento entre grupos grandes e pequenos. Esse resultado pode ser explicado pelo tamanho reduzido da maior parte das organizações visitadas, com algumas exceções, onde a maior delas contava com 630 participantes. Outra

explicação possível vem da maioria das formas de ações coletivas executarem atividades apenas de representação, sendo classificadas como inclusivas, onde um número maior de associados aumenta o poder de negociação.

As organizações comerciais foram encontradas em proporção muito menor, conforme resultado já encontrado por Vilpoux (2014). Essas formas de ações coletivas foram classificadas como exclusivas, o que explica que muitas delas cobram taxas pelo desenvolvimento de suas atividades. Elas não têm dificuldade em excluir os seus beneficiários, partilhando o usufruto entre apenas os que estiverem colaborando com a organização.

Goiás é o estado onde foi encontrado a maior quantidade de cooperativas, as quais possuem finalidades estritamente comerciais. Muitas cooperativas desse estado buscam acordos comerciais ofertando vantagens como assistência técnica, manutenção da terra e dos animais e o transporte gratuito da produção.

A classificação por investimento a partir de *sunk costs* e ativos específicos, conforme descrito por Vilpoux (2014), não se mostrou adequada, em função da dificuldade de encontrar organizações cooperativas com esse tipo de investimento. Baseado nos resultados obtidos, foi preferida a separação entre investimentos em custos variáveis e custos fixos diferenciados por tipos de bens (comuns ou privados). Conforme as previsões, a maioria das formas de ações coletivas, políticas, mistas ou comerciais, não realizam investimentos. Quando existem investimentos, estes são essencialmente em custos variáveis ou para bens comuns.

Além das três organizações descritas por Vilpoux (2014), políticas, mistas ou comerciais, foi levantada uma associação com objetivo social. A análise permitiu identificar que o comportamento dessas formas de ações coletivas era similar àquele de uma organização política, apesar da finalidade ser diferente.

Nota-se a facilidade de criação de formas de ações coletivas políticas. Pelo fato de serem inclusivas, sem a necessidade de investimentos, o ingresso dos assentados é favorecido e a saída deles muito rara. No entanto, mesmo nas formas de ações coletivas comerciais ou mistas, que praticam também algum tipo de atividade comercial, a realização de investimentos específicos para a produção e a comercialização é muito difícil. Na maioria das vezes os assentados aceitam pagar apenas os custos fixos, cujo retorno é mais rápido e

melhor percebido por eles, ou para bens comunitários, dos quais eles não podem ser excluídos. A maioria dos bens utilizados nessas formas de ações coletivas provém de doações.

Agradecimento – Financiamento da Pesquisa via CNPq

REFERÊNCIAS

ADDINSOFT. **Xlstat 2016**. Addinsoft SARL, Paris, 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm > Acesso em: 15 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 15 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>
Acesso em 12 out. 2012.

BRITTO, J. Cooperação interindustrial e redes de empresas. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 688p.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES; Édna Rabêlo Quirino. **Associação**. Brasília: Sebrae, 2014.

CASALI, Marisandra da Silva; MARION FILHO, Pascoal José. Custos de transação e/ou sunk costs na atividade leiteira. **Custos e @gronegócio on line**, v. 9, n. 2 – Abr/Jun - 2013.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Relatório PIAGRO- Brasil**. GDP Agrobussines- Brasil Outlook. Esalq/USP. São Paulo: SP, jun. 2015.

FAO a. **Produção total de alimentos por países**. 2015. Disponível em:<http://faostat3.fao.org/browse/Q/*/E> Acesso em: out. 2015.

FAO b. **Terras de cultivo em % de área agrícola**. 2015. Disponível em:<
http://faostat3.fao.org/browse/E/*/S > Acesso em: out. 2015.

HARDIN, Garret. The tragedy of commons. **Science**, New York, v.162, p. 1243 - 1248, dez. 1968.

HARDIN, Russel. **One for All: The Logic of Group Conflict**. Princeton: Princeton University. Press. 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário – Agricultura Familiar**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>> Acesso em: 12 out. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Painel dos Assentamentos**. 2016. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em: 29 jan.2016.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. Ação coletiva e cooperação intermunicipal em duas metrópoles. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 153-166, Jan./Abr. 2011.

MACHADO, Rosa Teresa Moreira. **Rastreabilidade, tecnologia da informação e coordenação de sistemas agroindustriais**. 2000. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MIDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança Comercial Brasileira: Setembro/2012**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1349119816.ppt> Acesso em: 15 out 2012.

NASSAR, A.M. **Eficiência das associações de interesse privado: uma análise do agronegócio brasileiro**. 2001. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

OLALDE, A. R; PORTUGAL, C. A. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil**. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/11O480.pdf> Acesso em: 15 mai. 2013.

OLSON, M. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups, second printing with new preface and appendix**. Cambridge: Harvard Economic Studies, 1971. Twentieth printing, 2002. Volume CXXIV.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

OSTROM, E. **Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems**Elinor. Prize lecture Nobel, 2009.

OSTROM, E. Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems. **The American Economic Review**, v. 100, n. 3, June 2010,

pp. 641-672.

PACHECO, P. **Agrarian Reform in the Brazilian Amazon: Its Implications for Land Distribution and Deforestation**. *World Development*, vol. 37, nº. 8, pp. 1337–1347, 2009.

POHLMANN, M. C.; AGUIAR, A. B.; BERTOLUCCI, A.; MARTINS, E. Impacto da especificidade de ativos nos custos de transação, na estrutura de capital e no valor da empresa. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP: São Paulo-SP, Edição Especial, p. 24 - 40, 30 junho 2004.

PROCÓPIO, Marcos Luís. Cooperação e Organização: como uma idéia pode ajudar a entender a outra? **30º Encontro da ANPAD**. 23 a 27 de setembro de 2006. Salvador / BA.

RAMÍREZ, E.; BERDEGUÉ, J. Acción coletiva y mejoras en las condiciones de vida de poblaciones rurales. **Fundo Mink'a de Chorlaví**. 2003. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/06/0269-001860-acciones.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2015.

RIBEIRO, Kleber Ávila; NASCIMENTO, Deise Cristiane; DA SILVA, Joelma Fabiana Barros. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. *In II EBPC*. 2012. Disponível em: <[www.fearp.usp.br/cooperativismo/up_imagens/\(ok\)ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf](http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/up_imagens/(ok)ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf)> Acesso em: ago. 2016.

TENÓRIO, R. Agricultura - **Do subsídio à política agrícola**. In *Desafios do Desenvolvimento*. Brasília: IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23> Acesso em 15 out. 2012.

VILPOUX, O. F. Agrarian reform and cooperation between settlers in the Midwest of Brazil: An institutional approach. **Land Use Policy**, 39 (2014), 65–77.

WILLIAMSON, Oliver E. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracts**. The Free Press, New York. 1985.

WILLIAMSON, O. **The mechanisms of governance**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

- **ARTIGO II – Variáveis que caracterizam as formas de ações coletivas nos assentamentos rurais do Centro-Oeste brasileiro.**

Resumo

A importância da cooperação na agricultura familiar e as dificuldades de participação em ações coletivas explicam a escolha do objetivo da pesquisa, identificar e analisar as variáveis que caracterizam as diferentes formas de ações coletivas nos assentamentos rurais do Centro-Oeste brasileiro. Foram aplicados 1162 questionários aos assentados, escolhidos de forma não probabilística. Foram também entrevistados presidentes de 55 organizações, onde foi avaliado o efeito das variáveis pesquisadas em função dos tipos de organizações coletivas, classificadas em comerciais, políticas e mistas. As organizações políticas são grupos inclusivos, com tendência em possuir um número maior de membros, enquanto as associações comerciais, são grupos exclusivos e menores. Entre as organizações pesquisadas 16% informaram que não existiam nenhum tipo de investimento realizado pelos associados, sendo que os maiores investimentos foram realizados pelas organizações políticas, em custos operacionais. Em relação aos benefícios percebidos, a maioria dos assentados indicou o transporte, seguido da assistência técnica e da comercialização. Parte indicou não perceber benefícios na organização, mas permanecia associada pela expectativa de benefícios futuros. As organizações comerciais existem há menos tempo, pelo fato de ser mais difícil de organizar, ao contrário das políticas que necessitam de uma participação menor do associado, facilitando sua permanência a longo prazo. Os entrevistados das organizações políticas e comerciais declararam grande homogeneidade em relação à origem, o que difere muito dos resultados obtidos nos questionários aplicados aos assentados. O nível educacional aparece bem superior entre os membros de organizações coletivas do que entre os assentados entrevistados. Em relação ao perfil da liderança, percebe-se que as organizações comerciais e as políticas possuem uma alta rotatividade de líderes, com renovação frequente de seus presidentes, ao contrário das mistas. A última variável analisada foi a influência das regras, sob a forma de sanções. As associações políticas são as que mais possuem associados e as que menos penalizam. Conclui-se que a pesquisa permitiu identificar alguns fatores que podem influenciar a ação coletiva, com especificidades diferentes em função do tipo de organização desejada.

Palavras-chave: agricultura familiar; associações; associativismo; cooperação; competitividade.

Abstract

The importance of cooperation in family agriculture and the difficulties of participation in collective actions explain the choice of the research objective, to identify and analyze the variables that characterize the different

forms of collective actions in the rural settlements of the Brazilian Midwest, the second region with the highest concentration of land. To reach the objectives, 1162 questionnaires were applied to the settlers, chosen in a non-probabilistic way, and the analysis was done through the Xlstat program. Presidents of 55 organizations were interviewed, where the effect of the variables surveyed was evaluated according to the types of collective organizations classified according to the activity (commercial, political and mixed). Among the results, it was obtained that political organizations are inclusive groups, so the tendency is to have a larger number of members, classified as large groups, whereas commercial associations, because they are exclusive and smaller groups, Facilitated administration. Among the organizations surveyed, 16% reported that there was no type of investment made by members, and the largest investments were made by political organizations in operational costs. When comparing the benefits, the activities most related to the commercialization of products are linked to commercial or mixed organizations and difficult to find in political organizations. Regarding perceived benefits, most of the settlers indicated the transportation, followed by technical assistance and commercialization. Others indicated that they did not perceive benefits in the organization, but remained associated with the expectation of future benefits. The characteristics are very important and may favor or hinder the cooperation of individuals. Analyzing the time of existence, commercial organizations have existed for less time, because it is more difficult to organize, as opposed to policies that require a smaller participation of the associate, facilitating their long-term permanence. The interviewees of the political and commercial organizations declared great homogeneity regarding the origin but it differs a lot from the results obtained in the questionnaires applied to the settlers. Another characteristic analyzed was the educational level, which appears much higher among members of collective organizations than among the settlers interviewed. Regarding the profile of leadership, it is noticed that commercial organizations and policies have a high rotation of leaders, with frequent renewal of their presidents, unlike the mixed ones. The last variable analyzed was the influence of rules as one of the main contributory factors for collective action, in the form of a sanction, where it was found that political associations are the ones that have the most associates and those that do not. It is concluded that the research allowed to identify some factors that can influence the collective action, with different specificities depending on the type of organization desired.

Keywords: family agriculture; associations; associativism; cooperation; competitiveness; small producers.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, país de vasta extensão territorial, tem se destacado como grande produtor na agricultura e pecuária em razão da disponibilidade de vários fatores favoráveis, como clima, solo, água, terras férteis, entre outros (TENÓRIO, 2012). Tais fatores contribuem para o país se destacar como o quinto maior produtor agrícola do mundo, sendo superado apenas pela China, Estados- Unidos, Índia e Federação Russa (FAO, 2015a). Destaca-se que o Brasil ocupava, em 2011, menos de um terço de seu território com agropecuária, com 0,8% para culturas permanentes, 8,6% com terras aráveis e 23,5% com pastagens (FAO, 2015b). De acordo com dados do Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2017), em 2016 o agronegócio no Brasil representava cerca de 23% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional.

Esses dados ressaltam a importância da agropecuária para o país, a qual se subdivide em não familiar (empresarial ou patronal) e familiar (BRASIL, 2006). A agropecuária empresarial brasileira está entre as mais fortes do mundo, responsável pela maioria dos embarques de *commodities* agrícolas brasileiras, com 93,3% das exportações desses produtos em 2010, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDIC, 2012).

A agricultura familiar, apesar de uma participação menor na balança de comércio exterior, tem grande importância no mercado interno, com destino para o consumidor brasileiro.

Os estabelecimentos de agricultores familiares são maioria no Brasil, totalizando 4.367.902, contra 807.587 empreendimentos não familiar (IBGE, 2006). Apesar da agricultura familiar deter 84% dos estabelecimentos, os grandes agricultores detêm a maior concentração de área em seu poder.

A reforma agrária é a solução encontrada para diminuir essa concentração e facilitar o acesso à terra. Segundo Pacheco (2009), a reforma agrária permite a formalização dos direitos à terra na posse de pequenos agricultores em terras públicas e a redistribuição de grandes propriedades para os pequenos agricultores. Neste caso, ela beneficia tanto os pequenos agricultores quanto os sem-terra.

Em paralelo com as políticas de redistribuição de terra, intensifica-se a competitividade entre as organizações para conquistar ou manter mercados, ou que ameaça essencialmente os pequenos produtores, com menos acesso aos mercados e a tecnologia. Navarro (2015) é bastante alarmista em relação ao

futuro desses produtores. Para ele, até 2030 devem deixar de existir 2 milhões de estabelecimentos rurais, quase metade dos estabelecimentos que existem hoje.

A criação de associações e cooperativas vem sendo destacada como uma via importante de organização, agregação de valor e de comercialização da produção, aspectos considerados essenciais para a sobrevivência dos produtores. Neste sentido, o cooperativismo torna-se “[...] uma alternativa vantajosa para os agricultores familiares, propiciando-lhes sua inserção nos mercados locais e globais, ampliando a sua possibilidade de enfrentamento da concorrência da agricultura empresarial ou patronal” (RIBEIRO; NASCIMENTO; DA SILVA, 2015, p. 01).

Para Oliveira (2014, p. 340), apenas segmentos agrícolas organizados, “[...] com produção em escala e capazes de acessar grandes mercados, conseguem sustentar a demasiada participação dos custos logísticos no custo final dos produtos, e [...] vencer momentos de forte oscilação de preços”. A autora ainda destaca que os pequenos agricultores demandam estratégias cada vez mais inovadoras para superar os gargalos logísticos e acessar novos mercados.

A FAO (2017) reforça, num projeto no Brasil, a necessidade da cooperação na agricultura familiar. Nesta cooperação aponta a importância da melhoria das políticas públicas e programas governamentais que promovam uma maior inclusão produtiva rural das populações mais vulneráveis. Fischer e Qaim (2014) consideram a ação coletiva entre pequenos produtores como uma solução para diminuir custos de transação e outras falhas de mercado existentes em países em desenvolvimento. Para eles, os grupos de pequenos produtores podem também facilitar a formação, a troca de experiência e a inovação.

No entanto, Vilpoux (2014), numa pesquisa realizada em Mato Grosso do Sul, destaca as dificuldades de cooperação que existem entre os assentados do estado. Para o autor fica evidente que a competitividade da agricultura familiar passa pela cooperação entre produtores, mas que a implantação dessa cooperação encontra muitas dificuldades.

Vilpoux (2014) identificou várias formas de ações coletivas nos assentamentos do centro-oeste, com organizações específicas para pressionar o poder público

e conseguir benfeitorias, como estradas e tratores, e outras destinadas a organização da produção e a comercialização. O autor verificou uma participação menor nas formas de ações coletivas ligadas à comercialização e transformação, onde as necessidades de envolvimento dos produtores são maiores. Assim, é importante se perguntar quais são os fatores que influenciam a participação nos diferentes tipos de organizações coletivas encontradas nos assentamentos da região centro-oeste?

A importância da cooperação na agricultura familiar e as dificuldades de participação em ações coletivas, principalmente aquelas mais ligadas a produção e comercialização, explicam a escolha do objetivo da pesquisa, que é a análise das variáveis que influenciam a participação dos assentados da reforma agrária nos diferentes tipos de ações coletivas, na região centro-oeste do Brasil.

A escolha do centro-oeste como campo de pesquisa explica-se pelo fato de ser a principal região agropecuária do Brasil, mas com uma produção dominada pela agricultura patronal. Considerando os censos de 1996 e 2006, os estados do centro-oeste obtiveram os seguintes índices de Gini: Mato Grosso do Sul: 0,822 e 0,855; Mato Grosso: 0,870 e 0,865; Goiás: 0,740 e 0,778 e o Distrito Federal: 0,801 e 0,813 (IBGE, 2006). Esses índices confirmam a grande concentração de terra na região, com tendência de aumento, na exceção de Mato Grosso. O centro-oeste é a segunda região com maior concentração de terra, atrás apenas do Nordeste.

Ao observar as áreas destinadas a reforma agrária no centro-oeste verifica-se que o estado de Mato Grosso lidera, com cerca de 6,1 milhões de hectares e 82.952 famílias assentadas. Em seguida vem o estado de Goiás, com 1.124.709 hectares de área incorporada a reforma agrária em 439 assentamentos, totalizando 22.755 famílias assentadas. O estado de Mato Grosso do Sul possui cerca de 716 mil hectares destinados à reforma agrária, com 27.868 famílias assentadas. Por fim, o Distrito Federal apresenta-se com 9.658 hectares destinadas a reforma agrária e 957 famílias assentadas (INCRA, 2016e).

Depois da Introdução é definida a ação coletiva e identificadas as principais características utilizadas pela literatura para caracterizar os diferentes grupos de ação coletiva. Em seguida são abordadas as variáveis que influenciam a

ação coletiva, conforme descritas na literatura e a metodologia de pesquisa. Finalmente são apresentados os resultados da pesquisa e as considerações finais.

2 Classificação dos grupos de ação coletiva

As ações coletivas podem ser definidas como interações sociais que envolvem um grupo de indivíduos buscando interesses comuns que requerem ações conjuntas e que podem ser realizadas apenas coletivamente (HARDIN, 1995). Para Bijman (2016), os termos cooperação, organização de produtores e ação coletiva são sinônimos e utilizados alternativamente, em função das preferências. De acordo com Procópio (2006), compreender a essência da cooperação humana vem sendo, há tempos, uma preocupação recorrente de muitos teóricos e estudiosos pertencentes à várias áreas do conhecimento dentro das ciências humanas. Neste sentido, a cooperação é frequentemente entendida como uma ação colaborativa voluntária e consciente, normalmente ligada a um objetivo comum compartilhado entre os agentes que a executam.

Vilpoux (2014) identificou várias formas de ações coletivas nos assentamentos do Mato Grosso do Sul, com influência das atividades realizadas: representação com autoridades locais (grupos políticos), compra de insumos, comercialização e transformação de produtos (grupos comerciais) e organizações mistas. Olson (1971) enfatizou a importância do tamanho do grupo e da atividade, identificada a partir da facilidade na inclusão ou não de novos membros (grupos inclusivos e exclusivos). No entanto, o autor enfatiza que o tamanho do grupo não é sempre um fator impeditivo a ação coletiva. Em grupos não mercantis, ou organizações que procuram um bem coletivo, os benefícios de uns não prejudicam os dos outros. Assim, quanto maior o número de participantes para partilhar os benefícios e custos, melhor os resultados.

Um aumento no tamanho do grupo não traz competição para os participantes, mas pelo contrário pode conduzir a menores custos para eles, argumento também levantado por Fischer e Qaim (2014). Nesses grupos, do tipo inclusivo, os membros não se veem como concorrentes e a participação de mais pessoas é favorecida. O comportamento do tipo “carona” não é reprimido, pois não prejudica os outros membros do grupo. Nesse tipo de grupo podem ser

classificadas as organizações políticas identificadas por Vilpoux (2014) em assentamentos do centro-oeste.

No caso de “bens coletivos exclusivos”, a quantidade fixa e limitada do benefício que pode ser derivado do bem em uma situação de mercado leva as empresas a tentar reduzir o tamanho do grupo. Nesses caso os participantes se consideram como concorrentes e as situações de carona não são permitidas. Nesse grupo são classificadas as organizações comerciais abordadas por Vilpoux (2014).

Em analogia com os grupos exclusivos e inclusivos de Olson (1971), Ostrom (2009) evidencia a importância do tipo de bem. No caso de bens públicos, com características não subtrativas, o aumento do número de participantes pode ocasionar maior quantidade de recursos que serão partilhados entre todos. Assim, para o uso desse tipo de bens a quantidade de recursos disponíveis num grupo maior aumenta a probabilidade de esse bem ser fornecido. Em consequência, a autora deduz que mais cooperação pode ocorrer com um bem público, que por definição é não subtrativo, que com bens de recursos comuns, que possuem características subtrativas.

Axelrod e Keohane (1985) destacam que algumas teorias podem ajudar a compreender o sucesso e o fracasso de tentativas de cooperação, a mais famosa sendo a tragédia dos comuns. O conceito da “Tragédia dos Comuns” foi introduzido por Hardin em 1968, que cunhou o termo para se referir às situações em que cada indivíduo, no caso de um bem comum, tenta, de forma independente, maximizar o ganho sobre o recurso de acesso comum.

A tragédia dos comuns baseia-se no uso de um tipo específico de bem, o bem comum. Para uma definição rigorosa desse tipo de bem, não basta o livre acesso ao bem, pois, se fosse suficiente não haveria diferença entre bem comum e bem público. Enquanto um bem público caracteriza-se por apresentar um consumo não-rival e não-excludente, o bem comum é caracterizado por apresentar um consumo não-excludente, embora rival (Tabela 1). Isto quer dizer que o consumo de um bem comum por um agente não impede que outro venha a fazê-lo. Porém, ao consumir um bem comum, um agente diminui a quantidade disponível, ou o benefício decorrente da quantidade consumida do bem para o outro (OSTROM, 2009).

Tabela 1: Diferentes tipos de bens e suas características

		Subtrabilidade de Uso	
		Alta	Baixa
Dificuldade de excluir potenciais beneficiários	Alta	<i>Recursos de acesso comum:</i> bacias de águas subterrâneas, lagos, sistemas de irrigação, pesca, florestas, etc.	<i>Os bens públicos:</i> a paz e a segurança de uma comunidade, a defesa nacional, conhecimento, proteção contra incêndio, as previsões meteorológicas, etc.
	Baixa	<i>Bens privados:</i> alimentação, vestuário, automóveis, etc.	<i>Bens de pedágio:</i> teatros, clubes privados, creches

Fonte: Ostrom (2009, p.1)

Cruzando as classificações de Olson (1971) sobre grupos exclusivos e inclusivos, de Ostrom (2009) sobre os tipos de bens e de Vilpoux, sobre atividades é possível estabelecer a classificação seguinte:

- *Bens privados*= grupos exclusivos e comerciais;
- *Bens de pedágio*= grupos inclusivos ou exclusivos, políticos ou comerciais. O tipo de grupo não tem muita importância, pois a exclusão é fácil, mas a inclusão de mais pessoas não prejudica os outros participantes (baixa subtrabilidade);
- *Bens públicos*= bens inclusivos e políticos;
- *Bens comuns*= grupos inclusivos em função das dificuldades de exclusão, mas que ganharia em eficiência com a possibilidade de impedir a entrada de novos membros, como nos grupos exclusivos. Nesse caso podem ser encontrados tanto atividades políticas quanto comerciais.

3 Fatores que podem influenciar a participação nos diferentes grupos de ação coletiva

Baseado na revisão teórica foram identificados vários fatores com possibilidade de influenciar a ação coletiva, entre os quais o tamanho dos grupos, os custos e benefícios da ação coletiva, a necessidade de objetivos comuns e a percepção de ganhos efetivos com a ação coletiva, as características dos grupos incluindo a influência da liderança, bem como as regras de funcionamentos nas diferentes formas de organização coletiva.

3.1 Tamanho do grupo

Olson (1971) é o autor que mais destacou a importância do tamanho do grupo na ação coletiva. Para ele, os integrantes de grupos pequenos percebem com maior nitidez o peso de suas contribuições para o provimento de um bem comum. No caso dos membros de grupos grandes, a ação coletiva é mais difícil, pois estes percebem, racionalmente, que seu peso individual na consecução do bem é irrisório, facultando o surgimento do carona. Portanto, os indivíduos não têm incentivos suficientes para cooperar e o bem comum advindo dessa cooperação provavelmente não será provido.

Olson (1971) observou dois aspectos em relação a grandes grupos envolvidos no fornecimento de bens coletivos. O primeiro foi que, à medida que os grupos se tornam maiores, a contribuição individual tende a ser maior do que a percepção individual do bem coletivo compartilhado entre os membros que compõem a ação. Nesse caso, na percepção dos indivíduos, o custo da cooperação ultrapassa seus benefícios. O segundo aspecto revela que, em grandes grupos os membros tendem a tolerar outros membros que não se envolvem diretamente na ação coletiva (*free-rider*). Porém, se muitos membros adotarem essa postura, os objetivos da ação coletiva não serão alcançados.

Fischer e Qaim (2014) destacam também a importância do tamanho do grupo, mas para eles não fica tão claro que grupos pequenos são melhores, pois grupos maiores podem se beneficiar de economia de escala na compra de insumos e nos custos de transporte. No entanto, para os autores a coordenação da ação coletiva é mais fácil em grupos pequenos, onde a coesão social é normalmente maior.

A dificuldade de cooperação em grupos grandes é reforçada pelo caráter não-exclusivo do bem, pois os chamados *free-riders*, ou “caroneiros”, podem supor que se beneficiarão, de todo modo, no caso de provimento do bem, ainda que não contribuam para a ação coletiva (LACERDA, 2011). Olson (1971) afirma que o “carona” surge em decorrência dos indivíduos possuírem disposições diferentes em alcançar o objetivo comum. Alguns indivíduos trabalharão mais arduamente que outros, uma vez que o benefício é o mesmo para todos, independentemente do esforço despendido. Para Britto (2001), o *free-rider* é o oposto da cooperação, que significa contribuir para os objetivos comuns, relegando os objetivos individuais ao segundo plano.

Ostrom (1990) complementa Olson (1971) e afirma que em grupos grandes organizados em subgrupos menores, os indivíduos vão ponderar melhor os benefícios esperados da ação coletiva, o que possibilita a participação em organizações cooperativas.

3.2 Custos da ação coletiva

Ostrom (2009) especificou que caso se queira prever os resultados de uma ação coletiva, deve-se postular os benefícios e os custos atribuídos às ações escolhidas. Fischer e Qaim (2014) concordam e enfatizam que a ação coletiva depende dos custos fixos relacionados a cooperação e dos benefícios esperados.

Vilpoux (2014) utilizou os investimentos realizados pelos assentados para classificar os diferentes tipos de formas de ações coletivas. Dois grandes grupos foram diferenciados pelo autor: sem e com investimentos específicos ou custos irrecuperáveis.

Os ativos específicos, na definição de Williamson (1985, 1996), são ativos que não podem ser reempregados sem que isso implique em perda de valor de alguma forma. Essa condição ocorre quando se reduz o número de produtores com capacidade de ofertar e outros interessados em adquirir o ativo específico em questão. Logo, quanto maior o grau de especificidade do ativo, maiores serão os riscos e problemas de adaptação e mais elevados serão os custos de reconversão para atividades alternativas em caso de finalização antecipada da transação.

Williamson (1996) complementa que a especificidade dos ativos se refere ao grau em que um ativo pode ser reafetado para usos alternativos e por usuários alternativos sem sacrifício de valor produtivo. Esses custos são relacionados com a noção de custo irrecuperáveis, também conhecidos como *sunk costs*. Machado (2000) define os custos irrecuperáveis como custos fixos, que, uma vez ocorridos tornam-se irrecuperáveis, geralmente pelo fato de serem oriundos de ativos específicos, mas não necessariamente.

Azevedo (2000) declarou que, à medida que aumenta a especificidade dos ativos, aumenta também a dependência bilateral e, conseqüentemente, crescem a necessidade de controle e os custos de transação.

Fischer e Qaim (2014) evidenciam a importância da relação entre custos e benefícios para a participação na ação coletiva. Eles identificaram a possibilidade de indivíduos não participar das atividades da organização e de seus custos e, assim mesmo, se beneficiar dos resultados, o que é muito interessante e um incentivo aos “free-riders”. Esse exemplo caracteriza grupos com investimentos em bens comuns ou públicos, onde os membros da comunidade não podem ser excluídos.

3.3 Objetivos comuns e percepção de ganhos

A cooperação, na visão de Procópio (2006) é uma ação colaborativa voluntária e consciente, normalmente ligada a um objetivo comum compartilhado entre os agentes que a executam. Olson (1971) aponta que indivíduos com interesses em comum tendem a agir visando aos objetivos do grupo.

Vilpoux (2014) afirma que interesses comuns não são suficientes, pois dois indivíduos podem ter o mesmo interesse, mas não depender de uma ação conjunta para a realização desse interesse. Para o autor, além do objetivo comum existe a necessidade de uma relação de dependência entre os atores.

Kim (1999) afirma que na realização de ação conjunta os atores trabalham juntos em direção ao cumprimento de suas metas ou objetivos comuns, sendo que uma das razões pode ser a dependência entre eles. Neste sentido, a dependência é conceituada como vital para a compreensão das relações entre empresas, incluindo também as trocas relacionais. Mesmo que haja a dependência por parte de apenas um dos membros, haverá esforços sinceros para cultivar laços fortes de relacionamentos com o parceiro. Essa dependência terá um efeito positivo na ação conjunta por motivos econômicos, na redução de custos de transação e colher benefícios, com fortes motivações para restaurar o equilíbrio e prevenir o oportunismo.

Por causa da necessidade de interagir com os outros no intuito de alcançar os seus objetivos, Vilpoux (2014) afirma que os atores escolhem as organizações que lhe propiciarão maiores satisfações, o que pode favorecer a elevação do grau de dependência. Logo, os indivíduos evitarão ações isoladas, sem a cooperação, desde que, para isso, contemple-se a percepção de ganhos. Axelrod e Keohane (1985) já destacavam a importância da percepção,

incluindo crenças e cognição, onde a decisão é fortemente influenciada pelas formas com que os atores pensam sobre seus problemas.

Reforçando a ideia de uma cooperação mais fácil em grupos pequenos Olson (1971) apontou três fatores que podem favorecer a cooperação, entre os quais a percepção do benefício alcançado em relação ao trabalho aplicado por cada membro. Para o autor, essa percepção é maior quanto menor for o grupo.

Olson (1971) destacou que para motivar os indivíduos, ou firmas, a contribuir para a ação coletiva, é necessário que haja mecanismos de “incentivo independente” e “seletivo”, como uma premiação individual. Esses incentivos servem como motivação para a contribuição individual na ação coletiva, os quais podem ser incentivos monetários ou sociais. Estes incentivos ainda podem ser negativos (como uma punição àqueles que não arcarem com a sua parte dos custos da ação grupal) ou positivos (recompensas positivas aos que agirem pelos interesses dos grupos).

Os incentivos econômicos não são os únicos possíveis, visto que as pessoas podem se motivar por desejo de “[...] prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de fundo social e psicológico” (Olson, 1971, p. 72), dado que “[...] status social e aceitação social são benefícios individuais não-coletivos. Sanções e recompensas sociais são ‘incentivos seletivos’, isto é, são incentivos do tipo que podem mobilizar um grupo latente” (OLSON, 1971, p. 73).

Tradicionalmente os economistas utilizam a noção de utilidade que, para Ostrom (2005), é o saldo de todos os custos e benefícios para atingir um determinado resultado. Nesse caso, a utilidade é normalmente associada a um benefício econômico. No entanto, para Ostrom os indivíduos podem também colocar valores intrínsecos a suas ações e aos resultados obtidos, valores intrínsecos que diferem entre os indivíduos. Esses valores correspondem as recompensas ou sanções que as pessoas associam a suas ações, que se traduzem pelos sentimentos ressentidos, como alegria, vergonha, arrependimento, orgulho e culpa. Assim, para Ostrom (2005) se um indivíduo realiza uma ação que considera errada ele pode ressentir um sentimento de culpa ou de vergonha, associado a um valor intrínseco negativo. Em paralelo, se ele tem orgulho de suas ações, o valor intrínseco atribuído será positivo. Normas de confiança e justiça levam os indivíduos a adotarem comportamentos que podem não ser econômicos, mas que valorizam os

valores intrínsecos.

A partir da importância dos valores intrínsecos e do cálculo dos custos e benefícios antes de agir, Ostrom (2011) enfatiza o valor de estabelecer uma reputação de confiabilidade, valor considerado por muitos indivíduos. No entanto, Ostrom (1990) indica que os benefícios não são percebidos da mesma forma por todos os participantes. Além de diferenças nos valores intrínsecos, em regra geral, os indivíduos dão um peso maior nos custos imediatos que nos benefícios futuros (OSTROM, 1990). Para a autora, as regras de desconto dos benefícios futuros são influenciadas pelo nível de segurança alimentar e econômica dos atores. Maior a incerteza sobre o futuro, maior a taxa de desconto sobre rendimentos futuros.

Além da análise dos custos e benefícios, Ostrom (1990) identificou a importância de caracterizar a comunidade na explicação dos casos de sucesso de organização para preservação dos recursos comuns. Para Fischer e Qaim (2014) os benefícios esperados da ação coletiva e a avaliação dos custos dessa ação varia em função dos indivíduos e das características do grupo.

3.4 Características do grupo

Quando indivíduos vivem em situações comunitárias partilhando recursos de uso comum por um longo período é possível que eles possam aprender em quem confiar, conhecer os efeitos que suas ações terão sobre os outros e como se organizar para obter benefícios e evitar danos. Eles podem ainda desenvolver padrões de reciprocidade e normas compartilhadas (OSTROM, 1990).

Fischer e Qaim (2014) reforçam a importância da confiança e indicam que os indivíduos têm mais probabilidade de participar de grupo para a realização de uma ação coletiva quando eles confiam na participação efetiva dos outros.

Em grupos mais heterogêneos Futemma *et al.* (2002) consideraram que a equidade se torna mais difícil de ser alcançada, devido à percepção individual das recompensas pelo trabalho despendido. Grupos homogêneos podem alcançar mais facilmente a colaboração e contribuem para assegurar a distribuição igualitária de benefícios. Ostrom (1990) enfatizou muito a importância da homogeneidade do grupo para facilitar a cooperação. Entre os critérios de homogeneidade levantados por Ostrom (2005) são a cultura, os interesses e a

renda. Na verificação do nível de homogeneidade em assentamentos do Mato Grosso do Sul, Vilpoux (2014) considerou como variáveis a origem dos produtores, o tempo de residência no assentamento, a experiência profissional anterior e atividades de produção no momento da entrevista. Para o autor, a tempo de permanência no assentamento facilita a criação de costumes, tradições e códigos de comportamentos comuns, características que Ostrom (1990, 2010) considerou como importantes para a existência de garantias informais.

Fischer e Qaim (2014) e Kennedy (1999) destacam a importância da coesão social na coordenação da ação coletiva. Kennedy (1999) adiciona a importância da religião e os vínculos de parentesco como facilitadores de cooperação.

Apesar de importante, a existência de heterogeneidade em uma comunidade não é sempre um impedimento a cooperação. Assim, Ostrom (2005) indica que a presença de regras que integram essa heterogeneidade pode permitir a organização de comunidades e a preservação de recursos comuns.

Outra característica que Ostrom (2009) considerou como importante num conjunto de 10 variáveis para organizar e preservar recursos comuns, foi a influência da liderança. Futemma *et al.* (2002) também consideraram a influência da liderança para pesquisar a organização de uma comunidade, onde o acesso a um ou mais líderes pode estar relacionado à decisão de participar de uma ação coletiva. Assim, os autores definem o líder como um indivíduo, ou grupo de indivíduos, que pode assumir papéis de liderança dentro de uma respectiva comunidade no processo de tomada de decisão.

Para Ostrom (1990), a existência de uma liderança pode influenciar a presença de ação coletiva e interferir na decisão dos indivíduos em cooperar. Quando os mecanismos de resolução de conflitos não garantem a manutenção das instituições, os selecionados como líderes podem ter o papel de resolvidores de conflitos.

Em se tratando dos tipos de relacionamentos existentes dentre dos grupos, Vilpoux (2014) diferenciou os grupos centralizados (piramidal e facções) e descentralizados (coalizão e amorfo). Na estrutura piramidal, o poder está concentrado com um único líder, enquanto em estruturas de facções o poder é concentrado em dois ou mais líderes, os quais competem entre si. Em uma

estrutura de coalizão, o poder é menos concentrado, os atores cooperam com mais facilidade e assumam mais responsabilidades. Já na estrutura amorfa, o poder é difuso, sem uma liderança centralizada.

Vilpoux (2014) afirma que na estrutura de facções, a cooperação pode ocorrer em cada facção, que se parece com uma pequena rede piramidal, mas não entre todos os membros da estrutura. Uma estrutura amorfa não terá as garantias necessárias para facilitar a interação entre os atores. Já na estrutura piramidal a ação pode facilmente ocorrer, pois depende essencialmente das ações do líder e não da vontade de todos os membros da organização. Porém, o caráter hierárquico desta estrutura pode facilmente ser usado para direcionar recursos incompatíveis com os interesses de toda a rede. O autor ainda destaca a desvantagem em relação à saída do líder, o que pode ocasionar o término do grupo, diferentemente do que ocorre com a estrutura de coalizão onde a participação é mais homogênea.

Na sequência, abordar-se-á a influência das regras como mais um dos fatores contributivos para a favorecimento da ação coletiva, conforme levantado por Ostrom (2005).

3.5 Existência de regras

Apesar de concordar com a dificuldade da ocorrência de cooperação em grupos maiores, Fischer e Qaim (2014) nuancem essa afirmação e afirmam que regras formais e sanções podem resolver os problemas inerentes a esses grupos.

Segundo Hardin (1994) a ação coletiva baseada na cooperação pressupõe um interesse normativo, que é mais importante que o auto interesse dos indivíduos. Para Polman *et al.* (2010), os esforços de auto-organização para evitar problemas do tipo da tragédia dos comuns passam pela configuração de regras institucionais para a governança e gestão dos recursos comuns, criando um fluxo contínuo de benefícios.

Ostrom (1990) afirma que os indivíduos assumem o compromisso de seguir as regras, desde que a maioria dos outros indivíduos em situação semelhante adote o mesmo compromisso e que, a longo prazo, eles esperam benefícios líquidos a serem alcançados por esta estratégia maiores do que os benefícios líquidos esperados pelos indivíduos que não seguem as regras. Nesse caso,

um compromisso seguro, vantajoso e confiável pode ser alcançado.

Para Ostrom (1990), as normas divididas entre os membros de uma comunidade são importantes e afetam os custos de transformação das regras. Pessoas que dividem normas contrárias a comportamentos oportunistas podem adotar regras mais baratas.

Ostrom (1990) afirma que os fatores que aumentam a capacidade dos usuários em ver ou ouvir uns aos outros reduzem os custos de monitoramento e de cumprimento das regras. Normas divididas entre os participantes de uma comunidade sobre a legitimidade das regras e a importância de elas serem seguidas reduzem os custos de monitoramento. A disponibilidade de mecanismos baratos de registro e divulgação da informação sobre as atividades reguladas do grupo diminui também os custos de monitoramento. Em paralelo, regras que devem ser monitoradas com mais frequência são mais caras. Regras que prescrevem uma ação para todos são mais fáceis de monitorar que regras que estipulam ações diferentes em função de critérios específicos, como no caso de quotas (OSTROM, 1990).

Após abordar os fatores responsáveis pelas ações coletivas, passa-se a focar a metodologia utilizada na pesquisa.

4 Metodologia

Os dados foram obtidos a partir de entrevistas realizadas por meio de um roteiro pré-definido com os responsáveis de todas as organizações coletivas identificadas nos assentamentos visitados e aplicação de questionários aos assentados, membros ou não destas organizações.

A escolha dos assentamentos foi feita a partir de uma amostragem por conveniência, de forma não probabilística. A escolha por essa técnica deve-se as distâncias e isolamento dos assentamentos, além das dificuldades de acesso devido a bloqueios por grupos indígenas, estradas em péssimas condições e falta de sinalização. Apesar dessas dificuldades, foram selecionados assentamentos das diversas partes dos estados do centro-oeste, com distâncias diferentes dos centros urbanos, abrangendo ao máximo a variedade geográfica de cada estado, conforme apresentado na Figura 01.

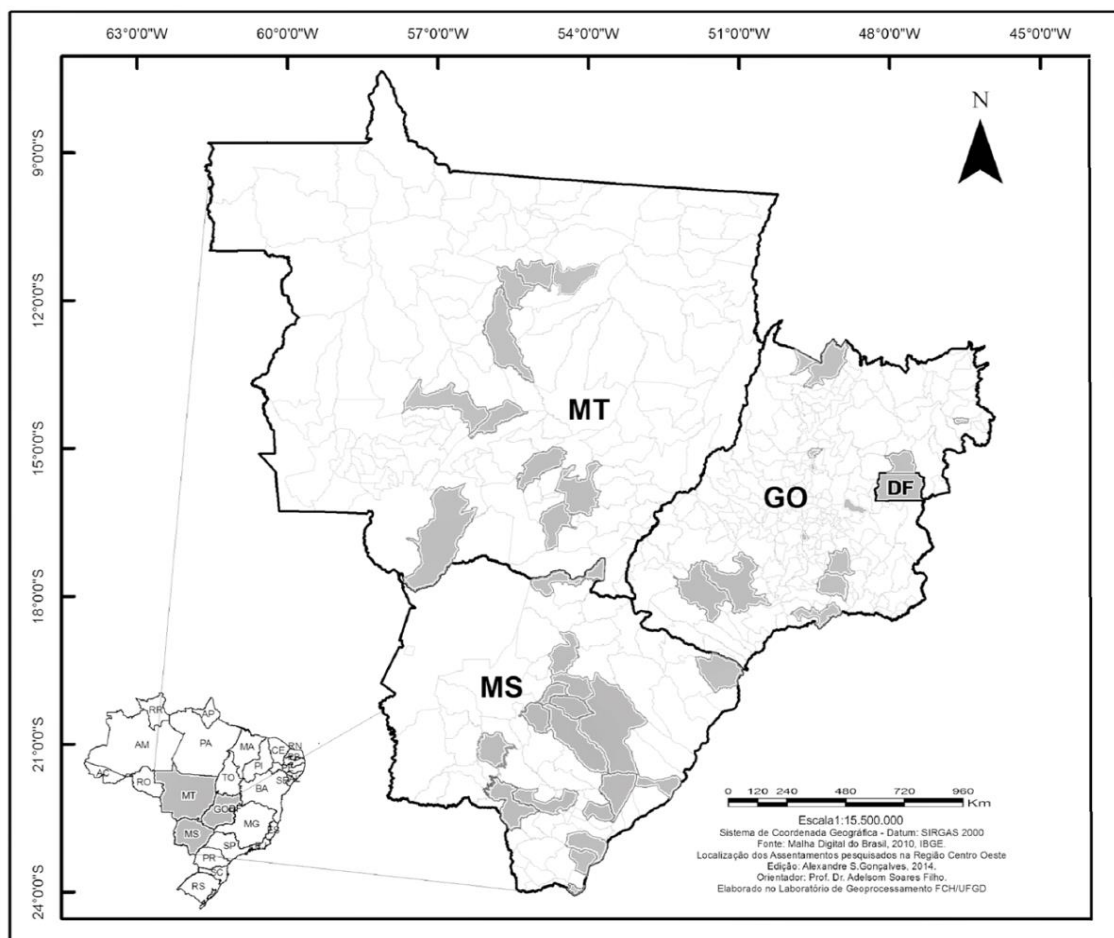


Figura 1: Localização dos assentamentos pesquisados na Região Centro-Oeste

Foram selecionados assentamentos com no mínimo cinco anos de idade, tempo já utilizado por Vilpoux (2014) e considerado como suficiente para eles se estabilizar. As visitas foram realizadas no período de maio de 2014 a julho de 2015.

Para a escolha dos assentados e aplicação dos questionários foi utilizada a amostragem probabilística ao acaso, ou seja, de forma aleatória. A quantidade de famílias entrevistadas variou de acordo com o tamanho do assentamento e com a disponibilidade dos entrevistados. Não foi possível conhecer com antecedência o número de assentados em cada assentamento, pois em grande parte deles havia alto índice de desistência.

Tabela 2: Resumo geral dos questionários aplicados por estados nos assentamentos

Região Centro Oeste	Nº famílias entrevistadas	Nº assentamentos pesquisados
MS	457	20
MT	352	17
GO	310	15
DF	43	2
Total	1162	54

Em paralelo com a aplicação dos questionários foram identificadas as organizações que praticavam algum tipo de ação coletiva, como associações, cooperativas e grupos de produção que atuavam nos assentamentos pesquisados. Em seguida foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os presidentes ou membros das diretorias de cada organização identificada. No total foram entrevistados presidentes e membros das diretorias de 55 organizações, 23 no Mato Grosso do Sul, 15 no Mato Grosso, 16 no estado de Goiás e 1 no Distrito Federal. Como no Distrito Federal havia apenas uma entidade entrevistada, a mesma foi adicionada às organizações de Goiás para análise.

O objetivo da análise foi de identificar e analisar as variáveis que influenciam a participação dos assentados em função dos diferentes tipos de ações coletivas levantados nos assentamentos da região centro-oeste do Brasil. Para isso as organizações foram classificadas em função do tipo de atividade.

- **Tipo de atividade:** baseado na classificação já realizada por Vilpoux (2014), onde as atividades selecionadas foram comerciais, políticas e mistas. As informações sobre o tipo de atividade foram obtidas a partir das entrevistas nas 55 organizações pesquisadas.

Em seguida foi avaliada a influência das variáveis levantadas na literatura para explicar a participação em ações coletivas. A análise relacionou a ação dessas variáveis em função dos grupos selecionados pelo tipo de atividade.

- **Tamanho dos grupos:** essa variável foi identificada essencialmente por Olson (1971). Não foram encontrados parâmetros quantitativos para a classificação em grupos grandes ou pequenos. Assim, na análise os grupos foram separados em função da mediana do número de integrantes das 55 organizações: grupos pequenos com até 37 integrantes e grupos grandes com mais de 37 membros.

As informações sobre o número de participantes foram obtidas nas entrevistas nas associações.

- **Tipos de custos e investimentos:** seguindo as informações de Fischer e Qaim (2014) e Vilpoux (2014), na análise foram separados os custos operacionais dos investimentos pagos pelos membros das organizações. Os custos operacionais podem ser variáveis ou fixos e estão ligados ao registro e ao funcionamento da organização. Esses custos são facilmente depreciados. Os investimentos possuem um prazo maior para depreciação e são geralmente realizados para a construção de imóveis ou aquisição de bens, como equipamentos, máquinas e prédios. Eles foram separados em investimentos em bens comuns (o membro pode usufruir do bem mesmo fora da organização), em bens privados não específicos (quando o membro da organização recupera seu investimento em caso de saída da organização) e em ativos específicos (investimento perdido em caso de saída da organização).

As informações sobre custos e investimentos foram levantadas a partir das entrevistas nas organizações pesquisadas.

- **Objetivos comuns e percepção de ganhos:** foram avaliados a partir das entrevistas nas organizações pesquisadas e dos questionários aplicados aos produtores:
 - Informações com as organizações: foram levantadas as atividades realizadas pelas organizações pesquisadas e os tipos de benefícios oferecidos aos produtores;
 - Informações junto aos assentados pesquisados: para essas variáveis foram levantados os benefícios percebidos pelos assentados e se acreditavam que a associação trazia algum benefício. Foi também levantado se continuariam na associação sem esses benefícios.

Outra variável avaliada foi a proporção de assentados que utilizava trator e que pertencia a organização do assentamento em relação a mesma percentagem de assentados fora dessa entidade. Como o trator é normalmente fornecido pela associação, o uso do trator da associação caracteriza um ganho obtido pelo uso da organização coletiva.

- **Características dos grupos:** como para os objetivos comuns, a análise se baseou em informações a partir de entrevistas nas organizações pesquisadas e nos questionários aplicados aos assentados.
 - **Informações nas organizações:** foi considerada a origem dos membros, número de pessoas que trabalhavam na organização, educação dos associados, anos na associação. Além das características gerais dos associados, a análise procurou identificar o tipo de liderança existente (centralizada ou mais distribuída, taxa de renovação). Para isso foram verificados a frequência na troca de diretoria, o tempo médio de mandato e o número de pessoas diferentes que ocuparam os cargos de diretores nos últimos anos;
 - **Informações com os assentados:** foram analisados a idade, origem, educação e tempo de residência.
- **Regras:** as variáveis levantadas nessa categoria foram a presença de regras claras e respeitadas nas organizações pesquisadas e o tipo de regras.
 - **Informações nas organizações:** existência de penalidades para a falta de participação nas atividades da associação, existência de estatuto formalizado.
 - **Informações com os assentados:** existência de penalidades para os que não participam das atividades da associação.

No caso dos resultados a partir dos questionários aos assentados foi realizada a comparação entre estados utilizando o teste de Kruskal-Wallis com o programa XLSTAT. Este teste é utilizado como uma alternativa para a análise de variância, na análise de duas ou mais variáveis que não possuem uma distribuição normal. O teste de Mann-Whitney foi também utilizado para completar a análise. Este teste é utilizado para a comparação de duas amostras de variáveis discretas ou ordinais (ADDINSOFT, 2016). Foi considerada diferença significativa aquela com um valor de probabilidade (p) inferior ou igual ao nível de significância de 0,05.

Para os resultados obtidos a partir das entrevistas nas organizações foi avaliado o efeito das variáveis pesquisadas em função dos tipos de organizações coletivas, classificadas em função da atividade (comercial, política e mista).

5. Resultados e Discussões

Esse item busca identificar a influência das principais variáveis de cooperação levantadas, como o tamanho dos grupos, tipos de investimentos, objetivos comuns e percepção dos ganhos, características dos grupos e existência de regras, sobre cada tipo de organização coletiva. Por meio das entrevistas com os presidentes das organizações coletivas pesquisadas foram classificadas cada uma delas de acordo com a finalidade de suas atividades, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Atividades das formas de ações coletivas pesquisadas

Organizações	MS	%	GO/DF	%	MT	%	Total	%
Políticas/social	8	35%	8	47%	9	60%	25	45%
Comerciais	5	22%	1	6%	2	13%	8	15%
Mistas	10	43%	8	47%	4	27%	22	40%
Total	23	100%	17	100%	15	100%	55	100%

A Tabela 3 indica uma maior proporção de organizações políticas e mistas. As organizações comerciais foram mais importantes no estado de Mato Grosso do Sul, onde representam maior proporção entre os estados pesquisados.

5.1 Tamanho dos grupos

Para Olson (1971), o tamanho dos grupos é o fator mais importante para ocorrer a ação coletiva. Conforme descrito na metodologia, as formas de ações coletivas foram classificadas em 2 grupos de acordo com o número de membros (Tabela 4).

As organizações políticas são grupos inclusivos, portanto a tendência é de possuir um número maior de membros, o que foi verificado na Tabela 4. Para Olson (1971) em grupos não mercantis, onde podem ser classificadas as organizações políticas, um maior número de participantes para partilhar os benefícios e custos melhora os resultados. Um aumento no tamanho do grupo não traz competição entre os participantes, podendo, em compensação, proporcionar menores custos para eles. Nesses grupos, os membros não se veem como concorrentes e a participação de mais pessoas é favorecida.

Tabela 4 – Tamanho dos grupos de acordo com os tipos de organizações

Organizações	Grupos Pequenos	%	Grupos Grandes	%
Políticas/social	8	32%	17	68%
Comerciais	6	75%	2	25%
Mistas	14	64%	8	36%
Total	28	51%	27	49%

Entre as organizações comerciais, 75% são formadas por grupos pequenos, com o intuito de vender os produtos de seus membros. Esse resultado é condizente com a afirmação de Ostrom (1990) de que os grupos pequenos irão promover seus interesses comuns de um modo melhor que os grandes. Fischer e Qaim (2014) destacam a importância do tamanho do grupo, afirmando que a coordenação da ação coletiva é mais fácil em grupos pequenos, onde a coesão social é normalmente maior. Em razão de sua finalidade, são grupos exclusivos, não havendo espaço para o caroneiro.

As organizações mistas pesquisadas eram formadas em 64% por grupos pequenos, o que também é condizente com a realidade das organizações mistas pelo fato de desenvolverem atividades comerciais, de caráter exclusivo. Não entanto, possuem também atividades políticas, do tipo inclusivo, o que explica a forte presença de grupos grandes. Elas podem ter perfis tanto inclusivos quanto exclusivos, dependendo da atividade principal ser mais política ou comercial.

Na sequência da caracterização são abordados os tipos de investimentos realizados nas diferentes formas de ação coletiva.

5.2 Tipos de investimentos

Entre as organizações pesquisadas 16% informaram que não existiam nenhum tipo de investimento realizado pelos associados (Tabela 5). Presume-se que essas organizações possam ter sido beneficiadas por algum outro tipo de financiamento externo ou que as despesas estão sendo pagas a partir das receitas.

Muitas associações políticas ganham tratores e implementos agrícolas das prefeituras dos municípios e a maior parte das suas sedes funcionam em local cedido pelo Incra ou nas casas das fazendas desapropriadas, dispensando investimentos para suas atividades.

Tabela 5 - Investimentos realizados nas organizações pesquisadas nos assentamentos do centro-oeste pelos associados de acordo com o tipo de atividade principal

Forma	Sem investimentos	Com investimentos				Total
		Custos Operacionais	Bens comuns	Bens privados	Ativos específicos	
Política	3 (12%)	18 (72%)	3 (12%)	1 (4%)		25 (100%)
Comercial	2 (25%)	5 (63%)	-	-	1 (13%)	8 (100%)
Mista	4 (18%)	13 (59%)	4 (18%)	1 (5%)	-	22 (100%)
Total	9 (16%)	36 (65%)	7 (13%)	2 (4%)	1 (2%)	55 (100%)

Considerando as organizações políticas, os maiores investimentos foram realizados em custos operacionais (72%), incluindo as taxas de mensalidades, seguidos de bens comuns (12%). Os investimentos operacionais correspondem a valores pequenos que são recuperados com as atividades quotidianas da organização, como o pagamento do combustível para uso do trator e de despesas para uso de infraestrutura no assentamento. Os investimentos em bens comuns são relacionados a investimentos em infraestrutura comunitária, de uso coletivo, onde é difícil a exclusão dos beneficiários. Não foi encontrada nenhuma associação política ou mista com a realização pelos associados de investimentos em bens privados específicos. Nessas organizações, do tipo inclusivo, os problemas de carona são maiores e as atividades realizadas possuem aspectos mais comunitários. Nessas condições é difícil encontrar produtores investindo em bens exclusivos e pelos quais poderão ser excluídos em caso de saída do grupo.

Foi encontrada apenas uma organização comercial com investimento específico, a construção de um prédio próprio na cidade. No caso da saída da organização pelo associado, este não pode revender sua participação para outro sócio. As organizações comerciais são exclusivas, em grupos geralmente menores, o que facilita a organização e limita os problemas de carona. Essas características reforçam os laços entre os associados e aumentam a confiança na continuação da organização, o que facilita a realização de investimentos em ativos específicos.

Foram encontradas duas organizações, uma política e uma mista, com investimentos em bens privados. Esse tipo de investimento se diferencia dos

bens comuns pela possibilidade de exclusão do beneficiário. No entanto, ao contrário dos investimentos específicos, existe a possibilidade de recuperar o investimento realizado na saída da organização, com a venda da participação do associado. A possibilidade de recuperação do investimento facilita o investimento do produtor e limita a importância dos vínculos de confiança entre associados, o que explica a presença desse tipo de investimento em organizações inclusivas.

5.3 Objetivos comuns e percepção de ganhos

A análise dos objetivos comuns foi realizada a partir dos benefícios ofertados aos associados conforme informação prestada pelos presidentes das organizações pesquisadas (Tabela 6). Essas informações refletem a percepção dos entrevistados e não dos associados.

Tabela 6 - Benefícios oferecidos pelas organizações dos assentamentos da Região Centro-Oeste por tipo de atividade

Forma	Nº	Palestras / cursos	Trator/ equipamentos	Insumos / sementes	Financiamentos	Vendas prod. Agropec.	Vendas prod. Process.	Outros
Política	25	25 (100%)	12 (48%)	4 (16%)	2 (8%)	5 (20%)	-	7 (28%)
Comercial	8	6 (75%)	2 (25%)	2 (25%)	-	6 (75%)	3 (38%)	4 (50%)
Misto	22	21 (95%)	8 (36%)	14 (64%)	3 (14%)	15 (68%)	9 (41%)	6 (27%)
Total	55	52 (95%)	22 (40%)	20 (36%)	5 (9%)	26 (47%)	12 (22%)	17 (31%)

O oferecimento de cursos e palestras e a disponibilização de tratores e outros equipamentos agrícolas são atividades típicas das organizações políticas ou mistas. Maior a quantidade de pessoas com desejo de assistir cursos e palestras, maior a probabilidade destes ocorrerem. A maioria dos tratores e equipamentos disponíveis nas organizações coletivas vem da prefeitura, que oferece essas máquinas nas organizações com maior número de pessoas, para aumentar o impacto político e social. Ao se comparar os benefícios, as atividades mais ligadas à comercialização de produtos são ligadas às organizações comerciais ou mistas e dificilmente encontradas em organizações políticas.

Os benefícios ligados a financiamentos relacionam-se a financiamentos dos associados e não da produção, o que explica a presença desse tipo de benefício nas organizações mais políticas. A venda de insumo e sementes é mista, pois pode ser feita por uma organização comercial, para beneficiar a produção, ou por uma associação mais política, que se beneficia de economia de escala para a compra dos insumos a serem utilizados nas produções individuais dos associados.

Entre os 1162 assentados pesquisados, 618 participavam de algum grupo de ação coletiva em seus assentamentos, equivalendo a 53% do total dos assentados. Entre os que participavam foi analisada a relação de benefícios trazidos pelas associações, na percepção dos assentados (Figura 2).

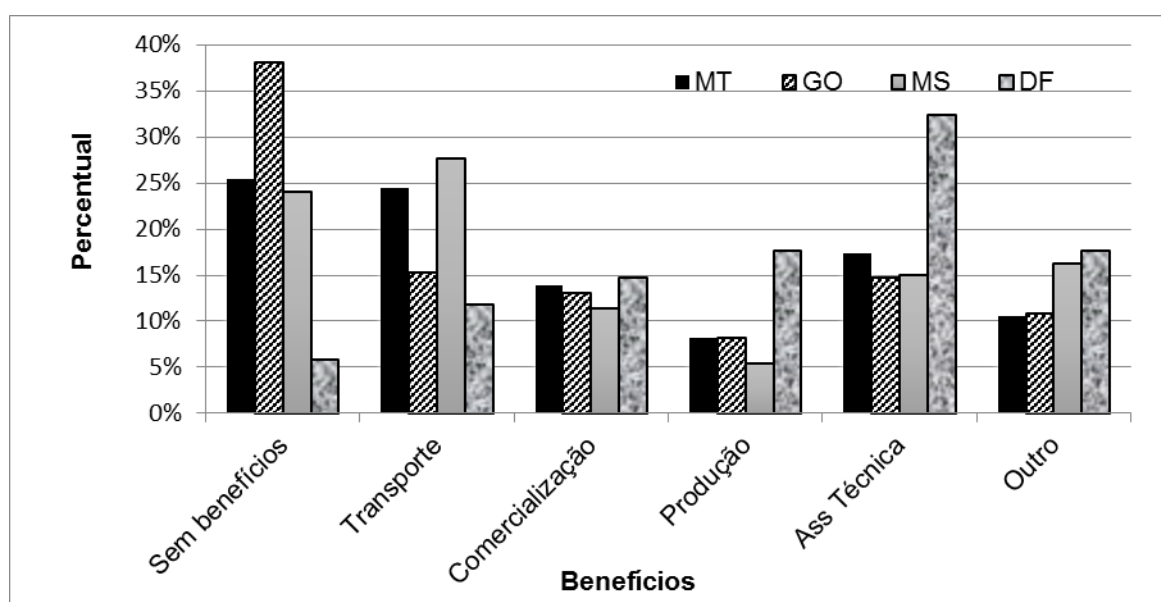


Figura 2: Benefícios percebidos pelos assentados que participavam de organizações coletivas nos assentamentos da região Centro-Oeste

Os assentados do estado de Goiás são aqueles que menos percebem benefícios da participação nas organizações coletivas dos assentamentos. Esse resultado pode ser explicado pelo fato deste estado comportar o maior número de cooperativas voltadas para a comercialização de produtos de agricultura familiar encontradas na pesquisa, organizações fora dos assentamentos e não incluídas nos resultados da Figura 3. Os assentados do Distrito Federal são aqueles que mais percebem benefícios da participação nas organizações dos assentamentos.

Em relação aos benefícios percebidos, a maioria dos assentados indicou o transporte, seguido da assistência técnica e da comercialização. A assistência técnica foi mais citada pelos assentados do Distrito Federal, onde ela é mais forte. O transporte foi citado essencialmente pelos assentados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estados menos povoados onde os assentamentos são mais isolados e a logística mais difícil.

Foi também analisada a percepção dos benefícios em função da frequência de participação dos associados as reuniões da organização coletiva (Figura 3). Foi identificada uma participação menor dos associados quando estes não percebem benefícios, resultado conforme com o esperado. Mesmo assim, um quarto dos que participam em mais de 50% das reuniões declararam não ver benefícios nas atividades das organizações. Como a maior parte das organizações pesquisadas são de cunho político, pode haver uma expectativa de benefícios futuros, o que explica a presença nas reuniões.

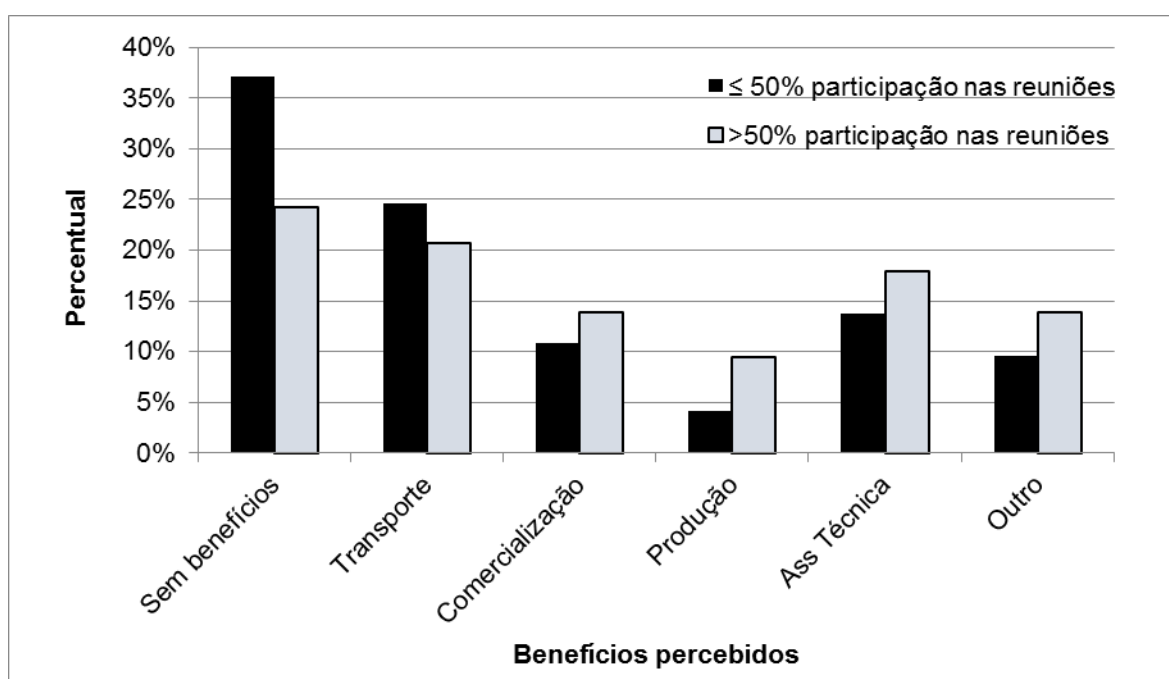


Figura 3: Benefícios percebidos e frequência de reuniões pelos associados dos assentamentos da região Centro-Oeste

As organizações comerciais são focalizadas na comercialização e na produção. Na comercialização, a participação não é tão importante, pois as atividades dependem mais de ter o produto do que da participação efetiva do associado. Parte da comercialização nos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) da CONAB e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é realizada

apenas com produtores organizados em associação ou cooperativa (Tabela 7). Nesse caso, a participação do assentado é importante para complementar a oferta de produtos e não pela necessidade de uma participação efetiva nas reuniões ou na organização da entidade coletiva.

No caso de entidades de produção, a necessidade de envolvimento dos membros é maior. Esse tipo de atividade necessita da participação efetiva do produtor, pois a ausência pode significar uma contribuição menor nas atividades, o que pode prejudicar os outros associados e favorecer a exclusão do grupo.

Tabela 7 - Participação dos assentados pesquisados nos assentamentos do Centro-Oeste ao PAA e PNAE e proporção da comercialização em organizações coletivas

% Estados	Mato Grosso		Goiás		Mato Grosso do Sul		Distrito Federal	
	PAA	PNAE	PAA	PNAE	PAA	PNAE	PAA	PNAE
% de participação	3	3	16	7	9	4	21	7
% que passa por organização coletiva	29	56	51	59	66	20	57	67

Os resultados apresentados na Figura 2 apontaram grande quantidade de assentados que indicou não perceber benefícios nas atividades da organização coletiva e que, mesmo assim, continua associada. Esse resultado pode significar a existência de alguns benefícios não declarados pelos assentados e que os mantém nas organizações. A Tabela 8 mostra que o uso de tratores é muito mais frequente entre os associados das organizações coletivas que entre os outros. Como a maior parte dos tratores é administrada por associações políticas, o uso do trator pode ser considerado como um benefício associativo, benefício não citado pelos assentados.

Tabela 8 - Uso de trator entre assentados que participam ou não das organizações dos assentamentos

	Nº assentados	Uso trator	Nº respostas	%
Não associados	152	Não	137	90,1
		Sim	15	9,9
Associados	899	Não	601	66,9
		Sim	298	33,1

A existência de benefícios não especificados pelos assentados pode ser verificada na Tabela 9, com 27% de assentados membros de uma organização coletiva que

indicaram não perceberem benefícios na organização, mas que mesmo assim querem permanecer associados. A permanência desses assentados pode ser explicada pela expectativa de benefícios futuros. Outros 6% também declararam não ver benefícios e afirmaram que sem benefícios não permaneceriam na organização. Nesse caso, a permanência desses assentados pode ser explicada também pela expectativa de benefícios futuros ou de benefícios não percebidos claramente. Como a maior parte das organizações coletivas dos assentamentos são políticas, ou seja, operam com baixo custo, os assentados continuam vinculados na expectativa de, no futuro, poder obter outros ganhos.

Tabela 9 - Percepção de benefícios e continuidade na associação

Percepção do benefício	Sem benefício continuaria? (%)		
	Não	Sim	Total
Não	6%	27%	33%
Sim	22%	45%	67%
Total	28%	72%	100%

Além da importância da percepção dos benefícios, a decisão pela cooperação pode ser fortemente influenciada pelas características dos atores e dos grupos onde se encontram inseridos. Na sequência são analisadas as características dos grupos de ações coletivas.

5.4 Características dos grupos

Para Ostrom (2009) as características são muito importantes e podem favorecer, ou prejudicar a cooperação dos indivíduos. O tempo de vínculo entre os participantes das ações coletivas foi considerada uma característica importante, pois favorece o aumento da confiança nas relações por meio da repetição das ações. Neste caso, normas que promovam a confiança podem se desenvolver (OSTROM, 2010). Segundo Axelrold e Amilton (1981) com o aumento do tempo de relacionamento os indivíduos podem interagir de novo, permitindo a aparição de padrões complexos de interações estratégicas.

A Figura 4 indica que as organizações comerciais existem a menos tempo, pois nenhuma delas possuía associados a mais de 10 anos. Esse resultado pode decorrer do fato desse tipo de organização ser mais difícil de organizar, o que dificulta a manutenção em longo prazo. Ao contrário, as organizações mais

políticas necessitam de uma participação menor do associado, facilitando sua permanência em longo prazo.

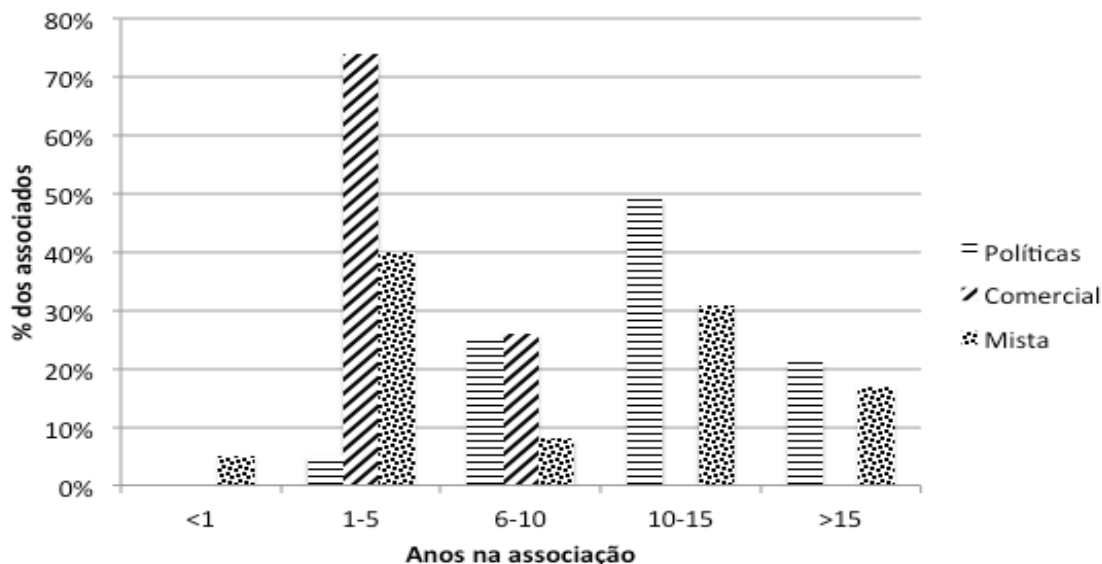


Figura 4: Número de anos na associação das famílias associadas, por tipo de organização

A origem também foi considerada uma importante característica, considerando que grupos homogêneos podem colaborar mais facilmente, característica muito enfatizada por Ostrom (1990).

Foi considerada a origem dos associados das organizações entrevistadas. A análise avaliou a proporção dos associados originários da mesma região (estado do assentamento, Sul, outro estado do Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Norte). Quase 90% dos entrevistados das organizações políticas e comerciais declararam que a maior parte dos associados eram originários da mesma região, proporção um pouco menor nas organizações mistas. Essa grande homogeneidade reflete a percepção dos entrevistados mas difere muito dos resultados obtidos nos questionários aplicados aos assentados (Figura 5). Esses questionários indicam uma grande heterogeneidade dos assentados, com apenas os de Goiás com mais de metade dos produtores originários do próprio estado. Essa heterogeneidade se reflete nas organizações coletivas, com dificuldades de participação, principalmente nas organizações mais comerciais.

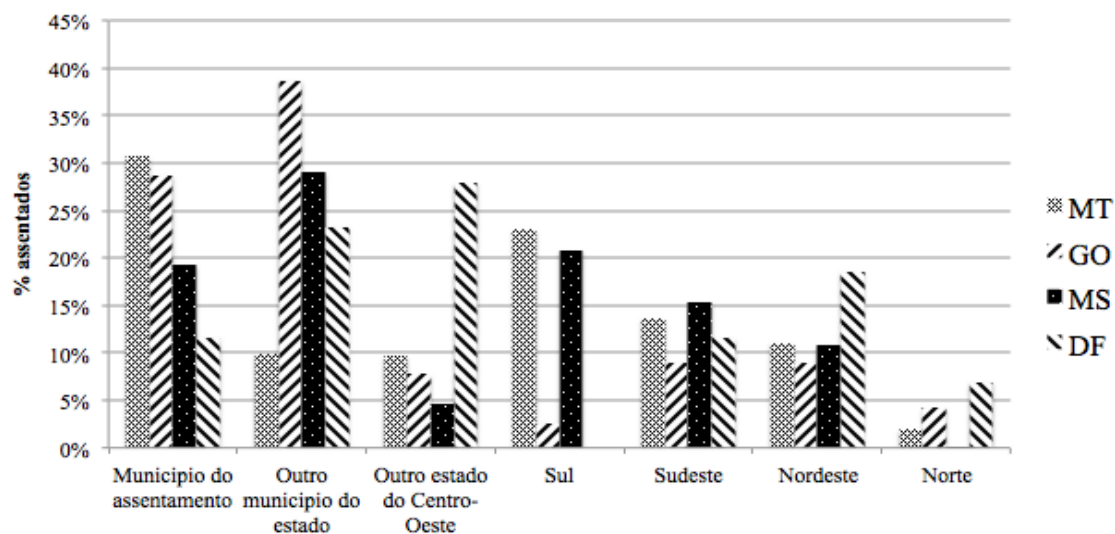


Figura 5: Origem dos assentados nos estados do Centro-Oeste

A análise dos assentados indicou que mais de 80% deles já moravam na região há mais de 10 anos e mais de 50% há mais de 20, sendo 70% no estado de Goiás. Esse grande tempo de permanência pode explicar as respostas dos entrevistados nas organizações pesquisadas, que afirmaram que a maioria dos associados era originária da mesma região.

Também foi identificado o perfil educacional dos associados (Figura 6). A formação que mais caracteriza as organizações é o ensino médio completo, além de ter mais de 20% dos associados com pelo menos o ensino superior incompleto. A Figura 6 indica um nível de educação maior nas organizações comerciais, onde mais de 60% dos membros possuem pelo menos o ensino médio completo.

O nível de educação aparece bem superior entre os membros de organizações coletivas que entre os assentados entrevistados. Entre os donos de lotes, a formação mais encontrada foi o ensino fundamental incompleto, com mais de 60% dos assentados pesquisados. Apenas 5% dos assentados declararam ter o ensino médio completo e 2% um nível universitário.

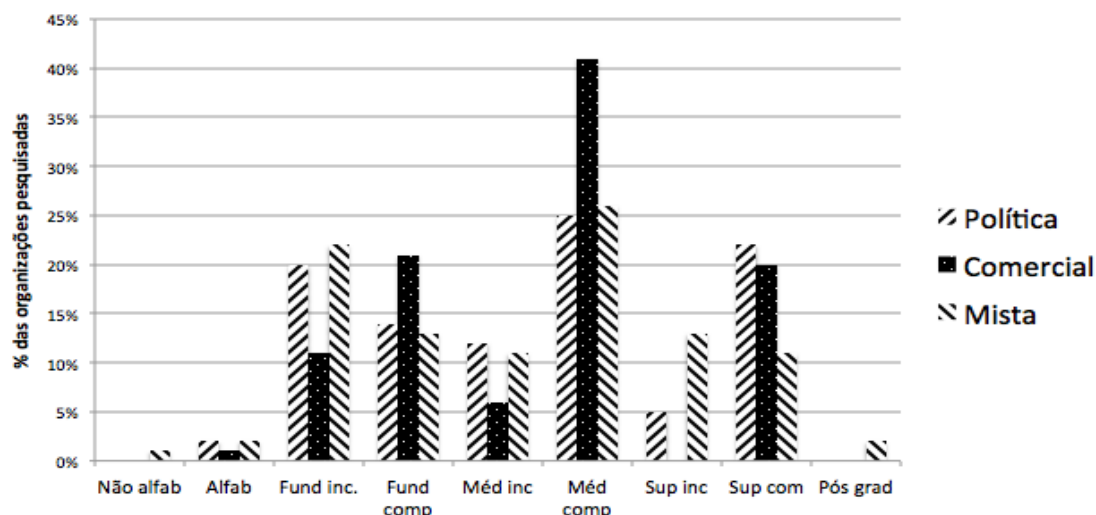


Figura 6: Perfil educacional dos membros de organizações, nos assentamentos pesquisados do Centro-Oeste

Buscou-se ainda traçar o perfil das lideranças nas organizações pesquisadas. Para Ostrom (1990), a liderança pode influenciar a presença de ação coletiva e interferir na decisão dos indivíduos em cooperar. Das organizações pesquisadas, 95% possuíam uma diretoria composta com diretor ou presidente e vice, secretário, tesoureiro e um conselho administrativo ou fiscal. Também 95% delas já tinham realizadas eleições para substituição da diretoria, a exceção sendo para aquelas recentemente criadas que ainda se encontravam no primeiro mandato.

A maioria das organizações realiza eleições há cada 2 anos para substituição de sua diretoria, com variação dos mandatos de 1 a 4 anos (Tabela 10). Foram encontradas algumas organizações que ainda não haviam realizado eleições, sendo exceção entre as organizações pesquisadas.

Tabela 10 - Frequência de tempo de eleições nas trocas de diretoria

Organizações	Tempo de Eleições				Sem eleição
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	
Políticas	4%	48%	28%	12%	8%
Comercial	0%	38%	38%	25%	0%
Mistas	5%	36%	14%	41%	5%
Total	4%	42%	24%	25%	5%

Foi verificada a frequência de troca dos presidentes ou diretores para inferir a existência de várias lideranças nas organizações ou a dependência em apenas

uma pessoa (Tabela 11). Há organizações que nunca realizaram a troca de seus presidentes. Entre as razões estão o fato de não terem candidatos, pouco tempo de existência ou por não terem estatuto formalizado.

É possível perceber que as organizações comerciais, seguidas das políticas possuem uma alta rotatividade de líderes, com renovação frequente de seus presidentes (Tabela 11). Em comparação, as associações mistas entrevistadas mostraram maior dificuldade na rotação de suas lideranças, com quase metade delas que permanecem com os mesmos diretores, ou presidentes, desde sua criação.

Tabela 11 – Troca de presidentes nas últimas eleições nas organizações pesquisadas

Organizações	Nunca	Parte das eleições	Sempre
Políticas	8%	36%	56%
Comerciais	13%	13%	75%
Mistas	41%	32%	27%

Para complementar a análise das lideranças foi calculada a taxa de renovação em relação à quantidade de trocas de mandatos efetuados (Tabela 12).

Os resultados confirmam aqueles obtidos na Tabela 11. Em 75% das organizações comerciais e dois terços das políticas um novo presidente é eleito em mais de metade das eleições, o que indica um alto índice de renovação. Em 24% das organizações políticas, os presidentes não terminam seus mandatos, pois a taxa de renovação é superior a 1. Esse resultado indica uma grande instabilidade política nessas organizações.

Enquanto um quarto das organizações políticas indicaram uma instabilidade em função da troca frequente dos presidentes, as organizações mistas mostraram a falta de renovação, o que indica uma falta de interesse dos membros. As organizações comerciais são as mais equilibradas, com troca frequentes de presidentes, mas no fim do mandato. Esse resultado é condizente com o esperado, com a necessidade de envolvimento maior em organizações comerciais, de caráter exclusivas e onde os caroneiros são mais difíceis.

Tabela 12 – Taxa de renovação na presidência das organizações pesquisadas para cada eleição realizada*

Organizações	Taxa de renovação			
	0	0,1-0,5	0,6-1,0	>1,0
Políticas	8%	4%	64%	24%
Comerciais	13%	0%	75%	13%
Mistas	41%	23%	27%	9%

* 0: as mesmas pessoas são sempre reeleitas; 0,5: um novo presidente é eleito em metade das eleições; 1: eleição de um novo presidente em cada eleição; >1: renovação antes do final do mandato dos presidentes

Após a caracterização dos grupos, passa-se a analisar a influência das regras sobre as formas de ações coletivas.

5.5 Regras

Ostrom (2005) aborda a influência das regras como um dos principais fatores contributivos para a ação coletiva. Num primeiro momento verificou-se a existência de estatuto por escrito nas organizações de ações coletivas (Tabela 13). A quase totalidade das organizações pesquisadas tinha um estatuto escrito, o que é condizente com a formalidade dessas entidades. Entre as organizações comerciais, 13% não tinha essa documentação e se encaixavam como grupos informais, assim como 9% das organizações mistas.

As organizações políticas necessitam de formalidade para intermediar com Governos municipais, estaduais ou Federal, o que explica a existência de estatuto em todas elas. As organizações comerciais funcionam a partir de relações de confiança entre os membros, relações que não passam obrigatoriamente por vínculos formais.

Tabela 13 – Existência de estatuto escrito nas organizações coletivas pesquisadas

Organizações	Sim	Não	Total
Políticas	100%	0%	100%
Comercial	88%	13%	100%
Mistas	91%	9%	100%
Total	95%	5%	100%

Além da necessidade de regras, presentes nos estatutos, Olson (1971) aponta as sanções e recompensas sociais como 'incentivos seletivos', que podem

mobilizar os grupos. Assim, foi levantado se para os associados que não participavam das atividades da organização havia penalidades. A Figura 7 indica que apenas 38% das organizações coletivas pesquisadas aplicavam algum tipo de penalidade.

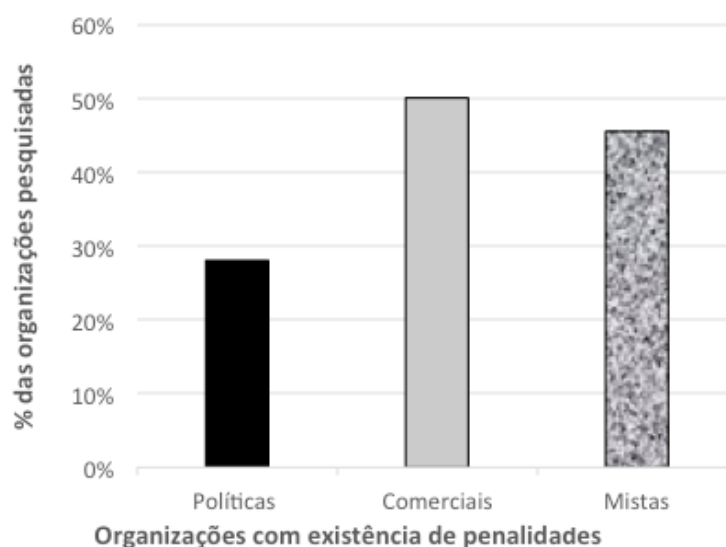


Figura 7 – Proporção das organizações pesquisadas com existência de penalidades para os associados

A maioria das organizações políticas não aplicava penalidades, o que é condizente com a noção de grupos inclusivos, ao contrário das organizações comerciais, que são exclusivas e precisam de penalidades para funcionar. Para Ostrom (1990) a capacidade de usar sanções com aumento gradual das penalidades permite entender como uma configuração complexa de regras usadas por indivíduos estratégicos ajuda a resolver os problemas de compromisso e de controle mútuo. As formas de ações coletivas políticas são as que mais possuem associados e as que menos penalizam, confirmando a afirmação de Olson (1971) em relação a esse tipo de grupos. Outro aspecto relevante é o fato de muitas dessas formas de ações coletivas prover bens de acesso comum, conforme Ostrom (2009), o que dificulta muita a possibilidade de exclusão e, em consequência, de sanções.

As penalidades nas organizações políticas concentram-se naqueles que não pagam as taxas ou não participam das reuniões. Apesar de existir, essas sanções são aplicadas numa minoria de organizações e consistem na suspensão temporária ou permanente dos benefícios ligados à participação. Essas penalidades estão ligadas aos serviços particulares realizados pelas formas de ações coletivas para seus

membros, tais como o aluguel de equipamentos e tratores a preços diferenciados, ou o não recebimento da declaração de tempo de serviço rural para fins de requerimento da aposentadoria. Em muitas organizações políticas, mesmo em caso de exclusão os assentados continuam de se beneficiar com as atividades da organização, principalmente aquelas ligadas à infraestrutura.

Nas organizações comerciais a falta de penalidades para forçar a aplicação das regras pode ser um fator de desagregação da ação coletiva, pois prejudica a característica de possibilidade de exclusão do grupo. Entre as penalidades aplicadas aos associados, encontram-se a exclusão do grupo após 3 faltas em reunião, preço diferenciado da hora-máquina dos equipamentos e prioridade de benefícios para os associados.

Nas organizações mistas, 45% praticas algum tipo de penalidade, situação similar as organizações comerciais. Entre estas estão impossibilidade de votar se não estiver em dia, valores diferentes para os benefícios ofertados e a exclusão da organização.

6 Considerações Finais

Na busca dos fatores que influenciam a participação nos diferentes tipos de organizações coletivas encontradas nos assentamentos da região centro-oeste analisou-se as variáveis que influenciam a participação dos assentados da reforma agrária nos diferentes tipos de organizações coletivas.

Entre os fatores que podem influenciar destaca-se o tamanho dos grupos, apontados por Olson (1971) como o fator mais importante para ocorrer a ação coletiva. Os resultados indicam que as organizações políticas são na média maiores que as organizações mais comerciais, o que é condizente com as expectativas e as características de grupos exclusivos e inclusivos.

Outro fator encontrado se refere ao tipo de investimento realizado da parte dos associados nas organizações. Essa característica é pouco abordada na literatura, que analisa principalmente a relação custos x benefícios entre a participação ou não da organização coletiva. Os resultados obtidos verificaram que os membros de organizações políticas investem basicamente em custos operacionais e bens comuns, com retorno mais rápido e dificuldade de exclusão. Nessas organizações o número de membros é maior e as relações

entre eles são mais impessoais, o que dificulta o envolvimento. Foram encontrados investimentos em ativos específicos apenas em uma organização comercial. Nessas organizações, onde o número de membros é geralmente menor, existe a possibilidade de relacionamentos mais pessoais entre os membros, o que facilita um envolvimento maior.

A necessidade de benefícios foi também considerada como importante, mesmo se os benefícios não são sempre bem percebidos pelos associados. Existe uma contradição com muitos assentados que declararam não querer permanecer numa organização que não lhe traz benefícios e que, mesmo assim, permanecem na organização do assentamento apesar de declarar que esta não traz benefícios. Nesse caso, é possível estimar a existência de benefícios não percebidos pelos associados, como o uso do trator, ou que a possibilidade de benefícios futuros é um elemento importante que deve ser avaliado.

As características dos grupos também foram apontadas como um dos fatores contributivos para a existência de cooperação. O tempo de vínculo pode aumentar a confiança entre os associados. As organizações comerciais existem há menos tempo, o que pode se explicar pelo fato delas serem mais difíceis de organizar, pois passam por relações mais de confiança do que políticas e necessitam um envolvimento maior dos associados (grupos exclusivos). Nesse mesmo sentido, a origem foi considerada uma importante característica, considerando que grupos homogêneos podem colaborar mais facilmente, característica muito enfatizada por Ostrom (1990).

Outra característica elencada foi o perfil educacional, com um nível de educação maior nas organizações pesquisadas em relação aos assentados. A importância da educação pode vir do fato que ela facilita a percepção pelos indivíduos dos benefícios ligados à ação coletiva, aumentando os ganhos em relação aos custos.

A renovação dos presidentes e diretores das organizações coletivas foi outro item pesquisado. Vilpoux (2014) evidenciou a falta de renovação entre as lideranças, com o perigo de ter uma organização do tipo piramidal, que depende apenas de uma pessoa. Esse perfil foi encontrado essencialmente nas organizações mistas, mas não nas outras. Nas organizações políticas houve ao contrário, grande rotatividade dos responsáveis, o que caracteriza

organizações em facções, tipo de organização em grupos rivais, o que dificulta a cooperação efetiva (VILPOUX, 2014). As organizações comerciais apareceram como possuindo uma boa rotatividade de liderança, característica mais parecida com uma estrutura de coalizão, estrutura identificada por Vilpoux (2014) como ideal para a ação coletiva.

O último fator contributivo pesquisado foi a existência de sanções para quem não participa das atividades do grupo. Como esperado, as sanções são muito raras e quando existem são pouco aplicadas. Essa situação pode ser considerada como normal nos grupos políticos, cuja participação efetiva não é tão relevante. No entanto, nas organizações comerciais e mistas a falta de sanções é um entrave a participação efetiva dos associados.

A pesquisa permitiu identificar alguns fatores que podem influenciar a ação coletiva, com especificidades diferentes em função do tipo de organização desejada. Assim, o fato dos associados não se envolverem numa associação política não é um problema, pois o objetivo é outro. No entanto, não se pode querer transformar esse tipo de associação numa organização comercial, pois as características são muito diferentes. Nesse caso, dificilmente uma organização mista terá sucesso, sendo preferível a criação de organizações distintas.

Agradecimento – Financiamento da Pesquisa via CNPq.

REFERÊNCIAS

ADDINSOFT. **Xlstat 2016**. Addinsoft SARL, Paris, 2014.

ANJO, A. dos. **Análise de Variância**. Notas de Aula, Capítulo 7. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.est.ufpr.br/ce003/material/apostilace003.pdf> Acesso em: 08 jul 2016.

AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert O. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. **World Politics**, Vol. 38, No. 1 (Oct., 1985), pp. 226-254.

AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, v.47, n.1, p. 33-52, 2000.

Bijman J. The changing nature of farmer collective action: introduction to the book. In: Cooperatives, economic democratization and rural development. 1st ed. Wageningen: Edward Elgar; 2016. p. 1–22.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>
Acesso em 12 out. 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (PNATER). Brasília, 2004.

BRITTO, J. Cooperação interindustrial e redes de empresas. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 688p.

BUCHANAN, James M. An Economic Theory of Clubs. **Economica**, New Series, Vol. 32, No. 125 (Feb., 1965), pp. 1-14

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Relatório PIAGRO- Brasil**. GDP Agrobussines- Brasil Outlook. Esalq/USP. São Paulo: SP, jun. 2015.

CECHIN, A. Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos: limites e perspectivas. In: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **CNA prevê expansão do agronegócio em 2017**. Disponível em:
<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-12/cna-preve-expansao-de-2-do-agronegocio-em-2017>> Acesso em: 03 mar. 2017.

FAO a. **Produção total de alimentos por países**. 2015. Disponível em:<http://faostat3.fao.org/browse/Q/*/E> Acesso em: out. 2015.

FAO b. **Terras de cultivo em % de área agrícola**. 2015. Disponível em:<http://faostat3.fao.org/browse/E/*/S> Acesso em: out. 2015.

FAO. **Programas em Brasil**. 2017. Disponível em:
<<http://www.fao.org/brasil/programas-e-projetos/programa/pt/#c356408>>
Acesso em: 06 jan. 2017

Fischer E, Qaim M. Smallholder Farmers and Collective Action : What Determines the Intensity of Participation? J. Agric Econ. 2014;65 (3) :683–702.

FUTEMMA, C.; CASTRO, F.; SILVA-FORESBERG, M. C.; OSTROM, E. The

emergence and outcomes of collective action: an institutional and ecosystem approach. **Ambiente & Sociedade**, ano 5, n.19, 2002.

HARDIN, Garret. The tragedy of commons. **Science**, New York, v.162, p. 1243 - 1248, dez. 1968.

HARDIN, Russel. **One for All: The Logic of Group Conflict**. Princeton: Princeton University. Press. 1995.

HARDIN, Russel. Special status for groups. **The Good Society**. Volume 6. Número 2. 1994.

HOMMA, A. K. O.; MENEZES, A. J. E. A.; MORAES, A. J. G. Dinâmica econômica, tecnologia e pequena produção: o caso da Amazônia. In: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p. Kennedy L. Cooperating for survival: Tannery pollution and joint action in the Palar Valley (India). *World Dev.* 1999;9:1673–91.

KIM, K. On determinants of joint action in industrial distributor-supplier relationships: beyond economic efficiency. **International Journal of Research in Marketing**, (16), p. 217-236, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário – Agricultura Familiar**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>> Acesso em: 12 out. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Painel dos Assentamentos**. 2016 (d). Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em: 29 jan.2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Famílias assentadas – série histórica**. 2016 (e). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/familias_assentadas_serie_historica_incra_mar_2014.pdf> Acesso em: 29 jan.2016.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. Ação coletiva e cooperação intermunicipal em duas metrópoles. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 153-166, Jan./Abr. 2011.

MIDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança Comercial Brasileira: Setembro/2012**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1349119816.ppt> Acesso em: 15 out 2012.

NASSAR, A.M. **Eficiência das associações de interesse privado: uma análise**

do agronegócio brasileiro. 2001. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

NAVARRO, Z. **Censos demográficos:** A agricultura e seus desafios atuais. Política agrícola, Agroanalysis, Setembro 2015.

OLALDE, A. R; PORTUGAL, C. A. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil.** Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/11O480.pdf> Acesso em: 15 mai. 2013.

OLIVEIRA, A. L. R. A logística do agronegócio: para além do “apagão logístico”. In: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola.** Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

OLSON, M. The logic of collective action: public goods and the theory of groups, second printing with new preface and appendix. **Cambridge: Harvard Economic Studies, 1971. Twentieth printing, 2002. Volume CXXIV.**

OSTROM, E. **Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems** Elinor. Prize lecture Nobel, 2009.

OSTROM, E. Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems. **The American Economic Review**, v. 100, n. 3, June 2010, pp. 641-672.

OSTROM, E. Coping with tragedies of the commons. **Annu. Rev. Polit. Sci.** 1999. 2:493-535.

OSTROM, E. **Design principles and threats to sustainable organizations that manage commons.** Whorksho in political theory and policy analysis. 1990.

OSTROM, E. **Governing the commons:** the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

OSTROM, E. Reformulating the Commons. **Suiss Political Science Review**, 6 (1): 29-52. 2000.

PROCÓPIO, Marcos Luís. Cooperação e Organização: como uma ideia pode ajudar a entender a outra? **30º Encontro da ANPAD.** 23 a 27 de setembro de 2006. Salvador / BA.

RAMÍREZ, E.; BERDEGUÉ, J. Acción coletiva y mejoras en las condiciones de vida de poblaciones rurales. **Fundo Mink'a de Chorlaví.** 2003. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/06/0269-001860-acciones.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2015.

RIBEIRO, Kleber Ávila; NASCIMENTO, Deise Cristiane; DA SILVA, Joelma Fabiana Barros. A importância das cooperativas agropecuárias para o

fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. *In* **II EBPC**. 2012. Disponível em: <[www.fearp.usp.br/cooperativismo/ up imagens/\(ok\) ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf](http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/up_imagens/(ok)_ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf)> Acesso em: ago. 2016.

TENÓRIO, R. Agricultura - **Do subsídio à política agrícola**. In Desafios do Desenvolvimento. Brasília: IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23> Acesso em 15 out. 2012.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Hucitec, 1991.

VILPOUX, O. F. Agrarian reform and cooperation between settlers in the Midwest of Brazil: An institutional approach. **Land Use Policy**, 39 (2014), 65–77.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

Na primeira etapa, a pesquisa efetuou a caracterização das formas de ações coletivas. Mais da metade dos assentados entrevistados alegou algum vínculo com a organização coletiva do assentamento. Seguindo a tipologia já levantada por Vilpoux (2014), a maioria das organizações foram enquadradas como políticas ou mistas. Os assentados também participam de outras formas de ações coletivas fora dos assentamentos, como associações e cooperativas agrícolas, sindicatos rurais, cooperativas de crédito e associações religiosas.

As atividades de representação são de longe as mais importantes nas organizações pesquisadas, incluindo a representação do assentamento e de seus associados na obtenção de benefícios e, principalmente, para o uso de trator cedido pela Prefeitura. As formas de ações coletivas políticas, ou de representação, são inclusivas, uma vez que a adição de novos membros aumenta o poder de pressão política do grupo e que o comportamento de carona não interfere nos benefícios dos outros membros.

As organizações comerciais foram encontradas em proporção muito menor, conforme resultado já encontrado por Vilpoux (2014), sendo classificadas como exclusivas, o que explica que muitas delas cobram taxas pelo desenvolvimento de suas atividades. Elas não têm dificuldade em excluir os seus beneficiários, partilhando o usufruto apenas entre os que estiverem colaborando com a organização.

Entre os grupos grandes há a predominância das formas de ações coletivas de Goiás, que detêm 48% dessa categoria, o que poderia estar relacionado com a grande presença de cooperativas neste estado, as quais possuem finalidades estritamente comerciais. Muitas destas cooperativas buscam acordos comerciais ofertando vantagens como assistência técnica, manutenção da terra e dos animais e o transporte gratuito da produção.

A classificação por investimentos a partir de *sunk costs* e ativos específicos, conforme descrito por Vilpoux (2014), não se mostrou adequada, em função da dificuldade de encontrar organizações cooperativas com esse tipo de investimento. Foi preferida a separação entre investimentos em custos

operacionais e custos fixos diferenciados por tipos de bens (comuns ou privados). Conforme as previsões, a maioria das formas de ações coletivas, políticas, mistas ou comerciais, não costuma realizar investimentos. Quando o faz, estes são essencialmente em custos operacionais ou para bens comuns.

Além das três organizações descritas por Vilpoux (2014), políticas, mistas ou comerciais, foi levantada uma associação com objetivo social. A análise permitiu identificar que o comportamento dessas formas de ações coletivas era similar àquele de uma organização política, apesar da finalidade ser diferente.

A possibilidade de exclusão dos associados nas organizações coletivas políticas foi indicada como muito difícil pelos entrevistados. Assim, esse tipo de organização é aquele com o menor percentual de aplicação de penalidades (29%), principalmente em relação aos inadimplentes. Esse dado está de acordo com a importância menor do carona nas formas de ações coletivas do tipo inclusivas.

Nota-se a facilidade de criação de formas de ações coletivas políticas. Pelo fato de serem inclusivas, sem a necessidade de investimentos, o ingresso dos assentados é favorecido e a saída deles muito rara. No entanto, mesmo nas formas de ações coletivas comerciais ou mistas, que praticam também algum tipo de atividade comercial, a realização de investimentos específicos para a produção e a comercialização é muito difícil. Na maioria das vezes os assentados aceitam pagar apenas os custos fixos, cujo retorno é mais rápido e melhor percebido por eles, ou para bens comunitárias, dos quais eles não podem ser excluídos. A maioria dos bens utilizados nessas formas de ações coletivas provém de doações.

Foram encontrados investimentos em ativos específicos apenas em uma organização comercial, onde o número de membros é geralmente menor, existindo a possibilidade de relacionamentos mais pessoais entre os membros, o que facilita um envolvimento maior.

Entre os fatores que podem influenciar as ações coletivas se destacou o tamanho dos grupos, apontados na literatura por Olson (1971) como o fator mais importante para ocorrer a ação coletiva. Os resultados indicaram que as organizações políticas são na média maiores que as organizações comerciais, o que é condizente com as expectativas e as características de grupos exclusivos e inclusivos.

A necessidade de benefícios foi também considerada como importante, mesmo se os benefícios não são sempre bem percebidos pelos associados. Existe uma contradição com muitos assentados que declararam não querer permanecer numa organização que não lhe traz benefícios e que, mesmo assim, permaneciam na organização do assentamento. Estima-se, nesse caso, a existência de benefícios não percebidos pelos associados, como o uso do trator, ou que a possibilidade de benefícios futuros seja um elemento importante que deva ser avaliado.

As características dos grupos também foram apontadas como um dos fatores contributivos para a existência de cooperação. Entre eles foram encontrados que o tempo de vínculo pode aumentar a confiança entre os associados. As organizações comerciais existem há menos tempo, o que pode se explicar pelo fato delas serem mais difícil de organizar. Elas necessitam relações mais de confiança do que políticas e de um envolvimento maior dos associados (grupos exclusivos). Nesse mesmo sentido, a origem foi considerada uma importante característica, considerando que grupos homogêneos podem colaborar mais facilmente, característica muito enfatizada por Ostrom (1990).

Outra característica elencada foi o perfil educacional, com um nível de educação maior encontrado nas organizações pesquisadas em relação aos assentados. A importância da educação pode vir do fato que ela facilita a percepção pelos indivíduos dos benefícios ligados à ação coletiva, aumentando os ganhos em relação aos custos.

A renovação dos presidentes e diretores das organizações coletivas foi outro item pesquisado. Vilpoux (2014) evidenciou a falta de renovação entre as lideranças, com o perigo de ter uma organização do tipo piramidal, que depende apenas de uma pessoa. Esse perfil foi encontrado essencialmente nas organizações mistas, mas não nas outras. Nas organizações políticas houve grande rotatividade dos responsáveis, o que caracteriza organizações em facções, tipo de organização em grupos rivais, o que dificulta a cooperação efetiva (VILPOUX, 2014). As organizações comerciais apareceram como possuindo uma boa rotatividade de liderança, característica mais parecida com uma estrutura de coalizão, estrutura identificada por Vilpoux (2014) como ideal para a ação coletiva.

O último fator pesquisado foi a existência de sanções para quem não participa das atividades do grupo. Como esperado, as sanções são muito raras e quando existem elas são pouco aplicadas. Essa situação pode ser considerada como normal nos grupos políticos, cuja participação efetiva não é tão relevante. No entanto, nas organizações comerciais e mistas a falta de sanções é um entrave à participação efetiva dos associados.

A pesquisa permitiu identificar fatores que podem influenciar a ação coletiva, com especificidades diferentes em função do tipo de organização desejada.

A análise aponta ainda que alguns associados não se envolvem de forma participativa em associações políticas, mas que isso não é um problema, pois eles almejam outro objetivo. Também não é possível transformar essas associações em organização comercial, visto que possuem características específicas. Nesse caso, dificilmente uma organização mista terá sucesso, sendo preferível a criação de organizações distintas.

Sugere-se estudos futuros no intuito de comparar as formas de ações coletivas da agricultura familiar dos assentamentos com a agricultura familiar tradicional. Presume-se que seja possível apontar a existência de diferenças entre os tipos de agricultores familiares.

Agradecimento – Financiamento da Pesquisa via CNPq

REFERÊNCIAS GERAIS

ADDINSOFT. **Xlstat 2016**. Addinsoft SARL, Paris, 2014.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**; vols. 28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. p. 1-21.

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**, Paraíba, 2004, 9(1), 81-8818.

ANDREWS, C. W. Implicações teóricas do novo institucionalismo: uma abordagem habermasiana. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 271-298, 2005.

ARAÚJO, Sílvia Maria de. Ação Coletiva: equívocos interpretativos. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. v.3, n. 1. Florianópolis. Jan/jun 2006.

ARAÚJO, T. B. Descentralização e participação na reforma agrária: um processo em discussão. *In*: LEITE, P. S. *et al.* (Orgs) **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Paralelo 15/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

AXELROD, Robert; HAMILTON, William D. The Evolution of Cooperation. **Science**, New Series, Vol. 211, No. 4489. (Mar. 27, 1981), pp. 1390-1396.

AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert O. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. **World Politics**, Vol. 38, No. 1 (Oct., 1985), pp. 226-254.

BALESTRO, Moisés Villamil; LOURENÇO, L.C. B. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das commodities. *In*: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

BARRICHELO, Luiz Fernando. **Game Theory for Managers**: Some review, applications and limitations of Game Theory. Carnegie Mellon University – GSIA. Pittsburgh, P.A., 2002.

BARROS, G. S. C. **Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro**. *In*: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. 2012. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/texto-44-tecnologia-de-gestao-e-agricultura-familiar-pdf-d279377888>>. Acesso em: 27 jun 2012.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos) 301 p.

BERNSTEIN, H. **Land Reform: Taking a Long(er) View**. Journal of Agrarian Change, Vol. 2 No. 4, October 2002, 433-463.

BEUREN, Ilse Maria e RAUP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicada às Ciências Sociais. *In* BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como elaborar trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRANDÃO, J. 2012. **Sociológicos**. Disponível em: <<http://sociolines.blogspot.com.br/2012/11/vilfredo-pareto.html>> Acesso em: 28 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em: 15 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm> Acesso em: 15 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em 12 out. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> Acesso em 12 out. 2012

BRITTO, J. Cooperação interindustrial e redes de empresas. *In*: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 688p.

BUAINAIM, Antonio Márcio; PEDROSO, Maria Thereza Macedo; VIEIRA

JÚNIOR, Pedro Abel; SILVEIRA, Rodrigo Lanna Franco da; NAVARRO, Zander. Quais os riscos mais relevantes nas atividades agropecuárias? *In*: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

BUCHANAN, James M. An Economic Theory of Clubs. **Economica**, New Series, Vol. 32, No. 125 (Feb., 1965), pp. 1-14

CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. A “pequena produção rural” no Brasil. *In*: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília, DF: CGEE, 2013. 264 p.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **Associação**. Brasília: Sebrae, 2014.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Relatório PIAGRO- Brasil**. GDP Agrobussines- Brasil Outlook. Esalq/USP. São Paulo: SP, jun. 2015.

COLYVAN Mark; JUSTUS, James; REGAN, Helen M. The conservation game. **Biological Conservation**, 144 (2011), 1246–1253.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. São Paulo Perspec., out./dez. 2001, vol.15, no.4, p.105-118.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 01, p. 109-126, Jan/Mar 2015 – Impressa em Abril de 2015.

CRISPINO, Alvaro; SANTOS, Tais Conceição. Política de ensino para a prevenção da violência: técnicas de ensino que podem contribuir para a diminuição da violência escolar. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 57-80, jan./mar. 2011.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do Meio Rural** - 2010-2011. 4 ed. Brasília, 2011.

DINIZ, M. B.; ARRAES, R. de A. Tragédia dos comuns e o exemplo da pesca da lagosta: abordagens teóricas. *In*: **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 2001, Salvador. Anais. Salvador: Enegep, 2001.

DODDS, Walter K. The Commons, Game Theory, and Aspects of Human Nature that May Allow Conservation of Global Resources. **Environmental Values** 14, no. 4, 2005. p. 411-425.

FALCÓN, M. L. O.; NORONHA, G. S.; LION, P. B.; SILVA, J. A. S. (Orgs). **Na**

luta pela Reforma Agrária: Incra 45 anos. 1.ed. Brasília: MDA/INCRA, 2015. 128p.

FALLER, Fabian. Governing the Commons. The Evolution of Institutions for Collective Action. by Elinor Ostrom. University of Bayreuth. Department for Political Geography. Seminar on Political Ecology, July, 2009.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. Cap. 4. Regulamentação, política antitruste e política industrial. *In: Competitividade: mercado, estado e organizações.* São Paulo, Editora Singular, 284pp. 1997. Disponível em: <<http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=167733>> Acesso em: 17 nov. 2015.

FAO a. **Produção total de alimentos por países.** 2015. Disponível em:<http://faostat3.fao.org/browse/Q/*/E> Acesso em: out. 2015.

FAO b. **Terras de cultivo em % de área agrícola.** 2015. Disponível em:<http://faostat3.fao.org/browse/E/*/S> Acesso em: out. 2015.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. “Parcerias” com a cana-de-açúcar: tensões

GARCIA, Junior Ruiz. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. *In: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola.* Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

HARDIN, Garret. The tragedy of commons. **Science**, New York, v.162, p. 1243 - 1248, dez. 1968.

GUANZIROLI, C. ; BITTENCOURT, G.A. ; D.S.B.DE CASTILHOS, BIANCHINI, V. ; SILVA, H.B.C.DA. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO; Brasília; 1998. 68 p.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF: INCRA/FAO, MDA, 2000.

GUANZIROLI, C. Mercados viáveis para a inserção econômica dos agricultores familiares. *In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?* Brasília, DF: CGEE, 2013. 264 p.

HARDIN, Garret. The tragedy of commons. **Science**, New York, v.162, p. 1243 - 1248, dez. 1968.

HARDIN, Russel. **One for All: The Logic of Group Conflict**. Princeton: Princeton University. Press. 1995.

HELFAND, Steven M.; PEREIRA, Vanessa da Fonseca; SOARES, Wagner Lopes. Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira: situação atual e perspectivas. *In*: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário – Agricultura Familiar**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>> Acesso em: 12 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>> Acesso em: 04 set. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Área incorporada ao Programa de Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1147-area-incorporada-ao-programa-de-reforma-agraria>> Acesso em: 15 mai.2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Titulação de assentamentos**. Disponível em: <<http://incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/titulacao-de-assentamentos>> Acesso em: 15 mai.2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Reforma Agrária**. 2016 (a). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria> Acesso em: 29 jan.2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Assentamento**. 2016 (b). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em: 29 jan.2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Criação de Assentamentos**. 2016 (c). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>> Acesso em: 29 jan.2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Painel dos Assentamentos**. 2016 (d). Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em: 29 jan.2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Famílias assentadas – série histórica**. 2016 (e). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/familias_assentadas_serie_historica_incra_mar_2014.pdf> Acesso em: 29 jan.2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) e MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O Brasil desconcentrando as terras: Índice de Gini**. Brasília, maio- 2001.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. Ação coletiva e cooperação intermunicipal em duas metrópoles. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 153-166, Jan./Abr. 2011.

LEITE, P. S. *et al.* (Orgs) **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Paralelo 15/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

LINS; PIRES. **Extensão rural e cooperativismo: o que há de novo nessa relação?** Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6684742-Extensao-rural-e-cooperativismo-o-que-ha-de-novo-nessa-relacao-aportes-teorico-metodologicos-para-o-trabalho-de-extensao-rural.html>> Acesso em: ago. 2016

LUDEWIGS, T.; D'ANTONA, A. O.; BRONDIALZIO, E.S. Agrarian Structure and Land-cover Change Along the Lifespan of Three Colonization Areas in the Brazilian Amazon. **World Development**, vol. 37, nº. 8, 2009.

MALHOTRA, N.K, **Pesquisa de Marketing**: Uma orientação aplicada. Trad. MONTINGELLI, N. Jr. e FARIAS, A.A. de., 3ª edição, Porto Alegre, Bookmann, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**; 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIGHELLA, C.; BORGES; F. C.; ALVES, M.; VALVERDE, O; SCHILING, P.; FACÓ, R. (Org.) **A questão agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasil Debates, 1980. (Coleção Brasil Estudos; n. 1).

MATTEI, Lauro Francisco. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 301-325

MEDEIROS, Leonilde (Org.) Assentamento Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. (Prismas).

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança Comercial Brasileira: Setembro/2012**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1349119816.ppt> Acesso em: 15 out 2012.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, ano 9, n. 8, jan./jun./ 2006

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2001.

NASSAR, A.M. **Eficiência das associações de interesse privado: uma análise do agronegócio brasileiro**. 2001. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 248 p.

OLALDE, A. R; PORTUGAL, C. A. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil**. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/11O480.pdf> Acesso em: 15 mai. 2013.

OLSON, M. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups, second printing with new preface and appendix**. Cambridge: Harvard Economic Studies, 1971. Twentieth printing, 2002. Volume CXXIV.

OSTROM, E. Analyzing collective action. **Agricultural Economics**, Volume 41, Issue Supplement s1, pages 155–166, November 2010.

OSTROM, E. Background on the Institutional Analysis and Development Framework. **The Policy Studies Journal**, vol. 39, n. 1, 2011.

OSTROM, E. **Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems**. Prize lecture Nobel, 2009.

OSTROM, E. Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex

Economic Systems. **The American Economic Review**, v. 100, n. 3, June 2010, pp. 641-672

OSTROM, E. Challenges and growth: the development of the interdisciplinary field of institutional analysis. **Journal of Institutional Economics**, v. 3, Issue 03, December 2007, p. 239-264.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E., 2005. **Understanding Institutional Diversity**, Princeton: Princeton University Press, 2005.

PACHECO, P. **Agrarian Reform in the Brazilian Amazon: Its Implications for Land Distribution and Deforestation**. World Development, vol. 37, nº. 8, pp. 1337–1347, 2009.

PARAMIO, L. Decisión racional y acción colectiva. **Leviatán**, v.79. p.65-83, 2000.

PAULILLO, Luiz Fernando. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: Concepções clássicas e recentes. *In*: BATALHA, Mário Otávio (coord). Gestão Agroindustrial. GEPAL: grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo, SP: Atlas, 2009, v.2.

PEIXOTO, Marcus. Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. *In*: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio; VALENTE, Ana Lucia E. F. A Feira livre como canal de comercialização de produtos da Agricultura familiar. 47º *In*: **Congresso Sober** – 2009. Apresentação oral-Desenvolvimento Rural, Territorial e regional.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

POHLMANN, M. C.; AGUIAR, A. B.; BERTOLUCCI, A.; MARTINS, E. Impacto da especificidade de ativos nos custos de transação, na estrutura de capital e no valor da empresa. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP: São Paulo-SP, Edição Especial, p. 24 - 40, 30 junho 2004.

PROCÓPIO, Marcos Luís. Cooperação e Organização: como uma idéia pode ajudar a entender a outra? **30º Encontro da ANPAD**. 23 a 27 de setembro de 2006. Salvador / BA.

RAMÍREZ, E.; BERDEGUÉ, J. Acción coletiva y mejoras en las condiciones de vida de poblaciones rurales. **Fundo Mink'a de Chorlaví**. 2003. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/06/0269-001860-acciones.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2015.

RAMOS, P. Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo. *In*: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

REYDON, Bastiaan P. Governança de terras e a questão agrária no Brasil. *In*: BUAINAIM, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

RIBEIRO, Kleber Ávila; NASCIMENTO, Deise Cristiane; DA SILVA, Joelma Fabiana Barros. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. *In* II **EBPC**. 2012. Disponível em: <[www.fearp.usp.br/cooperativismo/_up_imagens/\(ok\)_ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf](http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/_up_imagens/(ok)_ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf)> Acesso em: ago. 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RING, P. S.; VAN DE VEN, A. H. Developmental processes of cooperative interorganizational relationships. **Academy of Management Review**, v. 19, n.1. p.90- 118. 1994.

SANDLER, Todd. Collective action: fifty years later. **Public Choice**, 164. 2015. DOI 10.1007/s11127-015-0252-0

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2003, Vol.18(51), p.99, fev. 2003

SENRA, N. C. **O censo entra em campo**. O IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE / Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2014. 557 p.

SIKOR, T.; MULLER, D. The Limits of State-Led Land Reform: An Introduction. **World Development**, 2009. vol. 37, nº. 8, pp. 1307–1316.

SILVA, Acsa R.; GERALDINE, Dorival Gomes. Agricultura familiar: inovação e eficiência. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis (GO), Vol. 06, nº. 01, Jan-Jun/2010.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 320 p.

TEÓFILO, Edson (Orgs.) *et al.* **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural /

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2000.

TENÓRIO, R. Agricultura - **Do subsídio à política agrícola**. In Desafios do Desenvolvimento. Brasília: IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23> Acesso em 15 out. 2012.

TUROC, Theodore. L.; STENGEL, Bernhard. Von. **Game Theory**. Texas A & M University and London School of Economics. CDAM Research Report LSE-CDAM, 2001.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Hucitec, 1991.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas: 1998. 88 p.

VILPOUX, O. F. Agrarian reform and cooperation between settlers in the Midwest of Brazil: An institutional approach. **Land Use Policy**, 39 (2014), 65–77.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 62-87.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 3.ed. Porto Alegre: 2001.

APÊNDICE A – Evolução do Índice de Gini por Unidade da Federação, Regiões e Brasil – 1950 / 2006

Brasil/ Regiões/UF	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
NORTE	0,944	0,944	0,831	0,863	0,841	0,812	0,82	
Acre	0,907	0,929	0,607	0,623	0,691	0,619	0,717	0,717
Amazonas	0,923	0,957	0,734	0,921	0,87	0,819	0,808	0,837
Amapá	0,669	0,935	0,87	0,853	0,85	0,864	0,835	0,803
Pará	0,888	0,83	0,881	0,867	0,842	0,827	0,814	0,825
Rondonia	0,928	0,901	0,678	0,62	0,647	0,655	0,765	0,718
Roraima	0,614	0,664	0,617	0,887	0,787	0,751	0,813	0,666
Tocantins	-	-	0,692	0,705	0,739	0,714	0,726	0,791
NORDESTE	0,849	0,845	0,854	0,862	0,861	0,869	0,859	
Alagoas	0,845	0,835	0,835	0,845	0,846	0,858	0,863	0,869
Bahia	0,799	0,785	0,8	0,811	0,825	0,84	0,834	0,841
Ceará	0,747	0,751	0,79	0,783	0,779	0,815	0,845	0,863
Maranhão	0,932	0,919	0,924	0,926	0,925	0,923	0,903	0,866
Paraíba	0,808	0,816	0,822	0,844	0,828	0,842	0,834	0,821
Pernambuco	0,834	0,844	0,837	0,828	0,824	0,829	0,821	0,823
Piauí	0,8	0,831	0,891	0,898	0,898	0,896	0,873	0,853
Rio Grande do Norte	0,808	0,802	0,853	0,861	0,85	0,853	0,852	0,823
Sergipe	0,813	0,829	0,853	0,853	0,847	0,858	0,846	0,821
C. OESTE	0,833	0,901	0,876	0,876	0,861	0,857	0,831	
Distrito Federal	-	0,774	0,794	0,78	0,753	0,767	0,801	0,813
Goiás	-	-	0,751	0,76	0,753	0,766	0,74	0,778
Mato Grosso do Sul	0,825	0,909	0,918	0,909	0,871	0,86	0,822	0,855
Mato Grosso	0,844	0,878	0,941	0,943	0,921	0,909	0,87	0,865
SUDESTE	0,763	0,772	0,76	0,761	0,769	0,772	0,767	
Espírito Santo	0,529	0,545	0,602	0,626	0,655	0,671	0,689	0,729
Minas Gerais	0,759	0,761	0,749	0,755	0,766	0,77	0,772	0,797
Rio de Janeiro	0,79	0,777	0,789	0,789	0,804	0,815	0,79	0,798
São Paulo	0,77	0,793	0,777	0,774	0,773	0,77	0,758	0,806
SUL	0,741	0,725	0,725	0,733	0,743	0,747	0,742	
Paraná	0,73	0,697	0,699	0,725	0,74	0,749	0,741	0,768
Rio Grande do Sul	0,757	0,754	0,754	0,753	0,761	0,763	0,762	0,774
Santa Catarina	0,669	0,665	0,644	0,656	0,677	0,682	0,671	0,681
BRASIL	0,844	0,839	0,843	0,854	0,857	0,857	0,856	0,858

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários – 1950 a 2006, elaborado pela autora.

APÊNDICE B – Quadro resumo dos questionários aplicados nos assentamentos

Folha 1

Questionários aplicados por Assentamentos e Estados pesquisados		
Assentamento	Município	Quest. aplicados
Conquista - pré teste do questionário	Campo grande	20
Assentamentos MS		
1. Itamarati I e II	1. Ponta Porã	33
2. Carlos Roberto S. Melo	2. Sonora	11
3. Campanário	3. São Gabriel do Oeste	23
4. Agroban / Matão	4. Bandeirantes	20
5. São José do Jatobá	5. Itaquiraí / Paranhos	23
6. Juncal	6. Naviraí	20
7. Gleba Ouro Verde / São Sebastião	7. Ivinhema	20
8. Teijin	8. Nova Andradina	20
9. Santa Clara	9. Bataguassu	21
10. Serra	10. Paranaíba	25
11. Lua Branca	11. Itaquiraí	20
12. Pedro Ramalho	12. Mundo Novo	20
13. Mutum	13. Ribas do Rio Pardo	20
14. Melodia		20
15. Lagoa Grande	14. Dourados	20
16. Margarida Alves	15. Rio Brilhante	20
17. Pana	16. Nova Alvorada do Sul	20
18. Conquista	17. Campo Grande	21
19. Santa Mônica - Cut	18. Terenos	20
20. Alambari / Eldorado	19. Sidrolândia	60
Total		457
Assentamentos MT		
1. Chico Mendes	1. Rondonópolis	10
2. Cascata		21
4. São Francisco		22
5. Primavera		21
6. 14 de agosto	2. Campo Verde	8
7. 28 de outubro		9
8. Nova Esperança	3. Poconé	18
9. Lambari		22
3. Carlos Marigela	4. Poxoréo	21
10. Coqueiral - Quebó	5. Nobres	30
11. Wesley Manoel dos Santos	6. Sinop	32
12. Keno	7. Cláudia	27
13. Zumbi		31
14. Olga Benário	8. União do Sul	8
15. Chão Bom - Casulo	9. Sorriso	20
16. Jonas Pinheiro		30
17. Bojui / Caeté	10. Diamantino	22
Total		352

APÊNDICE B – Quadro resumo dos questionários aplicados nos assentamentos

Folha 2 (Continuação)

ASSENTAMENTOS GO		
1. Vaianópolis	1. Rio Verde	21
2. Pontal do Buriti		26
3. N S. Guadalupe	2. Jataí	23
4. Santa Rita		18
5. Rio Claro		8
6. Rio Paraíso		28
7. Tijunheiro I e II	3. Morrinhos	18
8. Barro amarelo	4. Abadiana	18
9. Canudos	5. Campestre (Palmeiras) de Goiás	24
10. Antônio conselheiro	6. Novo planalto	22
11. Salvador Allende	7. Porangatu	21
12. Oriente	8. Nova glória	23
13. Poções	9. Rialma	20
14. Boa Esperança	10. Piracanjuba	22
15. Api – Nossa Água Nosso Trabalho	11. Itumbiara	18
Total		310
ASSENTAMENTOS DF		
1. Fazenda larga	1. Brasília / Sobradinho	21
2. Contagem	2. Planaltina	22
Total		43
Total geral de famílias pesquisadas		1162

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa

APÊNDICE C – Dados dos assentamentos pesquisados em Mato Grosso do Sul



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Rel_0227
 Data: 16/07/2015

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 16/07/2015

DADOS DOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS

Mato Grosso do Sul

Cód. Proj.	Nome do Projeto	Mun. Sede	Área (ha)	Nº fam.	Fam. Ass.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	nº	Data	Forma	Data
MS0123001	PA ITAMARATI - CUT	PONTA PORA	6.332,40	285	243	3	POR	50	29/12/2000	Desapropria	10/09/2000
MS0123002	PA ITAMARATI - FETAGRI	PONTA PORA	8.164,08	395	328	5	POR	50	29/12/2000	Desapropria	10/09/2000
MS0123000	PA ITAMARATI - AMFFI	PONTA PORA	3.585,02	150	126	5	POR	50	29/12/2000	Desapropria	10/09/2000
MS0123003	PA ITAMARATI - MST	PONTA PORA	7.226,50	324	284	4	POR	50	29/12/2000	Compra e	10/09/2000
MS0153000	PA ITAMARATI II FETAGRI	PONTA PORA	24.619,91	1.692	548	5	POR	33	30/09/2004	Compra e	11/08/2004
MS0153001	PA ITAMARATI II MST	PONTA PORA	8.551,21	568	456	5	POR	33	30/09/2004	Compra e	11/08/2004
MS0153002	PA ITAMARATI II CUT	PONTA PORA	3.919,68	270	228	5	POR	33	30/09/2004	Compra e	11/08/2004
MS0153003	PA ITAMARATI II FAF	PONTA PORA	2.215,49	150	137	5	POR	33	30/09/2004	Compra e	11/08/2004
MS0153004	PA ITAMARATI II FAFI	PONTA PORA	1.238,54	116	108	5	POR	33	30/09/2004	Compra e	11/08/2004
MS0044000	PE CARLOS ROBERTO SOARES DE MELLO	SONORA - MS	6.253,19	204	199	6	POR	35	15/07/1997	Arrecadação	10/05/1994
MS0048000	PA CAMPANÁRIO	SAO GABRIEL DO OESTE	2.851,03	132	131	7	POR	56	25/11/1997	Desapropria	09/06/1997
MS0167000	PA MATAO	BANDEIRANTES	1.076,42	54	53	4	POR	27	18/06/2010	Compra e	15/04/2010
MS0017000	PA SÃO JOSÉ DO JATOBA	PARANHOS	2.530,91	136	57	5	POR	532	23/06/1987	Desapropria	03/04/1972
MS0112000	PA JUNCAL	NAVIRAI	2.453,17	114	113	6	POR	17	31/08/2001	Desapropria	08/11/2000
MS0081000	PA SÃO SEBASTIÃO	IVINHEMA	2.967,67	100	96	5	POR	105	23/12/1998	Desapropria	22/07/1998
MS0122000	PA TEIJIN	NOVA ANDRADINA	28.497,82	1094	1071	3	POR	23	26/07/2002	Desapropria	08/10/2001
MS0057000	PA SANTA CLARA	BATAGUASSU	4.353,33	156	156	5	POR	66	04/12/1997	Desapropria	15/10/1996
MS0059000	PA SERRA	PARANAIBA	2.986,03	116	110	6	POR	67	11/12/1997	Desapropria	15/02/1996
MS0103000	PA LUA BRANCA	TAQUIRAI	2.608,57	124	123	5	POR	7	03/04/2001	Desapropria	20/09/2000
MS0106000	PA PEDRO RAMALHO	MUNDO NOVO	1.887,92	88	87	4	POR	28	26/09/2000	Desapropria	26/09/2000
MS0035000	PA MUTUM	RIBAS DO RIO PARANÁ	15.801,77	340	340	5	POR	25	17/05/1996	Desapropria	24/03/1995
MS0023000	PA PEDREIRA	RIBAS DO RIO PARANÁ	87,9214	10	9	7	POR	902	28/06/1988	Compra e	27/04/1988
MS0049000	PA LAGOA GRANDE	DOURADOS	4.070,77	158	155	3	POR	52	06/11/1997	Desapropria	14/07/1997
MS0092000	PA MARGARIDA ALVES	RIO BRILHANTE	3.166,16	120	59	5	POR	49	29/12/2000	Desapropria	18/11/1999
MS0040000	PA NOVA ALVORADA	NOVA ALVORADA D'OESTE	3.000,83	86	86	5	POR	19	12/05/1997	Desapropria	05/07/1996
MS0090000	PA CONQUISTA	CAMPO GRANDE	1.557,91	67	67	6	POR	46	25/08/1999	Desapropria	10/12/1998
MS0130001	PA SANTA MÔNICA - CUT	TERENOS	1.116,35	88	83	3	POR	35	07/12/2005	Compra e	31/10/2005
MS0198000	PA ALAMBARI FETAGRI	SIDROLANDIA	2.132,40	155	143	3	POR	42	27/12/2005	Compra e	26/12/2005

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do Incra (2015).

APÊNDICE D – Dados dos assentamentos pesquisados em Mato Grosso



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 16/07/2015

DADOS DOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS

Mato Grosso

Cód. Proj.	Nome do Projeto	Mun. Sede	Área (ha)	Nº fam.	Fam. Ass.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	nº	Data	Forma	Data
MT0154000	PA PRIMAVERA	RONDONOPOLIS	1.154,70	50	45	6	POR	33	04/04/1997	Compra e	30/09/1996
MT0155000	PA SÃO FRANCISCO	RONDONOPOLIS	1.370,00	50	50	6	POR	4	10/01/1997	Desapropria	18/10/1996
MT0303000	PA 17 DE MARÇO /CHICO MENDES	RONDONOPOLIS	3.075,08	99	96	3	POR	16	24/02/1999	Desapropria	06/10/1998
MT0049000	PA RIO VERMELHO /CASCATA	RONDONOPOLIS	7.875,61	320	246	7	POR	335	23/03/1988	Desapropria	26/06/1987
MT0153000	PA TERRA FORTE / 14 DE AGOSTO	CAMPO VERDE	2.099,80	71	71	6	POR	3	09/01/1997	Desapropria	09/01/1997
MT0156000	PA 28 DE OUTUBRO	CAMPO VERDE	2.262,00	70	69	3	POR	111	30/12/1996	Desapropria	18/10/1996
MT0186000	PA FURNAS DO BURITI / LAMBARI	POCONE	1.061,60	28	26	3	POR	48	30/05/1997	Desapropria	25/11/1996
MT0325000	PA CARLOS MARIGHELA-PONTAL DA AREIA	POXOREO	5.250,54	166	162	3	POR	138	10/12/1999	Desapropria	16/06/1999
MT0053000	PA COQUEIRAL/QUEBÓ	NOBRES - MT	50.409,76	728	716	7	POR	525	13/06/1990	Desapropria	01/01/1988
MT0218000	PA WESLEY MANOEL DOS SANTOS	SINOP - MT	38.291,00	547	491	5	por	103	26/11/1997	Desapropria	18/10/1996
MT0807000	PA ZUMBI DOS PALMARES II	CLAUDIA - MT	6.554,74	251	159	3	POR	5	15/03/2007	Desapropria	18/11/2005
MT0841000	PDS KENO	CLAUDIA - MT	22.401,55	500	450	3	por	34	16/11/2009	Compra e	24/01/1992
MT0824000	PDS OLGA BENARIO	UNIAO DO SUL	1.486,7150	40	40	3	DEC	135	24/10/2007	Desapropria	22/12/2003
MT0317000	PCA CHÃO DO AMANHÃ	SORRISO - MT	80,00	25	25	4	POR	126	22/10/1999	Reconhecim	19/08/2002
MT0495000	PA JONAS PINHEIRO	SORRISO - MT	7.305,34	271	213	3	POR	67	17/12/2001	Desapropria	12/11/1999
MT0076000	PA BOJUI DIAMANTINO	DIAMANTINO - MT	15.368,71	276	270	5	POR	63	11/08/1995	Desapropria	22/07/1994
MT0481000	PA CAETÉ	DIAMANTINO - MT	10.344,00	242	238	6	POR	51	13/11/2001	Desapropria	06/09/1996

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do Incra (2015).

Sistema: SIPRA
Fonte: SDM
Usuário:
Relatório: Rel_0227
Data: 16/07/2015

APÊNDICE E – Dados dos assentamentos pesquisados em Goiás e Distrito Federal



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
Fonte: SDM
Usuário:
Relatório: Rel_0227
Data: 16/07/2015

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 16/07/2015

DADOS DOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS

Goiás

Cód. Proj.	Nome do Projeto	Mun. Sede	Área (ha)	Nº fam.	Fam. Ass.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	nº	Data	Forma	Data
GO0115000	PA PONTAL DO BURITI	RIO VERDE - GO	5.977,76	105	92	6	POR	43	07/05/1998	Compra e	09/12/1997
GO0122000	PA VAIANÓPOLIS	RIO VERDE - GO	889,3968	36	37	5	POR	17	20/03/1998	Compra e	06/11/1997
GO0126000	PA SANTA RITA	JATAI - GO	961,201	23	21	6	POR	30	04/05/1998	Desapropria	20/10/1997
GO0349000	PA NOSSA SENHORA DE GUADALUPE	JATAI - GO	1.367,33	85	58	3	POR	28	30/04/2007	Desapropria	24/02/2005
GO0014000	PA RIO PARAÍSO	JATAI - GO	5.565,09	176	173	7	RES	114	27/12/1989	Desapropria	25/06/1986
GO0200000	PA RIO CLARO	JATAI - GO	39,6084	17	17	4	POR	24	20/08/2001	Desapropria	20/10/1997
GO0209000	PA TIJUNQUEIRO II	MORRINHOS	298,6488	15	15	4	POR	39	23/10/2002	Doação	17/12/2001
GO0168000	PA TIJUQUEIRO	MORRINHOS	370	20	19	6	POR	42	10/11/1999	Reconhecim	10/11/1998
GO0011000	PA BARRO AMARELO	ABADIANIA	1.208,72	35	32	7	POR	159	08/03/1989	Desapropria	30/06/1988
GO0181000	PA CANUDOS	PALMEIRAS DE GOIAS	13.255,34	329	329	3	POR	13	07/03/2000	Desapropria	31/12/1997
GO0295000	PA ANTÔNIO CONSELHEIRO	NOVO PLANALTO	1.455,31	30	27	3	POR	91	23/10/2006	Compra e	20/10/2006
GO0345000	PA SALVADOR ALLENDE	PORANGATU	3.221,48	92	62	3	POR	197	22/12/2006	Compra e	17/02/2006
GO0105000	PA ORIENTE	NOVA GLORIA	908,9053	34	34	5	POR	46	08/05/1998	Desapropria	20/10/1997
GO0180000	PA POÇÕES	RIALMA	3.063,44	68	67	3	POR	5	08/02/2000	Desapropria	29/11/1999
GO0032000	PA BOA ESPERANÇA	PIRACANJUBA	1.743,09	53	50	6	POR	33	11/07/1995	Desapropria	20/01/1994

Distrito Federal

Cód. Proj.	Nome do Projeto	Mun. Sede	Área (ha)	Nº fam.	Fam. Ass.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	nº	Data	Forma	Data
DF0026000	PA CONTAGEM	PLANALTINA	1.210,00	47	44	5	POR	353	23/05/1994	Desapropria	08/12/1993
DF0139000	ASSENTAMENTO FAZENDA LARGA - AI 11	BRASILIA	554	83	83	4	POR		18/07/1996	Reconhecim	18/07/1996

00 - Em Obtenção

01 - Pré-Projeto de Assentamento

02 - Assentamento em criação

03 - Assentamento Criado

04 - Assentamento em Instalação

05 - Assentamento em Estruturação

06 - Assentamento em Consolidação

07 - Assentamento Consolidado

08 - Assentamento Cancelado

09 - Assentamento Revogado

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do Incra (2015).

APÊNDICE F – Questionário aplicado junto aos assentados

Nº Questionário: _____
 Data da entrevista: ____ / ____ / 2014 Entrevistador: _____
 Nome da pessoa entrevistada: _____
 Comunidade ou assentamento: _____
 Município: _____ Estado: _____

1. Caracterização Geral:

- 1.1. Cidade onde nasceu: _____
 1.1.1. Estado onde nasceu: _____
 1.1.2. De que origem você é:
 • Italiana ()
 • Alemã ()
 • Japonesa ()
 • Brasileira ()
 • Outra () Qual: _____
 1.2. Há quanto tempo está na região: _____
 1.2.1. Há quanto tempo possui sua propriedade: _____
 1.2.2. Tipo de propriedade do produtor:
 a. () Assentamento
 b. () Arrendatário
 c. () Própria
 d. () Posse
 e. () Outros. Especificar _____
 1.2.2.1. **Se é assentado**, quantos lotes possui? _____
 1.2.2.2. Como obteve a terra
 • Comprou ()
 • Ganhou ()
 • Herdou ()
 • Outro ()

1.3. Perfil etário do produtor e de sua família*:

Idades	Homens			Mulheres		
	Total	Trabalham (%)		Total	Trabalham (%)	
		Na propriedade	Fora		Na propriedade	Fora
< 14 anos						
14 – 18						
19 – 25						
26 – 40						
41 – 60						
> 60						

* contabilizar toda a família e não apenas os que permanecem na propriedade.

- 1.4. Quantos moram na propriedade (nº): _____
 1.4.1. Se **alguns moram fora**, onde moram: _____
 1.4.1.1. Quantas horas por semana você passa na propriedade: _____ horas.
 1.5. Existe interesse dos filhos em continuar na agricultura (S/N): _____
 1.5.1. Se sim, querem ficar no assentamento (S/N): _____
 1.5.2. Se não, porque: _____

2. Caracterização da produção

- 2.1 Qual a área de sua propriedade? _____

- 2.1.1 Qual o tamanho da área cultivada (ha): _____
- 2.1.2 Qual é o tamanho da área de pastagem (ha): _____
- 2.2 Possui funcionários (S/N): _____
- 2.2.1 Número de funcionários permanentes: _____
- 2.2.2 Número de funcionários temporários (dias/ano): _____
- 2.3 Existe uma área comunitária para produção agropecuária na comunidade (S/N): _____
- 2.3.1 Você utiliza essa área comunitária (S/N): _____
- 2.3.1.1 Se sim, para produzir o que: _____
- 2.3.1.2 A produção nessa área é junta com os outros produtores (S/N): _____
- 2.3.2 Quantos produtores da Comunidade usam essa área (%): _____
- 2.4 Produção e destino da produção vegetal

P: própria - C: Comunitária

Cultura	Área Cultivada	Prod. (t/ha)	Meses de colheita	Tipo de medida (caixa, peso, etc.)	% vendido	Onde (cidade)	Para quem? (atacado, varejo,...)	Último preço (/unidade)
Milho	P: C:							
Soja	P: C:							
Mandioca	P: C:							
Cana	P: C:							
Feijão	P: C:							
Banana	P: C:							

2.5 Produção e destino da produção animal

Cultura	Área ocupada	Numero animais*	Produção	Meses de venda	% vendido	Onde (cidade)	Para quem?	Último preço (/unidade)
Gado carne			_____ animais mortos/ano					
Gado leiteiro			_____ litros / dia					
Aves corte			_____ animais mortos/ano					
Aves poedeiras			_____ ovos/dia					
Suínos			_____ animais mortos/ano					
Ovinos			_____ animais mortos/ano					
Caprinos			_____ animais mortos/ano					

* No caso das aves, colocar se criação solta ou cercada.

- 2.6 Faz a industrialização de algum produto (S/N): _____
- 2.6.1 Qual produto: _____
- 2.6.2 Quantidade comercializada por mês: _____
- 2.7 Você vende produtos para a CONAB - PAA (S/N)?: _____
- 2.7.1 Quanto (R\$/ano)?: _____
- 2.7.2 As vendas do PAA passam por uma associação (S/N): _____
- 2.8 Você vende para o PNAE (S/N)?: _____
- 2.8.1 Quanto (R\$/ano)?: _____

- 2.8.2 As vendas do PNAE passam por uma associação (S/N): _____
- 2.9 Você vende para outro organismo de apoio (S/N)? _____
- 2.9.1 Qual? _____
- 2.9.2 Quanto (R\$/ano)? _____
- 2.10 Uso de adubação:
- Adubação química ()
 - Adubação orgânica ()
 - Sem adubação ()
- 2.11 Prática a rotação de culturas (S/N): _____
- 2.12 Você possui irrigação (S/N): _____
- 2.12.1 Desde quando: _____
- 2.13 Utilizou financiamento na produção nos últimos 2 anos (S/N): _____

Se não, passar para Capítulo 3

- 2.13.1 Recebeu financiamento para custeios (S/N): _____
- 2.13.2 Recebeu financiamento para investimento (S/N): _____
- 2.13.3 Qual era a origem desse(s) financiamento(s):
- a. () Recurso do PRONAF;
 - b. () Recursos de fornecedores;
 - c. () Cooperativa de crédito;
 - d. () Bancos privados;
 - e. () Outras fontes - especificar _____.
- 2.13.4 Os financiamentos atendem suas necessidades?
- a. () Suficiente;
 - b. () Parcial;
 - c. () Insuficiente;
 - d. () Não atendeu.
- 2.13.5 Conseguiu pagar em dia o investimento (S/N): _____

3 Capital Humano:

3.1 Perfil educacional familiar

	Não alfabetizado	Alfabetizado	Funda. Incom. (nº anos)	Funda. completo	Médio incompleto (nº anos)	Médio completo	Superior Incompleto (nº anos)	Superior completo	Pós-Graduação
Dono do lote									
Dona do lote									
Filhos > 16 anos									

3.2 Quantos anos de experiência tem na atividade agropecuária: _____ anos.

3.3 Quantos anos de trabalho em outras atividades: _____ anos.

3.4 O que o senhor fazia antes de assumir sua propriedade?

- Sempre fiquei nessa propriedade ()
- Era agricultor em terra própria ()
- Era agricultor autônomo, mas na terra de outro ()
- Era empregado agrícola ()
- Trabalhava numa empresa de alimentos ()
- Trabalhava numa área sem relação com agricultura ()
- Não trabalhava ()

3.5 Você recebe algum tipo de visita técnica:

Nunca	Raramente	As vezes	Com frequência	Sempre

3.6 De quem?

- Organismo oficial de extensão (AGRAER, EMPAER, EMATER) ()

- Prefeitura ()
- Outro ()

Quem?: _____

3.7 Fora a extensão, você recebe algum tipo de apoio (visitas de alguém fora o apoio a produção):

Nunca	Raramente	As vezes	Com frequência	Sempre

3.7.1 De quem? _____

3.7.2 Que tipo de apoio? _____

3.8 Você recebe algum tipo de apoio em equipamento e insumos:

3.8.1 Trator (S/N): _____

3.8.1.1 Percentagem das culturas preparadas com esse equipamento (%): _____

3.8.1.2 De quem recebeu: _____

3.8.2 Outros implementos agrícolas (S/N): _____

3.8.2.1 Percentagem das culturas preparadas com esses implementos (%): _____

3.8.2.2 De quem recebeu: _____

3.8.3 Sementes (S/N): _____

3.8.3.1 Percentagem das culturas com essas sementes (%): _____

3.8.3.2 De quem recebeu: _____

3.9 Você já recebeu algum treinamento na área de produção agrícola (S/N): _____

3.9.1 Que tipo de treinamento: _____

3.9.2 Quem organizou esse treinamento? _____

3.10 Para a sua produção, a Assistência técnica é:

Muito importante	Importante	Indiferente	Pouco importante	Sem importância

4 Capital Físico

4.1 Tipos de tecnologia utilizada na produção:

- Mecanização ()
- Tração animal ()
- Manual ()

4.2 Situação das máquinas e equipamentos?

- Própria ()
- Alugada ()
- Parceria com outro proprietário ()
- Associação ()
- Outro ()

○ Especificar: _____

4.3 Tipo de máquinas e equipamentos próprios:

- Trator ()
- Colheitadeira ()
- Caminhão ()
- Grupo Gerador ()
- Computador ()
- Carro ()
- Moto ()
- Internet ()
- Celular ()

- Outros () Qual: _____

4.4 Total de investimento em máquinas e equipamentos nos últimos 5 anos (R\$): _____

4.4.1 O que foi investido: _____

4.5 Você mudou seu jeito de trabalhar nos últimos 5 anos (S/N)? _____

4.5.1 Qual? _____

4.6 Fez alguma adaptação de tecnologia em sua propriedade nos últimos 5 anos (S/N)? _____

4.6.1 Qual? _____

4.7 Já produziu alguma ferramenta para solucionar problemas na sua produção (S/N)? _____

4.7.1 Qual? _____

4.8 Sua produção aumentou nos últimos anos (S/N)? _____

4.8.1 De quantos %? _____

4.8.2 Que produto aumentou: _____

4.9 Produz parte das sementes que utiliza (S/N): _____

4.10 Qual é o tipo de sementes que utiliza:

- Crioulas ()
- Melhoradas ()
- Geneticamente modificadas ()
- Outras () Quais: _____

4.11 Os animais que você cria são seus (S/N): _____

4.11.1 Se não, quem é o fornecedor: _____

4.12 Você produz toda a alimentação animal que utiliza (S/N): _____

4.12.1 Se não, quem é o fornecedor: _____

4.12.2 Você paga essa alimentação com a produção (S/N): _____

5 Capital social

5.1 Existe uma Associação na comunidade (S/N): _____

5.1.1 Você participa dessa Associação (S/N): _____

5.1.2 Desde quando você participa dessa Associação: _____

5.1.3 Você acredita que a Associação lhe trouxe algum benefício (S/N):

- Na comercialização: _____
- No transporte: _____
- Na produção: _____
- Na assessoria técnica: _____
- Outro: _____
 - Qual: _____

Se não participa da associação, passar para a pergunta 5.2.

5.1.4 Sem esses benefícios, você continuaria na Associação (S/N): _____

5.1.5 Você participa da diretoria? (S/N) _____

5.1.6 Você confia na administração? (S/N) _____

5.1.7 Você participa das reuniões da Associação:

100% das vezes	75% das vezes	50% das vezes	25% das vezes	Nunca

5.1.8 O que você acha das atividades da Associação?

Muito ruins	Ruins	Razoáveis	Boas	Muito boas

5.1.9 Quem não participa das atividades da Associação sofre alguma penalidade? (S/N): _

5.1.9.1 De que tipo? _____

5.2 Você está ligado a alguma outra entidade de classe:

- Outra Associação agrícola ()

- Cooperativa agrícola ()
- Sindicato ()
- Cooperativa de crédito ()
- Associação religiosa ()
- Outra ()
 - Especificar _____

Se não participa, passar para Capítulo 6.

5.2.1 Há quanto tempo está filiado a essa entidade? _____

5.2.2 Você participa da diretoria dessa entidade? (S/N) _____

5.2.3 Você confia na administração dessa entidade? (S/N) _____

5.2.4 Você participa das reuniões dessa entidade:

100% das vezes	75% das vezes	50% das vezes	25% das vezes	Nunca

5.2.5 O que você acha das atividades dessa entidade?

Muito ruins	Ruins	Razoáveis	Boas	Muito boas

5.2.6 Quem não participa das atividades da entidade sofre alguma penalidade? (S/N):_

5.2.6.1 De que tipo? _____

5.2.7 O que você acha da afiliação de novos membros?

Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom

5.2.7.1 Por quê? _____

5.2.8 O que você acha da desfiliação dos membros que não participam?

Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom

5.2.8.1 Por quê? _____

5.2.9 Alguns de seus vizinhos frequentam essa mesma entidade (S/N):_____

5.3 Você participa de algum movimento (MST, FETAGRI, CUT,...) (S/N): _____

5.3.1 Qual: _____

5.3.2 Participa das atividades do movimento:

100% das vezes	75% das vezes	50% das vezes	25% das vezes	Nunca

6 Força dos Laços

6.1 Existe uma festa típica na Comunidade (S/N): _____

6.1.1 Você participa da organização dessa festa (S/N): _____

6.1.2 Você vai nessa festa (S/N): _____

6.2 Você mantém contato com os seus vizinhos, ou os outros membros da comunidade? (S/N):_

6.2.1 Que tipo de contato? _____

6.2.2 Com que frequência? _____

6.3 Mantém contato com produtores de outras Comunidades (S/N): _____

6.3.1 Que tipo de contato? _____

6.3.2 Com que frequência? _____

6.4 Já participou de atividades com pessoas de outras Comunidades (S/N): _____

6.4.1 Quem organizou? _____

6.4.2 O que eram essas atividades?

- Treinamento tecnológico ()
- Treinamento mercadológico ()
- Outro ()

○ Qual: _____

6.5 Você frequenta algum tipo de manifestação religiosa: (S/N)____

6.5.1 Qual: _____

6.5.2 Quantas vezes por semana: _____

6.5.3 Seus vizinhos, ou membros da comunidade, frequentam a mesma igreja (S/N)

6.6 Você emprestaria equipamentos seus para:

- Todos os membros da Comunidade ()
- Parte dos membros da Comunidade ()
- Todos os seus vizinhos ()
- Parte de seus vizinhos ()
- Apenas membros de sua família ()
- Ninguém ()

6.7 Você já ajudou seus vizinhos (S/N):_____

6.7.1 Que tipo de ajuda:

- Produção agropecuária ()
- Mutirão ()
- Transporte ()
- Comercialização ()
- Outro () Qual?

6.7.1.1 Com que frequência isso ocorre?_____

6.7.1.2 Se não ajudou, porque: _____

6.7.2 Seus vizinhos já ajudaram você (S/N):_____

6.7.2.1 Que tipo de ajuda:

- Produção agropecuária ()
- Mutirão ()
- Transporte ()
- Comercialização ()
- Outro () Qual?

6.7.2.2 Com que frequência isso ocorre?_____

6.7.2.3 Se não ajudaram, porque: _____

6.7.3 Costuma trocar experiências e conhecimentos com seus vizinhos? (S/N):_____

6.7.3.1 Com que frequência isso ocorre?_____

6.7.3.2 Que tipo de experiência? _____

6.7.4 Já implantou alguma prática utilizada por seus vizinhos (S/N)? _____

6.7.4.1.1 Qual?_____

7 Meio ambiente

7.1 Existem curvas de nível (S/N): _____

7.2 Existem rio na Comunidade (S/N): _____

7.2.1 Qual rio: _____

7.2.2 Existe mata ciliar na beira do rio (S/N): _____

7.2.3 As vacas vão beber no rio (S/N): _____

7.3 Existe uma Reserva Legal na Comunidade (S/N): _____

7.4 A reserva florestal é:

- Comunitária () Área (ha): _____
- Individual () Área (ha): _____

7.4.1 No caso de uma reserva florestal comunitária, esta é devidamente cercada (S/N):

7.4.2 Alguns produtores coloquem seus animais para pastar nessa reserva (S/N):

8 Mercado, logística e renda

8.1 Você já fez uma pesquisa de mercado para a venda de seus produtos (S/N)? _____

8.1.1 Quando: _____

8.1.2 Qual? _____

8.2 Você já trocou de produção para atender o mercado (S/N)? _____

8.2.1 Quando: _____

8.2.2 Para que produto: _____

8.3 Você possui algum contrato de comercialização de sua produção (S/N): _____

8.3.1 Com que empresa: _____

8.3.2 Há quantos anos que tem esse contrato: _____

8.4 Tem registro e controle dos custos de produção (S/N): _____

8.4.1 **Se conhece os seus custos de produção**, como eles evoluíram nos últimos 5 anos:

Aumentaram muito	Aumentaram pouco	Ficaram estáveis	Diminuíram um pouco	Diminuíram muito

8.5 Percentual de sua renda gasta com transporte para levar os produtos para a venda (%):

8.6 Em quanto você estima sua renda mensal familiar?

< 1 SM () 1 a 2 SM () 2 a 5 SM () 5 a 10 SM () > 10 SM ()

8.7 Qual é a origem de sua renda? (%)

- Produção agropecuária própria ()
- Trabalho agropecuária para terceiros ()
- Aposentadoria ou pensão ()
- Trabalho no comércio ou indústria ()
- Artesanato / manufatura ()
- Turismo rural / ambiental / ecológico / aventura ()
- Remessas de familiares, amigos etc. (doações) ()
- Outras (especificar) _____ ()

8.8 Recebe algum apoio financeiro do Governo (S/N)? _____

8.8.1 Qual? _____

APÊNDICE G – Questionário aplicado junto às associações, cooperativas e grupos de produção

Data da entrevista: ____ / ____ / 2014 Entrevistador(a): _____

Nome da organização entrevistada: _____

Nome do entrevistado: _____

Cargo: _____ Fone para contato: _____

Comunidade ou assentamento: _____

Município: _____ Estado: _____

3. Informações Gerais:

1.1 . A organização é: () Formal () Informal

1.2 Tipo de pessoa jurídica

() Cooperativa () Associação () Outra _____

1.3 Data de criação / fundação: _____

1.4 Atividade (s) da organização:

- Representação ()
- Compra ()
- Processamento ()
- Serviço ()
- Venda ()
- Outra () Qual: _____

1.5 Produção principal: _____

4. Pessoas:

2.1 Origem dos membros da organização (em %):

- Município ()
- Estado ()
- Outra região Centro-Oeste ()
- Sul ()
- Sudeste ()
- Nordeste ()
- Norte ()
- Outro país ()

2.2 Número de pessoas que trabalham na organização:

Homens ()

Mulheres ()

2.3 Idade das pessoas (Nº):

Idades	Homens	Mulheres	Total
< 18 anos			
19 – 25			
26 – 40			
41 – 60			
> 60			
Total			

2.4 Educação dos associados (Nº de anos), em percentagem dos associados:

Não alfabetizado	Alfabetizado	Funda. Incom. (nº anos)	Funda. completo	Médio incompleto (nº anos)	Médio completo	Superior Incompleto (nº anos)	Superior completo	Pós-Graduação

2.5 Educação do líder (Nº de anos): _____

2.6 Número de anos na associação dos participantes (nº):

Tempo na associação (anos)	Homens	Mulheres	Total
< 1 ano			
1 – 5			
6 – 10			
10 – 15			
> 15			
Total			

3 Organização

3.1 Tem diretoria? (S/N): _____

3.1.1 Gênero do Diretor: H () M ()

3.1.2 Tem eleições? (S/N): _____

3.1.2.1 Há cada quantos anos? _____

3.1.3 Tempo de permanência da diretoria atual: _____

3.2 Cargos:

3.2.1 Vice-presidente (diretor) (S/N): _____

3.2.1.1 Se sim, quantos anos de exercício: _____

3.2.1.2 Gênero do Vice-presidente: H () M ()

3.2.2 Tesoureiro (a) (S/N): _____

3.2.2.1 Se sim, quantos anos de exercício: _____

3.2.2.2 Gênero do Tesoureiro: H () M ()

3.2.3 Secretário (a) (S/N): _____

3.2.3.1 Se sim, quantos anos de exercício: _____

3.2.3.2 Gênero do Secretário: H () M ()

3.2.4 Outro (S/N): _____

3.3 Tem estatuto escrito (S/N): _____

3.4 Já houve troca de diretoria (S/N): _____

3.4.1 Se não, porque:

() Sem candidato

() Pouco tempo

() Outro _____

3.4.2 Se sim, quantas vezes (nº): _____

3.4.2.1 Número de ex-diretores (incluindo o atual): _____

3.4.2.2 Nº de ex-diretores do sexo feminino (incluindo o atual): _____

3.4.3 Os diretores são remunerados? (S/N): _____

3.4.3.1 Se sim, de que forma?

() Mensal () Semestral () Anual () Outra _____

3.5 As decisões são tomadas:

() pela diretoria

() pela maioria (Assembleia Geral ou Conselho)

() por consenso

3.6 Como se entra na associação:

() indicação

() pagamento da entrada

() entrada livre

() necessidade de aceitação de grupo

3.7 Quem não participa das atividades da entidade sofre alguma penalidade? (S/N): _____

3.7.1 De que tipo? _____

3.8 Frequência nas reuniões dos associados:

100% das vezes	75% das vezes	50% das vezes	25% das vezes	Nunca
-----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	--------------

3.9 Frequência nas reuniões da diretoria:				
100% das vezes	75% das vezes	50% das vezes	25% das vezes	Nunca

3.10 Tipo de decisões tomadas nas reuniões:

4 Produção:

4.1 4.1 Atividades definidas: _____

4.2 Fonte de rendimentos dos associados (%)

- Produção no lote ()
- Associação ()
- Aposentadoria ou pensão ()
- Bolsa família ()
- Outro apoio do governo ()
- Atividade fora do assentamento ()
- Outra () _____

4.3 O local das reuniões é:

- De um associado ()
- Ganhado ()
- Comprado ()
- Alugado ()
- Cedido ()
- Outro () _____

4.4 Os Associados fizeram algum tipo de investimento na associação: S/N: _____

4.4.1 Se sim, qual: _____

4.5 Há alguma mensalidade: S/N: _____

4.5.1 De quanto (R\$): _____

4.6 Com quem comercializam: _____

4.7 Quais benefícios são oferecidos aos associados?

- Palestras / cursos técnicos ()
- Trator / equipamentos ()
- Insumos / sementes ()
- Financiamentos ()
- Venda de produtos agropecuários ()
- Venda de produtos processados ()
- Outros () _____

5 Confiança

5.1 Todos os associados se conhecem (S/N): _____

5.2 Existem trocas de ferramentas / equipamentos entre os associados?

- Entre todos ()

- Alguns deles ()
- Nunca ()

5.3 Os associados se ajudam nas atividades dos lotes:

- Todos ()
- Parte ()
- Nenhum ()

5.4 Qual é a renda familiar média dos associados (R\$/mês): _____

APÊNDICE H – Informações gerais sobre o assentamento

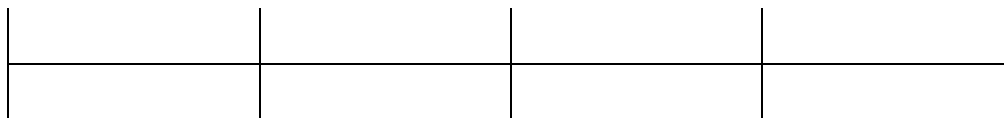
Nome do assentamento:

Distância da sede do Município (km):

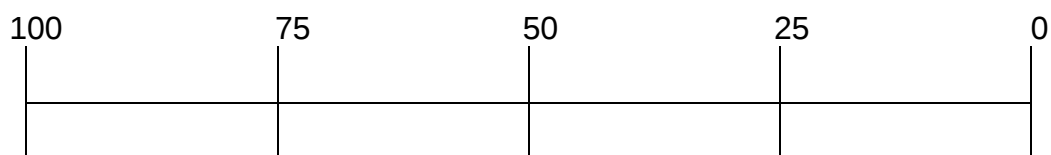
Distância do asfalto mais perto (Km):

Qualidade das estradas no assentamento:

Muito ruim Ruim Razoável Boa Muito
boa

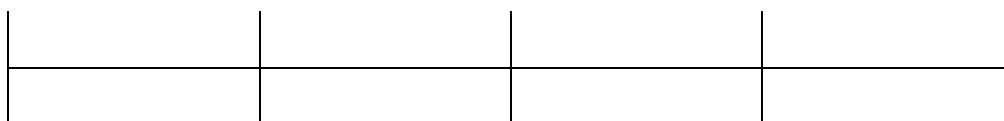


Quantidade de pastagens degradadas (%):



Erosão das terras

Muito importante Importante Razoável Rara Sem
erosão



ANEXO A - QUADRO COMPARATIVO – ASSOCIAÇÃO X COOPERATIVA – folha 1

Características	Associação	Cooperativa
1. Definição Legal	Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizarem para fins não econômicos (art. 53, Lei nº 10.406/2002).	São sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades (art. 4º, Lei nº 5.764/71).
2. Objetivos	Prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político de seus associados.	Prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo sua atividade produtiva.
3. Legislação	Constituição Federal (art. 5º, XVII a XXI, e art. 174, § 2º). Lei nº 10.406/2002, arts. 53 a 61, e Lei nº 6.015/1973, arts. 114 a 120.	Constituição Federal (art. 5º, XVII a XXI, e art. 174, § 2º). Lei nº 5.764/71.
4. Mínimo de Pessoas para Constituição	A Lei não define o número mínimo de pessoas para se constituir uma associação.	20 (vinte pessoas) (se singulares), físicas, exclusivamente. Mas contradiz com o Código Civil. Art. 6º e subsequentes da Lei nº 5.764/1971
5. Roteiro Simplificado para Constituição	Definição do grupo de interessados. Definição dos objetivos concretos do grupo. Elaboração conjunta do Estatuto Social. Realização da Assembleia de Constituição, com eleição dos Dirigentes. Registrar o Estatuto Social, os livros obrigatórios e a Ata de Constituição (Lei nº 9.042/95, nova redação do art. 121 da Lei nº 6.015/73). CGC na Receita Federal. Registros na prefeitura, INSS e Ministério do Trabalho. Elaboração do primeiro plano de trabalho.	A sociedade cooperativa constitui-se por deliberação da Assembleia Geral dos fundadores, constantes da respectiva ata ou por instrumento público (art. 14, Lei nº 5.764/1971) Constituição, com eleição dos Dirigentes. Subscrição e integralização das cotas de capital pelos associados. Encaminhamento dos documentos para análise e registro na Junta Comercial. CGC na Receita Federal. Inscrição na Receita Estadual. Inscrição no INSS. Alvará de Licença e Funcionamento na prefeitura municipal. Registro na OCEES. Outros registros para cada atividade econômica. Abertura de conta bancária.

ANEXO A - QUADRO COMPARATIVO – ASSOCIAÇÃO X COOPERATIVA – Continuação - folha 2

6. Pontos Essenciais nos Estatutos Sociais	Nome da Associação. Sede e Comarca. Finalidades/objetivos concretos. Se os associados respondem pelas obrigações da entidade. Tempo de duração. Cargos e funções dos Dirigentes e Conselheiros. Como são modificados os estatutos sociais. Como é dissolvida a entidade e destino do patrimônio.	Art. 21 da Lei nº 5.764/1971, além de atender o disposto no art. 4º da mesma lei. Nome, tipo de entidade, sede e foro. Área de atuação. Duração do exercício social. Objetivos sociais, econômicos e técnicos. Forma e critérios de entrada e saída de associados. Responsabilidade limitada ou ilimitada dos associados. Formação, distribuição e devolução do capital social. Órgãos de direção, com responsabilidade de cada cargo. Processo de eleição e prazo dos mandatos dos Dirigentes e Conselheiros. Convocação e funcionamento da Assembleia Geral. Forma de distribuição das sobras e rateio dos prejuízos. Casos e formas de dissolução. Processo de liquidação. Modo e processo de alienação ou oneração de bens imóveis. Reforma dos estatutos. Destino do patrimônio na dissolução ou liquidação.
7. Representação Legal	Representa, se autorizado pelo Estatuto Social, os associados em ações coletivas e prestação de serviços comuns de interesse econômico, social, técnico, legal e político. É representada por federações e confederações.	Representa, se autorizado pelo Estatuto Social, os cooperados em ações coletivas e prestação de serviços comuns de interesse econômico, social, técnico, legal e político. Pode constituir federações e confederações para sua representação.
8. Área de Ação	Limitada pelos seus objetivos.	Limitada pelos seus objetivos.
9. Atividades Mercantis	Pode ou não comercializar.	Pratica qualquer ato comercial.
10. Operações Financeiras	Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais, mas não tem como finalidade nem realiza operações de empréstimos ou aquisições com o governo federal. Não é beneficiária de crédito rural.	Realiza plena atividade comercial, operações financeiras e bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse. Pode realizar qualquer operação financeira. São beneficiárias de crédito rural.

ANEXO A - QUADRO COMPARATIVO – ASSOCIAÇÃO X COOPERATIVA – Continuação – folha 3

11. Responsabilidades dos Sócios	Os associados não são responsáveis pelas obrigações contraídas pela associação. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.	Os cooperados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa, a não ser no limite de suas quotas-partes e também nos casos em que decidem que a sua responsabilidade é ilimitada. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos cooperados.
12. Remuneração dos Dirigentes	Não são remunerados pelo desempenho de suas funções. Recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos.	Podem ser remunerados por retiradas mensais de pró-labore, definidas pela assembleia, além do reembolso de suas despesas. Não possuem vínculo empregatício.
13. Destino/Distribuição do Resultado Financeiro	As possíveis sobras obtidas de operações entre associados serão aplicadas na própria associação. Não há rateio de sobras das operações financeiras entre os sócios. Qualquer superávit financeiro deve ser aplicado em suas finalidades.	Após rateio em assembleia geral, as sobras são divididas de acordo com o volume de negócios de cada cooperado. Deve recolher o IRPJ sobre operações de terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais. Há rateio das sobras obtidas no exercício financeiro, devendo antes a assembleia destinar partes ao Fundo de Reserva (mínimo de 10%) e FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (mínimo de 5%). As demais sobras podem ser destinadas a outros fundos de capitalização ou diretamente aos associados de acordo com a quantidade de operações que cada um deles teve com a cooperativa.
14. Escrituração Contábil	Simplificada e objetiva.	A escrituração contábil é mais complexa em função do volume de negócios e em função da necessidade de ter contabilidades separadas para as operações com os cooperados. É específica e completa. Deve existir controle de cada conta capital dos cooperados e registrar em separado as operações com não cooperados.

ANEXO A - QUADRO COMPARATIVO – ASSOCIAÇÃO X COOPERATIVA – Continuação – folha 4

15. Obrigações Fiscais e Tributárias	Deve fazer anualmente uma declaração de isenção do Imposto de Renda. Deve, porém, declarar a isenção todo ano. Não está imune, podendo ser isentada dos demais impostos e taxas.	Não paga imposto de renda nas operações com os cooperados. No entanto, deve recolher sempre que couber Imposto de Renda na fonte e o imposto de renda nas operações com terceiros. Paga todas as demais taxas e impostos decorrentes das ações comerciais.
16. Fiscalização	Pode ser fiscalizada pela prefeitura municipal (Alvará, ISS, IPTU), Fazenda Estadual (nas operações de comércio, INSS, Ministério do Trabalho e IR.	Igual à associação. Poderá, dependendo de seus serviços e produtos, sofrer fiscalização de órgãos como Corpo de Bombeiros, Conselhos, Ibama, Ministério da Saúde etc.

Fonte: Cardoso (2014).